

REVISTA BRASILEIRA DE
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO

VOLUME 12 NÚMEROS 3/4
JULHO/DEZEMBRO



10º CONGRESSO BRASILEIRO DE
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

IBBY • FNLIJ • CELIJU

cm 1 2 3
Digitalizado
gentilmente por:



11 12 13

**Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários
FEBAB**

Diretoria 1978-1980:

Antonio Gabriel
Presidente

Ronice Maria Altamonte Arruda
Vice-presidente

Maria Cristina Machado Bignardi
Secretária-Geral

Maria Angélica R. Quemel
Primeira Secretária

Neide de Carvalho
Segunda Secretária

Pedro Luiz Martinelli
Primeiro Tesoureiro

Noreth Calmon de Cerqueira Ribeiro
Segunda Tesoureira

Aníbal Rodrigues Coelho
Observador Legislativo

Julee Cornelsen
Bibliotecária

Associações filiadas

Associação Paulista de Bibliotecários
Associação Profissional de Bibliotecários
de Pernambuco

Associação Profissional de Bibliotecários do
Rio de Janeiro

Associação Rio-Grandense de Bibliotecários
Associação Profissional dos Bibliotecários
do Estado da Bahia

Associação dos Bibliotecários Municipais
de São Paulo

Associação dos Bibliotecários de
Minas Gerais

Associação de Bibliotecários do
Distrito Federal

Associação dos Bibliotecários do Ceará
Associação Campineira de Bibliotecários

Associação dos Bibliotecários São-Carlenses
Associação Paraense de Bibliotecários

Associação Bibliotecária do Paraná
Associação Amazonense de Bibliotecários

Associação Profissional de Bibliotecários do
Estado do Maranhão

Associação Profissional de Bibliotecários
da Paraíba

Associação Profissional dos Bibliotecários
Catarinenses

Associação Profissional de Bibliotecários
do Rio Grande do Norte

Associação Profissional de Bibliotecários de
Mato Grosso do Sul

Associação Profissional de Bibliotecários do
Estado do Espírito Santo

**Revista Brasileira de
BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

**Órgão oficial da
Federação Brasileira de
Associações de Bibliotecários**

Editora:
Neusa Dias de Macedo

Secretárias:
Maria Angélica R. Quemel
Neide de Carvalho

Jornalista responsável
José Hamilton Ribeiro

Em-convênio com o
Instituto Nacional do Livro/MEC
Publicação: 4 n^{os} em 2
Número avulso: Cr\$ 200,00
Assinatura até 1979 (2 fascículos): Cr\$ 400,00
Pagamentos em cheque visado pagável em São
Paulo ou ordem de pagamento em nome da Federa-
ção Brasileira de Associações de Bibliotecários
dirigida ao Banespa - PEPS, Cidade Universi-
tária conta n^o 120.13.02093.3 ou ao Banco
do Brasil S/A. agência 9 de julho, conta n^o
70.599.3.



- 153 Editorial
- Artigos*
- 155 Fúlvia Rosemberg
Discriminações étnico-raciais na literatura infanto-juvenil brasileira
- 167 Edmir Perrotti; Mirna Pinsky; Márcia Cruz; Cecília Regiani Lopes
Reprodução ideológica e livro infanto-juvenil
- 177 Márcia Cruz
Livre acesso à leitura: uma nova política de oportunidades de leitura
- 185 Fanny Abramovich
O que é que a criança sabe dos livros escritos para ela?
- 191 Maria Cecília Mattoso Ramos Alves Silva
Leitura e Atividades lúdicas
- 199 Célia Berrettini
Uma cidade com apenas três livros
- 203 Antônio Agenor Briquet de Lemos
A biblioteca pública em face da demanda social brasileira
- 211 Yvette Zietlow Duro
Dimensão atual da biblioteca infanto-juvenil
- 223 Lily Margareth Kolb Araújo Goulart de Andrade
Duas experiências marcantes em bibliotecas infantis: uma em Clamart, outra em São Paulo
- 227 Elza Yukie Maeda
Bibliotecas públicas numa comunidade japonesa
- 231 Tereza da Silva Freitas Oliveira
A biblioteca escolar no regimento comum das escolas de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo



239	Maria Elizabeth Mendonça "Programa Escola-Biblioteca" (PEB): um projeto em andamento no município de São Paulo
	<i>Seções</i>
	<i>Entrevistas</i>
253	1 Lenyra Camargo Fraccaroli
257	2 Marisa Karam Saltori
	<i>Depoimentos</i>
259	Maria Nazareth de Castro Penna, a Administradora
262	Ruth Rocha, a Escritora
266	Regina Mariani, a Editora
269	Tatiana Belinky, a Crítica Literária
273	<i>Noticiário</i>
295	<i>Informações</i>
305	<i>Resenhas</i>
	<i>Levantamentos bibliográficos</i>
319	1 Leitura e Literatura Infantil
329	2 Bibliotecas Infante-Juvenis
339	<i>Abstracts</i>
343	<i>Índice</i>
347	<i>Fichas</i>

Toda a correspondência para a RBBD deve ser dirigida à
Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
Rua Avanhandava, 40, cj. 110 - 01306 - Fone: (011) 257-9979
São Paulo - SP



- 153 Editorial
- Articles*
- 155 Fúlvia Rosemberg
Teen-ager fiction and racial segregation
- 167 Edmir Perrotti; Mirna Pinski; Márcia Cruz; Cecília Regiani Lopes
Ideological reproduction and books for children and adolescents
- 177 Márcia Cruz
Free access to read: a new policy of opportunities
- 185 Fanny Abramovich
What do children know about children's books?
- 191 Maria Cecília Mattoso Ramos Alves da Silva
Reading and recreational activities
- 199 Célia Berrettini
Three books in a village
- 203 Antônio Agenor Briquet de Lemos
The public library and its social demand in Brazil
- 211 Yvette Zietlow Duro
Present situation of special libraries for young people
- 223 Lily Margareth Kolb Araújo Goulart de Andrade
Two remarkable experiences in children libraries: one in Clamart,
other in São Paulo
- 227 Elza Yukie Maeda
Public libraries in a Japanese community
- 231 Tereza da Silva Freitas Oliveira
The school library and the basic education in São Paulo



-
- 239 | Maria Elizabeth Mendonça
"School and Library Program" (PEB): a library project in
São Paulo

Sections

Interviews

- 253 | 1 Lenyra Camargo Fraccaroli
257 | 2 Marisa Karam Saltori

Points-of-view

- 259 | Maria Nazareth de Castro Penna, the Administrator
262 | Ruth Rocha, the Writer
266 | Regina Mariani, the Editor
269 | Tatiana Belinky, the Book-Reviewer

- 273 | *News*

- 295 | *Notices*

- 305 | *Book reviews*

Bibliographical surveys

- 319 | 1 Reading and Children Literature
329 | 2 Children Libraries

- 339 | *Abstracts*

- 343 | *Index*

- 347 | *Cards*
-

Quartely publication

Single number — US\$ 4,00 - Subscription price abroad (1978): US\$ 15,00

Orders should be placed to "Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários"

Address - Rua Avanhandava 40, cj. 110 - CEP 01306 - São Paulo, Brasil



EDITORIAL

Enfileirando-se às comemorações deste "Ano Internacional da Criança" e "Primeiro Ano Brasileiro da Biblioteca Infantil", a RBBD dedica quase todo este número à Literatura para Crianças e Biblioteca Infantil.

Partindo a idéia do Grupo rio-grandense, o presente número foi sendo composto de colaborações dos mais variados especialistas e com a mais ampla liberdade de exporem seus pontos de vista. Temos, portanto, contribuições de escritores, psicólogos-pesquisadores, educadores, críticos, editores de literatura para crianças, bem como bibliotecários e interessados na área de bibliotecas infanto-juvenis e escolares.

Além dos agradecimentos dirigidos aos coordenadores de Seção, Inês Imperatriz e Tereza Diácoli Quadrelli, uma especial menção deve ser feita à Diva de Andrade e Laila Gebara Spinelli que muito se empenharam para obter matéria para este número, à Ana Maria Balogh pelas revisões de texto e Rui Bianchi do Nascimento pela assistência editorial e organização das fichas bibliográficas e do Índice do volume 13.

Esperamos que este número feito em homenagem à Criança suscite sérias reflexões sobre ela, por parte dos bibliotecários. Vimos como foi tão importante a troca de experiências entre vários profissionais que discutiram calorosamente o tema "Em Busca do Jovem Leitor", por ocasião da realização do curso interdisciplinar promovido pelo Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Prefeitura Municipal de São Paulo e CELIJU (Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil), em outubro a novembro de 1979, em São Paulo. Cursos como este devem ser realizados no Brasil todo.

Entre várias coisas, o que mais incitou nossas reflexões naquele curso foi a advertência da psicóloga Fúlvia Rosemberg sobre as repressões de toda sorte que se imputam às crianças, a título da sua salvaguarda. A criança é tratada mais como um objeto passivo de ação adulta (pais, educadores, comunicadores de massa, etc.) do que como um ser psicológico, que tem sua individualidade própria e precisa viver o momento presente, na sua condição de criança.



De fato, no afã de vê-la como um adulto feliz, saudável, educado e de evitar riscos para sua integridade física e mental, os adultos a reprimem e a colocam em toda sorte de grades materiais e intelectuais. Imputam-lhe um viver de futuro adulto tirando-lhe o que há de mais precioso: a liberdade de ser criança.

Nós bibliotecários, dando ênfase muito grande ao aspecto técnico da biblioteconomia, temos-nos transformado em típicos "profissionais do livro" e temos esquecido do usuário em si, como gente. No caso particular da biblioteca infantil, é preciso que nos preocupemos também em entender o que é a criança como sujeito psicológico e social, além de leitor e estudante que vai realizar um trabalho escolar. É preciso que sejamos mais os "profissionais da criança" do que os "profissionais do livro". É oportuno, portanto, sugerir a leitura do nº 31, de dezembro de 1979, dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas (ver p. 328), dedicado exclusivamente à Criança, nos aspectos de sexualidade, trabalho, escravidão, direito, literatura, saúde, consumo, educação e pesquisa.

É oportuno, também, pedir muita abertura aos administradores, diretores e bibliotecários-chefes de bibliotecas infantis para estudos sobre o leitor-mirim. Todos os bibliotecários que tiverem tendência para pesquisa devem ser incentivados pelos seus chefes e alguma facilidade ser-lhe oferecida para realizá-la. É preciso fazer-nos presentes nos Encontros interdisciplinares com contribuições sérias, frutos de longas pesquisas. É preciso, urgentemente, iniciarmos observações sistemáticas sobre os leitores de biblioteca infantis, quer no controle de suas reações de leitor diante da linguagem, das ilustrações, dos temas dos livros que lêem quer para descobrirmos quais são suas preferências, como se emociona, como progride nas suas atividades várias dentro da biblioteca, como influencia outras pessoas, como, por exemplo, seus pais e outros familiares. É preciso, obviamente, que estas observações sejam feitas com muito tacto, num clima de naturalidade, e devidamente registradas a fim de servirem de subsídios a outros pesquisadores. A propósito, vai acontecer em agosto próximo o "II Seminário Latino-Americano de Literatura Infantil", no Ibirapuera em São Paulo, (ver p. 304) Compareçamos com nossas sérias Comunicações e com nossa presença para discutir com outros especialistas os problemas das nossas crianças-leitores.

A mensagem da RBBB, neste "Primeiro Ano Brasileiro da Biblioteca Infantil", é que se avaliem os serviços bibliotecários para crianças e se renovem os mesmos (se for necessário) com apoio em estudos científicos sobre elas e que se encarem, ainda, nossos leitores como crianças do meio social presente, em mutação de valores.

Neusa Dias de Macedo
Editora



Discriminações Étnico-Raciais na Literatura Infanto-Juvenil Brasileira*

CDU 087.5

Fúlvia Rosenberg**

O conteúdo de 168 livros brasileiros de recreação foi estudado com a finalidade de detectar e de comparar as formas de discriminação étnico-raciais peculiares à linguagem (literária e pictórica) nas obras infanto-juvenis (ou dos meios de comunicação de massa), através da atribuição de valor ou prestígio ao personagem.

Índio não é bicho. É gente. Índio não é anta, macaco. É gente. Raoni

Talvez, nos últimos anos, o estudo das discriminações contra grupos oprimidos tenha sido um dos temas mais intensamente discutido no campo da literatura infanto-juvenil. A bibliografia internacional a que tivemos acesso — proveniente exclusivamente de países não socialistas — apresenta particularidades notáveis, apelando por um trabalho urgente de centralização e síntese, que poderia enriquecer em muito os conhecimentos atuais sobre o processo de socialização e mesmo sobre inovações metodo-

* Este artigo constitui parte de uma pesquisa ampla sobre os "Modelos Culturais na Literatura Infanto-Juvenil Brasileira", que contou para sua realização com o valioso apoio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

** Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.



lógicas no campo da técnica de análise de conteúdo.¹

Tais estudos se caracterizam, inicialmente, por extrema diversidade, seja disciplinar, temática, metodológica, formal ou geográfica. Com efeito, talvez seja este o campo da literatura infanto-juvenil que tenha propiciado maior rompimento disciplinar nos últimos anos, tendo em vista a diversidade de formação, acadêmica ou não, dos interessados: editores, bibliotecários, professores, psicólogos, sociólogos, linguistas e militantes dos mais diversos movimentos de liberação. O polimorfismo dos estudos sobre discriminação também aparece claramente através dos veículos utilizados para divulgação dos trabalhos de pesquisa, de reflexão ou de denúncia: boletins, panfletos, livros e revistas das mais diversas disciplinas.²

Dentre as relações de dominação, foram particularmente analisadas a étnico-racial e a sexual, coincidindo, principalmente nos E.U.A., com o recrudescimento das reivindicações igualitárias envolvendo o negro e a mulher. Refletindo preocupação incipiente nas Ciências Humanas, observamos atualmente a entrada gradual de novo tema: a discriminação contra grupos etários não-adultos, principalmente velhos e crianças.³

A reflexão crítica sobre livros (escolares ou de recreação) para crianças e jovens brasileiros constitui preocupação subsidiária, talvez em razão da pressão exercida por necessidades mais urgentes. Desta maneira, rareiam os estudos focalizando as discriminações, sejam étnico-raciais, sejam sexuais. Assim, encontramos nos fins da década de 40 um trabalho de Moreira Leite sobre preceito racial em livros de leitura para escolares; na década de 50, mais dois estudos sobre livros

escolares (Bazzanella e Hollanda) para, finalmente na década de 70 aparecer a primeira publicação brasileira tratando do tema no campo específico de livros de recreação (Schreiber).

A preocupação é somente recente no tocante às representações dos papéis sexuais, que se iniciaram apenas na década de 70, coincidindo com o renascimento, no Brasil, dos movimentos feministas (Lafer e Rosemberg).⁴

É neste contexto bastante pobre de trabalhos que se insere a pesquisa que coordenamos. Contou para sua realização com uma equipe interdisciplinar, tendo tido como principal objetivo analisar o conceito implícito de criança presente na literatura infanto-juvenil.⁵ Para tanto, o conteúdo de livros brasileiros de recreação foi estudado no intuito de detectar e de comparar discriminações etárias, étnico-raciais e sexuais. Apesar de o presente artigo tratar apenas de discriminações étnico-raciais, grande parte dos resultados obtidos para grupos não-brancos serviriam também, quase que sem reparo, para a mulher e a criança.

De um modo geral, as pesquisas interessadas na detecção de discriminações étnico-raciais na literatura infanto-juvenil, segundo a tradição berelsoniana⁶, elegendo como foco de análise o personagem, têm-se utilizado de indicadores, literários e pictóricos, suscetíveis de detectarem tratamento diferencial dado a grupos brancos e não-brancos. Se, de um modo quase que sistemático, tais pesquisas apontam que os livros infanto-juvenis veiculam a relação opressor-oprimido, aceita tácita e camufladamente na sociedade, é importante notar que as discriminações não aparecem apenas como transposição pura e simples das diferentes posições sociais ocupadas por brancos e



não-brancos, mas que são recriadas de acordo com a simbologia do veículo ou, de um modo mais geral, da própria linguagem. Dito de outra forma: o livro infanto-juvenil pode, na veiculação de discriminações, atuar por transparência, retratando comportamentos identicamente observados na realidade social, ou captar as discriminações socialmente existentes e veiculá-las através de modos de expressão que lhe são próprios.

No presente artigo tratarei apenas das formas de discriminação étnico-racial peculiares à linguagem (literária e pictórica) dos livros infanto-juvenis (ou dos meios de comunicação de massa), detectadas na atribuição de valor ou prestígio ao personagem.

METODOLOGIA

A amostra

Foram analisados 168 livros brasileiros de recreação destinados a crianças e jovens, editados ou reeditados entre 1950 e 1975. Tais livros constituem uma amostra casual extraída do rol de títulos repertoriados pelo Depósito Legal da Biblioteca Nacional. Além dos indicadores históricos da criação-produção (nacionalidade e época), foram estipulados alguns critérios a mais para a inclusão do título no sorteio: o livro devia conter um texto em prosa, não ser de natureza escolar e sua autoria devia ser indicada.

A partir deste conjunto de livros organizou-se o corpus, composto por 626 histórias aí contidas e obedecendo aos mesmos critérios de inclusão estipulados para o livro.

Enquanto conjunto amostral, imprimindo o tom dominante a este estudo, a maioria das histórias analisadas é proveniente de coletâneas (79%), produzidas

no eixo Rio-São Paulo (90%), a partir de 1950 (73%), por editoras laicas (60%) e destinadas a um público exclusivamente infantil (67%). Poucas, dentre elas, foram premiadas (13%) e co-editadas com apoio do Instituto Nacional do Livro (14%). Estas estórias foram escritas, ilustradas e diagramadas principalmente por homens (72%, 65%, 98%, respectivamente). A maioria de seus autores nasceu antes de 1920 (70%), tendo se dedicado exclusiva ou principalmente à literatura infanto-juvenil (41%).

A técnica de análise

As discriminações foram descritas com o auxílio da técnica de análise de conteúdo, tanto de tipo quantitativo quanto qualitativo.

A análise qualitativa, auxiliada por um roteiro pré-fixado, utilizou a técnica de recorte e colagem, tendo servido essencialmente para a ilustração de aspectos desvendados pela descrição quantitativa.

O estudo sistemático e objetivo do conteúdo, visando a detectar as discriminações, elegeu três unidades de análise e que constituirão aqui os aglutinadores da exposição sobre o procedimento metodológico adotado para a coleta de dados.

1 Unidade de análise "personagem na ilustração"

Optou-se, por uma série de razões, mas principalmente pela importância do texto nos livros sorteados⁷, que a ilustração seria analisada às cegas, sem que se utilizasse a palavra como apoio na caracterização de traços ou atributos ambíguos da imagem.



Escolheu-se como unidade de análise o personagem, como unidade de contexto, a prancha na qual aparecia (não houve, portanto, transferência de informação de uma prancha ilustrada para outra) e como unidade de enumeração, a frequência de aparecimento.

O personagem — que poderia ser revestido de diferentes naturezas, aparecer sob diferentes modalidades de individualidade foi descrito através de seus atributos e comportamentos.

Do ponto de vista de sua valorização, os aspectos descritos foram: frequência de aparecimento, proeminência na prancha, natureza, individualidade, atividades e tipos profissionais.⁸ Para cada um destes itens foram previstas categorias suscetíveis de caracterizar o personagem.⁹

O processo de descrição do personagem, de seus atributos e de seus comportamentos na ilustração foi operacionalizado através de regras estritas, capazes de garantir uma coleta de dados objetiva e sistemática. Esta operacionalização gerou a criação de um instrumento — Manual para análise do personagem na ilustração — que teve a fidedignidade de seus itens avaliado.¹⁰

Ainda no plano metodológico, foram testados vários processos de amostragem de pranchas ilustradas que permitissem inferências válidas do subconjunto amostral para a totalidade das ilustrações. Dentre os vários procedimentos propostos mostrou-se representativo apenas o que selecionou, para análise, 50% das pranchas contidas no livro e enumeradas alternadamente.

2 Unidade de análise “personagem no texto”

As decisões básicas e o procedimento adotado para a caracterização do perso-

nagem se assemelharam muito ao que foi descrito para a ilustração.

No texto, definiu-se a unidade de análise “personagem” como o equivalente literário de ser humano ou antropomorfizado, individualizado ou incluído em dupla, grupo ou coletivo. A unidade de contexto retida foi a estória, exceção feita para certos personagens tendo existência exterior à narrativa sorteada (personagens históricos, biográficos, personalidades famosas existindo realmente ou personagens de ficção criados por outros autores que não o da narrativa em questão) que tiveram a análise de certos de seus atributos efetuada com informações provenientes de fontes exteriores ao texto sorteado. Este procedimento, registrado toda vez que ocorreu, foi determinado pela preocupação marcante desta pesquisa em tentar atribuir significado, sempre que possível, à ausência de informação sobre determinados atributos. Tal atitude se apóia na hipótese subjacente de que a omissão na caracterização de atributo ou traço de um personagem nunca é neutra, mas ao contrário, que investe este ser das qualidades de categorias e grupos sociais dominantes, consideradas como universais (normais) e que são utilizadas como paradigma acima de qualquer especificação.

A unidade de enumeração escolhida foi a frequência de aparecimento do personagem-atributo na estória.

A descrição do personagem no texto se auxiliou de um instrumento — Manual para análise do personagem no texto — que contém regras operacionalizadas destinadas à coleta sistemática e objetiva de dados. Como no “Manual para análise do personagem na ilustração”, aqui também se organizou a descrição do personagem em itens



que previam várias categorias. A fidedignidade do instrumento foi testada (Anexo 2).

Tendo como preocupação diminuir o tempo de coleta de dados, validou-se um procedimento de amostragem dos personagens, que consistiu em analisar apenas os que apareciam pela primeira vez no texto, equivalendo a 30% da narrativa, equitativamente distribuído entre seu começo, meio e fim.

3 Unidade de análise "comportamento no texto"

Para a descrição dos comportamentos dos personagens foi definida uma *unidade comportamental* contendo três componentes: os agentes (emissores e receptores), o comportamento e o contexto em que ocorria. A unidade de enumeração retida também foi a frequência de aparecimento, e a de contexto, a estória. Os comportamentos foram descritos através de categorias agrupadas em 10 conjuntos — trabalho, lazer, expressão das emoções, efetividade, conhecimento, exercício do poder, resposta ao poder, sociabilidade, religiosidade e avaliação.

Os emissores e os receptores foram analisados através de atributos que permitissem descrever sua natureza, individualidade, sexo, cor-étnia e idade. Para a determinação do contexto foram utilizadas quatro categorias: lazer, guerra, trabalho e outros.

Apesar de inúmeras tentativas para obtenção de uma taxa de fidedignidade aceitável, os analistas não obtiveram um acordo nas classificações superior a 65%, o que nos levou a optar pelo método de juízes. Neste procedimento, todos os comportamentos são classificados indepen-

dentemente por 2 pesquisadores, havendo recurso a um terceiro para a solução das incompatibilidades.

Os comportamentos emitidos e/ou recebidos pelos personagens do texto foram selecionados de acordo com um processo de "amostragem espacial", resultante de uma adaptação da "técnica de amostragem temporal". Tal procedimento consistiu em selecionar dois comportamentos consecutivos sorteados aleatoriamente em função de sua posição na folha impressa e da numeração da página que o continha.

RESULTADOS

A discriminação contra grupos não-brancos aparece na literatura infanto-juvenil brasileira constantemente, tanto de forma aberta quanto latente, sem, porém, que a nenhum momento se valorize um discurso declaradamente preconceituoso. Na verdade, o que se observa com maior frequência é a associação entre um discurso igualitário (por exemplo, o narrador condena o preconceito) e a veiculação de discriminações mais ou menos latentes (por exemplo, a cor negra estigmatizada).

Dentre as formas latentes de discriminação contra o não-branco, talvez seja a negação de seu direito à existência humana — ao ser — a mais constante: é o branco o representante da espécie. Por esta sua condição, seus atributos são tidos como universais. A branquidade é a condição normal e neutra da humanidade: os não-brancos constituem exceção.

Observou-se, em primeiro lugar, que no texto e na ilustração os brancos são os personagens mais frequentes¹². Mais interessante ainda que a frequência relativa de aparecimento são certos detalhes da caracterização de brancos e não-brancos.



É assim que a ilustração demonstra uma preferência nítida pelo branco, mesmo na confecção de animais. Notamos, por exemplo, que diante de um modelo real animal matizado (pardo, cinza) em ilustrações preto-branco o artista tende a preferir o branco ao negro. Poderiam ser invocadas, para justificar esta atitude, razões ética ou estéticas. Porém, estas razões não me parecem neutras, sobretudo quando se encontram personagens cuja cor-etnia não é explicitada no texto, mas cujo caráter (geralmente negativo) induz o ilustrador a recriá-lo em negro.

A condição de representante da espécie do branco também aparece, na ilustração, através da composição de grupos e multidões, que são majoritária ou exclusivamente brancas.

A normalidade da condição do ser branco, a sua neutralidade aparece claramente no texto pela não explicitação de sua cor. Neste sentido, quando se tenta detectar a cor de um personagem no texto, os mecanismos inferenciais tornam-se mais freqüentemente necessários para o branco. Deste modo, na medida em que ser humano é idêntico a ser branco, o texto é aliviado de repetições desnecessárias.

A neutralidade do branco também aparece na ilustração quando segmentos de uma parte do corpo são usados como símbolo de humanidade (o dedo indicador que aponta a direção, a mão representando pessoa, etc.): nestes casos a cor é sempre a mesma, o branco sempre presente.

É importante que se note que esta branquidade paradigmática não se restringe ao universo ficcional presente no texto, pois ela é estendida a humanidade exterior à narrativa: por exemplo, nas falas diretas emitidas pelo narrador e destinadas ao leitor infantil, o modelo de criança, quando explicitado, é também branco.

O fato porém do branco ser identificado ao padrão normal de humanidade não significa que sua individualidade, enquanto ser, seja perdida. Ao contrário, a perda da unicidade e da individualidade se faz sentir sobretudo para o não-branco, negro ou índio. Na ilustração, a mulher negra não existe: quem aparece é a doméstica negra, representada monotonamente com os mesmos traços (lábios grandes, gordas, seios avantajados, lenço na cabeça, brincos e avental). A estereotipia de traços atinge tal ponto que, em um mesmo livro, dois personagens mulheres negras diferentes receberam a mesma representação gráfica.

O índio, sob outras formas, é também ilustrado estereotipadamente: não só seus traços físicos são constantes, como também a postura em que aparecem — os homens, geralmente guerreiros ou atados a seus acessórios bélicos (arco e flecha).

No texto, talvez o mais próximo equivalente literário da individualidade de traço provém da atribuição de nome aos personagens. O branco recebe, mais freqüentemente que o não-branco, um nome próprio, sobrenome ou apelido. Contrariamente, os não-brancos, mais freqüentemente que os brancos, são denominados, no texto, por sua origem étnico-racial. Mais Joões e Pedros que brancos. Mais índios e negros que Aritanas, Raonis e Pedros. A maior complexidade do personagem branco quando comparado ao não-branco aparece em muitos outros aspectos: é ele quem desempenha as atividades profissionais mais diversificadas; é para sua descrição que se utiliza um maior número de categorias comportamentais.

O branco, enquanto personagem, recebe uma elaboração maior que o não-branco. Foi assim que estes últimos obti-



veram taxa de indeterminação, em vários atributos, superior à dos brancos. Sua origem geográfica, sua religião, sua situação familiar e conjugal são muito menos freqüentemente descritas, no texto, que para um personagem branco. Em suma, seu acabamento literário é menos perfeito, mais incompleto.

Notamos ainda uma série de indicadores que privilegiam a cor-etnia branca e desvalorizam as outras. A cor negra, por exemplo, aparece com muita freqüência associada a personagens maus, seja diretamente através da pigmentação do tecido que o recobre (pele, pelo, penas), da coloração de seus acessórios e vestimentas ou ainda do contexto que o cerca. O negro associado à sujeira, à tragédia, à maldade, como cor simbólica, impregna o texto com bastante freqüência.

O privilégio do ser branco aparece também na escolha de seres extraordinários: os personagens biografados, históricos, santificados ou ricos são mais freqüentemente brancos que os simples mortais ou que os personagens antropomorfizados.

A freqüência de aparecimento dos personagens de acordo com sua natureza (humana ou antropomorfizada) mostra mais uma faceta das discriminações: nos livros analisados, comparando exclusivamente brancos a negros, observa-se uma tendência (no texto e na ilustração) a que personagens antropomorfizados (quase que exclusivamente animais) sejam relativamente mais freqüentes entre negros que entre brancos. A associação entre branco e humanidade é, então, reforçada pela associação entre não-branco e não-humanidade, que ultrapassa em muito o simples dado de freqüência de aparecimento. Na ilustração, por exemplo, figuras míticas e folclóricas (saci, curupira), objetos

(bonecos de pano) são ilustrados com os mesmos traços de um personagem humano negro; índios reproduzem traços de primata. A proximidade entre não-branco e animalidade também se faz sentir no texto, através de comparações e associações espaciais. É assim que, não raro, um personagem índio ou negro pode ter traços físicos ou comportamentais de animais (farejou como um cão, por exemplo). Como também não é raro um séquito branco ser acompanhado por índios e cães.

DISTRIBUIÇÃO DA COR-ETNIA

	TEXTO	ILUSTRAÇÃO
Branca	72%	69%
Outras	10%	18%
Índia	10%	6%
Negra	6%	5%
Mestiça	1%	0%

TRANSPOSIÇÃO DE MODELOS MATIZADO PARA

Branco	6,5%
Negro	0,4%

ILUSTRAÇÃO EM DESACORDO COM O TEXTO

Branços	0%
Outros	1%
Negros	6%
Índios	0%
Mestiços	10%



**GRUPOS OU MULTIDÕES
ILUSTRAÇÃO**

Branços	60%
Outros	15%
Índios	13%
Misto	7%
Negros	5%

**EXPLICITAÇÃO DA COR-ETNIA
NO TEXTO**

Branços	10%
Outros	41%
Negros	62%
Índios	91%
Mestiços	42%

MULHER NEGRA ADULTA

Doméstica	30%
Gorda	57%
Usa avental	53%

**ACESSÓRIOS BÉLICOS NA
ILUSTRAÇÃO**

Branços	10,2%
Índios	29,7%

NOME PRÓPRIO DO PERSONAGEM

Branços	84,2%
Outros	35,3%
Negros	62,9%
Índios	42,3%
Mestiços	94,3%

**PERSONAGENS FAMOSOS
E HISTÓRICOS**

Branços	51,7%
Índios	39,8%
Negros	30,8%
Outros	6,3%
Mestiços	55,3% *

* A alta frequência de mestiços entre famosos e históricos se deve à inclusão na amostra de uma biografia de Coelho Neto.

NATUREZA DO PERSONAGEM

	HUMANA	ANTROPO- MORFIZADA
Branços	91,8%	8,2%
Negros	74,5%	25,5%



ANEXO 1

FIDEDIGNIDADE DO MANUAL PARA ANÁLISE
DO PERSONAGEM NA ILUSTRAÇÃO

ITEM	COLUNA DO MANUAL	% ACORDO N = 56	X ² N ¹ = 54 N ² = 56	GRAUS DE LIBERDADE	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DESCRIPTIVO
Natureza	14	89,3	1,30	4	0,8618
Individualidade	15	100,0	0,003	2	0,9986
Representação	16	100,0	0,003	2	0,9986
Sexo	17	100,0	0,365	3	0,9474
Cor-etnia	18	85,7	3,440	6	0,7519
Cor dos cabelos	19	100,0	0,003	2	0,9986
Idade	20	(62,5) 76,8	(14,717) 0,7815	(5) 3	(0,0116)* 0,537
Movimentação	21	83,9	0,899	7	0,9963
Trabalho	22	94,6	2,974	2	0,2260
Acessórios	23	87,5	2,092	2	0,3513
Animais acompanhando	24	92,9	0,603	5	0,9879
Hora	25	87,5	1,996	3	0,5733
Contexto físico	26	92,9	4,018	6	0,6743
Comportamento emitido	27	82,2	1,247	4	0,8704
Comportamento recebido	28	89,3	2,075	4	0,7219
Contato físico	29	96,5	2,258	2	0,3234
Choro	30	100,0	0,0003	1	0,9854
Avental	31	100,0	0,2231	1	0,6367
Personagem proeminente	32	(62,5) 78,3	(4,1774) 3,348	4	(0,3825) *Ap. 0,50
N		92,9			

* Entre parênteses resultado no 1º teste.



ANEXO 2

FIDEDIGNIDADE DO MANUAL PARA ANÁLISE
DO PERSONAGEM NO TEXTO

ITEM	COLUNA DO MANUAL	% ACORDO N = 271	X ² N = 542	GRAUS DE LIBERDADE	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DESCRIPTIVO
Natureza	10	90,0	3,9669	6	AP. 0,70
Individualidade	11	93,0	1,0334	3	AP. 0,80
Sexo	12	91,9	0,4786	5	AP. 0,99
Cor-étnia	13 e 14	92,3	12,1041	12	AP. 0,50
Idade	15 e 16	81,9	21,4968	15	AP. 0,10
Nome	17	91,2	7,3932	7	AP. 0,30
Nacionalidade	18	91,2	4,5577	3	AP. 0,10
Estado	19 e 20	98,5	1,0207	2	AP. 0,50
Contexto geográfico	21	93,7	6,9792	5	AP. 0,30
Vida e Morte	22	92,6	3,8139	6	AP. 0,80
Defeito físico	23	96,3	0,9826	2	AP. 0,95
Importância	24 e 25	91,5	4,4674	3	AP. 0,20
Língua linguagem	26	96,0	0,4894	1	AP. 0,50
Religião	27	97,4	2,2427	4	AP. 0,70
Valor	28	93,7	1,5651	4	AP. 0,80
Profissão	29	97,4	0,8622	3	AP. 0,80
Atividade escolar	30	93,4	1,9217	2	AP. 0,90
Relação conjugal	31	97,1	0,2682	4	AP. 0,99
Pais biológicos	32	99,6	4,2782	3	AP. 0,95
Pais adotivos	33	99,6	0,9826	1	AP. 0,70
Filhos biológicos	34	98,9	1,6239	4	AP. 0,80
Filhos adotivos	35	100,0	Acordo total	—	—
Irmãos	36	98,2	0,0422	1	AP. 0,98
Irmãos posição	37	99,3	3,8045	4	AP. 0,50
Família hierarquicamente superior	38	98,9	0,5454	1	AP. 0,50
Família hierarquicamente inferior	39	98,9	1,3583	1	AP. 0,30
Família ampla sem hierarquia	40	92,3	0,3158	1	AP. 0,50
Família geral	41	98,9	0,1058	2	AP. 0,95



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) A diversidade dos estudos aparece claramente nas bibliográficas. Veja-se, por exemplo, Rosenberg (1976).
- (2) Alguns exemplos: Reading Teacher (E.U.A.); Enfance (França); L'Éducation (França); Actes de la Recherche (França); The Elementary School Journal (E.U.A.); Psychological Monographs (E.U.A.); Hertha (Suécia); Women: a Journal of Liberation (E.U.A.) Religion y Prejuicio (Itália, Espanha); Boletim, série Psicologia (Brasil), Journal of Negro Education (E.U.A.)
- (3) Veja-se, por exemplo, a bibliografia seletiva de Schckford.
- (4) Contamos, também, com estudos mais globais sobre conteúdo de livros escolares: LEITE (1972) e NOSELLA (1979).
- (5) Integraram esta equipe: Regina P. Pinto (socióloga); Esmeralda V. Negrão (lingüísta); Ana Maria Caleiros e Solange Assumpção (psicólogas); Silvia Lusting (pedagoga); Nídia Vailati (estudante de psicologia).
- (6) Berelson e Salter (1946).
- (7) A amostra foi selecionada antes do aparecimento no mercado brasileiro de livros caracterizáveis como "álbum ilustrado".
- (8) Outros aspectos de atributos e comportamentos foram analisados mas escapam ao objetivo deste artigo.
- (9) Ver resumos dos ítems no Anexo 1.
- (10) Anexo 1.
- (11) Anexo 2.
- (12) Os resultados quantitativos envolveram 4694 personagens na ilustração, 8048 personagens e 9972 unidade comportamentais no texto.

BIBLIOGRAFIA

- BAZZANELLA, W. Valores e estereótipos em livros de leitura. *Educação e Ciências Sociais*, 2 (4): 121-134, 1957.
- BERELSON, B. & SALTER, P.J. Majority and minority Americans: an analysis of magazine fiction. *Public Opinion Quarterly*, Summer, 168-90, 1946.



HOLLANDA, Guy de. A pesquisa de estereótipos e valores nos compêndios de história destinados ao curso secundário brasileiro. *Educação e Ciências Sociais*, 1 (3): 77-119, 1956.

LAFER, Betty M. Meninos e meninas. *SERASP* (2): 23-40, 1975.

LEITE, Dante M. Conceitos morais em seis livros didáticos primários brasileiros. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Boletim*, 119 – *Série Psicologia*, 3. São Paulo, 1950.

_____. Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros. In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Boletim*, 119 – *Série Psicologia*, 3. São Paulo.

_____. Análise de conteúdo dos livros de leitura na escola primária. In: – *O desenvolvimento da criança: leituras básicas*. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP. p. 285-308, 1972. (Atualidades Pedagógicas, 109).

NOSELLA, Maria de Lourdes C.D. *As belas mentiras*. A ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher na literatura infanto-juvenil; revisão e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, (15): 138-140; *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, (32): 5-9, 1975.

_____. *Análise de conteúdo em literatura infanto-juvenil: reflexões sobre a escolha da amostra*. Comunicação apresentada no 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Brasília.

_____. Bibliografia sobre análise de conteúdo em livros para crianças e jovens. Suplemento Bibliográfico 2. *Cadernos de Pesquisa*, nº 17, junho, 1976.

SHACKFORD, Jane. *Understanding Aging: a positive approach through children's literature*. mai, Éric Ed. 154-427, 1979.

SCHREIBER, Maria R. *As Minorias étnicas na literatura infanto-juvenil brasileira*. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais 1975.



Reprodução Ideológica e Livro Infanto-Juvenil*

CDU 087.5

EDMIR PERROTTI **

MIRNA PINSKY ***

MÁRCIA CRUZ ****

CECÍLIA REGIANI LOPES *****

O estudo de 21 obras de ficção de autores brasileiros, destinadas ao público infanto-juvenil, publicadas no período compreendido entre outubro de 1976 e setembro de 1977, revelou, segundo os autores do trabalho, a existência de um processo de reprodução ideológica que visa à manutenção da relação de poder desigual existente em nossa sociedade entre o adulto e a criança. O discurso dessas publicações está comprometido com a ordem dominante — a do adulto. Sua vinculação à indústria cultural, além de concorrer para o baixo nível literário observado, leva-o a confirmar tal ordem da qual a própria indústria cultural é uma expressão.

O estudo exploratório da produção brasileira de livros de ficção destinados ao público infanto-juvenil, feito a partir de uma amostra aleatória com-

* Este artigo apresenta as conclusões do trabalho dos mesmos autores intitulado "O livro infanto-juvenil como produto social", apresentado ao Seminário Latino-Americano de Literatura Infantil e Juvenil, realizado em São Paulo, em agosto de 1978.

** Professor de Teoria da Comunicação no Instituto Metodista de Ensino Superior; Pesquisador de Literatura Infantil na Biblioteca Infantil "Monteiro Lobato".

*** Autora e crítica de livros infanto-juvenis.

**** Bibliotecária do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Prefeitura de São Paulo.

***** Editora de livros infanto-juvenis; Professora e Chefe do Departamento de Editoração da Faculdade de Comunicação Social "Anhembí".



preendendo 21 obras (*), convida-nos a refletir sobre a natureza de um processo específico de reprodução de ideologia que visaria, antes de mais nada, à conservação do mundo tal qual ele é, tentando levar os receptores — crianças — deste tipo de mensagens a assimilar passiva, porque não criticamente, as premissas do poder constituído.

As histórias infanto-juvenis estudadas, entre outras coisas, apresentam em comum um esquema de valores coerentes entre si, pré-determinados, não relativizados na experiência concreta da narrativa e aos quais as personagens deverão corresponder. A aventura inicia-se quando esses valores são desafiados, por acaso ou intencionalmente. A partir daí, tudo é feito na tentativa sempre triunfante de reafirmá-los, tal qual se colocavam antes da aventura. Aqueles que se identificam com o esquema pré-existente — os bons — são recompensados. Aos desafiantes, a resposta será o inferno, posto serem maus, com possibilidades de atenuação da pena, caso se rendimam do pecado cometido — o purgatório. Em suma, o castigo a quem discordar da ordem anterior, ou a quem ousar somente questioná-la.

O esquema maniqueísta que Fúlvia Rosenberg¹⁰ aponta na produção publicada em período anterior àquele por nós estudado permanece na atual. Do ponto de vista das personagens, esse maniqueísmo resulta numa esquematização simplista que divide o mundo entre bons e maus, os bons reunindo todos os valores positivos, os maus, os negativos. Negativos e positivos, segundo a ótica do produtor, evidentemente. “Planas”, tanto umas quanto outras, na classificação proposta por Forster.⁵

* Ver relação *in fine*.

Se, ideologicamente, as produções são coerentes entre si, elas podem, no entanto, aparecer diferenciadas na forma como operam a ideologia, caminhando de uma postura extremamente rígida na veiculação de seus valores, até uma rigidez mínima que caracteriza uma visão até certo ponto tolerante do oposto. Os “maus” poderão, por exemplo, ser punidos física e moralmente — beirando a punição, às vezes, as raías de um sadismo exemplar — ou só moralmente, aprendendo a lição para sempre.

O maniqueísmo funciona como suporte de uma estrutura rígida (ordem/desordem/volta a ordem inicial), identificada na produção analisada. Nesse aspecto, se as atualizações da ideologia expressas pelo maniqueísmo podem ser nuanceadas, a estrutura em si não permite opções, constituindo-se em sistema fechado que não faculta alternativas na dialética Bem X Mal, o primeiro triunfando sempre, independentemente dos destinos da narrativa. O esquema harmonia/desarmonia/harmonia prevalece sobre a narrativa, sempre. E, para servi-lo, o autor lança mão de todos os recursos, desde os mágicos até o truncamento inesperado da narrativa.

Daí advém certa incoerência, característica marcante desse tipo de produção. É comum termos um narrador afirmando características das personagens que a ação desmente. Não é raro encontrarmos, por exemplo, coisas do gênero: “estava cansada de ouvir aquela linda música que aprendera” (sic). A narrativa tem que ser adaptar à fórmula, ainda que esta a desestrutur e faça-a soar falso.

Dessa forma, é a nível da estrutura, sobretudo, que as histórias são absolutamente iguais e uniformes. Se a nível da ação o autor pode dar-lhes maior ou menor



colorido, a nível estrutural elas são fechadas a qualquer possibilidade de inovação. Trata-se de uma estrutura dogmática, inflexível, tal qual Eco reconhece e julga em Fleming, afirmando que o criador de 007 não é reacionário por ser contra rusos ou judeus, mas por proceder através de esquemas.³

A opressão que se revela e exerce a nível textual pela imposição de modelos que confirmam o mundo tal qual a produção, o quer, encontra seu correspondente no contexto, o qual é endossado sem maiores preocupações. A gênese da opressão, nos dois casos, é a posse do mundo pelo adulto, posse que o conhecimento racional — estado superior do conhecimento — permitiu.

Assim, o conhecimento lógico-formal passa a ser o legitimador do poder que é exercido de forma vertical, de cima para baixo, objetivando a submissão dos desejos e instintos “bárbaros” aos padrões “elevados” que só a razão é capaz de conceber. A aprendizagem ao visar tais fins, passa a ser um exercício de poder que privilegia o adulto, senhor e soberano por ser o dono da verdade que só a razão revelaria.

A visão paternalista da criança é uma consequência desse estado de coisas. Inúmeras vezes encontramos a criança sendo tratada nas histórias com uma aura paternalista-sentimentalóide que se pretende poética. Trata-se de mostrar a beleza do estado infantil, mas beleza enquanto enquadrada nos padrões ideológicos da produção. A fantasia, componente forte do universo infantil, é tratada nas histórias como algo menor, pitoresco, “engraçadinho”, “bonitinho” como se não fosse a verdade infantil, ou antes, como algo que cumpre ao adulto tolerar apenas.

E domesticar. A seriedade é substituída pela permissividade jocosa. O respeito, pela “agressão branca”. Os “anos mágicos” transformam-se em título de comédia, na qual os atores em geral desempenham magistralmente seus papéis, segundo a marcação rígida do diretor da companhia.

A relação de poder vertical adulto/criança coloca o primeiro como elemento ativo nos processos de decisão; o segundo como passivo. É o adulto quem controla as decisões. À criança caberá tão somente absorver as informações sem mais discussões, podendo agir livremente e de preferência com entusiasmo nos limites “a priori” fixados pelo adulto.

Dentro do quadro das ações permitidas pelo poder, as personagens agem e, às vezes, até em excesso. Mas agem a fim de aprender/apreender o mundo que o adulto lhes apresenta, isto é, o mundo do poder. A atividade é dirigida em função da assimilação das premissas deste último; o prazer resultante da liberação da energia infantil transforma-se em prazer controlado e calculado. A ação não liberta, mas oprime, ainda que sorrateiramente, reforçando o poder adulto, de um lado, e a dependência infantil, de outro, sem traumas. A estrutura de poder nunca é rompida pela ação, e qualquer tentativa nesse sentido é punida.

Não só a tentativa de ruptura das relações de poder são desestimuladas e mostradas como improváveis. Duvidar do poder também é proibido. O mundo das histórias, ainda que borbulhante, não apresenta tensões, menos ainda tensões extremas que colocariam as personagens em dúvida quanto aos valores estabelecidos. As personagens são vacinadas contra a ambigüidade, as contradições inerentes à condição humana. Isso, é



claro, é natural, do ponto de vista do poder: a dúvida poderia criar condições desfavoráveis a seu exercício ou, pior, poderia criar condições para o desencadeamento de ações que o destruturariam. Mais conveniente, portanto, delimitar a certeza, oferecendo-a pronta. Ah, quanto dista essa produção de uma Cecília Meireles de um "Ou isto ou aquilo": "qu guardo o dinheiro e não compro o doce, / ou compro o doce e gasto o dinheiro/ (...) Mas não consegui entender ainda/ qual é o melhor: se é isto ou aquilo".

Obra de "realizadores", conceito de Wiebe utiliza para diferenciar produções desse tipo da produção artística em geral,¹¹ essas histórias se aproximam do que de pior a ficção ocidental nos outorgou: o folhetim. Pelo universo fechado que encerram, percebe-se claramente a afinidade entre essas histórias e os subprodutos literários do século XIX francês.

O estudo do "Roman Feuilleton", publicado no nº 542 da revista "Europe" é referência que autoriza tal aproximação. Aí vários autores, estudando esse tipo de produção, sob diferentes pontos de vista, identificam uma forma de discurso que visa confirmar "o burguês parisiense no sentimento de sua superioridade e de sua felicidade presentes" (9, p.19). A intenção é, antes de mais nada, confirmar valores vigentes, afirmar o mundo tal qual ele é, tal qual na produção que estudamos. O discurso em ambos os casos serve à ideologia dominante, ao poder constituído. E a utilização do discurso como forma de controle social não é invenção do folhetim, evidentemente. Este é, ao que parece, continuador, adaptado às novas formas de difusão, da "Bibliothèque Bleue", literatura popular que, perdurando na França do começo do século XVII até a segunda metade do

XIX, "é portadora de uma tradição moral que é o conformismo" (2, p.140), como diz Geneviève Bollème no estudo do fenômeno. A opressão se perpetua, ainda que refinando seus métodos.

A analogia não é somente referente às intenções. A estrutura dos textos é semelhante. A observação sobre o "feuilleton" ajusta-se à atual produção brasileira estudada: "Há no início (...) um desequilíbrio que se resolverá no final: Antes de chegar a isso, o autor utiliza desvios, retardamentos. A engenhosidade do romancista reside na construção de uma derivação longa e coerente. O leitor aceitará jogar. Ele aceitará esse princípio do retardamento, do desvio (as aventuras) que faz suas delícias. Ele aceitará também a uniformidade das ficções, dos esquemas constantes que o autor só maqui-la de uma obra para outra; paradoxalmente é esse retorno inelutável do mesmo que ele procura" (9, p.86).

Apesar de não podermos identificar, com certeza, a paternidade da produção brasileira por falta de maiores informações históricas que caracterizam o estudo do livro infanto-juvenil brasileiro, convém lembrar Lourenço Filho que, em artigo onde mostra a evolução dessa produção no Brasil, diz: "O livro infantil, que se introduz no Brasil nos fins do século passado, vai pouco a pouco ganhando seu lugar com o aparecimento de algumas traduções e adaptações, especialmente de livros franceses, originais nessa lingua ou já para ela vertidos" (6, p.5) (Grifo nosso). Por outro lado, também as intenções editoriais são claras. A *Contos da Carochinha*, título da primeira publicação nacional do gênero, apõe-se: "... contendo escolhida coleção de contos populares morais e proveitosos de vários países" (6, p.5) (Grifo nosso). A pista está aber-



ta à pesquisa. Certo já parece ser a importância de esquemas, matéria prima que soubemos utilizar e difundir, cuidando de que ela não se esgotasse a fim de que chegasse a nossos dias como efetivamente chegou.

Se intenções e estrutura são análogas, há também outro elemento aproximando o folhetim e nossa amostra: "A estrutura do folhetim é função das condições de difusão do jornal" (9, p.23), isto é, o sistema que o veículo condiciona aquilo que é veiculado. No caso do folhetim, o autor escreve sempre muito rápido, daí resultando os clichês, as imagens feitas, o discurso excessivamente codificado. O autor deve "apresentar um produto consumável rapidamente para um público bastante vasto", procurando então privilegiar a ação em relação à descrição" (9, p.23). Daí o "portrait demonstratif" que se concretiza em construções fechadas do tipo "ele tinha uma *daquelas* belezas que...", "ele era (é) uma *dessas* pessoas (almas, criaturas, etc) que ..." (9, p.120). Tais construções supõem um código pré-existente entre autor e leitor que dispensa digressões mais longas do narrador, dificultando o consumo. O condicionamento do produto ao sistema de produção existente, assim, no folhetim, repete-se nas histórias infanto-juvenis estudadas. É aí, talvez, que resida a chave explicativa do fenômeno.

As histórias infanto-juvenis, como outras formas de produção cultural nas sociedades urbanas ocidentais, estão vinculadas àquilo que Adorno¹ chamou de "indústria cultural". A vinculação da cultura a um sistema industrial interferiria na configuração da própria cultura. Sub-produto da organização econômica capitalista, a indústria cultural acompanha o desenvolvimento do capitalismo, tanto

como executor como reforçador. Ainda que oferecendo um produto específico — a cultura — seus processos são semelhantes ao da indústria em geral cujo objetivo é a busca do lucro, forma de garantir sua sobrevivência. Assim, encontrada a fórmula garantidora do lucro, nada mais simples do que repeti-la até a exaustão mudando vez por outra a embalagem do mesmo produto, a fim de tomá-lo mais sedutor e contemporâneo. Dessa forma, viciando o consumidor a seus produtos pelo cultivo da mesmice, a indústria cultural pode prever com relativa segurança o sucesso de seus investimentos. Sucesso que é condição indispensável da sobrevivência. Logo, é veiculado aquilo que "a priori" a indústria cultural tem como vendável. Nesse sentido ela executa as leis do mercado capitalista, refletindo o sistema que a sustenta e atuando como meio de controle social.

A relação de poder que se estabelece entre produto-indústria cultural de um lado, e consumidor-criança, no nosso caso, de outro é extremamente unilateral, pois cabe ao primeiro decidir aquilo que será consumido. Ora, inserida em um modelo econômico determinado, inserção que durará enquanto durar esse modelo, a indústria cultural é obrigada a reproduzir em sua produção o sistema que a suporta, ainda que, vez por outra, possa se dar ao luxo de certas veleidades. Daí o texto estampar o contexto, funcionando como conservador do "status quo" como meio de controle social.

O consumidor, fonte do lucro da indústria cultural, passa a ser seu objeto. Objeto que deverá absorver a produção e, através dela, a ideologia dominante. Compensando, ou tentando compensar a reificação do consumidor, a indústria cultural cria, através de suas mensagens, toda



uma mitologia do sucesso e da felicidade, alcançáveis para aqueles que se submetem a seus dogmas, vale dizer, aos dogmas do sistema. Não sem razão Morin⁸ lembra que a indústria cultural funde realidade e fantasia em um único bloco, tornando tudo possível e permitido a seus seguidores. Permitido, desde que, tal qual no Éden, não se coma o fruto proibido, isto é, não se suspeite do poder paterno. Trata-se de conservar as relações de poder, no nosso caso, do poder do adulto, enquanto agente específico de um poder mais genérico e amplo: o poder de um determinado sistema social. Tudo isso, é claro, em detrimento da "formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e decidir conscientemente", como lembra Adorno (1, p.294).

A situação do livro infanto-juvenil toma, ainda, um caráter específico dentro dessa problemática, pois, como lembra Fúlvia Rosemberg¹⁰, entre a produção e o consumidor há, além dos difusores, um "comprador" que é também adulto (bibliotecários, pais e parentes) aumentando "a distância entre criação e consumo".

Essa fragmentação faz com que a indústria cultural dirija-se também ao adulto-comprador, satisfazendo-lhe os gostos, condição necessária para a garantia do empreendimento. As contra-capas de algumas edições são nesse sentido exemplares. Aí, sem subterfúgios, a indústria cultural dirige suas mensagens ao comprador. O leitor-criança acaba, assim, sendo o elemento último de um processo que procura, muitas vezes não sem sedução, torná-lo à sua imagem e semelhança.

Febvre e Martin⁴, ao estudarem o fenômeno do aparecimento do livro, resumem a problemática deste meio de comunicação de forma bastante clara. Para eles, o livro é uma resposta do desenvolvimento do capitalismo que emerge a

partir da nova composição social que se opera com a decadência do feudalismo. Essa nova composição de forças necessitava da imprensa – e por extensão do livro reproduzido mecanicamente – já que a produção manuscrita mantinha uma performance insatisfatória para a nova realidade. A partir daí, imprensa e livro estarão ligados ao destino do capitalismo, bem como toda produção intelectual assim veiculada será influenciada por esse sistema econômico que faz do lucro sua busca última. Daí concluírem os autores em linguagem clara e dura: a indústria do livro "é uma indústria regida pelas mesmas leis que as outras indústrias e onde o livro é uma mercadoria que os homens fabricam, antes de mais nada, para ganhar a vida". Não é de se estranhar o fato de a Bíblia ter sido o primeiro livro a ser impresso. Deus já era, então, objeto de consumo garantido. Mais uma vez não cabe ao nosso século as glórias da invenção: a hipocrisia é histórica.

Parece, a partir da amostra analisada, que, neste momento, resta-nos uma única saída oferecida pela indústria cultural, caso se queira oferecer à criança brasileira narrativas bem elaboradas: oferecer-lhe a "reserva" editada. Essa reserva constitui-se a partir de obras que a indústria cultural edita a fim de testar a capacidade de absorção do mercado consumidor a elementos novos e, às vezes, também para obter prestígio. Esses elementos novos são necessários para o estabelecimento de novos modelos – a peça única –, propiciadores de novos lucros, pois, caso sejam aprovados pelo mercado, servirão para iniciar um novo ciclo que terá como referência a "peça única". O ciclo se prolongará até a exaustão, quando nova tendência deverá surgir. Mais uma vez a "peça única" deve surgir, então, para



reiniciar o ciclo renovação/mesmice. A repetição do esquema aprovado na obra original garante o lucro, na medida em que o mercado já se habituou ao novo padrão, consumindo com facilidade o produto. A *Vaca Invisível*, uma das obras que compõem nossa amostra, representa essa opção, a reserva oferecida pela indústria cultural, ainda que não passe totalmente imune a uma leitura mais severa. É claro que a obra teve que pagar o peso da tradição.

As obras que resultarão da cópia dos novos modelos, evidentemente, ao tentarem reproduzi-los, utilizarão somente alguns elementos existentes nos originais, os que se adaptam às suas fórmulas, sem alterá-las substancialmente. A renovação que aparece na obra original servirá ao reformismo da produção estandarizada.

É assim que, por exemplo, muitas obras da produção atual buscam modernizar a linguagem, usando gírias, expressões que povoam o universo de uma certa

juventude, tentando com isso parecer renovadoras. A força que poderia advir de tal recurso fica neutralizada, contudo, pela inserção de tal novidade num código narrativo mais do que gasto, conseguindo-se com a imitação adentrar tão somente o universo do "Kitsch": estereótipos, maniqueísmo, coloração de moderno, gosto pela novidade aceitável pela maioria e que não provoque tensão, receitas de felicidade, gosto pelos neos, como por exemplo, neo-regionalismo, neo-romantismo, tudo levando a alienação que "é finalmente um caráter essencial dele" (7, p.37). Alienação que Moles identifica como sendo um resultado do desequilíbrio existente entre os produtores e consumidores, no nosso caso, entre adulto/criança.

Reproduzindo o contexto, o texto expressa o desequilíbrio de poder reforçando-o. O discurso, abraçando a causa do poder, passa a constituir-se em novo aliado da opressão, tenham ou não consciência disso seus promotores ou, pior, seus destinatários. E, no nosso caso, são crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — ADORNO, T.W. A indústria Cultural. In: COHN, G. ed. *Comunicação e indústria cultural*. 3. ed. São Paulo, Nacional, 1977. p. 287-95.
- 2 — BOLLÈME, G. *La bibliothèque bleue*; Littérature en France du XVIIe. au XIXe. siècle. Paris, Julliard, 1971.
- 3 — ECO, U. James Bond: uma combinatória narrativa. In: *Análise estrutural da narrativa*: pesquisas semiológicas. Petrópolis, Vozes, 1971. p. 136-163.
- 4 — FEBVRE, L. & MARTIN, H.J. *L'apparition du livre*. Paris, Albin Michel, 1971.



- 5 - FORSTER, E.M. *Aspectos do romance*. Porto Alegre, Globo, 1969.
- 6 - LOURENÇO FILHO, M. Como aperfeiçoar a literatura infantil. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 7 (31): 5-15, jul./set. 1975.
- 7 - MOLES, A.A. *Le kitsch; l'art du bonheur*. Paris, Name, 1971.
- 8 - MORIN, E. *Cultura de massas no século XX; o espírito do tempo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1975.
- 9 - LE ROMAN feuilleton. *Europe: revue litteraire mensuelle*, Paris, 54, jun. 1974.
- 10 - ROSEMBERG, F. O adulto, a criança e a literatura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 62 (141): 7-15, jan./abr. 1977.
- 11 - WIEBE, G. Cultura de elite e comunicação de massa. In: *Civilização industrial e cultura de massas*. Petrópolis, Vozes, 1973. p. 156-72.

RELAÇÃO DOS LIVROS INFANTIS ESTUDADOS

Observação A escolha da amostra foi feita através de sorteio que selecionou 21 obras dentre o total da produção em prosa de autores nacionais editados ou reeditados no período de outubro de 1976 a setembro de 1977, segundo o Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional e destinada ao público infanto-juvenil. A edição do exemplar analisado não corresponde necessariamente à da publicação no período de 76/77.

- 1 - ALMEIDA, L.M. *Aventuras de Xisto*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1971. (Coleção Jovens de Todo o Mundo)
- 2 - CASTRO, I. *Os seis e o teco-teco misterioso*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1976.
- 3 - CORREIA, M.C. *O leão filósofo, Serafim e outros bichos*. Rio de Janeiro, Ed. Orientação Cultural, 1976.
- 4 - COUTINHO, J. *Diana no circo do medo*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1976.



- 5 – DE MARRÉ de X; antologia. São Paulo, Vértice, 1977.
- 6 – FRANÇA, E & FRANÇA, M. *Mané Coelho e o mapa do tesouro*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1976.
- 7 – GANYMEDES, J. *Goiabinha e o livro do perigo*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1976.
- 8 – GIÁCOMO, M.T.C. *Como surgiu a noite*. São Paulo, Melhoramentos, 1974. (Lendas Brasileiras).
- 9 – LEFÈVRE, V. *Na ilha dos mistérios perdidos*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1976.
- 10 – LIMA, E. *A vaca invisível*. São Paulo, Melhoramentos, 1976.
- 11 – Malferrari, L. *Camilinha no país das cores*. 3 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1973.
- 12 – MARIGNY, C. *Detetives por acaso*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1971. (Coleção Jovens do Mundo Todo).
- 13 – MARINS, F. *O coleira-preta*. 8. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1968.
- 14 – MONTEIRO LOBATO, J.B. *A chave do tamanho*. 6. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1954.
- 15 – MOTT, O.B. *A Transa-Amazônica*. São Paulo, Brasiliense, 1973. (Coleção Jovens do Mundo Todo).
- 16 – NORONHA, T. *Os quatro levam a melhor*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1977. (Coleção Jovens de Todo o Mundo).
- 17 – NOVAIS, G.M. *E o vento levou... o balão de Joaninha*. São Paulo, Melhoramentos, 1952.
- 18 – PADILHA, G.F. *A planta mágica*. São Paulo, Melhoramentos, 1956. (Coleção Primavera)
- 19 – SANTIAGO, L. *Operação café roubado*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1976.
- 20 – SANTOS, Y.A. *Missão perigosa em Tóquio*. Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1976.
- 21 – TRANSAS & Paqueras & Motocas; antologia. São Paulo, Vértice, 1977.



Livre Acesso à Leitura: Uma Nova Política de Oportunidades de Leitura

CDU 028

Márcia Cruz *

Análise da evolução do processo de leitura e os vários níveis em que ela pode ocorrer. O não reconhecimento da defasagem entre a faixa etária do leitor e seu estágio de leitura é apreciado como elemento que prejudica a popularização das bibliotecas. O critério proposto possibilita o melhor aproveitamento dos recursos existentes e favorece a consecução dos seus objetivos. Apresenta também vantagens econômicas e sociais.

1 – INTRODUÇÃO

A biblioteca como instrumento de cultura, educação, informação e lazer, sua importância para o desenvolvimento do gosto pela leitura, o seu valor para o aprimoramento intelectual são assuntos já discutidos à saciedade.

Provavelmente em razão do X Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba em julho de 1979, cujo tema foi a revisão crítica da biblioteconomia nacional, estas mesmas questões voltaram à ordem do dia, agora sob outro enfoque, na tentativa de formular uma política de ação, convenientemente adequada ao nosso país, menos abrangente e mais direcionada aos problemas existentes, sem, entretanto,

* Bibliotecária do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis – Prefeitura Municipal de São Paulo.



afastar-se ou contrariar as normas internacionais.

Daí a proposta para o exame do pensamento atual de alguns especialistas em leitura e a constatação do quadro local, tal qual se apresenta. Menos que solucionar as dificuldades observadas, a intenção é denunciá-las e discutí-las, para que a biblioteca, em futuro próximo e valendo-se dos progressos do conhecimento humano em todas as áreas, possa realmente colaborar no desenvolvimento do Brasil, como nação democrática, que assegura a igualdade de direito e oportunidades para todos.

A leitura, o conhecimento e a participação na vida cultural são alguns dos benefícios de que deve usufruir, indistintamente, toda a comunidade. No momento, é a leitura que se deseja analisar.

2 – LEITURA

Soriano, conceituado professor de literatura popular e literatura para a juventude da Universidade de Bordeaux, entende que ler é uma experiência diferente para cada pessoa, sendo para algumas gratificante, enquanto que para outras se faria desagradável ou mesmo muito difícil. “A leitura é, em primeiro lugar, um movimento de olhos. Ponto de partida de um fenômeno de compreensão e assimilação que é invisível e do qual nós só podemos distinguir, ainda que fortuitamente, nada mais que os sinais exteriores: satisfação, interesse, emoção, aborrecimento”.⁷

Já Moreira Leite, psicólogo e pesquisador e professor de reconhecida capacidade, compara o ato de ler ao de escrever. “Assim se compreende que a leitura seja também uma forma de pensamento criador e exija também a capacidade de supor-

tar tensões e de reagir a elas produtivamente. A história que elimina os conflitos, isto é, termina bem, não parece oferecer um desafio suficiente a determinado grupo de leitores; no outro extremo, a história em que permanecem os desequilíbrios pode parecer intelectual ou emocionalmente angustiante para o outro grupo”.³

Por outro lado Escarpit, Diretor de L'Institut de Littérature et de Techniques Artistiques de Masse, entende que “a literatura é a reconstrução de uma obra nova pelo leitor a partir dessa amostra (o texto escrito). É outra experiência, que se caracteriza pelo confronto entre as imposições do texto e a predisposição do leitor”.²

Um ponto, porém, é comum a todos os especialistas: a leitura é um processo de evolução lenta e gradual, que requer um programa de aprendizagem, e não deve ser confundida com a simples decifração de símbolos gráficos ou reconhecimento de letras, sílabas ou palavras.

Esta aprendizagem, no entender de Bacha, que se apoia nas pesquisas de Russell, compreende seis estágios de evolução: o de preparação, o de iniciação, o de desenvolvimento rápido, o de desenvolvimento gradual, o de expansão e o de aperfeiçoamento.

Um pormenor que a autora, emérita educadora, enfatiza é a individualidade característica deste processo de evolução. “Cada criança aprende a ler de maneira peculiar e em uma cadência própria, que não pode ser ignorada”.¹

3 – NÍVEIS DE LEITURA

Do exposto é possível deduzir que, sendo a leitura um fenômeno bastante complexo, envolvendo variáveis múltiplas,



nenhum leitor amadurecido se forma de um dia para outro. Se é fato que cada indivíduo tem seu próprio ritmo de evolução em leitura, também é verdade que nem todos completam o processo de aprendizagem, e que cada um lê à sua maneira conforme seu grau de experiência e motivações pessoais, atingindo diferentes níveis de compreensão.

Para uma visão mais particularizada da questão, toma-se interessante ainda examinar estudos dos especialistas sobre os diferentes níveis em que a leitura pode acontecer. Dois trabalhos, em especial, parecem mais adequados à uma perspectiva de abordagem biblioteconômica.

O primeiro, de Soriano, mostra as possibilidades de leitura, a partir do grau de desenvolvimento de mecanismos e habilidades técnicas, e estabelece cinco níveis, a saber:

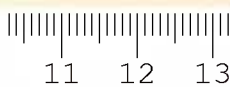
1. leitura balbuciada — que corresponde a uma habilidade insuficiente de mecanismos de leitura. Permite, freqüentemente, adquirir uma certa informação, jamais atingindo a identificação e o “prazer do texto”. Pode, em um adulto, coexistir com o espírito crítico. É uma aquisição frágil, que precisa ser consolidada e que pode desaparecer.
2. leitura corrente, mas que se mantém lenta e subvocalizada — Permite a aquisição de informações, mas muito raramente a identificação e o “prazer do texto”. Em um adulto coexiste muitas vezes, mas não necessariamente, com o espírito crítico.
3. leitura rápida — Possibilita a identificação, em menor grau que a aquisição de informações e mais

raramente ainda o “prazer do texto”. Não supõe obrigatoriamente o espírito crítico.

4. leitura muito rápida ou super-leitura — Proporciona a identificação e ao mesmo tempo uma aquisição sistemática de informações especializadas ou cultura geral. Facilita a aquisição do espírito crítico, mas não se mantém inelutável. Não inclui indispensavelmente a flexibilidade.
5. super-leitura com espírito crítico e flexibilidade — É a maior parte do tempo rápida, mas sabe, oportunamente, tornar-se lenta. Um bom leitor sabe questionar o que leu e não ignora que se trata de uma aprendizagem que dura toda a vida.

O segundo, de Scherf, Diretor da Biblioteca Internacional da Juventude de Munique, deixa de enfocar o progresso das habilidades técnicas da leitura, para esmiuçar mais de perto o desenvolvimento da criança em direção à maturidade.

“A fim de determinar o grau em que a leitura de ficção pode contribuir tanto para o desenvolvimento de nossa compreensão crítica do mundo, como para nossa participação autônoma nas tarefas da vida, devemos antes analisar, desde o início, o desenvolvimento do diálogo de uma criança com o mundo: primeiro sua projeção para dentro dele; segundo, sua identificação com ele; e, finalmente, sua formação de atitudes críticas de leitura. Estes passos são mais do que inter-relacionados: cada um evolui do precedente, e os três devem ocorrer precisamente nesta sequência, para que as atitudes elementares de leitura tenham oportunidade de amadurecer”.⁵



Em sua tese, explica: “A base elementar da leitura se apoia no diálogo entre a criança e seus pais (ou uma ou duas pessoas que se encarregam do papel dos pais)”. Por isso, enfatiza de forma especial os livros de figura, cuja função é “provocar a recordação de experiências básicas significativas com o mundo circundante, recordações experimentadas junto com os pais, que as intensificam e ampliam enquanto dão o sentimento de absoluta segurança em face do mundo exterior”.⁵

Prossegue suas reflexões destacando que “a leitura projetiva envolve engajamento num psicodrama. Dessa forma, percorrendo as aventuras de nossa constelação de conflitos, percorremos os estágios de maturação, desde que nos tenhamos proposto o objetivo de construir nossa vida individual. Se este processo falha, se largamos mão do objetivo, então constituímos a projetar, mas impedimos nossa própria maturação. O jogo de projeção toma-se cada vez mais um padrão mecânico. (...) O resultado final é que o leitor se torna um consumidor de matéria trivial, correspondendo como um clichê a seu conflito, que não demanda nem engajamento real, nem uma execução psíquica”.⁵

Também sobre o processo de identificação, distingue que “essa leitura pode tomar uma de duas direções: substituição, fuga, repetição mecânica, mesmo doença — ou corroboração, confirmação, fonte de invenção para o explorador e, de certa maneira também, a confrontação experimentada com a realidade”.⁵

E finaliza o seu parecer: “A rota usual para a distância crítica é o convite a se identificar com um herói que sofre e completa um processo de amadurecimento. (...) Mas, em sua propensão a

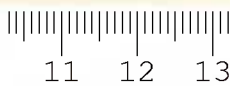
tomar partido e se engajar na causa de um mundo melhor, o jovem leitor pode facilmente ser enganado. Conseguir ou não evitar essa sedução, é uma questão de transformar, ou não, a identificação com as figuras ideais num distanciamento crítico, uma agudização da consciência e compreensão dos conflitos dos outros”.⁵

Do trabalho de Scherf salienta-se uma outra informação interessante: “Mesmo como adultos, nos relacionamos com um livro nos três diferentes níveis, de distância crítica, identificação e projeção; mas porque somos adultos, o que constitui uma suposição de que sofremos com sucesso o processo de maturação, devemos estar cômicos dos abismos ao longo do caminho e conscientemente lutar para evitá-los”.⁵ Como se vê, a atitude crítica seria o ponto mais alto do processo. No entanto, ela não representa uma conquista permanente, nem estável.

Além disso, a experiência diária com a leitura infantil comprova, também, que uma criança ou jovem, mesmo que leitores constantes, voltam a solicitar e reler, com prazer, histórias que há muito conheceram, e que, à primeira vista, poderiam ser julgadas inadequadas ao nível de desenvolvimento já alcançado. Os interesses de leitura deslocam-se, de maneira imprevisível, entre obras de compreensão mais fácil e rápida e outras mais difíceis e densas.

4 — NÍVEIS DE LEITURA x FAIXA ETÁRIA

Ante as observações feitas, ocorre uma primeira reflexão. Sendo a leitura um ato tão individual, que evolui e repercute de maneira tão diferente de pessoa para pessoa, coincidirá sempre e necessariamente com o grau de escolaridade ou com a idade cronológica do leitor?



Pesquisa recentemente realizada no Brasil demonstrou que "o leitor manco — aquele que não sabe se organizar — invade todos os níveis educacionais".⁶

Se é fato que a biblioteca quer colaborar na formação do hábito de leitura e auxiliar o "leitor manco" a se tornar independente, deve-se, antes de mais nada, aceitar como contingência da nossa situação educacional e cultural, os diferentes níveis de leitura e os variados estágios de habilidades técnicas dos leitores efetivos e potenciais. É necessário, ainda, ir mais longe. É preciso integrar a biblioteca nos vários programas de educação compensatória, muitos dos quais são aplicados em crianças da faixa etária pré-escolar, com intenção de eliminar os efeitos da privação cultural.

"A fragilidade dos hábitos de leitura tem causas mais remotas, que recuam à infância pré-escolar. É provavelmente nessa idade que se formam as atitudes fundamentais diante do livro. A criança que toma contacto com o livro, pela primeira vez, quando entra para a escola, costuma associar a leitura à situação escolar, principalmente se não há leitura no meio familiar".² Para evitar esse mal, Escarpit conclui recomendando: "É conveniente então que o livro entre para a vida da criança antes da idade escolar e passe a fazer parte dos seus brinquedos e atividades quotidianas".²

Levando-se em conta a realidade brasileira, é fácil constatar que, em muitas regiões, em virtude de condições socio-econômicas e culturais, essa iniciativa só poderá se tomar realidade através dos serviços de uma biblioteca infantil.

Além disso, há que se considerar, ainda, os dados estatísticos sobre os altos índices de reprovação e evasão escolar, bem como o aumento crescente

de alunos matriculados nos cursos supletivos e de alfabetização de adultos.

Outro elemento que se deve ter presente e "que constitui particularidade das sociedades em rápida expansão demográfica é o fato de que a seletividade da educação ocorre de modo muito mais brutal. E isto porque o número dos que são aliçados da escola é proporcionalmente muito maior do que o dos que são por ela beneficiados".⁴

De maneira que, diante da reconhecida pirâmide escolar brasileira, não há mais qualquer dúvida sobre a defasagem existente entre o nível real de leitura, grau de escolaridade e idade cronológica.

Entretanto, o sistema de classificação mais comumente empregado no Brasil em bibliotecas públicas (CDD) não adota nenhuma tabela especial para as obras de literatura infanto-juvenil. Com o aumento da produção desse tipo de material, essa falta se faz sentir. Por outro lado, a necessidade de divisão do material acumulado, com vistas a facilitar o seu uso, fez com que dois critérios, por sua praticidade, passassem a ser muito usados: por faixa etária e/ou por ano escolar.

Esta prática provavelmente começou a partir da distorção do sentido educativo da biblioteca. O pressuposto de que se deveria atender mais especificamente às necessidades de leitura do ensino formal tornou-se comum; e, daí, à proibição de pré-escolares e adultos na biblioteca infantil e de adolescentes na biblioteca pública foi um passo.

Ora, esta divisão, artificial e arbitrária, não corresponde, de maneira alguma à evolução natural de habilidades e atitudes de leitura de grande parte da população, que, conseqüentemente, deixa de se beneficiar dos serviços da maioria, senão



da totalidade, das bibliotecas existentes.

O estabelecimento de uma idade mínima e/ou máxima, como condição prévia para a frequência da biblioteca, é uma atitude inconveniente, esdrúxula e completamente condenável, que em nada auxilia a formação de hábitos de leitura permanente, além de ser incompatível com os objetivos que a instituição deve ter em mira.

O livre acesso da criança na faixa pré-escolar à biblioteca infantil, do adolescente à biblioteca pública e do adulto à seção juvenil não só deve ser incentivado, mas constituir meta a ser atingida em curto prazo. Ademais, essa orientação não se deve restringir, simplesmente, ao manuseio e escolha dos livros nas estantes, mas da possibilidade efetiva de qualquer indivíduo utilizar-se do acervo da biblioteca de sua preferência, como julgar conveniente, sem dependência de sua idade cronológica ou escolaridade.

Esta nova política não impede que as coleções infantis ou de outros materiais do acervo da biblioteca sejam colocadas em salas separadas, para maior conveniência dos usuários adultos e infanto-juvenis. A distribuição física do material deve significar um estímulo e um convite ao leitor e não dificuldades a maior difusão do gosto pela leitura.

5 – CONCLUSÃO

Em conclusão, o que se procura sugerir é que os bibliotecários se preocupem mais com o atendimento dos vários

níveis de leitura, mesmo contrariando normas burocraticamente estabelecidas.

Um dos resultados previstos é a redução de custos, pois a orientação proposta torna dispensável a aquisição em duplicata de obras que interessam simultaneamente a adultos, adolescentes e crianças. Essa economia, acrescida da maior rotatividade dos acervos existentes e a consequente diminuição da capacidade ociosa das bibliotecas, são fatores favoráveis de ordem econômica.

Além disso, tal medida cria nova imagem da biblioteca, como instituição mais aberta, mais útil, mais liberal, menos elitista, e, portanto, mais popular. Essa popularização possibilitaria sua transformação de estático fator de cultura e educação, que tão empenhadamente se procura conversar, em agente dinâmico do progresso da civilização; de entidade passiva a instituição alerta aos interesses sociais, não restritos, evidentemente, aos da pequena porcentagem de estudantes que as estatísticas oficiais apontam, em confronto com o restante da população.

No momento em que todo o país se esforça para atingir um desenvolvimento integrado e sempre ascendente, é oportuno, sem dúvida, que os bibliotecários tragam a sua colaboração para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Mostrar os problemas existentes e apreciá-los sob aspectos que passam muitas vezes despercebidos era a intenção visada, sem maiores pretensões e no intuito de contribuir para a popularização das bibliotecas e melhor aproveitamento dos seus recursos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — BACHA, M.L. *Leitura na primeira série*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1969. (Educação Primária. Guias de Ensino).
- 2 — BARKER, R. & ESCARPIT, R. *A fome de ler*. Trad. J.J. Veiga. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas; Brasília, INL, 1975.
- 3 — LEITE, D.M. *Psicologia e literatura*. 2.ed. Rio de Janeiro, Nacional; São Paulo, EDUSP, 1967. (Coleção Ensaio, 4).
- 4 — MELLO, G.N. de Crescimento da clientela escolar e democratização do ensino: uma questão de definir a quem beneficiar prioritariamente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas (28): 49-57, mar. 1979.
- 5 — SCHERF, W. Projeção, identificação e participação crítica. Trad. Eglê Malheiro. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 9 (39): 14-21, jul./set. 1977.
- 6 — SILVA, E.T. da & MAHER, J.P. O enigma da leitura no Brasil: afinal quando começaremos a desvendá-lo? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas (26): 89-91, set. 1978.
- 7 — SORIANO, M. *Guide de littérature pour la jeunesse: courantes, problèmes, choix d'auteurs*. Paris, Flammarion, 1975.



O Que é Que a Criança Sabe dos Livros Escritos Para Ela

CDU 087.5

Fanny Abramovich *

Preferências e desgostos de oito crianças de 6 a 11 anos em relação aos livros que leram.

Um dia, pensei que se poderia tentar ver o que as crianças andam pensando sobre os livros que escrevem para elas... A sua ótica, a sua crítica, as suas expectativas...

Conversei com 8 crianças (4 meninos e 4 meninas), cujas idades variam de 6 a 11 anos de idade. Não tive a menor intenção de fazer uma pesquisa, com tabulações e conclusões: simplesmente o registo do depoimento das crianças. Para todas fiz as mesmas perguntas e, evidentemente, as opiniões divergiram (e até frontalmente). Bati um papo com cada uma delas em separado.

Muito bem, estas crianças faladeiras, ágeis, lidas ou não, interessadas em livros ou não, e muito surpreendentes em suas respostas, são: Mariana Viana Mansur (6

* Pedagoga, crítica de teatro, de literatura, de discos infanto-juvenis. Colaboradora da "Coluna da Criança" do *Jornal da Tarde*; Prémio Van Jaffa de crítica teatral.



— anos), Camilo Senedo (7 anos), Renata Wasserman (8 anos), Gabriel Prudente de Toledo Siqueira (9 anos), Fábio Rigobelo (9 anos), Renata Helena Martins (11 anos), Sérgio Rosenberg Aratangi (11 anos) e Marta da Silveira Luedemann (11 anos).

O melhor livro? As preferências e as razões são díspares. . . Para Mariana, o melhor é — **ROMEU E JULIETA** —, para Camilo é “O livro da história do Brasil, que é legal e porque eu sou brasileiro. . .”. Para Renatinho **O SÍTIO DO PICAPAU AMARELO** e para Gabriel, outra vez, a escolha recai em Lobato: “É **HANS STADEN**, deste eu gostei muito!” Fábio fica com “**A PREFEITURA É NOSSA** — porque tem um monte de coisas jóias!”. Renata Helena explica mais: “O melhor livro mesmo, foi **REINAÇÕES DE NARIZINHO**, de Monteiro Lobato. . . Não sei o que ele fazia prá ter tantas idéias tão boas prá literatura infantil. . . Ele punha fantasia na realidade!” Sérgio tem duas escolhas: “Gosto de livros de crônicas, das do Drummond. E também muito do **ROBIN HOOD**”. E Marta sabe dos seus porquês: “Eu acho que é o do Júlio Verne, **A ILHA MISTERIOSA**. . . Sabe, porque no começo é meio chato, no fim tem suspense e por isto eu gosto”.

O livro mais chato de todos? Para Gabriel e Fábio não tem nenhum livro chato. . . Mas para os outros sim. Mariana aponta sem hesitação: “É o **ENIGMA DO AUTÓDROMO DE INTERLAGOS**”. Camilo aproveita e se queixa: “É um que eu comprei e eu detestei. . . Eu não fiz uma boa compra não. . . Chama-se **PASSA-TEMPOS**”. Renatinha responsabiliza o pai: “Foi o livro que o meu pai me deu, que parecia ser de criança. . . Mas não é, e é muito chato. É o **ZERO, ZERO, AL-**

PISTE”. Renata Helena começou dizendo que: “Não existe, não. . . Livro é sempre bom! Ah, lembrei. . . Tem o **HEIDI** que é super-chato, mas tanto que eu até parei, no meio. . .” Sérgio é incisivo: **XISTO. É chatérrimo!**”. E Marta já se aborrece com outras coisas: É a da história do Cabral, de acontecimentos. . . Não gosto de ler estas chatices”.

Ah, o livro mais bonito de todos, qual seria? As meninas escolheram estes. . . Mariana: “De figuras, é a **BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES**. . . tem um, de folha dura, o **ROMEU E JULIETA**, que é a história que é mais bonita, as figuras não. . . Agora, história e figuras, tudo bonito, é o **VIRAMUNDO VAI À FRANÇA**. Renata não soube o que responder. . . Marta fica com o **HAMLET**, do Shakespeare, numa edição em quadrinhos e Renata Helena conta: “Ah, tem um monte! O próprio **REINAÇÕES DE NARIZINHO** é muito bonito. . . O **PÁSSARO AZUL** é o mais bonito mesmo! E tem “**OS CISES SELVAGENS**” que é maravilhoso e tão desconhecido, o que é uma pena. . .” Os meninos, em matéria de beleza”, apontam outros. Camilo vai falando: “Ah! é um da Biblioteca que eu tirei, que é **HISTÓRIAS DO FOLCLORE BRASILEIRO**. . . Os desenhos são tão bonitos, tem corujinhas e tudo”. Fábio, rápido aponta: “**A ILHA DO TESOURO**”, Gabriel escolhe “**OS TRÊS PORQUINHOS**” de Érico Veríssimo. . . é bonita a história e os desenhos”. E Sérgio fica outra vez com “**O ROBIN HOOD**, por causa da história”.

. . . e o livro mais engraçado de todos, qual seria? Para Marta, sem dúvida alguma: “**ALEXANDRE E OUTROS HERÓIS** do Graciliano Ramos”. Para Sérgio, sempre fiel as suas escolhas: “**Umas crônicas do Drummond e do Fernando**



Sabino. . . FRANCISCO E A CABRA do Drummond é muito divertido! O diálogo, então, é ótimo!”. Renata Helena diz que história muito divertida é JUCA JABUTI, D. LEONCIA E A SUPER ONÇA do Origens Lessa. É engraçadíssimo! Ele descobre como ficar invisível e fica assustando todo o mundo. . . Ele é profeta, ele profetiza os “culos”. Fábio continua com A PREFEITURA É NOSSA e não abre. Para Renata: “Tenho um monte. . . Agora que eu lembro o nome é OS COLEGAS”. Camilo escolheu uma revista, “foi uma história da Mônica” e Mariana tem alguns: O NICOLAU TINHA UMA IDÉIA, que tem os pensamentos dela e fala coisas prá gente fazer. . . Tem MEMÓRIAS DA EMÍLIA porque fala da Emília. . . e o ASA CURTA, porque meu pai é que escreveu e O IDA E VOLTA e o DE HORA EM HORA

E qual seria o livro mais triste, o que/daria aquela tristeza gostosa. . . Para Fábio “é um capítulo, mas só um, do MENINO DO DEDO VERDE”; enquanto que Gabriel afirma que “nunca li nenhum livro triste”, opinião compartilhada por Renata. Já para Camilo “foi uma história de terror, de um soldado que matava o outro. . . O livro é do meu avô! Sabe, foi o livro mais triste que eu já li na minha vida”. Mariana vai contando: “CAXUMBA, porque tem a menina que pega caxumba e depois a família toda pega. . . e UMA HISTÓRIA SEM PALAVRAS, que tem um menino que encontra outro chorando, ele leva ele prá casa, dá comida e espera ele tomar banho. . .” Para Renata Helena é A TERRA É AZUL, que é uma história triste, triste, triste. . . “É dum menino que perde o pai, ele é arrimo de família, trabalha de pedreiro e de lanterninha. . . E a mãe, ainda por cima, tratava ele como um adulto, coitadinho! No fim, percebe

que nem tudo neste mundo é tão triste. . .”. Sérgio, que de começo não se lembrava de nenhum livro assim, de repente já foi dizendo: “Tem o MENINO DO DEDO VERDE que é triste, triste! E OS SOBRE-VIVENTES, que é a história real lá dos Andes. . . no final, tem algumas piadas, mas no meio do acidente, é impossível. E aí é muito triste!” Marta já fala que É O GATO MALHADO E A ANDORINHA SINHA, por causa do final dele, eles acabam separados. . .”

E qual foi aquele livro que nem deu para acabar de ler, porque encheu ou qualquer outra coisa? Tanto para Mariana quanto para Fábio, isto nunca aconteceu. Para Renata: “tive sim! Um até do Sítio. . . Aquele do HISTÓRIA DO MUNDO PARA CRIANÇAS”. Gabriel também não terminou um do Lobato. “Foi O SACI. Não gostei mesmo!”. Marta, enibora adore Júlio Verne, o que não agüentou foi: o DA TERRA À LUA, que é muito enrolado e aí não gostei. . .”. Sérgio repetiu uma experiência: “Foi outro do XISTO. . . Eu quis ler, li 2 capítulo, tentei e desisti. . .”. Camilo, fiel admirador dos quadrinhos, largou “foi um do Mickey lá na Disneylândia”. E Renata Helena conta “que foi O SEGREDO AZUL, porque tava muito chato. O livro não tava é com nada”.

O livro mais bobo de todos? Para Renata e Mariana, não tem nenhum não. . . Já Camilo acha que foi “O livro de um mágico, de cartola, que era muito bobo e chato!”. Renata Helena fica com “todos os livrinhos de histórias tipo Branca de Neve — que a gente conhece de cor e salteado”. Para Gabriel continua sendo “O SACI que é muito bobo mesmo!”. Já Fábio diz que é REINAÇÕES DE MICHÍ E LUCI e para Marta: “Foi a FADA



QUE TINHA IDÉIAS". Sérgio nem tem dúvidas, mas tem explicações: "É OS COLEGAS. . . li no ano passado prá Escola. . . prá minha idade é bem bobo".

As escolhas foram feitas, mas ainda estava faltando saber muita coisa. Perguntei sobre o tipo de história que estaria faltando, que deveria ter mais. Mariana e Renata acham que não está faltando nada. Camilo reclama é das "histórias que faziam com os animais (tartaruga, gato, boi) onde tudo falava. . . E o retrato era de verdade e tudo falava. Abriam a boca e jup. . . Isto é que deveria existir". . . Já/Fábio/sente falta é de "uma história assim, de bastante aventuras. . .". Renata Helena tem até exemplo: "Tá faltando é história feito O GENIO DO CRIME, que tem tudo misturado. . . Tem fantasia, tem policial, tem suspense, tem mistério e dá vontade de chorar também. . . É deste tipo de livro que estamos precisando!". Marta também tem propostas e claras: "Devia contar mais coisas de agora. . . São sempre de um tempo muito atrás. . . Falta falar mais de realidade!" Opinião que é endossada por Sérgio: "Precisa é de livros de histórias reais".

Se existem histórias faltando, há também aquele outro tipo, que já se repete demais. Qual seria? Fábio acha que "São as de fantasia, os contos de fadas. Tem muito!", o que acha também Gabriel. Renata e Mariana não acham que tenha nada demais. . . Camilo, tem outra bronca: "É aqueles da Emília, ela quer sempre transformar tudo! Em todas as histórias ela quer sempre modificar tudo!". Sérgio e Marta também não aguentam mais com tantos contos de fadas, nem Renata Helena, que acha que tem tantas, "que a gente já sabe até de trás prá frente".

Quando entram numa livraria, que procuram como sabem do que se trata ou com sabem se o livro vale a pena ser lido? É diferente para cada um. . . Fábio vai direto "procurar os livros que a Escola manda. . . Agora comprei, mas ainda não li, AS COLEGAS e A BOLSA AMARELA". Camilo vai pouco à livrarias, "mas às vezes eu vou e aí procuro é pela capa". Gabriel vai achar é "pelo nome da história ou pelo nome do autor". Renata diz que "depende. . . olho um pedaço da história primeiro. . . Só compro quando vejo que a história é boa!" Mariana vai direto: "Procuro mais é uma coleção que acho muito legal, a Joinha. Tem capa dura e desenhos em relevo." Sérgio diferencia bem o momento: "se for pra comprar prá mim, eu tento é achar o TIMTIM e a história de aventuras e reais!". Renata Helena vai devagarinho: "Vejo o resuminho e leio. . . Se não tiver, vejo pelo nome, pelo desenho, dou uma olhadinha. . . Quando não dá prá abrir, paciência!" Marta tem muitos critérios: "Às vezes, vou pelo desenho, outras pelo autor. . . Às vezes conheço o autor e fico interessada. . . E também pelo nome do livro".

Qual o autor preferido, aquele que é o mais amado? Para Gabriel, Renata e Mariana a escolha é a mesma: Monteiro Lobato. Camilo fica mesmo é com Walt Disney, sem maiores discussões. Fábio gosta do Érico Veríssimo. Sérgio, do Drummond e ponto final. Marta tem um leque aberto: "Eu acho que é o ÉRICO VERÍSSIMO, e o GRACILIANO. O Érico, eu li quando era pequena. É bonitinho, ele fantasia mas não tanto. . . O Lobato, às vezes é gostoso de ler, mas nem sempre. . . E o Drummond é muito bom!" E Renata Helena aponta três escritores: "Lobato, Origines Lessa é o Andersen, porque ele inventa histórias, não conta as que todo o mundo já sabe". Mariana



ainda quis dizer que o livro mais feio de todos é o **É FOGO**, dum lugar que pega fogo. E o mais bonitinho ela acha que é a **ROSA MARIA DO CASTELO ENCAN-TADO**.

Por último, perguntamos para cada um o que uma história tinha que ter para ser uma boa história. Camilo acha que: "Precisa ser engraçada, ter muita correria, ter muita confusão, muito barulho. . . Precisa ser com natureza, com navio, com todas as coisas gostosas". Gabriel opina que "tem pouca aventura e precisa ter muita!". Mariana tem muitas exigên-cias: "Tem que ser uma história bonita, tem que ser triste, tem que ser engraçada. . . E o fim, então? Se for história de gigante, de monstro, tem que acabar matando ele. . . Se começa triste, tem que mudar, não pode ser sempre igual!". . . Sérgio também levanta suas exigências: "Tem que ter um pouco de ação! Tem que estar na realidade, falar de coisas que acontecem e ter um pouco de fantasia também. . . E precisa ter um pouco de piada. . . Precisa ter muita variedade: ora que seja muito alegre ora bem tris-te".

Para Fábio, uma boa história tem que ter: "Bastante aventuras. . . Precisa ser engraçada. . . Não precisa ter desenho bonito, nem precisa deixar a gente com medo. . . Mas precisa ter um sonho, algu-ma coisa assim, feito um sonho!". Marta acha que: "Precisa ter realidade, tristeza e alegria. . . Um pouco de romance. . . Às vezes precisa ser engraçada, mas nem sempre. . . Agora, precisa é sempre ser bonita!". Renata Helena acredita que: "Precisa ter tudo! Precisa um capítulo que aconteça alguma coisa muito triste, outro uma muito boa, outro alguma coisa agradável, outro levar um susto, outro ganhar muito dinheiro, outro per-

der tudo. . . e o livro precisa contar muito mais sobre a cultura brasileira, assim como o Lobato fazia. . . Ter Saci, Mula-Sem-Cabeça. . . Por que falar do Fantasma e não das nossas lendas? Tá faltando isso! Eu adoro, em quadrinhos, a **TURMA DO PERERÊ**, que é do Ziraldo, que é um cara muito legal prá falar dessas coisas todas".

Pois é, as crianças estão sabendo ler criticamente, ter suas opiniões claras e agudas, buscando o prazer na leitura e percebendo o que chateia, o que aborrece. Sabem, como poucos autores sabem, quais os ingredientes básicos para uma história ser boa. . . Fazem suas observações e exigências, e apontam caminhos que deveriam ser mais aprofundados e levados mais em conta, por aqueles que se propõem a escrever para elas.

Por outro lado, fica patente a for-ça da literatura indicada nas escolas. . . Boas, ruins ou péssimas, são as mais li-das, as mais marcantes. Se por um lado é muito bom perceber a perenidade e importância do Lobato/no universo des-tas crianças, não deixe de causar estranha-za o fato de elas não citarem Ruth Rocha, Ana Maria Machado, Elvira Vigna, Joel Rufino dos Santos, Wander Piroli, entre outros da última safra, todos plenos de talento, audácia e inventiva (que é o que gostariam de ler, pelas Respostas que dão. . .). Como é bonito registrar que percebem a diferença entre Andersen (criador maior) e os que recolheram mate-rial do povo. E como a poesia está distante de seus prazeres mais próximos; como rein-vindicam saber mais da realidade (os maior-zinhos), como pedem o humor, a graça, a tristeza boa e a beleza constante. Que posso eu acrescentar senão que endos-so, assino/embaixo! e dou fé, porque é também isto tudo que elas disseram, que eu busco numa história para crianças.





Leitura e Atividades Lúdicas

CDU 028:371.695

Maria Cecília M. R. Alves da Silva*

A partir das considerações sobre tipos de tarefas que, na escola brasileira, acompanham a leitura de textos, é proposto o desenvolvimento de atividades lúdicas decorrentes do ato de ler, com o objetivo de aproximar o leitor do livro e de desenvolver operações características do pensamento reflexivo. É apresentada a classificação dos jogos de leitura e, a título de ilustração, são descritos alguns jogos de cada classe.

Na escola brasileira as atividades de leitura são, via-de-regra, antecedidas, acompanhadas ou seguidas de uma série de tarefas, se não aversivas, pelo menos muito pouco motivadoras.

Desse modo, crianças e adolescentes tendem a afastar-se do livro por saber que, quase sempre, o ato de ler pressupõe uma série de solicitações desinteressantes ou desagradáveis, quais sejam: pesquisa bibliográfica sobre o autor e sua obra, estudo de vocabulário, resumos, testes de inteligência, exposições orais, discussões, trabalhos escritos e provas**. O professor, responsável tanto pela indicação da leitura, quanto pela exigência da execução das tarefas, justifica estas últimas por sua capacidade de oferecer elementos para avaliação da leitura.

* Professora-Assistente da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação da UNESP – Campus de Marília.

** A consulta dos livros didáticos de Comunicação e Expressão, bem como as fichas de leitura que acompanham obras de literatura infantil-juvenil confirmam que as atividades propostas à leitura pouco têm a ver com o interesse do leitor.



Embora reconheçamos a importância de se avaliar os resultados do ato de ler, entendemos que, pelo menos nos anos iniciais de escolaridade, um dos principais objetivos de um programa de leitura consiste em despertar no aluno o interesse e o gosto de ler. O livro, ou qualquer outro material escrito deve ser percebido pela criança e pelo adolescente como fonte de prazer, como repositório de histórias emocionantes, como algo capaz de deleitar o espírito e de concorrer com outras formas de lazer que o mundo atual coloca à disposição dos indivíduos. Por essa razão, as atividades que acompanham a leitura devem oferecer oportunidade para a ocorrência da situação desequilibradora que provoca no aluno a vontade de participar do ato educativo. Este deve, pois, apresentar-se como algo importante, significativo, realizador, que lhe devolva o equilíbrio perdido. A motivação, mesmo sendo um fenômeno interno, pode ser provocada pelo professor e a motivação para a leitura pode decorrer tanto do próprio conteúdo do texto, quanto das atividades decorrentes do mesmo.

Se a função recreativa da literatura infanto-juvenil é levada em conta pelo adulto que a produz, os professores nem sempre têm presente, quando orientam crianças e adolescentes na leitura dessas obras.

Dámaso Alonso¹ advertia-nos de que as obras literárias foram escritas para serem lidas e degustadas e não para serem analisadas, todavia muitos mestres não estabelecem nítida distinção entre a dissecação de um animal em laboratório e a leitura de uma obra literária. Ao produzir textos para crianças, os autores, às vezes, nem pressentem todas as vicissitudes a que texto e leitor serão submetidos durante o processo de leitura. Sabemos que

as crianças passam horas a fio diante de um aparelho de televisão, a ponta de se esquecerem do que se passa à sua volta. Gostaríamos de dispor de dados empíricos que nos informassem sobre seu nível de interesse em relação à T.V., caso os professores lhes impusessem, como trabalho escolar, a decomposição e a análise das mensagens recebidas.

Entendemos que, antes de dominar perfeitamente os mecanismos que lhes garantem razoável velocidade de leitura, a criança deve apenas ouvir histórias lidas pelo professor. Lidas e não mais contadas como no período que precede a alfabetização, pois a audição da leitura concorre para que adquira familiaridade com as estruturas da linguagem escrita.

As primeiras experiências da criança com o livro precisam ser agradáveis e bem sucedidas, motivos que justificam a atenção e o cuidado dispensados também a aspectos extrínsecos do material que contribuam para despertar a curiosidade do leitor e facilitar-lhe a legibilidade.

Durante essas primeiras interações com o texto, a criança lê pelo prazer de ler e o professor deve evitar o relacionamento da leitura com o trabalho escolar.² É evidente porém que mesmo essa leitura lúdica — “ingênua e descompromissada” — requer o exercício de algumas habilidades que garantem ao leitor a compreensão do texto, razão pela qual o aluno necessita de orientação e apoio durante o ato de ler.

Pensando em desvincular a leitura de tarefas desagradáveis, planejamos uma série de atividades cujos objetivos se referem ao desenvolvimento de habilidades e atitudes de leitura, contudo tais atividades, apresentadas sob forma lúdica, devem ser percebidas pela criança apenas



como um momento feliz de divertimento.

Durante muito tempo a utilização do jogo com finalidade pedagógica foi objeto de memoráveis polémicas entre educadores, determinando o aparecimento de duas correntes antagônicas: uma que defendia o primado do jogo sobre o trabalho e outra que atribuía a este último maior relevância. Recentemente, porém, atentou-se para a relação de complementariedade que se estabelece entre a pedagogia do jogo e a do trabalho, assegurando para as atividades lúdicas o espaço que lhes cabe dentro do processo educativo.³

Os jogos de leitura devem levar em conta o grau de desenvolvimento do leitor e envolver operações cuja complexidade seja dosada de acordo com a capacidade infantil.

A partir dos sete anos a criança está em condições de participar de atividades cooperativas, porquanto, já possuindo seus próprios pontos de vista, deseja confrontá-los com os de outros indivíduos, tomando contacto com opiniões contrárias às suas e argumentando em favor de suas posições. Participa ativamente dos jogos com regras e embora não memorize todas as regras, já percebe sua unidade durante determinada atividade. Além disso, consegue "inventar" regras que se transformam em regras verdadeiras à medida que obtêm a aceitação de todo o grupo.⁴

Nossa proposta é a de introduzir os jogos de leitura aproximadamente aos nove anos de idade, quando a criança lê correntemente, e quando a atividade lúdica corresponde a uma exigência de seu próprio desenvolvimento.

Sob o ponto de vista pedagógico, os jogos apresentam inúmeras vantagens: exigem prontidão de respostas, precisão

de gestos e palavras e rapidez de raciocínio; facilitam a socialização da criança e oferecem oportunidade para a expressão de sentimentos e emoções e para o desenvolvimento de determinadas operações mentais. A par disso, ensinam o treino do estudante para aceitação da vitória e da derrota, ajudando-o a atingir o equilíbrio emocional que a vida solicita dos indivíduos a cada momento.

Para fins didáticos, os jogos de leitura podem ser agrupados em jogos dramáticos, operatórios e regulados, porém é possível combiná-los, quando se deseja que as crianças realizem atividades mais complexas.

Os *jogos dramáticos* funcionam como instrumento de assimilação da realidade externa ao eu. Não exigem, necessariamente, material auxiliar e favorecem o desenvolvimento motor, sócio-emocional e intelectual do educando, além de permitir o aperfeiçoamento da linguagem oral. Os jogos de pantomimas baseiam-se apenas em expressão corporal, enquanto as dramatizações requerem também expressão verbal.

Usando textos como estímulos para a realização de jogos dramáticos, os leitores caracterizam personagens e imitam-lhes as ações, dramatizam cenas de acordo com o conteúdo textual ou efetuando alterações específicas no texto (deslocamentos espaciais ou temporais, nova caracterização de personagens ou soluções alternativas para determinados conflitos).

Os *jogos operatórios* privilegiam a atividade individual e o desenvolvimento intelectual, pois visam ao treino de habilidades específicas. Empregam fichas e cartas que devem ser agrupadas ou distribuídas em cartelas, segundo determinados critérios. Constituem exemplos elementares de jogos com regras, pois



as normas são aceitas ou elaboradas individualmente. Por meio de jogos operatórios é possível identificar personagens e relacioná-las com as respectivas ações e atributos ou, ainda, ordená-las, segundo vários critérios. Servem, ainda, para ordenar fatos de acordo com sua sequência lógico-temporal e para estabelecer relações espaciais, temporais e causais entre os fatos. Os jogos construtivos não têm ganhadores ou perdedores: constituem, por assim dizer um desafio que o leitor faz a si mesmo e são úteis para preencher o tempo das crianças que se desocupam antes das demais e para treinar habilidades requeridas para o exercício dos jogos regulados.

Os *jogos regulados*, mais complexos do que os anteriores, podem requerer cartas, fichas e cartelas e baseiam-se em atividade de grupo orientada pela obediência a regras aceitas ou fixadas por todos. Ensejam o desenvolvimento de todos os campos do comportamento e favorecem sobremaneira progressos na área social-afetiva, na medida em que a regra, percebida como resultado de um acordo comum, compromete o próprio eu de cada participante e gera o respeito mútuo. A consequência afetiva mais importante do respeito mútuo é o aparecimento do sentimento de justiça; a trapaça é excluída, não por imposição externa, mas porque contraria um acordo voluntário entre indivíduos que se estimam.⁴

Os objetivos dos jogos regulados referem-se à acumulação de características ou ações das personagens, à identificação de variações espaciais e de seu relacionamento com as ações narrativas, à inferência de idéias a partir de fatos do texto, à ordenação de fatos e idéias e à síntese de passagens textuais.

A realização dos jogos *após* a leitura pode assumir papel motivador, pois, per-

cebendo o jogo como atividade gratificante, o aluno se dá conta de que não lendo o texto, privar-se-á de momentos felizes.

A análise do desempenho de cada criança durante as atividades lúdicas oferece ao professor elementos suficientes para avaliar o resultado da leitura e para localizar deficiências que reclamam por soluções. O diagnóstico dos pontos críticos deve ser considerado para o planejamento de novos jogos para determinados educandos.

Chamamos a atenção, também para a conveniência de envolver bibliotecários escolares nesse tipo de atividade que pode ser desenvolvido fora da sala de aulas, em locais anexos à biblioteca. Por essa razão, esses profissionais poderiam trabalhar juntamente com o professor, inteirando-se dos objetivos das atividades lúdicas derivadas da leitura a fim de oferecer sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho e de orientar os usuários no sentido da consecução dos objetivos propostos.

Para ilustrar os diferentes tipos de jogos descritos, apresentamos a seguir algumas sugestões.

JOGOS DRAMÁTICOS

Nome do jogo: *Quem sou?*

Idade: 9 anos

Objetivos: relacionar personagens com as respectivas ações.

As crianças sorteiam fichas que contêm nomes de personagens. Cada participante conhece apenas o conteúdo de sua própria ficha.

Os alunos sentam-se em círculo e, cada um à sua vez vai para o meio da roda: usando palavras e/ou gestos, tenta repre-



sentar para os demais as ações características da personagem sorteada.

O participante que descobrir o nome da personagem vai para o centro do círculo e o intérprete recebe ponto positivo.

Será atribuído ponto negativo ao aluno que identificar erradamente a personagem.

Nome do jogo: *Onde? Quando?*

Idade: 15 anos

Objetivos:

- identificar caracteres temporais e espaciais do texto;
- trasladar as ações para outro tempo e outro lugar.

O professor distribui, aos diversos grupos, pequenos excertos da obra lida, nos quais os elementos indicativos de tempo e espaço sejam bem evidentes e solicita aos alunos que:

- assinalem esses elementos;
- dramatizem a passagem do texto, mudando a época e o local dos acontecimentos.

O desempenho da tarefa implica na alteração de todos os dados textuais denotativos de tempo e espaço, tais como linguagem das personagens, vestimentas, usos, costumes, referências a fatos históricos ou a dados geográficos.

JOGOS OPERATÓRIOS

Nome do jogo: *Reconstruindo*

Idade: 9-10 anos

Objetivo:

- ordenar fatos obedecendo a sequência lógico-temporal.
- identificação das idéias principais

O aluno recebe uma folha de papel mimeografada em que os fatos principais da estória lida aparecem sem a devida seqüencialização lógico temporal.

O aluno recebe instruções para:

- recortar as partes do texto;
- dar um nome a cada uma delas;
- ordenar as tiras de papel, tentando reconstituir a estória.

Para avaliar o seu desempenho, o aluno confere o seu trabalho com a chave de correção fornecida pelo professor. Se cometer erros, estes serão discutidos com o professor.

Quanto à denominação das partes será considerada correta se sintetizar o conteúdo do texto.

Lidas na seqüência correta, as fichas reproduzem o texto e a leitura do verso (da ficha) corresponde às principais idéias do texto. Com o auxílio do professor as tiras de papel podem ser reagrupadas de modo a identificar a estrutura textual.

Nome do jogo: *Personagem Oculta*

Idade: 10 anos

Objetivos:

- identificar personagens, relacionando-as com as respectivas ações;
- ler frases, alterando-lhes a estrutura;
- ordenar as ações de cada personagem de acordo com o tempo de sua ocorrência.

As crianças trabalham com dois tipos de fichas: as primeiras contêm nomes de personagens e, as segundas, frases que descrevem ações, porém o sujeito da frase, ou é representado por um pronome ou está elíptico. Às vezes, também ocorrem outros tipos de construção sintática que impedem a identificação do agente.

As cartas são colocadas sobre a mesa, com a parte escrita voltada para baixo e a criança começa a abri-las, na tentativa de formar pares. Quando isso



ocorre a criança lê a frase, integrando a ela o nome da personagem.

Ao concluir o relacionamento, a criança redistribui as cartas, de modo a agrupar todas as ações relativas à mesma personagem.

Finalmente ordena as fichas de ações, segundo o critério de sua ocorrência cronológica.

Nome do jogo: *Dominó da Narrativa*

Idade: 11-12 anos

Objetivos: Estabelecer relações causais e temporais.

As crianças trabalham com fichas semelhantes às pedras de dominó: em uma das partes da ficha existe uma oração principal e, na outra, uma oração causal ou temporal, todas elas relacionadas com ocorrências do texto.

Todas as fichas são colocadas sobre a mesa, com a parte escrita voltada para baixo. A criança deve virá-las, uma a uma, tentando encaixar o final de uma oração ao início da outra, deixando o jogo em aberto, com uma nova oração a ser completada. Se a carta virada não servir, é recolocada na mesa, com a parte escrita para cima, a fim de ser utilizada no momento adequado.

Os relacionamentos possíveis, mas em desacordo com o conteúdo do texto serão considerados incorretos. A avaliação é feita pelo professor.

JOGOS REGULADOS

Nome do jogo: *Quem foi?*

Idade: 9 anos

Objetivos:

- Relacionar personagens com as respectivas ações;
- Desenvolver a leitura oral.

Os participantes são divididos em grupos, contendo tantos elementos quantos forem as personagens da estória lida.

Cada aluno do grupo sorteia uma ficha com uma figura sugestiva da personagem que deverá representar.

Sobre a mesa são colocadas fichas que descrevem ações das personagens, sob a forma de frases interrogativas.

O jogador designado para iniciar a brincadeira, dirige aos colegas a pergunta contida nas fichas que cada um vai retirando da mesa.

O aluno que representa a personagem responsável pela ação descrita identifica-se e dá continuidade à brincadeira, lançando nova pergunta aos companheiros.* Assm:

— Quem fez tal coisa?

— Fui eu, Fulano de Tal? E tal coisa, quem fez?

A cada resposta correta atribui-se ponto positivo e os relacionamentos inadequados receberão pontos negativos. A avaliação pode ser feita pelos próprios participantes, usando fórmulas lingüísticas previamente fixadas.**

Nome do jogo: *Economizando palavras*

Idade: 13 anos

Objetivos:

- sintetizar passagens do texto;
- ordenar fatos, segundo critérios lógico-temporais;
- desenvolver a leitura oral.

* É possível combinar a brincadeira com um jogo dramático, de modo que, ao identificar-se, o participante procura reproduzir comportamentos da personagem que representa.

** Este mesmo jogo pode ter outros conteúdos como por exemplo, tempo (Quando?) ou espaço (Onde?).



O professor seleciona as principais passagens do texto e transcreve-as em fichas. São utilizadas também fichas de tamanho menor, em número igual ao das fichas escritas, porém as fichas menores estão em branco. É aconselhável não distribuir mais que três pares de fichas a cada jogador.

Os participantes deverão escrever nas fichas em branco, dentro do tempo fixado pelo professor, a síntese das passagens textuais que receberam.

Esgotado o tempo, o professor, que coordena a brincadeira e que mantém

em seu poder as fichas iniciais, lê o conteúdo desta e a respectiva síntese, colocando sobre a mesa apenas a ficha menor.

O portador da ficha que dá sequência à narrativa procederá da mesma forma. Terminado o jogo, as fichas de conteúdo sintético, colocadas sobre a mesa formarão o resumo da estória.

Serão atribuídos pontos positivos aos acertos e, negativos, aos erros.

Caso se disponha de um gravador, o jogo será desenvolvido oralmente. Grava-se apenas a síntese apresentada por cada jogador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — ALONSO, Dámaso. — *Poesía española: ensaios de método y limites estilísticos*. Madrid, Gredos, 1957.
- 2 — GUERNIER, N. — *Lecture et enseignement de français*. Paris, Hachette, 1973.
- 3 — LEIF, J. e BRUNELLE, L. — *O Jogo pelo jogo*. Trad. Júlio César C. Guimarães. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 4 — PIAGET, Jean — *Seis estudos de Psicologia*. Trad. M. Alice M. D'Amorim e Paulo S.L. Silva. Rio de Janeiro, Forense, 1969.



em um ponto de vista geral, é o estudo
do livro e a respectiva situação, considerando
a sua evolução e a sua importância
no processo de desenvolvimento da cultura
e da ciência, bem como a sua influência
na formação da consciência social e política.

Este trabalho tem como objetivo
apresentar uma visão geral da evolução
do livro e da sua importância no processo
de desenvolvimento da cultura e da ciência,
bem como a sua influência na formação
da consciência social e política.

A evolução do livro é um processo
contínuo, que se desenvolve ao longo
da história da humanidade, refletindo
as mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

Este trabalho tem como objetivo
apresentar uma visão geral da evolução
do livro e da sua importância no processo
de desenvolvimento da cultura e da ciência,
bem como a sua influência na formação
da consciência social e política.

A evolução do livro é um processo
contínuo, que se desenvolve ao longo
da história da humanidade, refletindo
as mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

Este trabalho tem como objetivo
apresentar uma visão geral da evolução
do livro e da sua importância no processo
de desenvolvimento da cultura e da ciência,
bem como a sua influência na formação
da consciência social e política.

A evolução do livro é um processo
contínuo, que se desenvolve ao longo
da história da humanidade, refletindo
as mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

Este trabalho tem como objetivo
apresentar uma visão geral da evolução
do livro e da sua importância no processo
de desenvolvimento da cultura e da ciência,
bem como a sua influência na formação
da consciência social e política.

A evolução do livro é um processo
contínuo, que se desenvolve ao longo
da história da humanidade, refletindo
as mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

Este trabalho tem como objetivo
apresentar uma visão geral da evolução
do livro e da sua importância no processo
de desenvolvimento da cultura e da ciência,
bem como a sua influência na formação
da consciência social e política.

A evolução do livro é um processo
contínuo, que se desenvolve ao longo
da história da humanidade, refletindo
as mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

Este trabalho tem como objetivo
apresentar uma visão geral da evolução
do livro e da sua importância no processo
de desenvolvimento da cultura e da ciência,
bem como a sua influência na formação
da consciência social e política.

A evolução do livro é um processo
contínuo, que se desenvolve ao longo
da história da humanidade, refletindo
as mudanças sociais, culturais e tecnológicas.

Este trabalho tem como objetivo
apresentar uma visão geral da evolução
do livro e da sua importância no processo
de desenvolvimento da cultura e da ciência,
bem como a sua influência na formação
da consciência social e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, M. A. O livro e a cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
2. ALMEIDA, M. A. O livro e a cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
3. ALMEIDA, M. A. O livro e a cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
4. ALMEIDA, M. A. O livro e a cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
5. ALMEIDA, M. A. O livro e a cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
6. ALMEIDA, M. A. O livro e a cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
7. ALMEIDA, M. A. O livro e a cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
8. ALMEIDA, M. A. O livro e a cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
9. ALMEIDA, M. A. O livro e a cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
10. ALMEIDA, M. A. O livro e a cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.



Uma Cidade Com Apenas Três Livros

CDU 82

Célia Berrettini *

Através de exemplos de obras-primas (escritas por Cervantes, Molière, Flaubert e Eça de Queiroz), ressalta-se a influência da literatura nos próprios personagens dos romances — o que os leva a um mundo de fantasia. Por outro lado, um conto de Monteiro Lobato, inserido em A Vida em Oblivion, enfoca a cultura precária de uma cidade fictícia do Estado de São Paulo, onde havia apenas três livros disponíveis para toda a população no início deste século.

Em não poucas literaturas, encontramos obras cujas personagens são autênticas devoradoras de romances ou peças de teatro, chegando até mesmo a sofrer-lhes a influência, nem sempre benéfica. Passam tais leitores a viver num mundo fictício, à imagem daquele que rodeia os protagonistas de suas leituras; atraídos pelo mundo da ficção, diante do qual a realidade aparece opaca e sem atrativos, aspiram a uma vida plena de lances, de felicidade, colorida e idêntica à daqueles seres que lhes povoam a mente, a partir do momento em que encetaram tais leituras. A literatura — neste caso —, lídima forma de evasão da realidade, lhes permite o saciar a sede de aventuras, o criar um mundo que compensa, quer o prosaísmo da vida quotidiana, quer os anseios de justiça; enfim, o atingir um ideal.

Em rápida e, portanto, incompleta incursão através de algumas literaturas

* Livre-docente pela Escola de Comunicações e Artes USP, Professora de História da Literatura do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.



européias, detenhamo-nos, por exemplo, na Espanha do começo do século XVII e naquela imortal obra de Cervantes —, *As aventuras do engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha* —, cujo protagonista, preenchendo suas não raras horas de ócio com leituras de romances de cavalaria, que estavam então na moda, sente irrefreavelmente a sua atração e influência; absorvo naquela massa de livros que narram proezas fantásticas, inverossímeis, perde o juízo e, na sua sandice, imagina-se um novo cavaleiro andante que vai lutar contra o mal e a desgraça disseminados pelo mundo, embora não chegue a afastar-se muito do seu lar, e sempre saia derrotado de suas “batalhas”. Seu ideal é, porém, inalcançável.

Passando para a França do século XVII, encontramos duas personagens de Molière — *As preciosas ridículas* —, sôfregas e assíduas leitoras dos longos e românicos romances preciosos que faziam o deleite de grande parte dos franceses da época. Alienando-se da modesta realidade que as circunda — não são sequer parisienses! —, vêem-se nobres, elegantes e pretendem comicamente usufruir das aventuras galantes, refinadas, que caracterizavam aquele tipo de literatura. E, na mesma França, se bem que no século XIX, Flaubert criou Ema Bovary, a célebre *Madame Bovary*, insatisfeita e eterna sonhadora, que não é mais que um produto de uma sensibilidade exacerbada, nutrida com leituras românticas, com os romances históricos de Walter Scott e outros. Distância entre a realidade e as fantasias armazenadas em sua mente; e a conseqüente desilusão, seja com o marido medíocre, seja com seus outros amores que não correspondem jamais ao ideal sonhado — tal é a vida da protagonista, que conduz ao inevitável suicídio como a única forma de evasão dos problemas

que criou, por seu acentuado espírito quimérico, em parte fruto de leituras. . . Donde o termo “bovarysmo” para designar a faculdade da criatura humana de iludir-se sobre si mesmo, de crer-se tal como desejaria ser e de sonhar com felicidades inatingíveis. . .

Portugal recebeu da França Ema Bovary, e Eça de Queiroz, com *O primo Basílio*, criou Luisa, que, como a irmã francesa, se extasia diante de personagens literárias: fica enlevada com a leitura da vida de Margarida Gautier, em *A dama das camélias*; sente-se transportar a outras plagas e para outras vidas, graças às suas freqüentes leituras. . .

Exemplos outros poderiam aqui ser recordados para a ilustração da presença — em obras de ficção — de bibliotecas ou conjunto de livros, cuja leitura em massa exerce influência sobre os leitores permeáveis à sua marca. Mas o título de nosso breve estudo/acena/com escassez e não com riqueza de leituras, pois *três livros* constituem uma quantidade irrisória para que se possa pensar no que comumente se entende por biblioteca. E tal carência de livros se encontra num conto de Monteiro Lobato que, sem isolar ou individualizar personagens, focaliza, e de maneira geral, os pacatos e amorfos habitantes de uma cidadezinha de S. Paulo de começo do século, mergulhada no maior desalento. Trata-se de um conto, de poucas páginas, inserido no Capítulo “A vida em Oblivion”, do volume *Cidades Mortas*.¹

Cidade cansada, exaurida, tal “soldado que fraqueasse na marcha e, não podendo acompanhar o batalhão, à beira do caminho se deixasse ficar, exausto e só com os olhos saudosos pausados na nuvem de poeira erguida além”, é “Oblivion” uma cidade morta, isolada — sem telégrafo e sem estrada de ferro que a aproxime



das outras cidades —, afastada, pois, da civilização.

Não nos encontramos mais na Espanha ou na França dos áureos tempos, ou em Portugal ou na França do século XIX; mas no Brasil do começo do século atual — o conto data de 1908 —, e não numa capital. Monteiro Lobato reflete a situação nacional, num determinado momento — situação remota, quer pelo tempo transcorrido, quer pela evolução da vida brasileira. Já vai longe o tempo em que cidades não dispunham de rádio ou televisão; já passou o tempo em que a política nacional tinha como centro exclusivo o café.

A "Oblivion" de Lobato é uma cidade esquecida, vale dizer, "morta". Sem entusiasmo, sem horizontes, condenados ao isolamento, os habitantes, na sua maioria, não dispõem de incentivos; suas leituras são escassas — apenas *três livros* —, e ainda que o autor se cale a respeito, parece indiscutível que os leitores não são muitos. Serão todos alfabetizados? E todos compreenderão o francês? Esta última questão se deve ao fato de que, entre os *três livros* — poderão ser considerados uma biblioteca? —, constam: *La mare d'Auteuil* de Paulo de Kock (1793-1871), autor de inúmeros romances que pintam a vida dos pequenos burgueses, obra que o contista renega; *Rocambole*, uma obra truncadíssima, pois faltam-lhe uns dezessete volumes, e cujo protagonista, criado pelo francês Ponson du Terrail (1829-1871), se desdobra em aventuras descabeladas, inverossímeis. É bem verdade que o primeiro estaria em francês, uma vez que o contista assinala que a obra estava reservada para "os conhecedores do francês" (a cidade morta teve sua época de esplendor, durante o qual os fazendeiros ricos iriam à França);

já o estudo estaria traduzido, pois serve "de enlevo das imaginações femininas". O sonho dominava então parte de seus habitantes — as mulheres —, graças às proezas fantásticas de Rocambole; mas a obra, ou por estar truncadíssima, ou por não encontrar eco nas almas masculinas, não consegue tirar a população do seu letargo, além de que sua leitura seria uma forma de alienação. Daí referir-se o autor aos *mesmeiros*, àqueles em quem "os músculos da imaginativa" não se exercitam com as aventuras do "glorioso" Rocambole. . . São os que, comprimidos num mundo estreito, sem cultura, e ilhados sob todos os aspectos, "fazem as mesmas coisas, dormem o mesmo sono, sonham os mesmos sonhos, comem as mesmas comidas, comentam os mesmos assuntos, esperam o mesmo correio (. . .)" uma vez que apenas meia dúzia de pessoas, "a aristocracia mental da cidade" recebe jomais, e o rumor do mundo não chega a ser ouvido.

"A educação literária" de Oblivion é feita através dessa biblioteca (!) que poderia ser considerada ambulante, pois os três livros (nem todos) passam ou passaram entre as mãos dos oblivionenses, sem um local certo que os conserve. O terceiro livro, além dos já citados, é o de um brasileiro — Bernardo Guimarães — e composto para "deleite dos paladares nacionalistas" — *A Ilha Maldita* —, romance que merece de Lobato as mais acerbas críticas; entre elas, a de que o autor "falsifica o nosso mato" os caipiras, tudo. Enfim, a alienação domina a cidade — uma cidade morta, pois é cega e surda ao que se passa ao seu redor.

Monteiro Lobato, crítico literário, mas crítico social, ironicamente comenta, já no final: "Essa trindade impressa



bastava à educação literária da cidade Feliz cidade! Se é de temer o homem que só conhece um livro, a cidade que só conhece três é de venerar!"

Que dizer de uma cidade tão precariamente alimentada, do ponto de vista cultural? É bem verdade que já estamos no último quartel do século e o conto foi redigido em 1908. Durante o tempo transcorrido, as cidades paulistas deixaram de ser as mesmas; evoluíram e evoluirão. Apesar de todo o progresso,

umas perguntas porém se nos impõem. Será que neste progressista S. Paulo, neste imenso Brasil, desapareceram completamente as "Oblivions"? No entanto, no que se refere ao conto, reflete o autor uma situação nacional, numa determinada época, tendo como ponto de partida os *três livros* que constituíam "a educação literária" da cidade: três livros "encardidos pelo uso, com as capas sujas, consteladas de pingos de vela – lidas e relidas que foram em longos serões familiares por sucessivas gerações!"

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- 1 - MONTEIRO LOBATO. "Oblivion" In: *Cidades Mortas*. S. Paulo. Ed. Brasiliense, 1956, p. 9-13.



A Biblioteca Pública Em Face da Demanda Social Brasileira *

CDU 027.52

Antônio Agenor Briquet| de| Lemos **

A Biblioteca pública permanece sendo uma instituição afastada dos setores que compõem a maioria da nossa sociedade, perdida entre o sonho de copiar um suposto modelo universal e as condições objetivas de um país dependente. Não parece válido supor que se possa atingir um eficiente desenvolvimento bibliotecário sem que antes se definam as funções que as bibliotecas desempenharão no processo de superação da dependência.

Peço-lhes que formem em suas mentes a seguinte imagem. Estamos no salão de uma biblioteca pública municipal. Numa cidade nova, fundada há cerca de quarenta anos, capital de um Estado em acelerado crescimento. Nesse salão de leitura encontram-se umas duas dezenas de jovens, estudantes do primeiro e segundo graus. À direita, numa sala separada por um balcão, acham-se dispostas estantes de livros, vigiadas por atentos servidores. Os leitores não têm livre acesso às estantes. À esquerda, na sala de trabalho dos funcionários, o catálogo da biblioteca. Os leitores não têm acesso ao catálogo. Os estudantes, disciplinada e mecanicamente, copiam de esfrangalha-

* Conferência proferida na sessão de abertura da I Semana de Estudos Bibliotecários na Paraíba, em 23/10/1978, organizada pela Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba.

** Professor do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília.



das enciclopédias as suas “pesquisas”, com o indicador esquerdo percorrendo as linhas do texto enquanto a direita transcreve os passos considerados relevantes. Mãos e braços movem-se com a articulação de um pantógrafo. As mentes estão distantes. No centro do salão, dominador, mas desleixadamente sentado no canto de uma mesa, um guarda de segurança, uniformizado e apetrechado, impõe respeito à integridade dos livros utilizados, enquanto a mão direita repousa, ostensivamente, sobre o cabo do revólver no cinto pendente da cintura. Todos os que entram naquele “templo do saber” não podem esquivar-se dessa visão. Espaço e tempo dessa imagem: agosto de 1978, Goiânia, capital Goiás.

Ali não trabalham bibliotecários devidamente qualificados. O diretor é um escritor que frequenta as rodas do poder. Como é amante da boa leitura foi requisitado de suas funções em outro órgão. O seu salário é duas vezes superior ao de um bibliotecário do serviço público federal. E por que ele não se encontra aqui na biblioteca? Porque a biblioteca funciona muito bem e apenas de vez em quando ele dá um pulinho aqui para despachar no seu gabinete. E por que tantos controles? Por que não há livre acesso às estantes? Por que não há livre acesso nem mesmo ao catálogo? Por que não se emprestam livros para leitura da biblioteca? Porque este povo é muito ignorante, porque se se der uma colher de chá ele vai estragar tudo; os catálogos, os livros, e vai roubar, ou não devolver os livros emprestados. Enfim, esse povo está num baixo astral.

Evidentemente essa não é uma situação típica em todos os seus detalhes. Felizmente nem todas as bibliotecas públicas brasileiras chegam a tal nível

de proibições, de intolerância e de espírito repressivo. Por outro lado, essa imagem indica que, apesar de tudo, existe uma demanda social pelos serviços da biblioteca, pois os usuários não desanimam diante dos controles e dos obstáculos ao uso dessa instituição.

É mais do que sabido que são os estudantes, principalmente os do ensino fundamental, o mais representativo grupo de usuários da biblioteca pública. Estudos realizados mostraram que eles correspondem a cerca de 90% do total de frequentadores da biblioteca. Este fato não é, em si mesmo, negativo ou contraproducente. Reflete determinadas características da realidade social e de como objetivos atribuídos à biblioteca, transplantados de uma outra cultura para o meio brasileiro, são negados ou alterados pela própria prática social. Contraproducente é a maneira desorientada, mecanicista e ineficaz como os estudantes fazem uso da biblioteca e da leitura, o que certamente reflete a ineficiência e a desorientação do processo educacional e de reformas educacionais que se pretende impor sem a correspondente infra-estrutura institucional.

Pode-se dividir a população de usuários da biblioteca pública em dois grandes grupos. Um seria o que já vimos, formado por estudantes que a ela se dirigem para fazer suas “pesquisas” escolares. Sua ida à biblioteca não resulta de outras motivações, mas é o desencargo, muitas vezes com enfado e desinteresse, de um dever escolar. Pode-se até admitir que o hábito de frequentar a biblioteca em grupos seja uma forma inconsciente de superar o tédio e o desagrado de uma atividade cujo significado não lhes foi explicado adequadamente. Terminados os anos de estudo, livre da coerção de ir à biblioteca fazer



“pesquisas”, terá sobrado a ojeriza a esse local e a incompreensão dos objetivos da leitura. Da mesma forma que a obrigação de analisar gramaticalmente *Os Lusíadas* levou muita gente a odiar Camões. Ou detestar o latim, depois de Júlio César e Cícero.

O outro grupo, que corresponde a menos de 10% dos leitores da biblioteca pública, é constituído de adultos que dominam a técnica da leitura e que provavelmente se utilizam da biblioteca para a leitura recreativa ou cultural. Por alguma razão desenvolveram um hábito de leitura e dispõem de tempo para se dedicar a isso. Mas a representatividade estatística desse grupo é praticamente irrelevante. Usualmente partimos do pressuposto que o aumento do número de bibliotecas e a melhoria de suas condições de funcionamento servirão para atrair um maior número de usuários desse grupo. Tal pressuposição admite que haja uma motivação espontânea para a leitura sem levar em consideração um complexo de fatores econômicos, sociais e culturais que funcionam em sentido contrário, estorvando a aquisição do hábito de ler.

É importante que se compreenda que a leitura não tem um significado meramente individual, que se poderia traduzir no prazer de ler por ler. A leitura justifica-se na medida em que assume uma validade social, em que faz parte de todo um projeto de construção de uma sociedade voltada para o objetivo supremo de assegurar condições de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Somente no âmbito de um processo de desenvolvimento em que a valorização integral do ser humano é considerada como objetivo máximo, ao qual tudo o mais deve estar subordinado, é que se

pode almejar tomar universal e conseqüente o acesso à leitura.

Por mais que compreendamos qual deva ser o papel da biblioteca pública em nossa sociedade contemporânea não podemos deixar de admitir que ela é apenas um dos elementos na estrutura de serviços culturais e educacionais. Supor, por exemplo, que a difusão do livro seja intrínseca e qualitativamente superior e desejável à de outros meios de comunicação será confundir o meio com a mensagem.

Não se pode querer que a biblioteca esteja acima dos condicionamentos políticos, sociais e econômicos; acima dos interesses de classe, intocável na sua imparcialidade cultural, protegida pela aura de uma cultura universal, descomprometida, sublime e quase angelical.

A formação dos acervos das bibliotecas está sujeita a diferentes tipos de cerceamento, como os paradigmas culturais dominantes, os modismos, as ideologias que justificam o poder político, os currículos educacionais e o consumismo estimulado pela indústria cultural. Poeticamente, pode-se dizer que a biblioteca é toda a memória do mundo, mas, com efeito, em cada momento histórico, numa determinada sociedade, o leitor estará explorando as camadas mais superficiais, porque contemporâneas, dessa memória. Nem todos descerão às camadas mais profundas ou terão possibilidades de ler essa memória segundo um código que contrarie as posições e interesses daqueles que, afinal de contas, têm o seu controle nas mãos. A estes interessa que a leitura — talvez fosse melhor dizer “as leituras” — não contribua para o processo de abandono da chamada consciência ingênua e a conquista da consciência crítica que permite a compreensão do processo social e a ação visando a sua mudança.



Não se pode afirmar que, passados 167 anos desde que se fundou a primeira biblioteca pública em Salvador, essa instituição tenha sido cooptada pela sociedade brasileira como um todo. E, menos ainda, pelo Estado. Comprova isso, no âmbito administrativo, o fato de que as bibliotecas públicas, tanto as antigas como as novas, têm tido o seu destino definido pelos caprichos dos governantes, que fazem caso omissos dos argumentos dos técnicos e dos próprios usuários.

Durante muitos anos a fundação de bibliotecas públicas no Brasil dependeu mais da iniciativa de uma classe média tutelar, de natureza patrimonialista, cuja consciência ingênua via a educação como o único fator que determinaria o progresso. Essa era uma visão que não pertencia exclusivamente à época e a este país, mas remontava a outros tempos e lugares. Para esse tipo de consciência os males da sociedade seriam defeitos de instrução e os vícios e erros dos homens o resultado da simples ignorância.

A biblioteca pública, numa sociedade atrasada, dependente e periférica, servia para que as classes dominantes flertassem com as classes dominadas, oferecendo a estas uma instituição que é reconhecida universalmente como símbolo de civilização e progresso. E essa ação devolvia ao seu sujeito os valores implícitos nesse símbolo, proporcionando também mais reconhecimento e prestígio social. Por outro lado, de acordo com seu espírito tutelar, apregoava que quem quisesse subir na vida pelo estudo e sacrifício pessoal teria à sua disposição escolas e bibliotecas. É a atitude farisaica de quem diz que, num país de tantas oportunidades, somente é pobre quem quer. Ou só não estuda quem não quer. Trata-se ainda do arrazoado que se baseia na crença carismática de que uma instituição isolada

pode levar as mudanças sociais sem que seja antes necessário fazer mudanças na própria infra-estrutura econômica e social.

Esse tipo de biblioteca pública vem marcado pelas aspirações e pelos mitos dos membros ditos cultos das classes médias. Ora, como não existe uma única cultura que emane de todos os homens, mas, sim, diferentes culturas correspondentes aos diferentes estamentos e classes sociais, é compreensível que seria a cultura sancionada pelos padrões de refinamento vigentes que estaria representada na biblioteca pública outorgada pela munificência tutelar. Mas, paradoxalmente, as mesmas classes que abriam bibliotecas para "democratizar" a cultura continuavam cultivando o hábito de formar suas enormes bibliotecas particulares.

Na sociedade dependente, menos-cabava-se o valor social e individual do saber de "experiências feitas". Culto não é aquele que sabe dominar um ofício ou uma técnica e que tem condições de estabelecer uma perfeita interação com a própria natureza. Culto é aquele capaz de ruminar o discurso sancionado pelas elites intelectuais, mesmo quando a ideologia aí implícita seja desumanizadora e violenta o relacionamento dos homens entre si e com a natureza. Da mesma forma que na sociedade colonial os senhores construíam seus oratórios e capelas particulares, para não se misturarem com a plebe, os mecenas das bibliotecas públicas homiziavam-se nos seus templos particulares do saber, longe do ambiente pouco prestigioso das salas de leitura pública.

E as bibliotecas públicas, mesmo não freqüentadas por essas elites, são por elas lembradas quando se trata de



encontrar um vazadouro para as duplicatas e livros sem valor algum que estão ocupando espaço em suas bibliotecas particulares.

Enquanto isso, as classes para as quais supostamente tinham sido criadas essas bibliotecas não as utilizavam, fosse porque carecessem da necessária motivação, fosse porque não dispusessem de tempo livre, ou, simplesmente, porque eram analfabetas.

Existe, dentro do contexto do qual algumas características foram ressaltadas acima, uma demanda por serviços de biblioteca pública. Há uma demanda efetiva, que pode ser conhecida, embora de forma não muito confiável, consultando-se as estatísticas do IBGE. E há uma demanda potencial que pode ser estimada em função da população alfabetizada existente. Por sua vez, a biblioteca exerce uma demanda sobre o mercado da edição de livros, revistas, jornais e materiais audiovisuais, uma vez que ela tem de se prover desses recursos documentais, a fim de prestar serviço a sua clientela efetiva e potencial.

Cálculos pessimistas apontam a inexistência de biblioteca pública em cerca de 70% dos municípios brasileiros. Estimativas mais otimistas diminuem esse número para 50%. Se essas cifras se referissem a bibliotecas que apresentassem uma média de desempenho compatível com uma norma mínima de prestação de serviços, até que elas poderiam ser consideradas aceitáveis. O que acontece, porém, é que a um número reduzido de bibliotecas eficientes contrapõe-se uma imensa maioria de serviços ineficientes, estáticos, medíocres, para não dizer miseráveis.

No período 1973/1974 a população alfabetizada residente nas áreas urbanas do país era da ordem de 43 milhões

de habitantes. Somando-se todos os acervos existentes em todos os tipos de bibliotecas do país, em dezembro de 1974, havia então um total de 20 milhões de livros à disposição da população alfabetizada urbana, estando aí incluído o acervo da Biblioteca Nacional, que se aproxima dos dois milhões de volumes.

Vale aqui fazer um parêntese, pois o que vem a seguir é de particular relevância para a responsabilidade profissional dos bibliotecários. Os 20 milhões de livros que estão à disposição dos usuários não incluem aqueles volumes que não podiam ser ainda utilizados porque não estavam catalogados. Assim, em dezembro de 1974, para 20 milhões de livros catalogados havia 4 milhões e seiscentos mil que não estavam catalogados. Quer dizer que 23% do patrimônio bibliográfico nacional achavam-se encerrados nas salas de trabalho dos bibliotecários, inacessíveis ao público.

Note-se que essa proporção verificada em 1974 é inferior à que havia em 1971, quando o número de livros não catalogados chegava a quase 30% do total de catalogados. De 1971 a 1974 o acervo total de todas as bibliotecas passou de 13 milhões 790 mil para 20 milhões e 200 mil, sendo o incremento percentual da ordem de 46%. Fecha o parêntese.

Voltando àqueles 20 milhões de livros disponíveis, em 1974, constata-se que havia menos de meio volume por habitante alfabetizado. A norma recomendada pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários é de dois volumes *per capita*, e, tomando-a por base, o deficit da provisão de livros, somente para a população urbana alfabetizada maior de cinco anos, chegava a 66 milhões de volumes em 1974. Se considerarmos apenas o acervo total



das bibliotecas públicas a situação piora ainda mais, pois então teríamos a média de um livro para cada grupo de cinco pessoas alfabetizadas na área urbana.

Quanto ao número de pessoas que utilizaram bibliotecas públicas em 1974 o seu total correspondeu a somente 30% da população urbana alfabetizada, caindo para 21% quando comparado com a população alfabetizada total. Não se pode deixar de assinalar que esta estatística deve ser considerada *cum grano salis*, uma vez que provavelmente o que o IBGE chama de "número anual de leitores" não corresponde ao total de indivíduos diferentes que utilizaram as bibliotecas, mas sim à soma do cômputo diário dos leitores que usaram as bibliotecas.

Uma idéia talvez mais próxima da realidade será obtida se compararmos esse número anual de leitores, que foi da ordem de 13 milhões, com o total das consultas no local — 16 milhões — e de empréstimos a domicílio — 5 milhões.

Se levarmos em conta as deficiências que assolam as bibliotecas públicas teremos de concluir que seu índice de utilização foi bastante razoável, pelo menos em termos quantitativos. Isso se torna ainda mais evidente quando compararmos as estatísticas relativas a essas bibliotecas com as que se referem às bibliotecas universitárias.

Em 1974, os acervos das bibliotecas universitárias eram, no total, inferiores aos das bibliotecas públicas em cerca de dois milhões de volumes. No entanto, o "número anual de leitores" correspondia a somente cerca de 50% do número de leitores da biblioteca pública. Também as consultas e empréstimos a domicílio aproximavam-se da casa dos 50% em comparação com o movimento das bibliotecas públicas.

A propósito, creio que nós, bibliotecários, temos o direito e o dever de pôr em questão a tipologia de bibliotecas que para cá transplantamos de outros países. Existiria lugar e seria conveniente, em nossa sociedade, manter limites tão rígidos e precisos entre biblioteca nacional, bibliotecas universitárias, bibliotecas escolares, bibliotecas especializadas e bibliotecas públicas? De um modo geral essa tipologia tem resultado em instituições estanques, compartimentadas, que não se comunicam e que, muitas vezes, competem entre si como se fossem estabelecimentos comerciais. Por que essas bibliotecas são instituições cativas de clientelas autônomas, infensas ao apelo para que sirvam a setores mais amplos da sociedade que as mantêm?

Vejamos, agora, qual a demanda que as bibliotecas exercem sobre o mercado editorial. No ano de 1974 a indústria editorial produziu 8.300 títulos de diferentes livros, totalizando uma tiragem de quase 192 milhões de exemplares. Cerca de 101 milhões desse total correspondem a livros didáticos, inclusive os textos do Mobral. Considerando que as bibliotecas não adquiram livros didáticos nem textos do Mobral, pode-se admitir que seja válido fazer comparações com os restantes 91 milhões de exemplares produzidos, no que se refere às aquisições feitas pelas bibliotecas. Estas, em 1974, adquiriram menos de um milhão e meio de volumes, aí se incluindo os importados. Ou seja, nossas bibliotecas adquiriram pouco mais de um por cento da produção bibliográfica nacional de um ano, o que mostra quão débil é a força da biblioteca como consumidor no mercado editorial brasileiro.

E, talvez, a situação ainda seja pior, pois essas aquisições feitas pelas bibliotecas correspondem em cerca de



50% a livros distribuídos pelo Instituto Nacional do Livro, o qual, de 590 mil volumes distribuídos em 1972 passou para 800 mil volumes distribuídos em 1977. Quer dizer isso que com os orçamentos das próprias bibliotecas são efetivamente adquiridos bem menos volumes do que aqueles arrolados nas estatísticas.

Constata-se, portanto, que a indústria do livro no Brasil tem a sua produção voltada quase que exclusivamente para o consumo individual. Ao contrário do que ocorre em outros países, aqui as bibliotecas pouco contribuem para a expansão do mercado de consumo do produto editorial. As bibliotecas públicas, que são mantidas, em sua maioria, por administrações municipais que nem sempre dispõem dos recursos necessários à manutenção de um mínimo de serviços básicos para as comunidades, encontram-se na permanente expectativa de um futuro de vacas gordas.

Aplicar anualmente o valor de dez salários mínimos na aquisição de materiais bibliográficos é um requisito que mostra a indigência da maioria de nossas prefeituras, principalmente quando esse valor é a contrapartida que os prefeitos têm de aplicar para que as bibliotecas municipais, que mantêm convênio com o INL, recebam doações adicionais desse órgão. Para concluir estas considerações estatísticas saliente-se que o INL distribui aproximadamente 450 volumes por ano para cada biblioteca conveniente, o que é uma amostra limitada da produção bibliográfica nacional.

É claro que o estudo da demanda por serviços bibliotecários não se esgota com a análise desses pontos. Em outra oportunidade, examinamos a questão da disponibilidade de tempo livre para utilização da leitura como forma de lazer.

principalmente entre a população ativa do país. Vimos, então, que são bastante limitadas as possibilidades de a leitura transformar-se numa atividade generalizada para ocupação do tempo livre enquanto persistirem as atuais condições de trabalho da maioria da população ativa, que são bastante limitativas, pois, de fato, é reduzi-díssimo o tempo livre de que se dispõe, uma vez cumpridas as obrigações sociais e econômicas necessárias à sobrevivência dos indivíduos.

Outro ponto a considerar é a integração da leitura no contexto mais amplo do processo de comunicação social, de modo a se corrigir a situação atual em que certos meios, principalmente a televisão, tendem a monopolizar a quase totalidade daquele mínimo de tempo livre de que dispõem, principalmente, as parcelas mais pobres da população urbana. A serem verdadeiros os dados recentemente divulgados por uma empresa que controla índices de audiência, segundo os quais o brasileiro assiste em média a seis horas e 40 minutos diários de televisão, média que aumenta em uma hora aos domingos, deduz-se que um plano nacional de incremento à leitura não poderá deixar de considerar a própria televisão como um meio eficiente de explicar e ensinar à população o significado da leitura. Mas logo se percebe que, para isso, também faz falta um plano nacional de transformação do conteúdo atualmente dado à televisão no Brasil. Vale a pena ainda acrescentar que o referido estudo revelou que os lares onde mais se assiste à televisão são aqueles em que: 1) há crianças até 11 anos; 2) moram mais de cinco pessoas; 3) a dona de casa tem mais de 40 anos; e 4) o chefe da família tem no máximo o curso primário.



Parece-nos que existe uma concepção, equivocada em nosso entender, e que decorre do suposto universalismo, ainda que nominal, das técnicas bibliotecárias, segundo a qual a biblioteca como instituição pode ser transplantada de um país para outro sem que seja preciso passar por adaptações e modificações. Ora, isso é um contrasenso e uma ingenuidade. Não se pode fazer caso omisso de que a biblioteca, da mesma forma que outras organizações sociais, é o resultado de pressões e demandas que a forjam dentro de uma sociedade específica constituída de indivíduos que diferem, por sua formação educacional, tradições, necessidades e aspirações, dos de outras sociedades. A biblioteca como instituição e as técnicas que a fazem funcionar devem coadunar-se com a realidade social de um determinado país e não com formas ideais, que a sociedade desse país pode vir a rejeitar. Se o resultado desse processo de compatibilização for uma biblioteca, com as correspondentes técnicas, que se aproxime daquilo que se considera o padrão internacional, não teremos porque nos queixar. Mas isso terá ocorrido dentro de um processo natural que se nutre da realidade objetiva e não como um mecanismo artificial imposto de fora para dentro e de cima para baixo.

Resolver a questão bibliotecária não é simplesmente abrir bibliotecas a

esmo, sem que antes se tenha definido. ao nível político e cultural, a função que essas bibliotecas desempenharão no processo histórico de desenvolvimento, que rompa a situação de dependência, e na luta pela superação da consciência ingênua, fruto dessa mesma dependência. Mesmo a utilização de novas técnicas, consideradas mais eficazes, como o planejamento bibliotecário, somente adquirirá relevância na medida em que forem submetidas ao batismo de fogo da prática social e subordinadas a um projeto político e cultural definido pela sociedade como um todo.

Monteiro Lobato disse que um país se faz com homens e livros. A frase é bonita e inspirada, mas carece de maior sentido em seu reducionismo estreito. Entre homens e livros há mais obstáculos e precipícios do que caminhos retos, ladeados de roseiras. Entre homens e livros, estes como instrumento de conhecimento e mudança da realidade, inter põem-se tantas outras prioridades, inter põem-se tantos interesses contrários a que o conhecimento efetivo do real seja amplamente apreendido e difundido. E, seria ainda o caso de perguntar ao criador da irônica Emília: e com que homens, com que livros se faz um país?



Dimensão Atual da Biblioteca Infanto-Juvenil

CDU 027.625

Yvette Zietlow Duro *

O número de bibliotecas infantis no Brasil é pouco significativo, embora na década de 70 fosse verificado maior desenvolvimento em algumas regiões. As funções dessas bibliotecas, além de incentivo e apoio à leitura, são inúmeras, principalmente as recreativas, tornando-se centros de socialização e de formação para criança e o adolescente, complementando a vida familiar e a atividade na escola. Os multimeios fazem parte integrante do acervo e são amplamente utilizados. Tentativas de maior integração das bibliotecas junto à comunidade e de extensão dos serviços aos não-leitores vêm sendo verificados.

TRAJETÓRIAS DAS BIBLIOTECAS INFANTO-JUVENIS

Segundo Cecília Meireles, “as bibliotecas infantis correspondem a uma necessidade da época e têm a vantagem não só de permitirem à criança uma enorme variedade de leituras, mas de instruírem os adultos acerca de suas preferências”.¹

Considerando a população infanto-juvenil brasileira, constata-se que, com exceção do Estado de São Paulo, é insignificante o número de bibliotecas, no país, que realiza especificamente o atendimento de crianças e adolescentes. Um rápido retrospecto sobre a evolução das bibliotecas infanto-juvenis brasileiras mostra que algumas tiveram marcante, porém meteórica existência, enquanto que outras

* Diretora da Biblioteca Lucília Minssen da Secretaria de Cultura, Desportes e Turismo do Rio Grande do Sul; Professora Assistente da Área de Bibliografia e Referência da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS; Membro da Comissão de Extensão da Área 3 da UFRGS



persistem em seu trabalho, resistindo a inúmeras dificuldades e limitações.

Na década de 20, Cecília Meireles criou uma biblioteca infantil na cidade do Rio de Janeiro, mas que teve um período de duração muito breve. Na década de 30, a bibliotecária Lenyra Fraccarolli, em São Paulo, criou a Biblioteca Monteiro Lobato, que foi o marco inicial da rede existente na atualidade. No início da década de 50, Denise Fernandes Tavares criou em Salvador a Biblioteca Monteiro Lobato. No Rio Grande do Sul, nessa mesma época, foi criada uma biblioteca na cidade de Bagé. Em 1954, Lucília Minssen planejou e iniciou a implantação de um sistema de bibliotecas infanto-juvenis na cidade de Porto Alegre.

Essas 3 bibliotecárias, com espírito empreendedor e dinâmico, realizaram um trabalho de pioneiros. Criar novas bibliotecas e otimizar as atividades das que já existiam foi tarefa bastante árdua. Graças ao dinamismo, entusiasmo e persistência dessas bibliotecárias foram estabelecidas as bases de trabalho das bibliotecas infanto-juvenis e formuladas as diretrizes que passariam a nortear suas atividades.

A primeira biblioteca infantil dos Estados Unidos surgiu em 1803, mas foi pelos meados do século XIX que a criação de bibliotecas infanto-juvenis recebeu impulso. Justamente por volta de 1861 foi iniciado o primeiro serviço com crianças em bibliotecas inglesas. Porém, no século XX, na Inglaterra e nos Estados Unidos, houve um grande avanço e incentivo ao serviço bibliotecário com crianças. Stella Pinches afirma que o desenvolvimento de bibliotecas infantis em outros países europeus ocorreu no século XX. Mais precisamente, foi na década de 50 que surgiu um grande número de bibliotecas infanto-juvenis euro-

péias, coincidindo com o período em que no Brasil houve a criação da maioria das bibliotecas que ainda hoje existem.

No Rio Grande do Sul, na década de 70, as bibliotecas infanto-juvenis tiveram o apoio necessário para ampliar suas atividades e mesmo para a instalação de novas bibliotecas. A biblioteca começou, a partir daí, a se impor como uma instituição cultural dinâmica, atuante, deixando de ser uma entidade de menor grandeza; pode-se dizer que atingindo sua maioria. O trabalho realizado pelas bibliotecas infanto-juvenis sul-riograndenses dissipou o marasmo da década anterior, tornando-as entidades atuantes e colocando-as em posição de destaque junto às instituições de reconhecida atividade cultural na comunidade.

Muito oportuna foi a instituição do Ano I da Biblioteca Infantil Brasileira, pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, visando a despertar as entidades governamentais e a população em geral para a importância da leitura e da biblioteca na formação cultural da criança.

Espera-se que este seja o início de um processo de valorização da biblioteca infanto-juvenil e do trabalho que vem executando. O despertar de interesse para as atividades realizadas em bibliotecas infantis poderá modificar a imagem do bibliotecário mesmo dentro da própria classe. Ainda existem pessoas que desconhecem que o trabalho em biblioteca infantil exige muito mais do que um título de graduação em Biblioteconomia, que nessas bibliotecas podem também ser desenvolvidos trabalhos técnicos e pesquisas de alto nível como em outros tipos de bibliotecas. Espera-se também que confiem na ação da biblioteca infanto-juvenil, porque investir na criança é investir no futuro e o pequeno leitor de



hoje será o usuário da biblioteca do amanhã

FUNÇÕES DA BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL

Tem ocorrido uma significativa mudança de atitude de pedagogos, autores, editores, psicólogos e sociólogos em relação à criança e sua situação diante do mundo adulto. Essa mudança, que se refletiu nos livros e jogos que estão sendo lançados, também se processou nos serviços que a biblioteca infanto-juvenil está oferecendo.

Para Geneviève Patte "a biblioteca é um lugar onde quase todo o conhecimento e quase toda a experiência podem, de uma certa maneira, ser transmitidos, comunidades através da mediação dos adultos que ali se encontram, porque eles escutam a criança, a tornam capaz de escutar e, valorizando suas demandas, procuram auxiliar o seu desenvolvimento e o aprimoramento".²

A biblioteca pública infanto-juvenil de nossos dias assumiu uma nova dimensão, passou a ser um centro de informações, um centro de incentivo à leitura e um centro de socialização.

Tornou-se um centro de informações graças aos variados tipos de documentos que armazena e a atuante forma de disseminar a informação. O seu acervo não se limita ao material impresso; foi acrescido de materiais audiovisuais, que são utilizados pelos usuários como complementação de sua consulta e como fonte de consulta propriamente dita. Os periódicos informativos também são consideradas importantes fontes documentais. Não se limitando às fontes impressas e audiovisuais, a biblioteca deve preocupar-se

em coletar informações sobre a localidade. O trabalho de coleta e de organização da "coleção local", poderá também ser auxiliado por usuários da biblioteca. O material impresso e o audiovisual colocados simultaneamente à disposição do usuário imprimiu nova feição à biblioteca, não são elementos rivais, mas documentos que se complementam com a finalidade de fornecer a informação mais atualizada ao consulente.

A biblioteca tornou-se um centro de incentivo à leitura graças à informalidade e descontração de seu ambiente e à liberdade de circular livremente entre as estantes. O livre acesso às estantes possibilita a livre escolha do livro que mais se adequa ao gosto e interesse do leitor, possibilitando que o usuário decida sobre qual obra desejaria ler em primeiro lugar.

Numa época em que o livro compete com recursos atraentes para despertar a atenção da criança, a biblioteca deve propiciar atividades que promovam o interesse pela leitura e estimulem a frequência à instituição.

Os livros são selecionados atendendo aos variados interesses dos leitores e às diferentes faixas etárias da clientela. A Hora do Conto é uma das atividades que incentiva o interesse pelos livros; os cursos promovidos pela biblioteca, além de seus objetivos específicos, visam a levar o participante a se interessar pelo livro, seja recreativo ou informativo; as exposições de livros sobre um determinado assunto ou determinado escritor funcionam também como recursos incentivadores da leitura; os discos e fitas magnéticas acompanhadas de livros são instrumentos valiosos para a motivação da leitura. Mesmo crianças não alfabetizadas ou em fase de alfabetização, à medida que ouvem as histórias pelos fones indivi-





“Narração de estórias”

duais, acompanham no livro o desenrolar das mesmas. Observa-se no “leitor-ouvinte” uma atitude de grande concentração, que não é prejudicada pelas outras atividades que possam estar-se desenvolvendo simultaneamente na biblioteca e, cabe aduzir, a biblioteca não possui cabines para a audição individual.

Se o usuário, criança ou adolescente, tem liberdade de se movimentar na biblioteca escolhendo nas estantes o material que mais lhe agrada, por outro lado não pode faltar a atenção personalizada aos que não sabem escolher, aos que precisam ser auxiliados a utilizar os recursos da biblioteca. Porém, mesmo nessa orientação, existe o respeito pela liberdade de escolha de cada um, e são consideradas as características individuais de cada consulente. A ausência de imposição na escolha de livros confere muita impor-

tância ao leitor, vem de encontro ao desejo de independência da criança. De uma certa forma, são oferecidas oportunidades para que o usuário desenvolva sua capacidade de tomar decisões sem depender tanto dos adultos. A liberdade de movimentação dentro da biblioteca oportuniza a comunicação entre os usuários, pode contribuir para o melhor relacionamento entre a clientela. A orientação personalizada ao leitor propicia o diálogo, é o momento da interação entre o leitor e o bibliotecário. A criança encontra um adulto que não faz parte de seu universo familiar e escolar e que procura dialogar com ela. O bibliotecário pertence ao mundo que excede ao âmbito familiar da criança, porém é um adulto que procura conhecer os interesses de cada leitor, que procura conhecer as suas dificuldades de leitura, que oferece um livro sem exigir que seja feita uma ficha de leitura.



O encontro de crianças e jovens da mesma idade é um fator de integração social, os usuários estão identificados pelo mesmo interesse em participar de jogos e brincadeiras, pela leitura de uma mesma obra e pela preferência por um mesmo escritor.

O saber esperar sua vez para ser atendido, o reconhecer que o mais importante é a participação em jogos e não apenas ser o vencedor, o conhecer que o leitor tem direitos e deveres, o zelar pelo material da biblioteca para que outros também possam utilizá-lo são atitudes que são normalmente desenvolvidas em uma biblioteca infanto-juvenil sem que haja necessidade de imposição.

Quando uma criança lê para outras ou auxilia colegas a encontrar um livro, quando a mãe aconchega seu filho pequeno para ler um livro, quando uma criança se comunica com outras que até então

lhe eram desconhecidas é que se constata que, muito mais do que uma instituição cultural, a biblioteca infanto-juvenil é o local que pertence a crianças e jovens, onde podem livremente ler, se comunicar, expressar suas idéias. . .

A BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL COMO CENTRO DE MULTIMEIOS

Para Shores “a biblioteca é uma instituição da sociedade que comunica o conhecimento para a humanidade através do *livro genérico*. E o que é *livro genérico*? É mais do que publicação. Pode ser definido como a soma total das possibilidades de comunicação do homem. . . Vida é comunicabilidade e o *livro genérico* é a evidência da vida, passado e presente, e provavelmente futuro”³

“Participação em Jogos”



Seria exagero afirmar que o conceito de livro genérico possa ser aplicado em toda a sua extensão ao acervo de uma biblioteca infanto-juvenil, porém os cinco primeiros formatos apresentados pelo autor já são muito utilizados. Distante vai o tempo em que as bibliotecas infanto-juvenis utilizavam apenas o material impresso. Atualmente estão começando a se desenvolver coleções das mais variadas espécies e a Biblioteca Lucília Minssen possui as seguintes:

LIVROS — de ficção, que constituem a maior parte do acervo, de referência, paradidáticos, em Braille, alguns dos quais utilizados apenas no recinto da biblioteca;

FOLHETOS — material que em grande parte é recebido de instituições e apresentam informações que dificilmente são encontradas em outras fontes. O folheto recreativo, que é adquirido normalmente, é muito solicitado para empréstimo.

PERIÓDICOS — embora não existam periódicos informativos especialmente dirigidos às crianças e jovens, constituem importante instrumento para assuntos de atualidade. Sua utilização é dificultada pela inexistência de índices, mas o trabalho de indexação de artigos que se está implantando tem conseguido superar essa limitação. Esse material está sendo muito bem recebido pela clientela, tanto que o empréstimo de periódicos recreativos e informativos está crescendo;

RECORTES DE PERIÓDICOS — material largamente utilizado, mas que exige um trabalho atento e constante para que possa realmente funcionar como fonte de informação atualizada. À medida que o usuário encontra resposta a questões que poderiam parecer difíceis, aumenta a utilização desse material como fonte de consulta;

DISCOS — grande parte do acervo da discoteca é constituída por estórias infantis, acompanhadas ou não de material impresso. O acervo é constituído também por discos com canções infantis, textos literários e linguafone. Esse material é um dos mais solicitados para empréstimo domiciliar a sua audição individual aumenta gradativamente;

FITAS GRAVADAS — o acervo é constituído por canções infantis, música popular, estórias infantis acompanhadas ou não por material de apoio impresso, bem como lições de idioma estrangeiro. Encontram-se gravados também, depoimentos sobre a história e cultura local, porém essas últimas gravações não são emprestadas como as demais;

DIAPPOSITIVOS — cada vez mais aumenta a utilização de dispositivos com estórias infantis; os que tratam dos mais variados assuntos e que complementam a consulta bibliográfica ainda não são utilizados com a frequência desejável. Possivelmente isso ocorra pelo reduzido número de projetos e pela inadequação das instalações para utilização desse material no momento posterior à consulta;

DIAFILMES — o acervo é constituído por material recebido da Embrafilme e tem sido colocado à disposição de escolas e professores para utilização em sala de aula;

MAPAS — apesar de a coleção ser atualizada, o material não tem sido utilizado como seria conveniente, as consultas não têm exigido esse instrumento de referência;

GRAVURAS — a coleção no momento é utilizada apenas na biblioteca e é constituída por reproduções de obras de arte e fotografias, acompanhadas de informações sobre a gravura e seu autor;



JOGOS — não se pode subestimar a importância da ludoteca como recurso educativo e recreativo. Os jogos destinados a crianças das mais variadas faixas etárias têm sido uma forma de atrair clientes para a biblioteca e posteriormente para a leitura. Frequentemente são lançados no mercado jogos que, além de recrearem, desenvolvem as habilidades desejáveis às mais variadas faixas etárias. Esse material, por sua natureza, não tem sido emprestado para utilização domiciliar.

O uso de multimeios em bibliotecas infanto-juvenis não é sofisticação nem uma simples transposição de modelos, é uma necessidade que estamos introduzindo no cotidiano e cujos resultados têm sido muito positivos.

A BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL E A COMUNIDADE

As atuais diretrizes do ensino brasileiro contribuíram para o maior afluxo de estudantes às bibliotecas públicas, possivelmente pelo pequeno número de bibliotecas escolares que possuem um bom acervo e também pelo reduzido tempo de atendimento ao leitor. O atendimento dessa clientela ocasionou alguns modificações no funcionamento das bibliotecas infanto-juvenis que, para atender à demanda dos usuários, não pode desenvolver todas as atividades que são realmente de sua competência. O ideal seria o acréscimo do número de bibliotecas escolares que atuem em amplo horário de atendimento e com um acervo adequado às necessidades da clientela, a criação de mais bibliotecas infanto-juvenis e otimização do trabalho das já existentes, trabalhando em estreita relação.

McColvin, ao se referir à cooperação entre esses dois tipos de bibliotecas, adver-

te que cabe ao bibliotecário a iniciativa de estabelecer um contato amigável com os educadores.

O acervo de uma biblioteca infanto-juvenil deve ser constituído por livros e materiais que atendam a todas as faixas etárias, desde o pré-escolar. Basicamente haverá quase o mesmo tipo de obras nas duas bibliotecas, porém, enquanto a biblioteca escolar se preocupa em acrescentar alunos, a biblioteca infanto-juvenil deve-se preocupar em enriquecer o acervo com obras de ficção. A biblioteca infanto-juvenil deve dedicar especial atenção ao pré-escolar através de atividades que estimulem a frequência à instituição.

A Biblioteca Lucília Minssen faz o empréstimo de livros de literatura infantil a algumas bibliotecas escolares, especialmente para as que têm um acervo pequeno e não podem atender às solicitações de seus usuários quanto a esse tipo de publicação.

É bastante difícil, para quem não trabalha diretamente com a aquisição de livros, conhecer as obras que estão sendo lançadas ou que serão lançadas brevemente, principalmente pela dispersão dessas informações. Para auxiliar aos interessados que solicitam informações à biblioteca, está prevista a distribuição de informes, sem pretensões de ser uma bibliografia, sobre as obras de literatura infantil recentemente lançadas e sobre as que estão no prelo.

Com a criação dos Cursos de Literatura Infantil em nível de graduação e de pós-graduação nas Universidades, a biblioteca tem recebido os alunos desses cursos. Como decorrência desse afluxo foi criado um serviço de assessoramento de Literatura Infantil que possibilita aos interessados a utilização do acervo e informações sobre o que está ocorrendo nessa



área. Esse serviço informa também sobre encontros, congressos, concursos, concessão de prêmios, críticas, comentários de obras, artigos de Literatura Infantil.

Foi organizada uma coleção especial que possibilita o exame de edições esgotadas de obra infantis, que reúne todas as edições ou reimpressões de obras que sofreram alterações no texto e na ilustração e estão sendo acrescidas nos últimos lançamentos. A manutenção do serviço de Assessoramento de Literatura Infantil visa a possibilitar a consulta dos interessados a todo o material sobre Literatura Infantil que a biblioteca possua.

Sempre que ocorre a visita de um escritor de outra localidade, a Biblioteca Lucília Minssen reúne um grupo de leitores e entra em contato com as bibliotecas escolares para promover um encontro com os alunos. Existe interesse em manter um vínculo entre o escritor e o leitor. Quando um livro do escritor local é lançado antes da Feira do Livro, a sessão de autógrafos geralmente é feita na biblioteca, contando sempre que possível com a presença do ilustrador.

A biblioteca infanto-juvenil tem inúmeras possibilidades de integrar-se à vida da comunidade, devendo estar atenta às suas programações culturais. Foi muito significativa a participação das bibliotecas infanto-juvenis de Porto Alegre na Feira do Livro. A barraca atraiu muitas crianças e adultos desejosos de conhecerem o funcionamento de uma biblioteca infantil.

O conhecimento das características sócio-econômico-culturais da comunidade auxilia de maneira especial a determinação de diretrizes para a atuação da biblioteca infanto-juvenil como centro de informação, de socialização e de incentivo à leitura.

A BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL E SUAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Os especialistas são unânimes ao afirmar que uma biblioteca infanto-juvenil deva desenvolver uma série de atividades que visam a integrar a biblioteca à vida da comunidade, ainda que existam limitações quanto a recursos humanos e financeiros.

Harrods cita como atividades de extensão as horas do conto, jogos dramáticos infantis, (principalmente em ocasiões especiais, como Natal), clubes filatélicos, filmes, concertos, semana do livro

Gross cita a hora do conto, clubes de leitura, programas de leitura de verão, festival de narrações de estórias, fantoches, exposições na biblioteca, atividades especiais na semana do livro.

Patte sugere a apresentação de livros, a hora do conto, participação da criança em organização de exposições, clube de leitura, audições musicais, programações com visitantes, impressão de jornais e de livros, teatro de fantoches, mímica.

McColvin indica a hora do conto, grupos de discussão em torno de livros, criação de clubes que se ocupem com o estudo da natureza, filatelia, leitura de peças de teatro, fabricação de miniaturas, impressão de um periódico, bibliofilia.

Por limitações de espaço físico a Biblioteca Lucília Minssen não pode desenvolver muitas das atividades sugeridas pelos especialistas. Dentre as que vem realizando destaca-se a que vem desenvolvendo junto às enfermarias infantis de um hospital que atende à população carente da capital e do interior. O serviço que presta não se limita ao empréstimo de livros e projeções. Grupos de leitura da





“Estórias na Praça”

biblioteca têm feito apresentações — jogos dramáticos — por ocasião da Páscoa, Festas Juninas, Dia da Criança e Natal, fazendo também distribuição de brinquedos e guloseimas angariados para esse fim.

A narração de estórias em praças, hospitais e instituições de assistência a menores vem sendo realizada com muito êxito. Os narradores são selecionados e, depois, são treinados dentro da técnica de narrar da Dra. Dora Pastoriza de Etchebarne, do Instituto Summa de Buenos Aires. Obedecendo a um cronograma, uma mesma estória é narrada na mesma hora em diversos logradouros da cidade. Os ouvintes são agrupados de acordo com a faixa etária e interesse e o narrador, dispensando outros recursos, utiliza apenas a voz e o gesto para narrar a estória. Essa atividade foi muito bem recebida e, com freqüência, entre os ouvintes, encontravam-se adultos.

Com a finalidade de incentivar o uso da biblioteca, têm sido ministrados cursos para crianças e para adultos. Muitos desses cursos são realizados na própria biblioteca, outros, porém, por sua natureza e pelo grande número de participantes, são realizados em outros locais. Inicialmente os cursos eram realizados no período de férias escolares de verão, objetivando oferecer atividade aos que não se afastavam da cidade. O curso de xadrez foi o primeiro a ser ministrado e como a aceitação foi muito grande, passou a ser oferecido também nas férias de inverno. Atualmente estão sendo oferecidos cursos de xadrez nas férias de fevereiro, julho e dezembro, além de um curso com duração de abril a novembro.

Já foram ministrados cursos de História, Iniciação ao Teatro, Fotografia — com aulas práticas em laboratório — e





“Curso de Xadrez”



“Curso de fotografia”





“Curso Iniciação ao Teatro”

foi realizada uma atividade em que as crianças conheciam os pontos históricos da cidade, visitavam instituições culturais.

Para os alunos já foram oferecidos cursos de Psicologia Evolutiva, Psicologia das Relações Humanas, Literatura Infantil, Técnica de Fantoques, Arte e Técnica de Narrativa de Estórias, Literatura Infantil, Dinâmica atual das Bibliotecas.

O desenvolvimento das atividades de extensão visa a mudar a imagem da biblioteca tradicional para transformá-la num lugar agradável, que promova o interesse pela leitura e que todos frequentem com satisfação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito já se tem feito no sentido de ampliar o número de bibliotecas infanto-juvenis e de otimizar os serviços das já existentes, embora persistam muitas dificuldades de ordem administrativa. O de-

envolvimento futuro das bibliotecas infanto-juvenis dependerá especialmente de seus recursos humanos, da interação do bibliotecário e do leitor. Porém, o maior desafio a ser enfrentado será o de atingir o não-leitor, pois o percentual de indivíduos que frequentam as bibliotecas ainda é muito baixo. Os leitores inscritos, informam sobre o número de consultas atendidas, não importando se um mesmo consulente frequentou a biblioteca todos os dias. Desconhece-se realmente quantas crianças e adolescentes já utilizaram os serviços de instituição.

O trabalho integrado da biblioteca infanto-juvenil com outras instituições culturais possibilitará ao adolescente e à criança toda a informação que deseja e a que tem direito.

Buscar novos leitores, criar atividades que envolvam o usuário, deverão ser a meta das bibliotecas infanto-juvenis para



que seja concreta a mensagem contida em um material de divulgação de Biblioteca Lucília Minssen. Quem não nos conhece

não sabe o que está perdendo. . . em compensação, quem nos conhece volta sempre e se sente em casa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. 2.ed. São Paulo, 1979. 117p. p.111.
- 2 – PATTE, Geneviève. *Laissez-les lire*. Paris, Ouvrières, 1978. 293p. p.32.
- 3 – SHORES, Louis. *Library education*. Littleton, Libraries Unlimited, 1972. 187p. p.11-2.

BIBLIOGRAFIA

- 1 – GROSS, Elizabeth Henry & NAMOVICZ, Gene Inyart. *Children's service in public libraries*. Chicago, American Library Association, 1963. 124p.
- 2 – HARROD, Leonard Montague. *Library work with children*. London, A. Deutsch, 1969. 215p.
- 3 – McCOLVIN, Lionel. *Les services de lecture publique pour enfants*. Paris, Unesco, 1955. 115p.
- 4 – MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. São Paulo, Summus, 1979. 117p.
- 5 – PATTE, Geneviève. *Laissez-les lire*. Paris, Ouvrières, 1978. 293p.
- 6 – PINCHES, Stella. *Library work with young people*. London, C. Bingley, 1966. 70p.
- 7 – SHORES, Louis. *Library education*. Littleton, Libraries Unlimited, 1972. 187p.



Duas Experiências Marcantes em Bibliotecas Infantis: Uma em Clamart, Outra em São Paulo*

Lily Margareth K. A. Goulart de Andrade

CDU 027.625 (44)
027.625 (81)

Considerações a respeito da Biblioteca "La Joie par les Livres" de Petit Clamart estabelecendo paralelos com a Rede de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Prefeitura do Município de São Paulo.

Subúrbios de Paris, muito verde, Petit Clamart, cidade-dormitório. Uma experiência bem sucedida: Biblioteca "La joie par les livres".

Centro de São Paulo, muito concreto, muita poluição, uma realidade: Bibliotecas Infanto-Juvenis da Prefeitura do Município de São Paulo, das quais a biblioteca-piloto é a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, também uma experiência bem sucedida.

* Lembrança de uma visita a "La Joie para les Livres", em Clamart, França, em 1979.

** Bibliotecária-Chefe da Seção de Bibliografia e Documentação do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Prefeitura do Município de São Paulo.



Ambientação diferente, mas o mesmo fim: servir à criança através da literatura.

Não há aqui nenhuma intenção de se estabelecer estudos comparativos e críticos dessas duas bibliotecas infantis, tão distantes uma da outra, mas tão perto no que concerne à realização do objetivo colimado, qual seja, proporcionar à criança e ao adolescente, aos jovens em geral, um serviço cultural. Serviço esse que muito ajudará esses jovens a compreender melhor o mundo em que vivem e, por que não, torná-lo melhor.

A Biblioteca de Petit Clamart é, no nosso entender, uma experiência única e vivificante nesse domínio. É uma biblioteca infantil desvinculada das bibliotecas gerais, ditas para adultos, como é a rede de Bibliotecas Infanto-Juvenis de São Paulo.

A cidade de Clamart, ligada fisicamente a Paris, como Osasco o é a São Paulo, é um conglomerado de população nitidamente de classe média baixa, que trabalha longe de seu domicílio. Por essa razão, passando a criança várias horas do dia sem a companhia dos pais, surgiu a necessidade de encontrar-se meios modernos e eficientes de proporcionar-lhes atividades recreativas e culturais.

Assim é que "La joie par les livres" surgiu de um esforço comum para proporcionar às novas gerações um lazer sadio. Lá tudo é organizado e realizado em função da criança. Se usarmos o jargão das empresas modernas, somos obrigados a dizer que o Marketing da biblioteca "La joie par les livres" é desenvolvido a partir das necessidades da criança.

Desde o acervo que, quantitativamente, é inferior àquele da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, mas que qualitativamente é mais elaborado até as

instalações, tudo mostra uma só preocupação: a criança.

Entenda-se bem nossa afirmação acima: qualitativamente mais elaborado. Isto equivale dizer que num país onde mal se conhecem alguns expoentes de nosso futebol e o carnaval brasileiro, ainda assim existem na biblioteca de Petit Clamart livros em português. Segundo a concepção de seus idealizadores seria imperdoável privar uma criança que se desenvolve, curiosa, de todo tipo de informação disponível; em outras palavras, tudo deve ser feito para bem informar o jovem.

Na sua parte organizacional o que nos surpreendeu sobremaneira foi o número reduzido de funcionários. A par de alguns profissionais especializados, as atividades são dirigidas por voluntários, normalmente pessoas da própria comunidade que, por alguma razão — aposentadoria ou outra —, têm uma parcela de tempo disponível a consagrar às crianças. São esses voluntários que procuram, de maneira mais ou menos organizada, conforme o caso, dirigir e orientar as múltiplas atividades das crianças: desde a simples leitura de um livro até a elaboração de um texto para teatro.

Além disso, várias funções são passadas às crianças mais velhas. Tarefas como cuidar da portaria, fazer o controle dos empréstimos de livros, imprimir o jornal interno e outras, normalmente são desempenhadas por elas.

A respeito do jornal interno, existe na biblioteca uma instalação gráfica dirigida pelas crianças, com sucesso. Procura-se aí, através de uma atividade derivativa de todo inusitada para uma biblioteca, o desenvolvimento de certas aptidões na crianças, as quais, de outra forma, permaneceriam latentes. (Não devemos



esquecer nesse ponto que as publicações que vicejaram e vicejam nas Bibliotecas Infanto-Juvenis de São Paulo produziram inúmeros talentos literários).

Uma série de inovações poderiam ser mencionadas ainda, ao nos referirmos a Petit Clamart, mas uma que nos surpreendeu bastante foi a colocação física dos livros. Alguns são colocados em cestos no chão, para atrair a criança a facilitar o primeiro contato. Estaria aí o surgimento do amor aos livros?

Mas, se para o desenvolvimento desse amor é imprescindível dedicação e coragem de alguns, aqui em São Paulo mesmo, num tipo de conturbação em todos os sentidos diferentes daquele dos arredores de Paris, também encontramos o fruto da dedicação e coragem de idealistas: a experiência pioneira das Bibliotecas Infanto-Juvenis da Prefeitura do Município de São Paulo.

Evidentemente, com cores locais, as Bibliotecas Infanto-Juvenis são também uma experiência única. Sua função primordial é dar à criança de São Paulo, tão massacrada pela televisão e pela própria cidade, um oásis onde ela poderá ter horas de lazer e cultura bem dirigidas. As atividades das salas de leitura, artes, jogos e discoteca são todas interligadas, sendo planejadas para que a crian-

ça desenvolva sadiamente suas potencialidades latentes.

Com um efetivo por vezes pequeno, no caso das bibliotecas de bairro, mas dotado de grande dose de boa vontade e compreensão, os objetivos das Bibliotecas Infanto-Juvenis são cumpridos à risca e as crianças encontram eco para vários de seus anseios: além de lazer, um ambiente caloroso e amigo.

A exemplo de Petit Clamart, as Bibliotecas Infanto-Juvenis cumprem função também social ao proporcionar aos jovens que moram nos seus arredores um ambiente culturalmente sadio e, sobretudo, um lugar onde esses mesmos jovens deverão encontrar abrigo, compreensão e orientação para uma boa parte de seus problemas atuais e futuros.

No entanto, em se tratando de experiências únicas cada uma no seu próprio espaço cultural e na dimensão de seus recursos, acreditamos, sem sermos ufanistas e reconhecendo nossas limitações, que tanto a criança brasileira quanto a parisiense muito teriam a ganhar com a troca de informações entre a nossa macro-organização, o Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis, com seus defeitos e qualidades e a micro-organização de Petit Clamart, a Biblioteca "La joie par les livres", também com seus defeitos e qualidades.



Bibliotecas Públicas Numa Comunidade Japonesa *

CDU 027.625(52)

Elza Yukie Maeda

**

Grande é o investimento em Educação no Japão, incentivando-se a criança a tomar parte, desde cedo, na vida cultural do país. Estimula-se também a participação na vida em grupo a fim de desenvolver espírito de cooperação e senso de responsabilidade.

A capital da província de Gunma, Maebashi, é uma cidade de pouco mais de 200 mil habitantes, e dista de Tokyo, a capital do Japão, 120 km. Cercada de montanhas, Gunma é bastante convidativa para a prática de esportes de inverno, e de banhos em águas termais. Cidade pequena, mas com todos os melhoramentos que a moderna tecnologia desenvolveu, Maebashi conta com duas bibliotecas públicas, uma municipal e uma provincial, e várias escolares. A frequência às bibliotecas públicas é grande, principalmente nas férias escolares de verão (junho/agosto), com exceção dos universitários, que preferem as bibliotecas do campus.

* Observações de um estágio na Biblioteca Pública da Província de Gunma, Japão, julho/78 a março/79.

** Bibliotecária da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.



Devido ao grande número de veículos e ao traçado da cidade (a parte que não foi destruída pelas guerras e/ou lutas internas, permanece com as casas construídas rentes às ruas, e estas ruas são estreitas e tortuosas, pois foram feitas em torno de um castelo, que hoje não mais existe; a parte nova tem calçadas e avenidas largas e arborizadas), a velocidade limite dentro do perímetro urbano é de 40 km/horário. Os cruzamentos mais movimentados têm semáforos que tocam músicas infantis, quando o sinal está verde. Nos cruzamentos perto das escolas, se não houver guarda de plantão, ou não houver semáforos, as crianças pegam bandeirinhas amarelas, que ficam em cestos perto dos postes de iluminação, e, levantando-as, atravessam a rua. Se não houver bandeirinhas, elas erguem um braço, olham para os lados, e atravessam. A cor amarela é reservada às crianças: chapéus, capas, guarda-chuvas e malas escolares. O motorista que provocar um acidente, sofre pesadas multas, podendo até perder a carteira de habilitação. A lei, para quem tem carro, é bastante severa, incentivando-se o uso de bicicletas e de transportes coletivos. As calçadas são divididas: metade para pedestres, metade para ciclistas.

O investimento anual na área de educação é muito grande, e as crianças não podem se limitar a apenas frequentar a escola. Devem exercer atividades paralelas, sendo bastante incentivados a leitura, o esporte, a música e as artes plásticas. Pode-se dizer que o povo japonês é um dos que mais lê no mundo. De pé ou sentado, no trem, no metrô, no ônibus, todos têm um livrinho aberto.

Um fato que me deixou bastante entusiasmada, foi o de verificar como os japoneses adoram viajar, e geralmente em grupos. O turismo é estimulado

sendo que o meio de locomoção mais usado é o trem. Viaja-se o ano inteiro. Para se dizer que se conhece bem uma região, é preciso ir aí, no mínimo, três vezes: na primavera, quando começa a floração; no outono, quando a folhagem começa a adquirir tonalidades vermelha ou amarela; e no inverno, quando tudo se cobre de neve. As escolas são obrigadas a ter na sua programação, ao menos uma viagem, mas, geralmente, elas incluem muito mais. As aulas de botânica, de biologia, geografia ou história, são mais interessantes no estudo "in loco". As crianças aprendem a viajar em grupo, cada qual cuidando do que é seu. É muito comum em qualquer época do ano, ver filas de escolares, todos uniformizados, com mochilas às costas, seguindo o guia que leva uma bandeirinha. Visitam castelos, monumentos históricos, escalam montanhas, atravessam rios, sempre observando a natureza; levam binóculos, máquinas fotográficas, e um caderninho onde vão anotando tudo.

Desde cedo, a criança japonesa é incentivada a frequentar uma biblioteca. A princípio acompanhada dos pais, ou dos irmãos mais velhos, depois com os colegas, ou mesmo sozinha. A biblioteca torna-se, assim, uma extensão natural da sua casa e da escola.

Situada bem no centro comercial da cidade a Biblioteca Pública Municipal de Maebashi é a que mais crianças recebe. Muitas mães que precisam fazer compras, deixam os filhos aí. Seu acervo infanto-juvenil conta com mais ou menos 5 mil volumes, a maior parte ilustrados, e uma boa parte em outros idiomas (predominâncias do inglês, francês e alemão). Procura-se também despertar na criança, o interesse por outros povos, costumes e línguas. As manhãs de sexta-feiras são



reservadas ao conto: uma funcionária da Biblioteca é encarregada de contar estórias para a garotada, através de vários cartões desenhados (Kamishibai — quadros mostrando cenas de uma estória, geralmente coloridos, tamanho 40 x 50 cm aproximadamente). Há também aulas de pintura, entre outras coisas, durante as férias escolares, com exposição dos trabalhos feitos. Para as mães, é uma tranquilidade poder contar com uma biblioteca, bem no centro comercial, e com várias atividades para entreter as crianças.

A Biblioteca Pública da Província de Gunma, por estar localizada fora do centro, procura atrair o público juvenil e adulto. Mas, para atender as crianças que moram nas imediações, possui uma sala de leitura para elas; são mesas, cadeiras e estantes no tamanho adequado dos mini-usuários. As paredes são decoradas com motivos infantis. Uma parte do assoalho é revestida de tatami (tipo de carpete, de fibra natural), onde as crianças ficam descalças e à vontade. O acervo infantil não chega a mil volumes (em 1978, o acervo geral era de 220 mil volumes); e normalmente há uma mãe disposta a ler um livro para seu filho e para as demais crianças que quiserem ouvir. A sala das crianças fica aberta de 3a. a domingo, das 9 às 17 horas.

Ainda nesta Biblioteca, no 3º andar, fica o Setor Audiovisual, muito procurado. O acesso a este setor é livre aos maiores de 14 anos; crianças, só acompanhadas de um adulto. Esta exigência se faz devido aos inúmeros aparelhos eletrônicos, colocados à disposição do usuário. Aqui, qualquer pessoa pode ouvir disco, fita cassete, fita em rolo, ou assistir a um programa de televisão, com video-cassete ou não. Faz-se empréstimo desses

materiais, além de filmes de 8 e 16 mm, projetores de filmes e de slides, telas de projeção, etc. Para estudo em grupo, há uma sala com 15 aparelhos de TV, com projeção em circuito fechado. nestes aparelhos pode-se projetar diapositivos, filmes ou video-cassetes, pois eles estão ligados a outros aparelhos, permitindo-se a sua máxima utilização.

Há ainda neste andar, um auditório, com capacidade para 200 pessoas. Geralmente, com 6 meses de antecedência, são programados palestras, concertos, filmes; aos sábados, a partir das 13:30 h, há filmes ou concertos, inclusive para crianças.

Um serviço relevante que as bibliotecas prestam à população da periferia, são as bibliotecas volantes. São ônibus-bibliotecas que atingem toda a província. As cidades de maiores recursos têm seus ônibus bibliotecas, e as demais, são servidas pelo Akagui-ni-go, como são denominados os ônibus-biblioteca da Biblioteca Pública da Província de Gunma. O Akagui-ni-go, a cada 15 dias, volta a mesma região, e num único dia percorre 4 ou 5 cidades, tudo dentro de um roteiro pré-estabelecido.

Há na província, um vilarejo chamado Sakai. Fica a mais ou menos uma hora de Maebashi, e tem cerca de 20 mil habitantes. Apesar de se localizar perto de uma outra grande cidade, pertence à rota do Akagui-ni-go. O depositário é a própria biblioteca local, que além do seu acervo, fica com um novo a cada 15 dias, geralmente de livros que não existem na biblioteca local. Neste vilarejo, cuja maior parte da população vive da agricultura, há uma biblioteca no meio da lavoura: uma casa antiga, cujo proprietário construiu uma nova em frente, e deixou a antiga para uso de terceiros.



A biblioteca de Sakai tem aí uma ramal da sua. O acervo desta, constitui-se, na maior parte, de livros infantis, pois são as crianças da redondeza que mais a utilizam e controlam o seu empréstimo. Enquanto estão na escola, a biblioteca permanece fechada, porque seus pais estão na lavoura (os pais somente vão-se utilizar dela, depois do entardecer, quando não se pode mais trabalhar a terra, ou no inverno, e nesse caso um adulto é o responsável pelo empréstimo). Como esta casa é grande, as crianças reúnem-se aí para ler, conversar, desenhar, pintar,

fazer as tarefas escolares. Inclusive, são elas que procuram manter a casa limpa e em ordem: Semanalmente, vem um funcionário da Biblioteca de Sakai, para ver como andam as coisas. As comunicações são feitas através de bilhetes: relatórios dos empréstimos, solicitação de material bibliográfico, etc.

Estimuladas a participar da vida em grupo, cria-se nas crianças o senso de responsabilidade e de cooperação. É muito difícil ouvir falar de livros perdidos ou rasgados.



A Biblioteca Escolar no Regimento Comum das Escolas de 1º e 2º Graus do Estado de São Paulo

CDU 027.8:372

Tereza da Silva Freitas Oliveira *

A biblioteca escolar como unidade integrante do núcleo de Apoio Técnico Pedagógico no Regimento das Escolas de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo. Integração do bibliotecário nos planejamentos e programações escolares. O relacionamento que se almeja no processo de ensino-aprendizagem.

1 – INTRODUÇÃO

A té o leigo em Educação tem conhecimento de que as escolas de 1º e 2º graus vêm sofrendo profundas transformações, quase radicais, não só no aspecto de novas metodologias, estratégias e táticas de ensino, mas principalmente, em sua própria estrutura e organização administrativa e disciplinar. Sabe-se que a escola de 1º grau ministra ensino da 1ª a 8ª séries (infância à pré-adolescência) e a de 2º grau visa a formação

* Diretora-técnica do Serviço de Documentação e Informática da Biblioteca Central da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP; Auxiliar de Ensino no Curso de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação – Campus de Marília – UNESP.



do adolescente em três ou quatro séries, conforme as habilitações. Ambas destinam-se à formação integral do educando, "visando ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento".⁴

Sob esta configuração, o núcleo que engloba as atividades da *Biblioteca* é o item "2.2 – Núcleo de Apoio Técnico-Pedagógico".

Pelo menos, em termos de hierarquia, a sua posição é excelente; no entanto, parecem ser necessárias modificações de hábitos, atitudes e comportamentos dos próprios bibliotecários, para se fazer jus e dignificar essa posição.

2 – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE 1º e 2º GRAUS

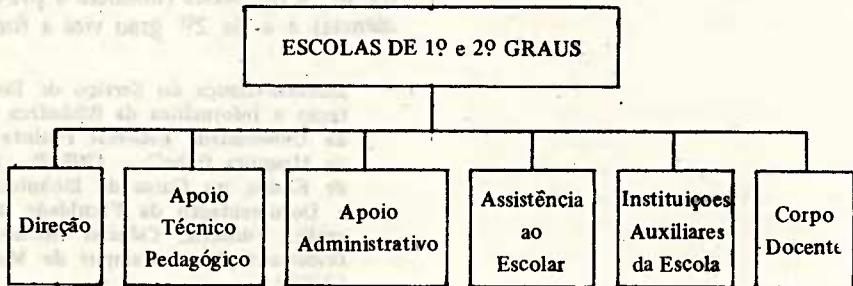
A estrutura funcional dessas escolas, pelos decretos de nºs 10.623 e 11.625, respectivamente de 26/10/77 e 23/05/78, compreende os seguintes "Núcleos de Atividades":

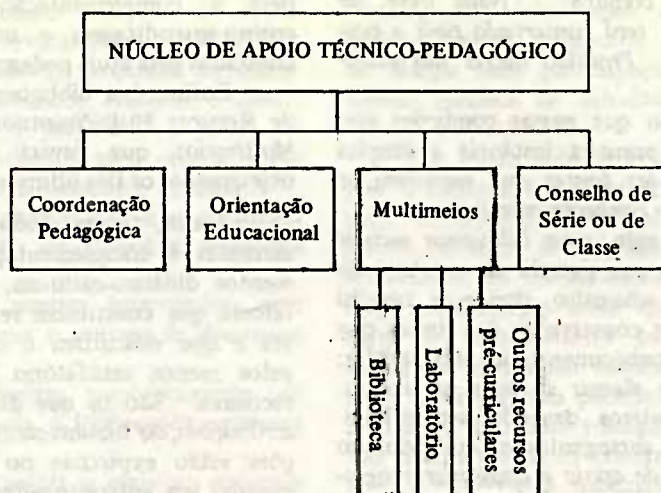
- 2.1 – Núcleo da Direção
- 2.2 – Núcleo de Apoio Técnico-Pedagógico
- 2.3 – Núcleo de Apoio Administrativo
- 2.4 – Núcleo de Assistência ao Escolar
- 2.5 – Núcleo das Instituições Auxiliares da Escola
- 2.6 – Núcleo do Corpo Docente.

3 – NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO

O próprio regimento o define como "o conjunto de funções destinadas a proporcionar suporte técnico às atividades docentes e discentes", compreendendo várias unidades:

- 3.1 – Coordenação pedagógica
- 3.2 – Orientação educacional
- 3.3 – *Multimeios*:
 - a) *Biblioteca*
 - b) *Laboratório*
 - c) *Outros recursos pré-curriculares*
- 3.4 – Conselho de série ou de classe





Entretanto, pelas legislações anteriores, a *Biblioteca* integrava o item 2.5 – *Núcleo das Instituições Auxiliares da Escola*. Essas instituições eram aquelas que desenvolviam as chamadas *Atividades Extra-Classes*, e entre elas estavam o Clube Numismático, o Clube Filatélico, a Horta, o Jardim, o Museu, a *Biblioteca*, etc. Não relegando a esse núcleo um plano secundário, mesmo porque a estruturação era outra, facilmente se compreende que a própria existência da biblioteca era efêmera, pois o desenvolvimento dessas atividades estava na dependência do gosto literário, artístico dos docentes e a mercê da boa vontade dos mais dedicados.

Atualmente, foi conferido à *Biblioteca Escolar* algo de mais substancial – o caráter pedagógico. Ela pertence ao *Núcleo de Apoio Técnico Pedagógico*. É a pedagogia que se faz atuante, preconizando que as atividades da biblioteca deverão ocorrer de forma abrangente.

Assim, o seu valor estará, não só em função das *atividades extra-classes* que possa desenvolver mas, principalmente, em decorrência da *atuação em classe*, de maneira a atender às exigências dos currículos, métodos e processos adotados por educadores e pedagogos.

No entanto, a realidade é uma só. Pode-se afirmar que a *biblioteca escolar*, tanto investida de caráter pedagógico quanto existindo como *atividade extra-classe* nunca esteve suficientemente implantada nessas escolas.

4 – CARACTERÍSTICAS DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Um dos maiores entraves para vencer as barreiras parece ainda ser a feição predominante de biblioteca como *relicário de obras* e, além de fazer jus a esse termo, subsiste sob rótulos e invólucros



taxativos e comuns: - *Nada deve ser tocado, tudo será conservado para a posteridade. Proibido mexer nas estantes, etc.*

É óbvio que nessas condições predomina em primeira instância a simples preservação das fontes que registram as experiências e conhecimento humano.

Atualmente, uma biblioteca escolar terá que dar sua parcela de colaboração no processo educativo, donde se conclui que a simples conservação das fontes que contém o conhecimento já não satisfaz; ela terá que alargar os seus horizontes, os seus objetivos devendo ser infinitamente mais abrangentes e, em primeiro lugar, servir de apoio a quaisquer programas educativos.

As causas dessa não satisfação são óbvias: primeiro porque é evidente que o processo educacional compreende algo de dinâmico, interativo e nada estático. Depois, porque as mesmas causas filosóficas, sócio-econômicas e culturais, o progresso científico e tecnológico que alteraram as condições de vida, estão a clamar e a pressionar mudanças de conceituação e funcionamento dessas bibliotecas.

Além disso, como o ensino se fundamenta na auto-atividade do educando, em que este, por sua natural curiosidade e experiência pessoal, é levado a encontrar gradativamente as informações que deseja, a biblioteca tem que se integrar com a escola, atendendo efetivamente a professores e outros educadores, procurando formar atitudes positivas e desenvolver habilidades de leitura, estudo, pesquisa e consulta.

É a colaboração da biblioteca no processo educativo que se torna imprescindível e que deve nortear todas as atividades do bibliotecário; essa colaboração será dada quando for capaz de oferecer toda e qualquer modalidade de recursos

para a complementação do processo ensino-aprendizagem e nos moldes preconizados pela atual pedagogia.

Enfim, é a biblioteca como Centro de Recursos Multidimensionais, Centro de Multimeios, que deverá ser promovida, objetivando os fins últimos da educação.

Assim, afora todos os aspectos inerentes à complementação dos ensinamentos didático-culturais, existem outros fatores que constituem verdadeiros entraves e que dificultam o desenvolvimento pelos menos satisfatório das bibliotecas escolares. São os que dizem respeito às atribuições do bibliotecário. Essas atribuições estão explícitas no artigo 23, das mesmas leis anteriormente citadas e assim definidas:

Art. 23. O Bibliotecário tem as seguintes atribuições:

I — participar da elaboração do Plano Escolar;

II — elaborar e executar a programação das atividades da biblioteca, mantendo-a articulada com as demais programações que integram o núcleo de apoio técnico-pedagógico;

III — manter controle das atividades realizadas, avaliar os resultados da programação e apresentar relatório anual;

IV — colaborar com os professores na composição de resenhas bibliográficas;

V — assegurar a adequada organização e funcionamento da biblioteca:

a) organizando o acervo e zelando pela sua conservação;

b) elaborando, organizando e mantendo atualizados os fichários e catálogos correspondentes;

c) mantendo adequadas as condições dos ambientes de leitura;

d) orientando o usuário, especialmente os alunos, na utilização da biblioteca, na pesquisa e consulta de obras;



e) organizando coleções de recortes de jornais e revistas para consultas.

VI — elaborar propostas de aquisição de livros didáticos, culturais e científicos, folhetos e periódicos a partir das necessidades indicadas pelo pessoal administrativo, técnico, docente e discente;

VII — organizar e manter atualizada a documentação de trabalhos realizados pela Escola;

VIII — manter intercâmbio com outras bibliotecas e centros de documentação;

IX — divulgar, periodicamente, no âmbito da Escola, a bibliografia existente na biblioteca;

X — organizar e registrar materiais didáticos, mantendo controle de sua utilização;

XI — levantar as necessidades de recursos didáticos para fins de aquisição, requisição ou empréstimos, conforme propostas das várias áreas curriculares;

XII — elaborar inventário anual do acervo da biblioteca.

Na análise dessas atribuições os itens I e II, notadamente, pelo cunho pedagógico que trazem implícito, requerem atenção especial:

I - "Participar da elaboração do Plano Escolar"

II - "Elaborar e executar a programação das atividades da biblioteca com as demais programações que integram o núcleo de apoio técnico-pedagógico"

Sabe-se que são raríssimas as bibliotecas escolares que contam com o profissional habilitado para a função. No entanto, na maioria das vezes, onde ele existe, permanece isolado e nunca se faz presente quando da elaboração desse plano.

A tendência do bibliotecário em assumir a maior parte de seu tempo com as atribuições específicas da sua função

(catalogação, classificação, etc.) toma-se frequentemente exagerada e ele deixa de alargar suas preocupações junto aos demais núcleos de atividades, principalmente o *administrativo*.

Por outro lado, é no *plano escolar* que o bibliotecário deve se fundamentar para desenvolver a sua própria *estratégia de serviços* e satisfazer a contento o *processo de escolarização*. É através dessa participação ativa que o bibliotecário se conscientizará dos objetivos e metas da instituição escolar, das diretrizes e características peculiares que devem nortear o processo educativo na escola, das características da comunidade e clientela, dos recursos materiais e humanos de que poderá dispor, das normas para avaliação, recuperação e promoção, etc.

Indubitavelmente, este deverá ser o ponto de partida para a programação das atividades da biblioteca. Assim, cada programa corresponderá a uma linha de trabalho estabelecida pelo plano. Além do mais, é a conjugação de esforços entre professores, bibliotecários, orientadores educacionais, coordenadores pedagógicos, etc., que gera programas comuns e onde a biblioteca se revela em suas múltiplas facetas: motivação para estudo dos conteúdos programáticos, fixação da aprendizagem, aprofundamento de estudos, lazer, etc.

De um modo geral, o sucesso de qualquer programa a ser desenvolvido em uma biblioteca estará na dependência direta da participação do bibliotecário em reuniões de estudo em torno do currículo, de procedimentos didáticos, decisões administrativas e outras práticas escolares.

Assim, essa participação do bibliotecário na elaboração do plano escolar e articulação com os demais núcleos se apresenta como condição *sine qua non*



para o tão preconizado *enfoque sistêmico* dentro das organizações. Desta forma estará concorrendo para que a biblioteca não se torne aquele *compartimento estanque* e sim se desenvolva como *parte do todo que é da escola*.

Quanto às demais atribuições expressa nos itens III a XII, seriam aquelas específicas do profissional bibliotecário, porém, se fazem restrições em termos de aconselhamento e/ou cuidados gerais a serem tomados quanto:

a) Organização do acervo

Sabe-se que o acervo dessas bibliotecas é bastante precário. No que se refere às publicações periódicas, é praticamente nulo; os livros provêm de doações, em sua maior parte, do INL, FLE e MEC. Frequentemente a *pobreza* está tanto em termos *quantitativos* quanto *qualitativos*. Não obstante o fato do acervo ser pobre, o problema se agrava quando, por vezes, o leigo e/ou o próprio bibliotecário tende a *endeusar* livros e considerar estes como que únicas fontes fidedignas de transmissão de conhecimentos e informações para esse tipo de biblioteca.

Sabe-se que, na prática, é muito mais eficiente, em termos de atualização e mesmo de aquisição de conhecimentos, uma boa coleção de recortes de jornais, revistas, folhetos, trabalhos, etc., do que quaisquer outras modalidades de materiais.

No que se refere à formação do acervo na base do livro, existem os cuidados maiores a serem tomados com a chamada *bibliopepsia* agravada pela mania de enclausurar livros sob *chaves*, impedindo o acesso livre às estantes e até mesmo que o usuário tenha liberdade na escolha de sua literatura de lazer.

b) Pessoal

No tocante aos funcionários que trabalham nas bibliotecas das escolas de 1º e 2º graus, é do conhecimento que a maioria não é profissional qualificado para tal.

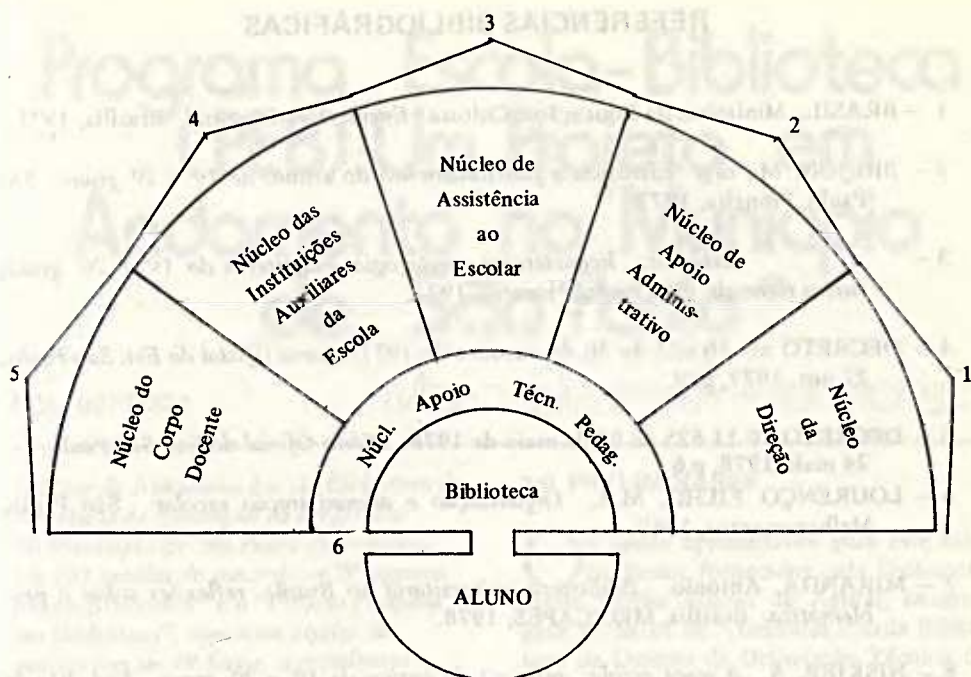
O próprio regimento no artigo 54 rege que "*não dispondo a escola de bibliotecário, o atendimento dos usuários será efetuado por professor adido ou readaptado*".

Neste particular, aceita-se em parte o *professor adido ou readaptado*, porém, fazem-se ressalvas no sentido que esse pessoal precisa ter no mínimo condições físicas e psíquicas. Na maioria das vezes, nessas circunstâncias as implicações de hospitalais, asilos, aposentadoria, etc., são transportadas para a biblioteca. Assim, são encontradas pessoas que por problemas alérgicos estão à disposição da biblioteca, não sabendo o interessado e/ou autoridades médicas e educacionais que o local mais poluído da escola está no recinto da biblioteca, com seus milhares de fungos provenientes do papel em deterioração. Também há outros disparates comuns, como, por exemplo, o professor em sua fase final de magistério que, por condições psíquicas, não suporta um total de 40 a 45 alunos de uma classe, e é levado à biblioteca para dar atendimento a toda uma escola.

5 – CONCLUSÃO

Mediante o exposto é evidente que, no momento, o processo educativo está a exigir da biblioteca um maior fluxo de relacionamento com os demais núcleos integrantes dessas escolas, conforme se demonstra a seguir:





5.1 – Elementos interagentes nos diversos grupos:

a) Núcleo 1
Biblioteca ↔ Diretor e Assistente(s) de Diretor (es)

b) Núcleo 2
Biblioteca ↔ Secretaria
Atividades complementares (zeladoria, vigilância e atendimento a alunos)

c) Núcleo 3
Biblioteca ↔ Assistência social, econômica, material, alimentar, médica e odontológica

d) Núcleo 4
Biblioteca ↔ Associação de Pais e Mestres
Centro Cívico

e) Núcleo 5
Biblioteca ↔ Corpo Docente

f) Núcleo 6
Biblioteca ↔ Coordenação pedagógica
Orientação educacional
Conselho de série e de classe

Um outro aspecto está na necessidade de se propiciar através de estágios, cursos intensivos e/ou outros meios, conhecimentos mais específicos a respeito do sistema escolar brasileiro.

Finalmente, enfatiza-se mais uma vez a necessidade da biblioteca escolar vir a ser um organismo de entrosamento e intercomplementaridade face ao processo de ensino e aprendizagem.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Ensino Fundamental*. Brasília, 1971.
- 2 – BREJON, M., org. *Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- 3 – *Estágios: licenciaturas, pedagogia, magistério do 1º e 2º graus, cursos normais*. São Paulo, Pioneira, 1974.
- 4 – DECRETO nº 10.623 de 26 de outubro de 1977. *Diário Oficial do Est. São Paulo*. 27 out. 1977, p. 2.
- 5 – DECRETO nº 11.625 de 23 de maio de 1978. *Diário Oficial do Est. São Paulo*. 24 maio 1978, p.6.
- 6 – LOURENÇO FILHO, M.B. *Organização e administração escolar*. São Paulo, Melhoramentos, 1969.
- 7 – MIRANDA, Antonio. *Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática*. Brasília, MEC/CAPES, 1978.
- 8 – NISKIER, A. *A nova escola; reforma do ensino de 1º e 2º graus*. 3.ed. Rio de Janeiro, Bruguera, 1971.
- 9 – OLIVEIRA, A.L. Escola e biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1 (2): 184-95, set. 1972.
- 10 – POLKE, A.M.A. A biblioteca escolar e o seu papel na formação de hábitos de leitura. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2 (1): 60-72, mar. 1973.
- 11 – SANTOS, I.R. A biblioteca escolar e a atual pedagogia brasileira. *Revista de Biblioteconomia*. de Brasília, 1 (2): 145-49, jul./dez., 1973.



Programa Escola-Biblioteca (PEB): Um Projeto em Andamento no Município de São Paulo *

CDU 027.8:372

Maria Elizabeth Mendonça **

O Setor de Atividades Escola-Biblioteca da Secretaria de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo desenvolve, em 181 escolas de sua rede, o "Programa Escola-Biblioteca" e o "Projeto Pesquisa em Biblioteca", com uma equipe de professores de 1º Grau, especialmente treinados para esse objetivo. O "Programa Escola-Biblioteca" pretende aperfeiçoar as habilidades de leitura dos estudantes, estipulando a capacidade de crítica e despertando o interesse por livros. Para atingir a esses objetivos, define os padrões para análise e seleção de livros e estabelece as atividades de um programa especial de leitura dirigida por fichas. Apresenta, em anexo, ficha-modelo de avaliação e um gráfico dos resultados obtidos. O "Projeto Pesquisa em Biblioteca" visa a dar aos estudantes técnicas adequadas para usar, de modo amplo, os recursos de uma biblioteca. Relaciona as fases, as atividades bem como os recursos humanos e materiais usados no desenvolvimento do Projeto. Sugere obras de referência necessária à fase de implantação do acervo e fornece os padrões de controle e avaliação.

1.0 PRELIMINARES

Os dados apresentados para este relato foram fornecidos pela Professora Maria Emília Bueno de Aguiar, encarregada do Setor de Atividades Escola-Biblioteca da Divisão de Orientação Técnica de 1º e 2º Graus do Departamento de Planejamento e Controle da Secretaria Municipal de Educação, situado à Rua José de Magalhães, 191, bairro de Vila Clementino, em São Paulo, Capital.

O interesse em elaborar este trabalho deveu-se ao fato de, como professora de 1º Grau e estudante de Biblioteconomia e Documentação, compreender a importância da Divulgação do "Programa

* Trabalho realizado para a disciplina "Referência", no 8º semestre do curso de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em junho de 1979, para a professora Neusa Dias de Macedo.

** Professora de 1º Grau da Rede de Ensino Municipal da cidade de São Paulo. Formada em Relações Públicas e Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de São Paulo e em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarulhos.



Escola-Biblioteca” e do “Projeto-Pesquisa em Biblioteca”.

Considerando que a formação de bons leitores é assunto que interessa a professores e bibliotecários, merece atenção especial o empreendimento da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que criou bibliotecas nas suas unidades escolares, visando com isso não apenas reforçar ensinamentos que constam dos programas oficiais, como também estimular a criação de hábitos de leitura, formando o usuário de bibliotecas do presente e do futuro.

1. PROGRAMA ESCOLA-BIBLIOTECA

1.1 Definição do Programa

O programa Escola-Biblioteca busca, através de um treinamento específico, sistemático e gradativo, transformar alunos que lêem em bons leitores.

Destina-se a estudantes de segundas e oitavas séries, atingindo, em 1979, a 181 escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

1.2 Breve Histórico

A Secretaria Municipal de Educação, visando a um melhor rendimento dos alunos de 1º Grau, na área de Comunicação e Expressão, promoveu, em 1972, uma experiência-piloto, envolvendo algumas unidades escolares da Rede Municipal e a Biblioteca Infantil Anne Frank, da Secretaria Municipal de Cultura.

Tratava-se de uma tentativa de promover a melhor compreensão de textos, através de intensificação das atividades de leitura. Foi considerada experiência

positiva, pela verificação de uma significativa aceleração no ritmo de aproveitamento escolar, resultado este que motivou a criação do Programa Escola-Biblioteca, instituído nos termos do Decreto número 10.541 de 26/06/1973, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo em 29/06/1973. (Ver Anexo 1).

Em fins de 1975, 6000 alunos de 13 Escolas Municipais, de clientela de nível sócio-econômico bem variado, já freqüentavam salas de leitura instaladas nas próprias escolas, realizando programação específica de suas séries e recebendo iniciação nos procedimentos de empréstimos de livros.

Durante o período de implantação, a equipe responsável pelo Programa aperfeiçoou as técnicas de leitura dirigida, cuidando da seleção de obras de leitura. Posteriormente, a Secretaria Municipal de Educação destinou verba especial para instalação mais adequada das salas de leitura, nas unidades escolares que já participavam do Programa.

Em 1977, 32 escolas receberam obras para fins recreativos e coleções acompanhadas de pastas e fichas de leitura dirigida para fins programáticos curriculares.

A utilização da técnica de leitura dirigida alcançou resultados que justificaram a extensão do Programa a mais 86 escolas, a partir de 1978, bem como a criação de um setor especialmente destinado a atender ao esquema de expansão das atividades.

1.3 Filosofia que norteia o Programa

A existência do Programa-Escola-Biblioteca se fundamenta na constatação de que a maioria dos brasileiros não tem o hábito de leitura. Sendo este um compor-



tamento que deve ser incentivado desde a infância, torna-se imperativo, nos meios educacionais, não só ensinar a criança a ler como promover a habilidade de julgar a validade do que lê e cultivar o amor pelo livro.

Ciente de que o conhecimento formal é melhor assimilado, em termos de cultura permanente, através de material impresso, o Programa procura propiciar aos discentes de 1º Grau a aquisição de habilidades de leitura através de treinamento específico, incentivado paralelamente o interesse pelos livros.

1.4 Objetivos do Programa

O Programa está orientado para os seguintes objetivos:

- a) formar leitores com habilidades para compreender e avaliar o que lêem;
- b) formar leitores com habilidades de estudo, tornando-os capazes de localizar, resumir e anotar informações;
- c) desenvolver o gosto e hábito de leitura;
- d) adequar o material de leitura à clientela escolar, visando a aperfeiçoar a metodologia de ensino;
- e) integrar as atividades da Biblioteca à vida escolar, como um recurso para o desenvolvimento do currículo;
- f) incrementar as habilidades de iniciação à pesquisa bibliográfica.

1.5 Critérios para análise e seleção de livros

A tarefa de análise e seleção de livros adequados a cada uma das séries que participa das sessões de leitura é delicada e difícil. Grande parte da clientela atendida pelo Programa Escola-Biblioteca é dotada de um vocabulário muito restrito, o que dificulta a compreensão da leitura. É comum que, ao atingir

terceiras e quartas séries, esses alunos só consigam entender textos curtos e se expressem através de redações bem simples, muito embora seus interesses já estejam voltados para situações e realidades mais complexas. Em consequência, as obras cujo texto, estilo e vocabulário são mais acessíveis já não despertam o interesse. Por outro lado, temas que chamam a atenção dos alunos são frequentemente expressos por textos mais elaboradas, com períodos longos e formados por numerosas orações em ordem indireta, o que constitui um obstáculo à compreensão do conteúdo.

Consciente dessas limitações e para adequar o material à clientela, o Programa Escola-Biblioteca procura selecionar obras de modo a atender às deficiências dos alunos, promovendo paralelamente o desenvolvimento dos leitores. Para atingir essas metas, utiliza critérios que levam em consideração os seguintes pontos:

- a) interesse que o assunto possa despertar nos alunos, de acordo com sua idade e vivência;
- b) enredo que deverá apresentar personagens atraentes, muita ação, suspense e humor;
- c) valores éticos e sociais como patriotismo, respeito ao próximo, senso de colaboração e responsabilidade;
- d) estilo do autor que deve ser leve e agradável e natural;
- e) redação que deve caracterizar-se por conter orações e parágrafos bem estruturados, visando a uma exata apreensão e compreensão das idéias. As dificuldades e extensão das orações se sofisticam com a progressão das séries.
- f) vocabulário simples e acessível, cujas dificuldades são progressivamente acrescentadas, sem dificultar o entendimento do seu texto.



1.6 Estratégias do Programa

Para atingir aos objetivos propostos, o Programa recorre às seguintes estratégias:

1.6.1 Seleção e treinamento do corpo docente e técnico das escolas no uso das técnicas específicas solicitadas pelos objetivos.

São oferecidos aos professores da Rede Municipal de Ensino cursos de implantação e implementação do Programa Escola-Biblioteca, capacitando-os a ministrar orientação aos seus alunos. Esses cursos fornecem instruções técnicas e orientação para dar uma boa aula de leitura pelo livro básico, utilizado regularmente em sala de aula, além de preparar os professores para trabalhar com eficiência com as fichas de leitura dirigida;

1.6.2 Para o funcionamento do Programa, foram especialmente designados outros professores da Rede, que se submeteram a um treinamento específico e sistemático, para orientar de modo adequado as atividades nas salas de leitura.

1.6.3 Instalação de salas de leitura nas Escolas Municipais.

De início, o Programa procurou sensibilizar as Associações de Pais e Mes-tres no sentido de instalar, às próprias expensas, as bibliotecas em suas unidades escolares. Auxílios eventuais seriam fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação. Atualmente o Departamento de Planejamento e Controle da Secretaria Municipal de Educação fornece o mobiliário que consta de oito mesas redondas de fórmica, para cinco lugares, e 40 cadeiras de polipropileno.

1.6.4 Para leitura recreativa, o Programa selecionou um acervo mínimo de obras de leitura infanto-juvenil, de acordo com os interesses dos leitores.

Na formação do acervo destinado a

leitura dirigida, são levados em consideração os seguintes aspectos: tema, redação, vocabulário, ilustrações e impressão das obras, procurando-se adequá-las a cada série especificamente.

A primeira seleção, feita após um ano de pesquisas, elegeu os livros mais solicitados pelas crianças, procurando reunir vários exemplares de um mesmo título, para que um número maior de crianças possa utilizar simultaneamente a mesma obra.

Do acervo fixo constam 270 títulos e 750 exemplares destinados à leitura recreativa e utilizados pelos leitores apenas na sala de leitura. O acervo circulante conta com 1000 exemplares.

1.7 Horário de funcionamento das salas de leitura

As unidades escolares estabelecem previamente o programa de visitas às salas de leitura. Essa frequência é semanal e realizada em horário extra-aula.

O número de professores encarregados da sala de leitura depende da quantidade de classes em funcionamento em cada unidade. Até 15 classes, uma encarregada é designada; se a quantidade é superior, as tarefas passam a ser executadas por dois elementos.

1.8 Atividades de Programação Especial de Leitura

A programação de segunda à oitava série prevê, semanalmente, a realização de:

1.8.1 atividades em sala de aula, orientadas pelo professor de classe:

1.8.1.1 sessões de leitura dirigida por fichas, de obras de literatura infanto-juvenil;



1.8.1.2 sessões de leitura no livro básico;

1.8.2 atividades em sala de leitura sob a orientação do professor encarregado da biblioteca:

1.8.2.1 leitura livre ou recreativa;

1.8.2.2 leitura circulante, com empréstimo de uma semana de prazo para devolução;

1.8.2.3 atividades de expressão e comunicação, de modo a enriquecer a expressão corporal e plástica;

1.8.2.4 atividades que levem o aluno a pesquisar com independência em bibliotecas, valendo-se de técnicas adequadas para utilização de catálogos e busca direta nas estantes;

1.8.2.5 atividades diversificadas do tipo "hora do conto", debates, entrevistas, dramatizações e teatro, tendo em vista o desenvolvimento do gosto pela leitura, bem como o enriquecimento do material lido.

1.9 Técnica de leitura dirigida por meio de fichas

Para tomar o aluno um bom leitor, o Programa procurou desenvolver, através de uma série programada de fichas, as seguintes habilidades:

a) distinção de fatos importantes e pormenores;

b) compreensão de partes de um texto;

c) compreensão do texto como um todo;

d) avaliação e crítica dos textos lidos.

As dificuldades contidas nas fichas de direção de leitura são dosadas de modo a que uma relativa repetição de situações permita ao aluno sentir-se preparado para enfrentar as etapas posteriores das séries de textos.

As atividades contidas na ficha de leitura e que objetivam promover a formação de habilidades específicas dizem respeito a:

a) compreensão da idéia central de um texto;

b) compreensão das idéias principais dos trechos de um texto;

c) distinção dos pormenores;

d) avaliação das atitudes dos personagens;

e) crítica do texto quanto ao humor, beleza literária e estilo do autor;

f) enriquecimento do vocabulário.

1.10 Resultados da avaliação do nível de compreensão de leitura realizada com alunos de quartas séries

Com o objetivo de analisar os resultados alcançados em função de aplicação do Projeto Escola-Biblioteca, foi realizada uma investigação que procurou verificar até que grau os alunos desenvolveram as habilidades elementares necessárias à uma eficiente compreensão de leitura.

1.10.1 População estudada

A população que serviu de objeto para o estudo constou de 556 alunos, dos quais somente 278 (a metade) haviam participado durante três semestres, das atividades de leitura oferecidas pelo Programa. Para a seleção destes, foi obedecido o critério de proximidade geográfica e equivalência sócio-econômica.

1.10.2 Instrumento de avaliação

O texto escolhido para servir de instrumento de avaliação foi "Guilherme



Tell", que pertence ao livro "Momentos" de Magdala Lisboa Bacha, destinado às aulas de leitura básica para classes de quartas séries.

A ficha de avaliação referente ao texto apresentou dez atividades, não se estipulando qualquer limite de tempo para sua realização.

Os alunos foram orientados apenas no sentido de que lessem com atenção as instruções e executassem todas as tarefas, não lhes sendo propiciado qualquer outro tipo de esclarecimento, nem se discutindo, posteriormente, com eles, as respostas.

1.10.3. Resultados

Os resultados (Anexo 3) do desempenho dos 556 alunos que compuseram a população, deixam claro que nem sempre o significado da leitura foi bem apreendido pelos elementos que não haviam sido treinados através do Programa. Ficou evidente o fato de que sem uma preparação específica, torna-se difícil a formação de leitores independentes e críticos que saibam trabalhar com desembaraço frente às informações que os textos oferecem.

2. PROJETO-PESQUISA EM BIBLIOTECA

2.1. Preliminares

O Setor de Atividades Escola-Biblioteca também tem sob sua responsabilidade um projeto de ensino de pesquisa em Biblioteca Escolar. Esta iniciativa surgiu frente à constatação de que muitos alunos de 1º e 2º Graus, quando instados pelos professores a realizar pesquisas, dirigem-se à Biblioteca, na maioria dos casos, com uma vaga referência bibliográfica ou simplesmente com um tema mal formulado a ser estudado.

Côncios deste problema, os responsáveis pelo Setor Escola Biblioteca testam o Projeto de Ensino de Pesquisa em Biblioteca Escolar, no qual são levantados procedimentos didáticos que estão sendo aplicados com alunos, em bibliotecas, para terem sua validade comprovada.

2.2 Objetivos

O objetivo geral do Projeto é elaborar uma metodologia de ensino de pesquisa para alunos de 1º Grau. Especificamente visa propiciar aos alunos a aquisição de técnicas para que usufruam, de modo amplo, os recursos de uma biblioteca e se capacitando a:

- a) identificar as funções de uma biblioteca infanto-juvenil;
- b) identificar e diferenciar os diversos tipos de obras (didáticas, de ficção, de referência, etc.);
- c) identificar e diferenciar os vários processos de tratamento de um livro (tom-bamento, classificação, catalogação) até chegar à estante da biblioteca;
- d) preencher corretamente uma ficha de aquisição de livros em uma biblioteca;
- e) localizar fontes de pesquisas adequadas às suas necessidades de estudo;
- f) registrar as referências bibliográficas das obras consultadas;
- g) conhecer tipos diferentes de enciclopédias, sabendo utilizar os seus índices;
- h) identificar e utilizar corretamente as seções, capítulos, parágrafos, palavras-chave, gráficos e painéis das fontes consultadas;
- i) organizar, em forma de resumos e esquemas, as informações encontradas nos documentos consultados.

2.3 Fases do Projeto

O projeto se constitui da seguinte sucessão de fases:



Fase A

Exploração livre do acervo de uma biblioteca. Esse passo é seguido de comentários, entre alunos e professores, sobre a natureza dos livros encontrados nas estantes e sobre padrões de comportamento a serem assumidos em uma biblioteca.

Fase B

Aquisição de noções indispensáveis sobre o processo de tratamento de um livro (tombamento, classificação, catalogação) até que o resumo chegue às estantes de uma biblioteca. Em seguida são fornecidas orientações no sentido de capacitar os alunos a preencher, com exatidão, as fichas de requisição de obras.

Fase C

Relacionamento de uma pergunta ao assunto a que se refere a localização do nome da obra correspondente no catálogo; registro de referências bibliográficas das obras consultadas, de acordo com modelo fornecido pelo professor.

Fase D

Observação de enciclopédias com a finalidade de verificar a organização e objetivo desse tipo de obra; comentários sobre as observações feitas, atendo-se às funções dos índices.

Fase E

Localização e requisição de obras que sirvam para resolver um problema proposto; verificação da adequação da obra solicitada.

Fase F

Análise da organização das enciclopédias, realizada por grupos de alunos, seguida de apresentação das conclusões

atingidas nessa fase.

Fase G

Localização, de um assunto previamente proposto, em livros e enciclopédias; observação de certos detalhes dessas obras, como: título, subtítulo, ilustrações, verificando até que ponto são adequadas ao trabalho proposto.

Fase H

Anotação sistemática, a partir de uma proposta de trabalho, de informações importantes conseguidas nas enciclopédias e discussão em grupos sobre as anotações.

Fase I

Resumo de textos amplos e discussão a respeito do conteúdo dos resumos.

Fase J

Elaboração de um esquema a partir da leitura de um texto simples.

2.4 Atividades desenvolvidas no Projeto

2.4.1 Atividades desenvolvidas pelos alunos:

2.4.1.1 sessão semanal para cada classe, com duração de 50 minutos;

2.4.1.2 utilização de obras de referência que fazem parte do acervo;

2.4.2 Atividades desenvolvidas pela equipe de planejamento e execução;

2.4.2.1 reunião semanal para avaliação do trabalho executado na semana anterior e planejamento de atividades para a semana seguinte;

2.4.2.2. elaboração de propostas de trabalho para os alunos, as quais são relacionadas ao conteúdo desenvolvido nas aulas de Ciências e Estudos Sociais



2.5 Recursos humanos

Uma encarregada da sala de leitura da unidade escolar, um elemento ligado ao Programa Escola-Biblioteca, um professor de Ciências e um professor de Estudos Sociais.

2.6 Recursos materiais

Uma sala de leitura com mesas e cadeiras suficientes para cada classe de até 40 alunos, papel sulfite, stencil, mimeógrafo, giz, quadro-negro, fichas.

2.7 Sugestão de obras de referência a serem utilizadas na fase de implantação:

“O Caminho de Ouro” – Editora Alfa

“Conhecer” – Editora Abril

“As Maravilhas da Vida” – EDLER

“Jóias da Literatura Infantil” – Lisa

Livros – Irradiantes S.A.

“Trópico – Enciclopédia Ilustrada”

– Livraria Martins Editora.

“Ler e Saber – Enciclopédia Juvenil em Cores” – Livraria Martins Editora.

“Enciclopédia da Natureza” – Edições Melhoramentos.

“Curso Prático de Língua Portuguesa e sua Literatura” – Editora Formar.

“Enciclopédia Mundo Infantil” – Editora Fulgor.

“Enciclopédia Delta Larousse” – Editora Delta.

“Enciclopédia Nacional de Educação Moral e Cívica” – Editora Formar

“Língua Pátria” – Tela – Edições e Material Didático.

“Enciclopédia de Educação Moral, Cívica e Política” – Editora Michalini.

“Pequena Enciclopédia Moral e Cívica” – MEC.

“Grandes Personagens da Nossa História” – Abril Cultural.

“Universo e Humanidade” – Ed. A Grande Enciclopédia da Vida.

2.8 Controle e avaliação

O projeto desenvolve uma avaliação contínua do aproveitamento dos alunos, visando a aprimorar constantemente seus instrumentos de execução.

O controle se efetua por meio de mensuração do aproveitamento real dos alunos, a cada fase do Projeto. Outro recurso utilizado é o da observação, feita pela equipe de execução, de alterações das atitudes e do comportamento dos alunos, durante os trabalhos de pesquisa.

CONCLUSÕES

Diante do relato do “Programa Escola-Biblioteca” e do “Projeto Pesquisa em Biblioteca”, compreende-se a validade da ação de educadores na direção de leitura. No entanto, verifica-se a necessidade de conjugação da ação educacional à ação bibliotecária, para que esses empreendimentos alcancem maior êxito e com isso evidencie-se a importância da figura do profissional de biblioteconomia.

O Bibliotecário, dentro de sua especialidade, cuidando da organização e administração da biblioteca escolar, da disseminação da informação, bem como colaborando com o professor na orientação dos alunos, no uso dos recursos instrucionais, por certo evitará que os docentes se sobrecarreguem com ativi-



des que fogem à sua formação e cometam erros naturais de operacionalidade biblioteconômica. O esforço conjugado das duas especialidades é altamente desejável e a interação dos dois tipos de profissionais é sem dúvida benéfica para a escola e biblioteca.

ANEXO 1

Decreto nº 10.541, de 29 de junho de 1973, que dispõe sobre o Programa Escola-Biblioteca;

José Carlos de Figueiredo Ferraz, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

— Considerando, que o mais grave problema com que se defronta, no momento, a escola de 1º grau é o baixo rendimento dos alunos nas áreas de estudos de Comunicação e Expressão;

— Considerando que essa situação é responsável pelo mau desempenho geral do estudante nas demais áreas curriculares;

— Considerando que a Secretaria de Educação e Cultura experimentou em 1972, numa iniciativa pioneira que se coroou de pleno êxito, levar os alunos de uma escola municipal a terem atividade, uma vez por semana, em uma biblioteca pública, a fim de estabelecer o entrosamento funcional escola-biblioteca e desenvolver nos alunos habilidades de leitura, para que possam ter a compreensão do que lêem, fazer a avaliação do que foi lido,

aprender a localizar informações e organizá-las, assim como desembaraçar-se na expressão oral e escrita;

— Considerando que os alunos da Escola Municipal Maria Antonieta D'Alkimim Basto, pela dedicação de professores da unidade e das bibliotecárias da Biblioteca Infantil "Anne Frank" apresentaram surpreendente aceleração no ritmo de aproveitamento escolar;

— Considerando que o programa incrementou o uso da Biblioteca e indicou uma reorientação para as atividades normais;

— Considerando que os resultados do projeto piloto aconselham a consolidação e ampliação dessa atividade.

Decreta:

Artigo 1º — Fica instituído, em caráter permanente, na Secretaria de Educação e Cultura o programa denominado Escola-Biblioteca.

Artigo 2º — O desenvolvimento do programa a que se refere o artigo anterior será tido como prioridades nas Bibliotecas Infanto-Juvenis da Municipalidade.

Artigo 3º — A Secretaria de Educação e Cultura baixará instruções complementares ao fiel cumprimento deste decreto.

Artigo 4º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, AOS 29 DE JUNHO DE 1973, 420º DA FUNDAÇÃO DE SÃO PAULO.



ANEXO 2

Ficha de Avaliação – Texto: GUILHERME TELL

Escola Municipal

Nome do aluno:

Classe Professora:

GLOSSÁRIO DO TEXTO GUILHERME TELL

alvo	ponto a que se dirige o tiro
brado	grito, exclamação, clamor, queixa
bravura	arrojo, valentia
desafio	um convite para a luta
expectativa	possibilidade, aquilo que se espera
fazer a mira	apontar para o alvo
reverência	gesto de respeito, mesura, cortesia
superar	vencer, levar vantagem
tiranía	violência, injustiça

ATIVIDADE 1

Dê as seguintes informações sobre o livro **Momentos**:

1. Autor
2. Coleção
3. Ilustrador
4. Editora
5. Ano de publicação
6. Local de publicação

ATIVIDADE 2

Responda:

O que você fez para localizar a estória de Guilherme Tell?

Leia a estória Guilherme Tell para conhecer fatos interessantes de sua vida.

Consulte o glossário.



ATIVIDADE 3

Dê um outro título para essa estória

.....

ATIVIDADE 4

Numere os fatos abaixo de acordo com a ordem em que a parecem na estória.

- () Para ficar livre, Tell deve acertar uma flecha numa maçã colocada na cabeça de seu filho
- () A multidão e os soldados admiram a bravura de pai e filho
- () O filho de Tell insiste para que o pai atire na maçã
- () Tell não faz reverência ao chapéu e desobedece a Guesler

ATIVIDADE 5

Localize o trecho que começa com as palavras: "Realmente seu. . . e termina nas palavras: "salve meu filho".

Anote um título para o trecho que você localizou.

.....

ATIVIDADE 6

Por duas vezes, Guesler desafiou Tell.

Localize as duas falas de Guesler desafiando Tell

Anote as primeiras e últimas palavras das falas encontradas.

a) 1ª fala de Guesler

Primeiras palavras:

Últimas palavras:

b) 2ª fala de Guesler

Primeiras palavras:

Últimas palavras:

ATIVIDADE 7

Releia as falas que você localizou na atividade 6.

Descubra quais as pessoas que responderam ao desafio de Guesler.

Escreva quem são essas pessoas nas linhas pontilhadas.

Pessoa que respondeu a 1ª fala de Guesler:

Pessoa que respondeu a 2ª fala de Guesler:



ATIVIDADE 8

Responda:

Para quem era a segunda flecha que Tell deixou escapar de suas mãos?

.....

ATIVIDADE 9

Marque um "x" diante da frase que melhor completa esta oração:

"Atirando sobre a cabeça do filho, Guilherme Tell mostrou:

- () não se preocupar com a segurança do filho
- () ter absoluta certeza que de maneira nenhuma erraria o alvo
- () ter muita coragem enfrentando os maiores perigos para salvar a vida do menino

ATIVIDADE 10

Responda:

O que o filho de Tell provou ser, quando gritou em resposta ao desafio de Guesler?

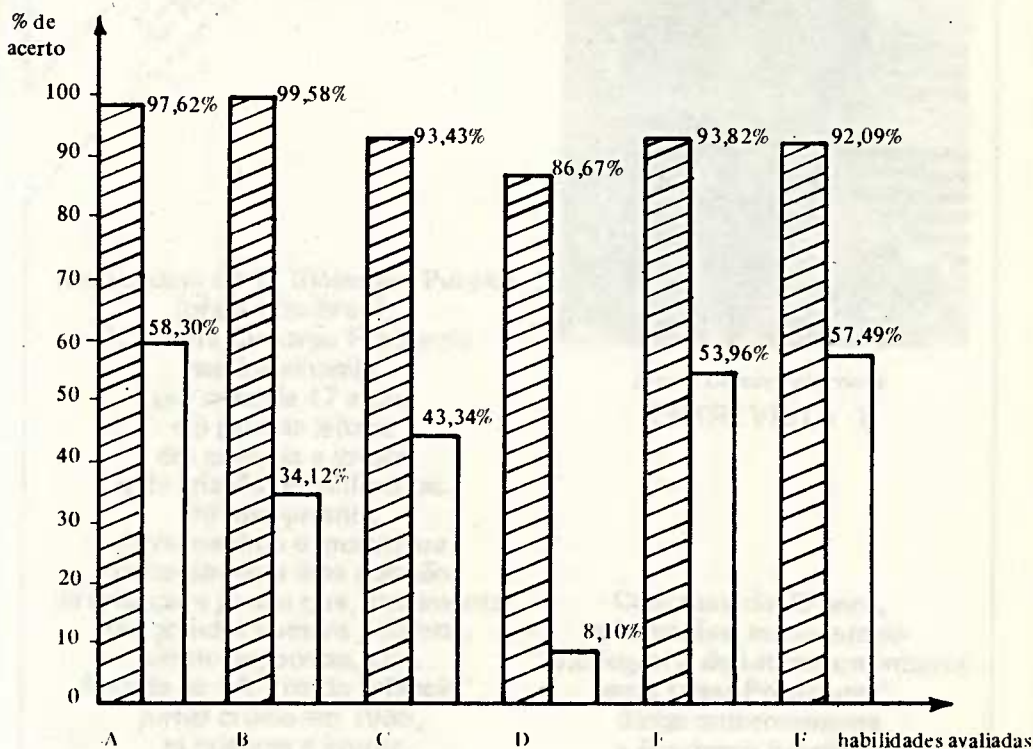
.....



ANEXO 3

Gráfico dos resultados da Avaliação do Nível de Compreensão em leitura de alunos de 4ª série.

278 alunos participantes do Programa Escola-Biblioteca
278 alunos não participantes de Programa Escola-Biblioteca



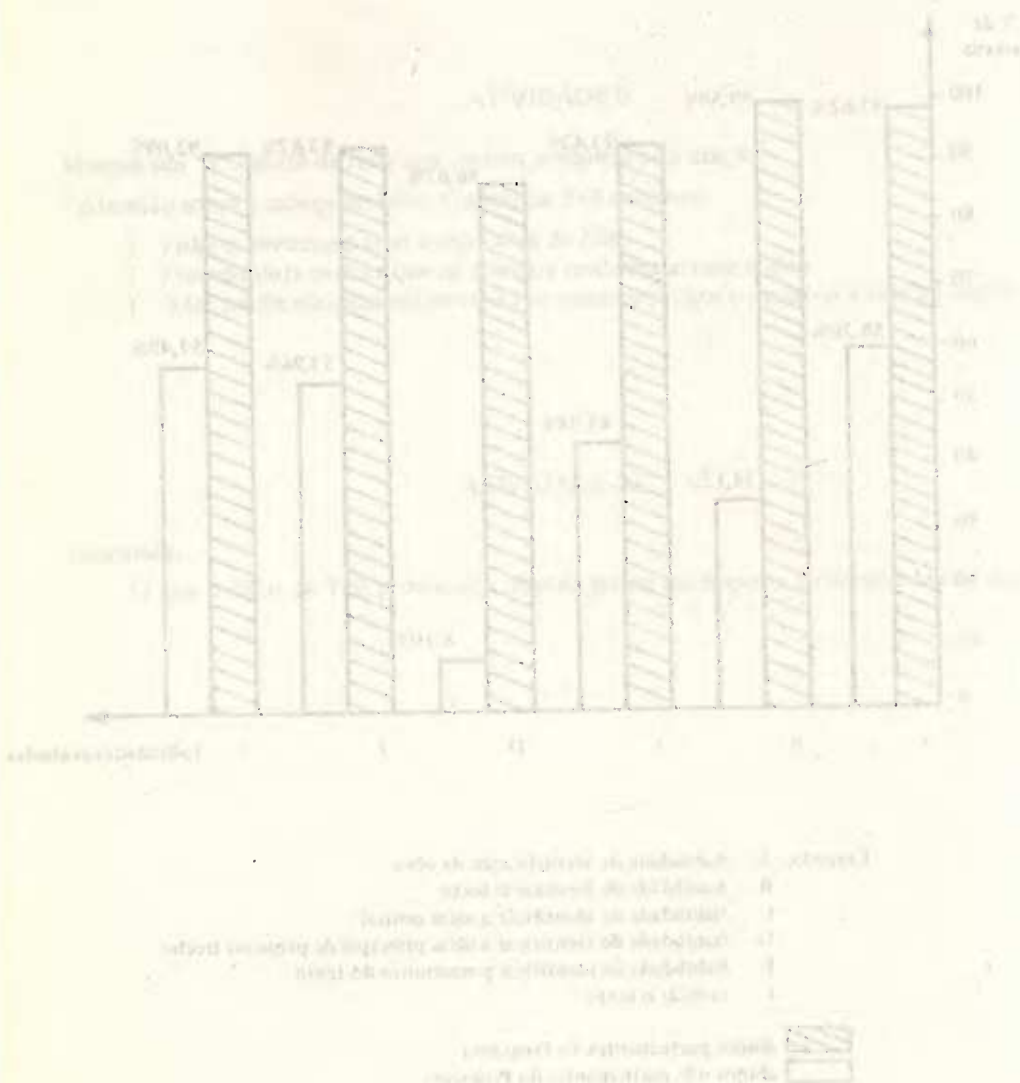
- Legenda: A habilidade de identificação da obra
B. habilidade de localizar o texto
C habilidade de identificar a idéia central
D habilidade de identificar a idéia principal de pequeno trecho.
E habilidade de identificar pormenores do texto
F criticar o texto

 alunos participantes do Programa
 alunos não participantes do Programa



BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

SÃO PAULO (cidade) Prefeitura do Município. Secretaria Municipal de Educação.
Programa Escola-Biblioteca. São Paulo, 1979 (Publicação S.M.E, 20)



Entrevistas

**Idealizadora da 1ª Biblioteca Pública Infantil do Brasil,
D. Lenyra Camargo Fraccaroli
vem batalhando,
por mais de 47 anos,
em prol da leitura
das crianças e jovens
e da criação de bibliotecas
infanto-juvenis.**

**Acompanhou e incentivou
culturalmente uma geração
de crianças e jovens que, atualmente,
são grandes homens públicos,
escritores, poetas, etc..**

**Através de "A Voz da Infância",
jornal criado em 1936,
as crianças e jovens
tiveram oportunidade de publicar
sua produção literária
e, até hoje,**

**o fazem na rede municipal paulista
de bibliotecas infanto-juvenis.**

**Em sua casa, D. Lenyra armazena
vasta documentação
que pode servir de base
para quem queira reconstituir
a história da biblioteca infantil
no Brasil.**



Lenyra Camargo Fraccaroli

ENTREVISTA 1

**Com mais de 70 anos,
a incansável iniciadora da
"Bibliografia de Literatura Infantil
em Língua Portuguesa"
dirige ardorosamente
a Academia Brasileira
de Literatura Infantil e Juvenil.**

**Entrevistada pela
nova repórter da RBB
— Laila Gebara Spinelli —
a sempre jovial Lenyra Fraccaroli
fornece importantes informações
sobre a Biblioteca Infantil
"Monteiro Lobato",
semente da biblioteconomia
infanto-juvenil brasileira.**



RBBD O que a levou a se dedicar a causa das Bibliotecas Infantis?

LCF — Havendo terminado o Curso Normal no Instituto Caetano de Campos, na época pertencente à Universidade de São Paulo, fui obrigada a substituir por um ano professores do referido Instituto. No período em que não havia substituições, pensei em cobrir meu tempo vago com algo que beneficiasse culturalmente às crianças, e nada melhor havendo do que instalar uma Biblioteca na Escola. Era o ano de 1933. Para conseguir meios, organizamos uma "Semana do Livro", com participação do Prof. Antonio D'Ávila e todas as crianças daquela Escola, e obtivemos sucesso absoluto. Para mobiliar a Biblioteca, consertaram-se à pressa móveis em desuso, e publicou-se um folheto com a programação da Semana. Iniciaram-se as atividades dessa "Sala de Leitura" com "hora do conto", filmes, empréstimo de livros e com uma publicação que reunia poesias e artigos das crianças. A Biblioteca tornou-se um organismo vivo e atuante naquele Instituto, sempre crescendo em amor e publicações.

RBBD — Como foi criada a Biblioteca Infantil "Monteiro Lobato"?

LCF — Em 1935, era diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, o escritor Mário de Andrade. Convidou-me para criar e instalar e organizar e administrar a 1ª Biblioteca Pública

Infantil do Brasil. Isto aconteceu em 11 de julho do mesmo ano, num prédio alugado e adaptado, sito à Rua Major Sertório, 638, Vila Buarque, em São Paulo. Assim, deixei o Instituto "Caetano de Campos" para tornar-me diretora da Biblioteca "Monteiro Lobato", cargo exercido até a minha aposentadoria, em 1961.

RBBD — Por que a opção de uma rede autônoma de bibliotecas infanto-juvenis para São Paulo?

LCF — A Biblioteca Pública funcionando, na época, na Rua 7 de Abril, não tinha possibilidade de acomodar uma Seção para crianças até 15 anos. Assim, pouco a pouco, e devido à separação física, a Seção de Bibliotecas Infantis foi-se tornando cada vez mais autônoma, seja do ponto de vista dos processos técnicos, seja do ponto de vista financeiro, até que se criou a Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis em 1950, hoje Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis, incluindo a Biblioteca infantil "Monteiro Lobato" e 25 ramais espalhados pelos vários bairros da Capital.

RBBD — Quais são os aspectos mais importantes a se considerar no planejamento de uma biblioteca infantil?

LCF — O prédio onde será instalada a biblioteca deve ser considerado e estudado de maneira a existir espaço suficiente para a criança desenvolver suas atividades com prazer. É relevante a ornamentação adequada com cartazes chamativos que indi-



quem os livros novos, exposições e os meios audiovisuais. São atividades imprescindíveis numa biblioteca viva e atuante. Recursos financeiros devem ser considerados ao se planejar qualquer biblioteca, o que se estende também à Biblioteca Infantil. Tendo em vista principalmente este aspecto, em 1978, elaborei projeto para criação e implantação de bibliotecas infantis no interior de São Paulo. Neste projeto as bibliotecas estão agrupadas em:

- Tipo A — Bibliotecas criadas e instaladas em prédios próprios, de prefeituras ricas e importantes no Estado;
- Tipo B — Bibliotecas pertencentes a cidades menores, com recursos financeiros mais baixos que as de Tipo A. Não estariam instaladas em prédio construído especialmente para ela. Seriam prédios alugados, com adaptações adequadas;
- Tipo C — Bibliotecas instaladas em salas de grupos escolares ou outras instituições, pertencentes a prefeituras com recursos financeiros bem menor que as do Tipos anteriores.

RBBD — Acha que houve uma evolução na Biblioteca Infantil desde sua criação em 1935 até hoje? E sobre os bibliotecários infanto-juvenis, houve algum progresso em termos de formação e atuação?

LCF — Ao aposentar-me, deixei 20 Bibliotecas em bairros periféricos de São Paulo e projetos para implantação de novas bibliotecas ramais que se concretizaram em gestões poste-

riores. Tenho conhecimento que foi acrescentada uma Seção para os pequeninos, em idade pré-escolar. Por outro lado, quanto à atualização dos bibliotecários infanto-juvenis, infelizmente o progresso foi pouco. Os bibliotecários não têm conhecimento de pedagogia e didática, literatura infantil, psicologia e conhecimentos gerais no trato com as crianças, de maneira a orientá-las adequadamente. Acho imprescindível que se crie uma disciplina de literatura infantil nos cursos de Biblioteconomia e se realizem cursos de especialização para bibliotecários dessa área.

RBBD — Por que são tão escassos e sem profundidade os escritos sobre bibliotecas infantis?

LCF — São tão escassos e sem profundidade porque não há interesse por parte dos bibliotecários a dedicarem-se à Biblioteca Infanto-Juvenil com mais afinco e desprendimento. Em 1972, ajudei a elaborar projeto de lei solicitando a inclusão da disciplina Literatura Infantil no Curso Normal e Curso de Biblioteconomia, mas o projeto não foi aprovado. Se os bibliotecários recebessem um pouco mais de orientação e formação sobre literatura infantil e juvenil poderiam surgir mais trabalho sobre bibliotecas infantis.

RBBD — Quais são as suas atividades atuais?

LCF — Presidente de honra e 1ª Presidente executiva da Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil. Continuo organizando e ministrando



aulas sobre Bibliotecas Infantis e promovo o livro infanto-juvenil de todos os modos ao meu alcance. Também tenho procurado estimular a criação de Bibliotecas Infantis em todo território brasileiro.

RBBD — Gostaríamos que a Senhora enviasse uma mensagem especial para os nossos leitores nesse Ano Internacional da Criança e o 1º Ano Brasileiro de Biblioteca Infantil.

LCF — Ao invés de ser apenas uma mensagem minha, transcrevo pala-

vas de Monteiro Lobato: "Ter/cultura — é ler, estudar. No dia em que todas as cidades do Brasil tiverem a sua Biblioteca Infantil, o Brasil estará a salvo de todos os males, porque todos os males do Brasil têm uma causa única: a ignorância dos adultos, justamente porque não lhes foi despertado o gosto pela leitura quando eram crianças". Endossando a frase de Lobato, aproveito para solicitar às nossas autoridades a criação de Bibliotecas e/ou salas de leitura, onde as crianças possam desenvolver sua capacidade intelectual, social, moral e educacional.



Marisa Karam Saltori

ENTREVISTA 2

HORA DO CONTO OUVIR PARA LER

Promovida pela Biblioteca
Pública do Paraná,
na Semana Nacional da Biblioteca,
em 1977, foi realizada em vários
educandários de Curitiba
a "Hora do Conto",
para crianças
entre 5 e 7 anos de idade
Marisa Karam Saltori,
Chefe da Seção de Atividades
Recreativas da
Biblioteca Pública do Paraná
e uma das idealizadoras
e ativa participante do projeto,
dá seu depoimento
da vivência nesta atividade*
à Sara Burstein
da Associação
Bibliotecária do Paraná.

P. Esta promoção alcançou os resultados esperados?

M. Foi realmente muito gratificante realizar esta atividade junto às crianças. A receptividade foi além do que se esperava. Nós continuamos com a "Hora do Conto" durante o ano de 1978. Neste ano de 1979, só nos foi possível promovê-la durante a Semana da Criança. Se no início as crianças nos esperavam apenas pela novidade, pelas balas ou doces que trazíamos, já com o decorrer do tempo eramos aguardadas pela atividade em si. A primeira pergunta já é para saber qual a história que será contada. Alguns já tem histórias preferidas que pedem para ouvir.

P. Onde foi realizada a Hora do Conto em 1979?

M. No Hospital da Criança, Instituto dos Cegos e Educandário Santa Felicidade.

P. Estas crianças apresentam problemas especiais para o narrador?

M. São poucos os problemas mas que merecem atenção. Às crianças cegas deve ser dada ênfase na voz, pois a mímica ou expressão facial não lhes é acessível. Em educandários devem ser evitadas referências freqüentes sobre "papai" e "mamãe". Todas são muito carentes de afeto e gostam muito de ficar

* Ver *ABPr Informações*, Curitiba, 3(1): 12-13, jan./Mar., 1977



bem próximas da narradora, tocando-a ou acariciando.

P. Qual seria o local ideal para contar histórias?

M. Ao ar livre, em praças e parques, com pouco ruído ou movimento de tráfego de pessoas ou veículos. Todas as bibliotecas infantis deveriam estar circundadas por áreas verdes. Na Biblioteca Pública do Paraná não há condições, atualmente, de realizar a Hora do Conto. A área é central demais, com muito ruído e também é difícil formar um grupo homogêneo de crianças. As crianças menores não são levadas à biblioteca e esta é uma das principais razões de nosso empenho em prol de bibliotecas comunitárias, fora da zona central, facilitando o seu acesso.

P. No que ouvir histórias contribuiria para incentivar o hábito da leitura?

M. Como complementação da leitura, os livros com os contos narrados são deixados com as crianças, que podem manuseá-los, ver as figuras, recriar a história. Ouvir histórias enriquece a imaginação, despertando a criatividade e a curiosidade, levando as crianças a adquirir o hábito de ler. A dramatização das histórias, após a narração, com as crianças recontando as mesmas, obedecendo uma seqüência, torna-as parte ativa da narrativa.

P. Quais são as normas para narração adotadas e a que conclusão levaram?

M. A criança gosta de ouvir histórias e esta atividade também permite uma aproximação afetiva com o narrador.

Deve haver uma seleção criteriosa dos contos, que não devem ser muito longos, nem ter cunho moralista ou didático, apenas recreativo. A preferência das crianças, desta idade é para contos de fadas (meninas) e histórias de bichos (meninos). Todos devem ter muita ação, despertar o interesse e ter uma dose de suspense.

O grupo de crianças deve ser pequeno, de 15 a 20 crianças, no máximo. A narradora e as crianças devem sentar no chão, formando um semi-círculo.

Usando um pouco de dramatização, ao contar as histórias, as ilustrações podem ser dispensadas; usando-se as ilustrações, elas devem ser mostradas depois da narrativa. As crianças gostam mais que as histórias sejam contadas e não lidas.

P. Além da leitura, que outras atividades devem integrar uma Biblioteca Infantil?

M. A Hora do Conto, seria uma delas. Aqui na Biblioteca Pública temos cursos de inglês, violão, iniciação musical, xadrez e flauta doce. São atividades que atraem as crianças para a leitura na Biblioteca, além de se constituírem em embasamento cultural.



A ADMINISTRADORA DE BIBLIOTECA

Maria Nazareth de Castro Penna — Diretora do Departamento de Bibliotecas Infanto-juvenis da Prefeitura do Município de São Paulo — fala sobre cultura e lazer nas bibliotecas infanto-juvenis e sobre a contribuição dada pelos demais meios de comunicação. Descreve objetivos, organização e publicações de um sistema de bibliotecas infanto-juvenis.

Considerando que é na primeira infância que mais facilmente se adquire o hábito de ler, considerada atribuição básica e fundamental da escola e da biblioteca, compete a segunda, como subsidiária da primeira e promotora de cultura e criatividade para crianças e adolescentes, promover os meios que atinjam a população infantil e adolescentes.

Inspirado na crença de que nas Bibliotecas devem-se desenvolver atividades que atinjam maior número de munícipes infanto-juvenis, foi criado em São Paulo o Sistema de Bibliotecas Infanto-Juvenis iniciado em 1935, e reestruturado em 1975, constituindo hoje o Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis, que tem como finalidade:



- 1 Oferecer à população infanto-juvenil condições de desenvolvimento educacional, objetivando contribuir para a sua integração e participação na sociedade e na cultura do mundo contemporâneo.
 - 2 Amparar a cultura e a pesquisa das manifestações artísticas e culturais da primeira infância e adolescência, incentivando a leitura e a pesquisa. Essa finalidade é alcançada através da programação e coordenação das atividades artístico-literárias, contribuindo para o desenvolvimento cultural e científico da população infanto-juvenil.
 - 3 Criar, organizar e manter as Bibliotecas, os Centros Artísticos infanto-juvenis e de documentação de literatura infantil.
 - 4 Assessorar na criação, organização e manutenção das Bibliotecas Escolares, Públicas e Particulares, subsidiando as escolas de 1º grau.
- 2 A estrutura organizacional do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis é constituída de setores centralizados (de controle) e descentralizados (de execução).
- 2.1 *Setores Centralizados:* Planejamento técnico, cultural, artístico, de lazer e administrativo.
- 2.1.a *O Setor de Planejamento e Normas:* Controla o planejamento dos projetos atuais e propõe os futuros; treina servidores para diferentes tarefas; controla o Setor de Recursos Humanos; prepara e controla os contactos com entidades que realizam trabalhos da mesma área.
- 2.1.b *O Setor Técnico Centralizado:* planeja, coordena e executa os serviços relacionados com: seleção, aquisição e tombamento do material; catalogação e classificação; fichagem e controle dos catálogos; expedição do material; instituição de normas técnicas e específicas para uso das Bibliotecas Infanto-Juvenis.
- 2.1.c *O Setor Administrativo Centralizado:* controla o serviço do pessoal; armazenamento e distribuição do material; manutenção dos prédios; controle de verbas.
- 2.1.d *O Setor de Atividades de Comunicação e Expressão Centralizado:* programa e orienta as atividades culturais artísticas e de lazer a serem desenvolvidas nas Unidades do Departamento ou em locais escolhidos e solicitados.
- 2.2 *Setores descentralizados: Bibliotecas, Centros e Unidades de Apoio.*
- 2.2.a.1 *Biblioteca Monteiro Lobato, Biblioteca Braille e 23 Ramais* executam atividades relativas a:
- 2.2.a.1.1 Leitura e pesquisa desenvolvidas nas salas de pesquisa e estudo, hemeroteca, sala de leitura infantil, leitura juvenil e biblioteca circulante.
- 2.2.a.2 Trabalhos desenvolvidos nas salas de música, artes plásticas, jogos, bem como das atividades de artes cênicas, literárias e de lazer, através dos espetáculos de teatro infantil, teatro de fantoches, das sessões cinematográficas, das exposições e comemorações, do jornal e da Academia Juvenil de Letras.
- Os funcionários das Bibliotecas Infanto-Juvenis controlam estas atividades e procuram formar grupos que desenvolvam trabalhos com crianças.
- Assim sendo a B.I.J. Monteiro Lobato, já conta com o grupo



TIMOL de Teatro Infantil e TIBBIM de Teatro de Bonecos, além do Jornal A Voz da Infância e a Academia Juvenil de Letras.

Pretendemos brevemente inicar os Cine Clubes também tendo como sede a B.I.J. Monteiro Lobato.

2.2.a.3 *O Centro de-Bibliografia e Documentação de Literatura Infanto-Juvenil* mantém o Setor de Livros Raros, Setor de Pesquisa e Informação, de Literatura Infantil e o Museu Monteiro Lobato.

2.2.a.4 *O CACE*, recém criado, em fase de implantação irá incentivar a criatividade infantil, através das atividades artísticas, cênicas e literárias.

Unidades de Apoio

1 *Caixas Estantes*: Em 1978 a fim de atender aos inúmeros pedidos de assistência às escolas, foi criado o setor de Caixas Estantes, constituído de caixas contendo 200 livros de ficção infanto-juvenil, aproximadamente, que são cedidos às escolas ou entidades assistenciais que nos solicitam.

Os acervos são constantemente substituídos e controlados por bibliotecários treinados.

As visitas constantes mantêm em atividades as caixas estantes.

2 *Setor Audio Visual*: Para complementar os trabalhos desenvolvidos nas Bibliotecas Infanto-Juvenis, foram adquiridos 845 diapositivos que serão depositados na B.I.J. Monteiro Lobato e em mais 04 B.I.Js. que contarão com equipamentos para a exibição dos mesmos.

O empréstimo entre as B.I.Js. será controlado por cada B.I.J. depositará.

Será facultado o empréstimo também às escolas e outras Unidades desde que, obedecendo às exigências instituídas.

3 *Núcleos filatélicos*: Estão sendo criados os núcleos filatélicos para que as crianças já adquiram o hábito de selecionar e colecionar selos já na infância.

Pretendemos que cada B.I.J. organize o seu núcleo e que na B.I.J. Monteiro Lobato seja instituído o Banco de Trocas.

4 *Setor de Automação*: Os primeiros estudos estão se processando para que se alcance a automação.

5. Para divulgar seus trabalhos e informar a população o Departamento pública:

5.1 Boletim informativo da B.I.J. Monteiro Lobato (trimestral)

5.2 BIBLI: Boletim trimestral de Bibliografia de Literatura Infantil com críticas de livros infanto-juvenis.

5.3 Suplemento de Bibliografia de Literatura Infanto-Juvenil. Publicação bienal contendo relação e pequena descrição de livros infanto-juvenis editados principalmente em São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul e Minas.

5.4 O Jornal A Voz de Infância: jornal produzido pelas próprias crianças e distribuído nas Bibliotecas Infanto-Juvenis e nas escolas.

5.5 A Chama Acadêmica: seleção de contos e poesias escolhidas entre os trabalhos dos acadêmicos da Academia Juvenil de letras deste Departamento.

Folhetos explicativos das atividades desenvolvidas nas Unidades deste Departamento.



Para atender a esta clientela contam as 24 Unidades da rede com acervo de 411.783 livros, 954 mapas, 972 atlas, 35.878 recortes, 13.661 discos e 846 diapositivos.

A coleção bibliográfica é constituída em sua maioria de livros de referência e didáticos.

Para a seleção e aquisição do material o Departamento mantém uma comissão de bibliotecários e 1 professor.

O Departamento, além de atender a população infanto-juvenil, também desenvolve outras atividades ligadas à área:

- Estágios de normalistas
- Cursos de preparação para pessoal que trabalha com crianças.
- Entrosamento com escolas.
- Carro-Biblioteca em conjunto com o Departamento de Bibliotecas Públicas.
- Atendimento às comunidades carentes no que se refere às atividades culturais e artísticas.
- Assistência a outras Bibliotecas escolares e infantis.

Para o êxito e divulgação das atividades desenvolvidas através dos programas e projetos criados e mantidos pelas Unidades deste Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis muito tem contribuído a imprensa falada, escrita e televisionada.

Paralelamente, os programas infanto-juvenis falados e televisionados, hoje já em maior número, transmitem informações que concorrem para a formação de bons leitores.

As críticas de livros, a apresentação de programas baseados em textos de livros já impressos e inúmeras outras formas de motivar crianças e jovens à leitura já constituem incentivo para a formação de bons leitores.

Se por vezes a televisão atrai o leitor afastando-o da leitura de bons textos, também através de programas culturais,

poderá motivar e incentivar o bom espectador para a leitura, criatividade e lazer.

Para que a criança leia mais, a televisão tem função de grande destaque.

Programas especiais em que se apresentem os resultados dos trabalhos desenvolvidos por bibliotecas infantis e escolares, críticas e orientação de leitura preparada por nossos antepassados, através dos mais variados materiais, constituem os principais fatores que contribuirão não só para a promoção da leitura, como também do aprimoramento cultural e incentivo na formação de novos escritores das mais variadas tendências os quais, por sua vez, passarão a contribuir na formação estética e literária da população infanto-juvenil.

A ESCRITORA

Ruth Rocha, autora de livros infantis e Diretora do Grupo Editorial de Atividades da Divisão Infanto-juvenil da Editora Abril, faz um depoimento sobre o ofício de contar histórias.

Mais difícil do que escrever ficção é, certamente, escrever sobre a realidade.

Mais difícil do que inventar é, na certa, lembrar, juntar, relacionar, interpretar-se.

Explicar-se é mais difícil do que ser.

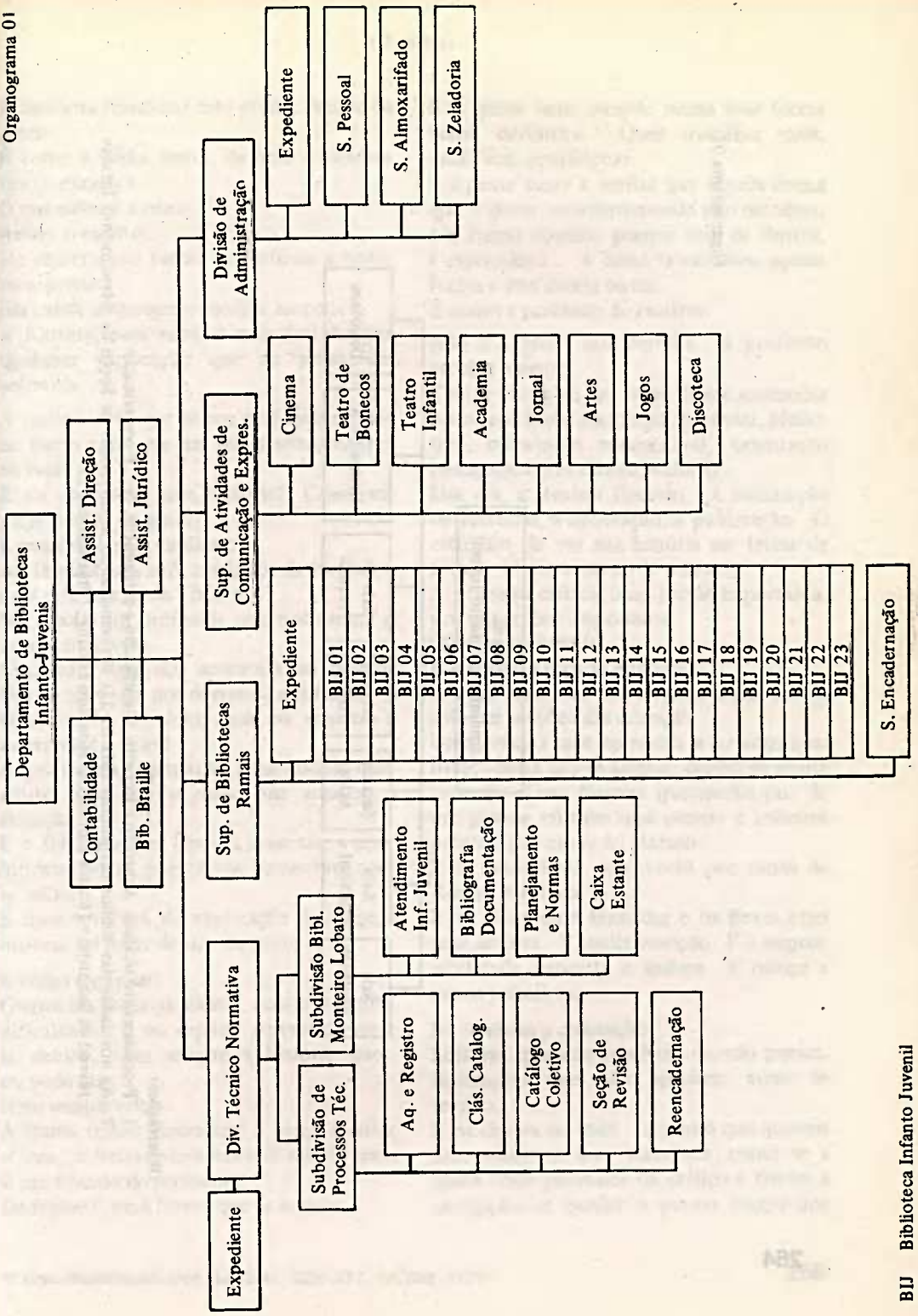
E escrever é sempre um ato de existência.

Quando se escreve, conta-se o que se é.

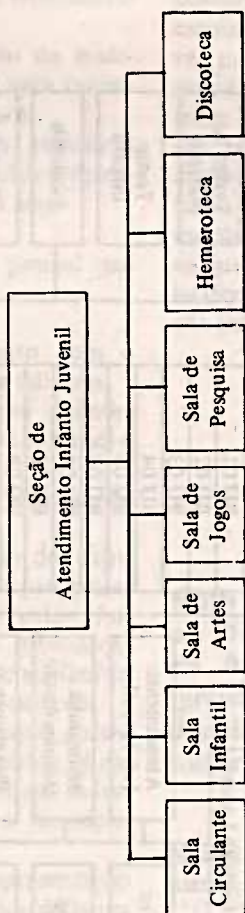
Parece que se inventa, mas não: vive-se.

Parece que se cria, mas na verdade aproveita-se.





BIJ Biblioteca Infanto Juvenil



Observações:

1. Processamento técnico: Aquisição e Registro, Classificação e catalogação, etc., é centralizado.
2. As atividades das Bibliotecas Ramais (BIJ 01-23) são semelhantes às oferecidas na Seção de Atendimento Infante Juvenil da Subdivisão Técnica Biblioteca "Monteiro Lobato" (Organograma 2).

A história como que está pronta dentro da gente.

É como a pedra bruta, da qual o escultor tira os excessos.

O que sobra é a obra.

Assim, o escritor.

No espírito, no fundo, no íntimo, a história espreita.

Ela existe antes que o escritor suspeite.

A história, para mim, é mais real do que qualquer explicação que eu possa dar sobre ela.

A realidade do que eu sou está mais no que eu escrevo do que nas racionalizações que eu faça.

E de onde vem essa história? Como vai parar dentro da gente?

É possível tentar explicar:

na família, um avô, contador de histórias; uma mãe leitora de Lobato.

Na escola um professor que nos ensina a amar a literatura.

Um outro que nos apresenta ao humor.

Um terceiro que nos desvenda a cultura.

O curso de sociologia que me ensinou a interpretar o Brasil.

A prática da Orientação Educacional que, muito mais que o curso, me ensinou a criança.

E a filha, que me levou a inventar, a criar histórias novas, pois não se contentava com as velhas.

É uma tentativa de explicação de como a história vai parar dentro da gente.

E como é que sai?

Guimarães Rosa já disse: contar é muito dificultoso. E eu repito. Apesar de viver lá dentro, nem sempre a história quer ou pode sair.

Nem sempre sabe.

A forma tolhe. Encontrar o tom; manter o tom; e fechar a história sem sair do tom.

É um bocado de problema.

De repente, uma forma que se impõe.

E a gente nem sempre aceita essa forma como definitiva. Quer trabalhar mais, modificar, aperfeiçoar.

E a gente custa a aceitar que aquela forma que a gente conscientemente não escolheu, é a forma correta, porque veio de dentro, é espontânea. A história escolheu aquela forma e não deseja outra.

É como a profissão de escritor.

Não é a gente que escolhe. A profissão escolhe a gente.

Tantas voltas eu dei antes de me acomodar como escritora, sociologia, pesquisa, biblioteca, orientação educacional, orientação pedagógica, jornalismo, editoria.

Um dia, a Revista Recreio. A solicitação de histórias, a aprovação, a publicação. O estímulo de ver sua história em letras de forma. Muito mais tarde o livro.

A primeira crítica, num jornal importante, por um crítico importante.

O primeiro prêmio.

E o contato com as crianças.

A coisa que mais me alegria é ouvir contar sobre as reações das crianças:

Uma criança que aprendeu a ler com meu livro; outra que se alegrou depois de muita tristeza. Uma terceira que muito riu. E um grande número que passou a inventar palavras por causa do Marcelo.

E as borboletas que recebi por causa de Romeu e Julieta.

E os Reizinhos Mandões e os Betos com suas árvores. É muita emoção. E a responsabilidade aumenta e instiga. E obriga a novos trabalhos.

Há também a chateação.

Editores que não resolvem ou não pagam. Ilustrações que não agradam, erros de revisão.

E os chatos de todo tamanho que querem nos submeter seus trabalhos, como se a gente fosse professor ou crítico e tivesse a obrigação de perder o pouco tempo que



temos lendo trabalhos que não nos interessam. E querem opinião, análise, correção. E os convites para trabalhos sem pagamento, como se a gente vivesse de brisas.

Tudo isso engolindo o pouquíssimo tempo, roubado ao trabalho, ao marido, à filha, à casa, à família.

Mas tudo somado, dividido, analisado, é tudo muito bom.

Uma sensação quente de que se é amiga de mais gente do que a gente conhece.

E a impressão, sempre renovada, que qualquer trabalho nos dá, de que, de alguma maneira, estamos modificando o mundo. Com parcelas pequenas, íntimas até, mas, de algum modo, não estamos deixando que o mundo nos carregue à deriva.

A EDITORA

Regina Mariani — Editora Infantil da Editora Ática — aponta problemas e critérios de seleção para publicação de livros para criança. Discorre sobre o trabalho do editor, a produção de livros infantis no país e a busca da valorização do autor brasileiro.

É muito comum que o editor seja também o dono da Editora. Isso faz com que a profissão de quem é assalariado para exercer a tarefa de edições de livros, seja praticamente desconhecida.

Felizmente está ficando cada vez mais frequente a existência do editor profissional. Talvez a sofisticação e volu-

me que atingiu a indústria cultural esteja forçando a especialização dos papéis e o dono da Editora está assumindo a sua condição de empresário e delegando a um profissional especializado a tarefa de assumir a publicação das linhas editoriais numa editora.

É ainda incipiente este comportamento, mas já está existindo. O meu caso é um exemplo do que afirmei: sou paga para publicar os livros infantis da Editora Ática.

Na verdade sinto-me privilegiada por ter a chance de exercer a profissão que escolhi, de trabalhar no que gosto e me realiza, e só estou falando sobre isso, porque quero chamar atenção para o principal problema que temos que enfrentar ao querer produzir livros infantis no Brasil: o custo.

Infelizmente, não tem muito sentido discutir aqui este problema, pois este é o preço que pagamos por nos mantermos como país periférico do sistema capitalista.

Estou convencida de que posso contribuir no sentido de promover o nosso livro infantil — o livro do autor brasileiro para a criança brasileira — porque estou inteiramente dedicada à tarefa de fazer da leitura um prazer para a criança. E faço questão de lutar pelo livro de autor nacional, porque estou muito preocupada com a colonização cultural que sofremos. E o pior é que não estamos nos dando conta disso, estamos passivos diante da agressão de valores que não nos pertencem.

O adulto brasileiro acha normal entrar num cinema e ver o filme estrangeira. A programação da nossa televisão é em grande parte ocupada pelos enlatados e a nossa criança está inteiramente indefesa e à mercê desse tipo de informação.



Parecemos condicionados a valorizar o que não é nosso. Dizer que uma coisa é importada, é automaticamente conferir a essa coisa o dom da boa qualidade. Não se questiona mais o seu valor: é importada e basta! Desse modo, em pouco tempo mais, perderemos a nossa identidade.

Na faixa etária de 4 a 10 anos, o mercado de livros ilustrados é inteiramente dominado pelas traduções. Já pensaram em uma criança em Recife lendo e apreciando a ilustração de "um inverno coberto de neve"? Como transformar esta situação, como fazer com que os Editores se disponham a editar livros nossos para nossas crianças, apesar dos custos altos? Por outro lado, por que não me proponho a editar tudo o que me cai às mãos, tendo tanto autor lutando para ser editado e que não consegue?

À primeira vista, parece contraditório eu dizer que defendo o livro nacional e ao mesmo tempo ficar rejeitando quase que sistematicamente o que me oferecem.

É aqui então que começa o que quero dizer: estou decidida a editar o autor nacional, mas o autor bom. Inclusive porque, a meu ver, esta é a única forma de salvar a literatura infantil brasileira: editar bons livros brasileiros.

O livro medíocre e mau, é o maior aliado da literatura alienígena, pois o livro ruim não vende. Não porque seja nacional, e sim por ser ruim, só que se passa a identificar o livro ruim com o livro nacional e cada vez mais se edita o estrangeiro, que sai muito mais barato — não tem custo da produção. E está fechado o círculo contra a verdadeira literatura infantil brasileira.

Além desse motivo, há outro que considero fundamental para lutarmos contra o livro medíocre: é que a criança merece muito respeito!

A criança, até que a escola, a família e também determinado tipo de livro não a deturpe, embote ou burrifique, é um ser criativo e apto a um desenvolvimento sadio, integral e harmônico. O Victor Lowenfeld mostra em seu livro "Desarrollo de la capacidad creadora" o desenho de um pássaro, feito por uma criança sem escolaridade e criada livremente e depois o mesmo desenho da criança escolarizada. É simplesmente impressionante a diferença entre um e outro. Enquanto no primeiro desenho o pássaro é cheio de detalhes e cores, no segundo é a imitação do traço simplificado; um "V" de pernas caídas, como as professoras costumam fazer representando a ave.

Como não vamos entrar no mérito do sistema escolar e da pedagogia em que são educadas nossas crianças, vou tentar dizer apenas o que considero importante num livro para crianças.

Um parêntese: Não tenho receita de como se faz um livro bom e desconfio que não existe tal receita. Muitos autores me perguntam como quero o livro e geralmente respondo que não sei, que quero o bom, bem feito e inteligente. Voltando às qualidades que considero importantes num livro destinado à criança, relaciono o seguinte:

INTELIGÊNCIA — um livro para crianças precisa ser escrito com inteligência pois a criança é um ser inteligente. Fico irritadíssima quando leio um original que foi escrito partindo do princípio que a criança é débil mental. Para evitar equívocos, inteligência não tem nada a ver com erudição, confusão e complicação. O que vem a ser cada uma dessas coisas?

a. *Erudição* — são os livros escritos com o pretexto de ensinar detalhes científicos ou particularidades de história



geral, coisas que têm grande importância apenas para o adulto que as escreveu, pois são ensinamentos inócuos, isto é, sem a menor importância para a vida prática.

b. *Confusão* outro recurso usado para tapar a falta de inteligência é falar de forma confusa com pretensas imagens literárias.

c. *Complicação* no mesmo caminho da confusão, está a complicação de idéias, são os livros fabricados, intelectualizados, que apenas refletem as “*encucações*” de seus atores. São os livros-paráboas, de mensagem cifrada, geralmente com a pretensão de atingir a criança levando-a a descobrir a beleza, a bondade e até a própria infância, como se estes não fossem valores próprios dela (criança). A sensação que tenho, é que o autor gostaria de ser descoberto como um segundo Saint Exupéry, só que “O Pequeno Príncipe” não é literatura infantil, pelo menos no sentido que estamos usando aqui de livro específico para criança. (Num sentido amplo, acho que não existem duas literaturas: a infantil e a adulta, existe apenas literatura).

Ao falar de inteligência, quero que esteja implícita a criatividade. Um livro inteligente é necessariamente um livro novo, um livro criativo.

Outro ponto fundamental é o *conteúdo*. O livro para a criança de hoje, precisa ter um conteúdo atual. Quando falo de livro atual, estou me referindo aos valores que o livro deve conter. É fundamental que sejam valores sadios. Livros de fundo moralista, maniqueísta, racista, livro onde a mulher é sempre secundária ou incapaz, onde o casamento é a melhor coisa que pode acontecer a heroína feminina, não devem ser mais publicados, todos são valores caducos.

Quanto ao racismo, convém uma observação: tem muita gente que escreve achando que não é racista porque põe, com boa vontade, o negro na história. Só que o negro é sempre filho da cozinha ou o enfeitado que foi criado pela bondosa família branca e é o exemplo do servilismo, a frase “é sempre um preto de alma branca” ainda presente em muitos livros é um exemplo significativo desse racismo disfarçado e açucarado.

A *Linguagem* é outro aspecto importante — a Linguagem para a criança deve ser direta, coloquial e objetiva. Com todas as solicitações do mundo em que vivemos, não tem sentido prender a criança horas e horas na leitura enfadonha de descrição de detalhes.

Até hoje me lembro do vestido que eu nunca acabava de imaginar, sugerido apenas por nove palavras: “da cor do mar com todos os peixinhos”. O importante é a força da imagem e não páginas e páginas de descrição rebuscadas, confusas e intermináveis.

Finalmente, *bonito e agradável*. Quanto menor é a criança mais importante é a ilustração de um livro e para a criança que não lê o livro é a ilustração, isto é, para a criança até a alfabetização, a ilustração significa 100% em um livro.

Há pesquisas da UNESCO sobre a importância da ilustração para criança e está provado que o livro será significativo para uma criança na medida em que ela possa reconhecer o mundo onde vive nas suas ilustrações.

Tenho problemas gravíssimos com ilustradores. É incrível como não se desenham as nossas paisagens, plantas, flores, frutas e bichos. No entanto, abundam cogumelos, carvalhos, maçãs, etc. Alguns livros são brasileiros porque foram editados no Brasil mas o referencial é todo de fora.



Sei que é necessário vencer duas pesadíssimas barreiras para realizar o bom livro nacional: a dos valores, ou seja, a de convencer os artistas e donos de editoras que não só temos *o que* dizer e *como* dizer, mas também, *o que* retratar.

— Descobri que é função do editor no nosso país formar os artistas, se queremos um livro representativo da nossa cultura. — Um dado curioso é que, apesar do total domínio dos livros, filmes de TV e revistas de procedência estrangeira, as pessoas reagem quanto alguém se propõe a fazer apenas o nacional.

Outra barreira, talvez mais pesada do que essa, é a de convencer o dono da editora a investir no livro nacional. Um argumento que pode ajudar é o de que o hábito de leitura se faz na infância, e a criança tem muito mais facilidade para gostar do livro em que ela se reconhece, ou seja, é muito mais provável e fácil para a criança, criar laços afetivos com um livro significativo para ela do que com um livro que, por mais bem feito que seja, lhe diz pouco. Nesse caso o livro não seria visto como fator de lucro e sim como investimento, o retorno seria através do leitor adulto. Sei que em termos capitalistas isso é quase uma heresia. Mas sempre podemos apelar para o fato de que uma editora nacional deve ter um compromisso com a cultura do seu país e aí talvez apareça a brecha que vai permitir a existência do livro que a criança de cada país merece e a que tem direito. Com isso não estou querendo dizer que não se deva fazer nenhuma tradução. Só acho que elas precisam ser criteriosamente selecionadas e em proporção menor do que a produção do livro nacional. A seleção deve ser sempre em função da qualidade dos valores que o livro transmite para que não entrem em choque

com os valores locais. A criança, em qualquer hipótese, merece sempre o melhor.

A CRÍTICA LITERÁRIA

Tatiana Belinky — Especialista em Literatura, Teatro e Televisão Infantil. Colunista da Folha Ilustrada atuando no programa "Panorama" da TV Cultura de São Paulo — fala sobre responsabilidade da crítica literária infantil no auxílio à seleção adequada na aquisição de obras destinadas às crianças.

Já passou o tempo em que se considerava a literatura infantil, ou melhor, a literatura para crianças, um gênero menor: Literatura Infantil é antes de mais nada literatura "tout court", podendo aplicar-se a ela a famosa frase de Stanislavsky referente ao Teatro Infantil, que "deve ser igual ao dos adultos, só que melhor". Ou seja, deve ter "algo mais". Porque, se para a literatura em geral os critérios críticos são primordialmente de ordem estética, ou "cultural", em se tratando da criança não se pode perder de vista o aspecto *ético*, formativo, ou seja, o critério *educacional*.

E já estamos ouvindo o coro de protestos (até fundados no caso de certa "literatura" — mas não é dela que estamos falando —) sobre a "colonização da criança", a "imposição de valores adultos ou ultrapassados", a "repressão", o "enquadramento", enfim, sobre a mania que os



adultos têm de educar as crianças. Por que não deixar que a criança se eduque sozinha?

Acontece porém que, quer queiramos ou não, a realidade é que a criança não se educa sozinha. Nem a criança “de família”, nem o “trombadinha”. A criança é educada por tudo o que a rodeia. Pelas suas vivências do dia-a-dia, em casa, na rua, na escola, na cidade, na roça ou onde quer que seja; é educada pelo que vê, ouve, assiste, presencia, brinca, sofre, sente, goza, percebe, e também, é claro, um pouco pelo que lê. Ela absorve e incorpora o ambiente por todos os poros, sem esforço consciente, e por isso, tudo o que entra em contato com ela é necessária e inevitavelmente “educativo”, ou deseducativo, o que vem a ser a mesma coisa, já que educar significa conduzir. O fato é que tudo aquilo a que a criança é exposta, voluntária ou involuntariamente, exerce influência sobre ela, causa impressão, deixa marca indelével — e isto se refere tanto à vida como a arte, pois não é a arte “a essência destilada da vida?” E, com licença de Júlio Gouveia, “. . . tudo o que acontece (no livro ou no teatro) passa a fazer parte do sub-consciente da criança, contribuindo para formar aquele grande depósito de idéias e emoções que terá posteriormente uma tremenda participação na inteligência, na sensibilidade e no comportamento do indivíduo adulto”.

E já que não é possível — a não ser que se guarde a criança debaixo de uma redoma (fôska) — evitar que ela fique exposta a toda sorte de contatos e influências, desejáveis ou não, que escapam ao controle do adulto presumivelmente responsável por ela (e a agressão massificante da TV é apenas um, e não o pior, dos exemplos); e já que o livro — como o teatro e outros espetáculos — pode

constituir uma experiência vital, vicária mas autêntica, portanto “educativa”; e já que não é possível (nem desejável) dizer ao autor como e o que ele deve escrever — decorre que o adulto responsável pela criança tem de procurar, pelo menos no que depender dele, expô-la ao que considerar bom para ela, conveniente, útil, enriquecedor — e isso, significa também livros criteriosamente selecionados.

Infelizmente são poucos os “adultos responsáveis” — pais, professores, avós, recreacionistas — que conhecem literatura infantil, e é aqui que entra a grave responsabilidade do crítico desse gênero literário: a responsabilidade de ajudar os pais e os educadores em geral na seleção adequada dos livros que eles querem colocar nas mãos das suas crianças. A crítica de literatura infantil deve portanto ser uma crítica especial, pode-se dizer, “aplicada”: o crítico não só deve conhecer literatura, como principalmente deve conhecer e amar a criança, compreender e tomar em consideração as suas necessidades e limitações, suas sensibilidades e vulnerabilidades em cada fase do seu desenvolvimento intelectual e emocional, especialmente no que se refere às crianças menores, aquelas de uns 11-12 anos para baixo.

A leitura bem orientada desde cedo, dirigida para a literatura artística, lúdica, divertida, emocionante, gostosa de ler, pode e deve ajudar a criança a se abrir para o mundo exterior e interior com todos os sentidos ligados: para ver e enxergar, ouvir e escutar, perceber e pensar; e entender, criticar, discutir, julgar, e, “last but not least”, aceitar e recusar usando a própria cabeça — o que certamente acontece com o melhor Monteiro Lobato, um exemplo que se impõe.



Atualmente publica-se muito para crianças, no Brasil. Os livros e “livrinhos” saem aos magotes e, por um lado se há muita coisa medíocre, “encomendada”, fraca; muita coisa oscilando entre os extremos da pieguice tola, da falsa fantasia, do ufanismo primário — e um “realismo” não menos forçado e tendencioso — por outro lado há uma boa safra de livros realmente bonitos, inspirados, ricos de imaginação, criatividade, humor, “monsense” estimulante, poesia e emoção, com a sua mensagem ética implícita sem didatismo e apropriada para a sensibilidade infantil. Mensagem ética essa que não se deve confundir com qualquer “maniqueísmo” simplório. (Aliás, geralmente quem muito fala em maniqueísmo, é porque não gosta do maniqueísmo alheio, quer impor o seu próprio, esse que visa fazer tábula rasa de tudo o que não seja a sua própria “linha”. . .) A verdade é que todas as “realidades”, mesmo as mais fantásticas ou as mais contundentes, são válidas na literatura dirigida à criança e ao adolescente, desde que de boa qualidade e respeitando as diferenças, não só de faixa etária, como também as diferenças entre crianças da mesma idade cronológica, mas provenientes de ambientes familiares e níveis sócio-econômicos diversos, que podem resultar em defasagens psicológicas, emocionais, intelectuais, etc., às vezes bem grandes — sem que isto implique em qualquer elitismo: é simples realismo, que torna o conceito de faixa etária um tanto aleatório. . .

Por isso é tão importante que o crítico de literatura infantil saiba orientar os seus clientes principais, que são aqueles que vão adquirir os livros para o pequeno consumidor final, a fim de elucidá-los sobre o conteúdo da obra, sobre o seu sentido mais profundo, sem nunca descui-

dar do seu aspecto formal: estilo, linguagem, apresentação gráfica, ilustrações e tudo o mais. O veículo pode não ser a mensagem, mas pode representar papel decisivo na entrega da mesma. Se o livro não for *bom* — e livro bom é aquele que a criança aceita voluntariamente, ama, “curte”, quer reler; e cuja leitura é uma fonte de emoções, um estímulo, uma abertura, um prazer e um divertimento; se o livro não tiver “as qualidades gêmeas de beleza de idéia e beleza de expressão” — o “recado” não passará, e não haverá boas intenções que o salvem. Mas se ele possuir as qualidades formais que o tornem atraente, interessante e empolgante, mas contiver uma mensagem torta — tanto pior, porque essa mensagem passará “com tudo”. E se algum autor pensa que consegue escrever um livro sem mensagem alguma (não querendo “educar”. . .), comete lêdo engano, porque, como já foi dito acima, *tudo* contém uma mensagem — e quem pensa que não está passando nada, arrisca-se a passar o que não quer. . .

Assim, ao analisar o livro para os pais e responsáveis, o crítico especializado em literatura infantil chamará a sua atenção para aquelas qualidades da obra que correspondam a um padrão mínimo de exigências dessa literatura, dentro da *maior diversidade e riqueza temática* e formal, em termos de enredo, caracterização, ambientação e estilo, bem como da comunicação criativa e convincente da experiência vital, no tratamento do tema central e na fusão estética, portanto eficiente e *formativa*, da forma e do conteúdo.

O reverso da medalha é a atribuição da crítica, de alertar para os escolhos e perigos da sub-literatura “infantil”, a medíocre, a “tatibitate”, a empolada, a tendenciosa — deformadora do gosto,



conformadora do caráter, empobrecedora da linguagem (e conseqüentemente do pensamento) — geralmente desonesta ou irresponsável e relativamente fácil de detectar. Mas a responsabilidade maior da crítica é descobrir e apontar as armadilhas da literatura infantil de boa qualidade formal, às vezes até bem intencionada, mas equivocada quanto à mensagem e tanto, mais, insidiosamente pernicioso quan-

to mais bem realizada. Uma literatura que, às vezes até involuntariamente, insiste em clichês e reforça estereótipos, veiculando preconceitos e idéias tolas, superadas e nocivas, pervertendo idéias, envenenando espíritos jovens e condicionando crianças de ambos os sexos, desde tenra idade, para representarem passivamente cedidos e surrados papéis pré-estabelecidos na nossa sociedade.



Noticiário

Coordenadora: Laila Gebara Spinelli

● ACADEMIA JUVENIL DE LETRAS.

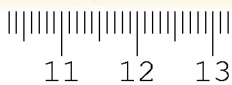
Criada em 1968, sob a orientação da Supervisão de Atividades e Comunicação e Expressão do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, a Academia Juvenil de Letras tem como objetivo congregar jovens escritores dedicados à arte e literatura. Desta maneira, promove concursos como o "Festival de Poesias" e "Concursos de Contos", publica "A Chama Acadêmica", periódico composto pela produção literária desses jovens, sejam: poesia, crônica ou contos.

● ACADEMIA BRASILEIRA DE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL.

Com seus estatutos registrados em 26 de agosto de 1978, a referida Academia

foi instalada em 2 de fevereiro de 1979, sendo sua presidente D. Lenyra C. Fraccaroli. Tem por finalidade "a cultura do idioma e da literatura nacional infantil e juvenil, para a formação da infância e da juventude". A Academia já promoveu, sob seu encargo, o Curso de Literatura Infantil e Formação de Salas de Leitura" em Sorocaba, além de Concurso, patrocinado pela União Brasileira de Escritores, para Ficção Infantil e Juvenil, o Prêmio Fernando Chinaglia 79.

- **CARROS-BIBLIOTECA.** O Ministério da Educação e Cultura vem promovendo o desenvolvimento educacional e cultural de cada Estado da nação através do programa Carro-Biblioteca. Cedi- das pelo Instituto Nacional do Livro, as kombis são especialmente adapta- das com estantes para capacidade de 1000 volumes, serviço de auto-falante para atrair o leitor e têm como objeti- vo o atendimento às populações perifé- ricas ou às regiões mais carentes do território nacional. Os carros-biblio- teca, além do empréstimo de livros, apresentam teatro de fantoches, teatro de sombras, exibição de filmes educa- tivos e "hora do conto". Entre os órgãos que vêm desenvolvendo traba- lho neste campo, destacam-se: Funda- ção Cultural da Bahia, Universidade Federal de Minas Gerais, Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande



do Sul, Fundação Educacional do Distrito Federal e Departamento de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Livro popularizado através de um serviço pioneiro no Rio Grande do Sul — Carro-Biblioteca

O Carro-Biblioteca nº 1, proveniente de convênio celebrado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Instituto Nacional do Livro, iniciou suas atividades em 1973. No decorrer desses seis anos, impõe-se, cada vez mais, como serviço de extensão realizado pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação-UFRGS em favor das populações carentes da Grande Porto Alegre. Atendendo a seu objetivo principal, qual seja o treinamento do aluno de biblioteconomia, dimensiona para este novas perspectivas, conscientizando o futuro profissional de suas reais possibilidades frente à realidade, ao despertar no leitor carente o gosto pela leitura.

A equipe do Carro-Biblioteca é formada por uma bibliotecária e alunos estagiários do curso de biblioteconomia sendo que os vinte e dois que estagiaram no Carro em 1978 fizeram o empréstimo de 22.552 livros a leitores carentes, moradores das vilas onde o trabalho é desenvolvido.

A chegada do Carro-Biblioteca aos locais de estabelecimento é sempre aguardada com ansiedade, especialmente pelas crianças que perfazem 80% dos usuários. E não é para menos: além do livro, o Carro traz outras atrações — teatro de fantoches, teatro de sombras, hora do conto, sessões de cinema — e, muitas vezes a surpresa é maior; ao se abrirem as portas

do Carro saltam personagens de Monteiro Lobato: é a Emília, o Visconde, Narizinho (estagiários caracterizados). Desta forma, será que fica algum livro daquele autor que não seja emprestado ?

Mas, as atividades do Carro-Biblioteca vão mais longe. O teatro de fantoches não é só assistido pelos leitores: no mínimo duas vezes ao ano a equipe do Carro ensina seus leitores a confeccionar fantoches, a criar uma história para eles, a encenar, etc e, muitas vezes, as apresentações são levadas para a televisão. É uma experiência riquíssima vivenciada pelas crianças-usuárias do Carro.

Nem só o pessoal que sabe ler procura o Carro-Biblioteca. É comum a presença de crianças pequenas que, acompanhando seus irmãos maiores, lá comparecem. O pessoal que faz o atendimento não perde a oportunidade da presença das mesmas para iniciar um trabalho formativo e despertar o interesse pelo livro, com vistas ao "leitor em potencial"; atividades especiais são desenvolvidas com estes grupos que se formam — histórias são contadas, livros com muitas gravuras são manuseados e depois, as histórias conhecidas, os livros que lhes são emprestados. Em casa os livros são mostrados aos pais e irmãos, as histórias repetidas pelas crianças e... a semente do gosto pela leitura está pronta para germinar.

Biblioteca sucursal

O Carro-Biblioteca já tem uma biblioteca sucursal, criada como decorrência do trabalho realizado durante 5 anos nas Aldeias Cristãs SOS, bairro Sarandi. O hábito da leitura formado, fez com que os moradores sentissem a necessidade do livro freqüentemente, no seu dia a



dia e, a partir de uma doação de livros a equipe do Carro-Biblioteca organizou uma biblioteca dentro das Aldeias. Hoje, este é mais um centro de estágio com que contam os alunos da Faculdade de Biblioteconomia, enquanto desenvolvem um trabalho meritório em prol desta parcela da sociedade. A biblioteca ali criada denomina-se "Herbert Oswaldo Martim Berta", em homenagem ao seu primeiro doador de livros.

O trabalho desenvolvido pelo Carro-Biblioteca desfaz a idéia de que, bibliotecário é aquele que vivendo dentro de sua biblioteca, emprega livros aos que vão procurá-lo, ocupando-se apenas disto e dos trabalhos técnicos que lhe são atinentes. Se a biblioteconomia avança e se expande acompanhando o desenvolvimento tecnológico e científico, dando-lhe respaldo,

(Ver foto, p. 294)

é altamente significativo que se volte e vá em busca do leitor carente, daquele que, sem recursos, não tem acesso ao livro, e daquele que não lê porque não desenvolveu este hábito.

Enquanto o Carro-Biblioteca realiza um trabalho em favor da comunidade, ensina ao futuro profissional a oportunidade do contato com a realidade social, com a necessidade maior em termos de cultura, vê sua profissão socializada, sente o quanto pode e tudo que deve fazer.

O trabalho realizado pelo Carro-Biblioteca nº 1, aliado à experiência e nova visão que tem proporcionado ao aluno de biblioteconomia, fez com que fosse criada a disciplina "TREINAMENTO EM CARRO-BIBLIOTECA", hoje incluída no elenco de disciplinas opcionais do curso de Biblioteconomia e Documentação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - UFRGS.

Informações enviadas por Walda de Andrade Antunes,

Professora do Ensino de Primeiro Grau - Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul;

Bibliotecária e Coordenadora do Carro-Biblioteca nº 1 da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - UFRGS

Bibliotecários no Paraná

- A partir de 09 de outubro, bibliotecárias farão leitura e dramatização de histórias infantis em educandários e hospitais de Curitiba. É uma promoção da Biblioteca Pública do Paraná em comemoração da Semana da Criança. Procura-se assim, através de um trabalho prático, atrair a criança para a leitura e muitas vezes até colocá-la em contato, pela primeira vez com a leitura recreativa.

BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL - ótima opção para conjuntos residenciais

BIBLIOTECA PÚBLICA INFANTO-JUVENIL PROFESSOR ROMANO REIF

Endereço - Data de fundação - Histórico



A biblioteca está localizada numa sala do Conjunto Residencial 31 de março, localizado na Av. Plínio Brasil Milano, 2181, térreo, no bairro Passo da Areia. Fundada em 7 de dezembro de 1970, foi fruto dos esforços de um grupo de moradores que, unidos, muito trabalharam para dotar o conjunto de um local onde seus filhos pudessem estudar, pesquisar, ler, passar horas agradáveis, de lazer.

Liderados por um dos moradores, prof. Cenira Mota, os pais e as crianças organizaram-se e, através de chás, rifas, pedidos de doações, conseguiram móveis e livros para dar início à biblioteca. Como uma das famílias que mais se destacou nesta campanha foi a família Reif, ficou resolvido que, em homenagem a esta família, a biblioteca levaria o nome de um de seus membros já falecido, Professor Romano Reif, que em vida fora grande amigo da juventude e incentivador da boa leitura.

Atendimento — Acervo

Funcionando no Conjunto, a biblioteca atende, no entanto, não só a seus moradores como as crianças e jovens de todo o bairro e até mesmo de outras zonas de Porto Alegre, que estudam nos arredores.

Hoje, a biblioteca é uma instituição filiada ao DAC — Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Crianças e jovens de todas as idades procuram a biblioteca, principalmente na faixa de 10 a 14 anos, segundo dados estatísticos. A média diária de atendimento é 50 leitores. Atualmente, conta a biblioteca com 1222 leitores inscritos como sócios. Esses leitores podem levar para casa um livro de

cada vez e permanecer com o mesmo por um período de dez dias (obra recreativa) e um dia (obra de consulta). Os empréstimos são renováveis.

O acervo da biblioteca é constituído de obras de consulta, enciclopédias, dicionários, livros de leitura e recreação, periódicos, folhetos, artigos de jornais (arquivados em pastas) discos, jogos, slides. O número de livros registrados alcança, atualmente a 5.220.

Cursos

Todos os anos a biblioteca promove três a quatro cursos para crianças e adultos. Para 1979 estão programados cursos de xadrez, fotografia e literatura. O curso de xadrez é ministrado duas vezes ao ano devido a grande procura e ao final dos mesmos realiza-se sempre um campeonato entre os participantes. Outro curso que alcança muito êxito é o de psicologia. Destinado a mães, professoras e interessados em geral, o curso aborda o desenvolvimento da criança, fases características de cada idade. Palestras também constam da programação da biblioteca.

Processos técnicos

Os livros são selecionados, registrados, classificados e catalogados. A classificação usada é a CDD. A catalogação é feita segundo o Código de Catalogação Anglo-Americano.

Informações enviadas por Susana Valle de Curtis, do RGS



- **HOMENAGEM À HERBERT CUBLANS (1906-1977)** Uma bio-bibliografia, publicada no v. 34, n. 4 de dezembro de 1978 no *Journal of Documentation* (London, ASLIB), é dedicada a este eminente especialista em documentação, que foi o consultor do governo brasileiro para a criação do IBBD.

detalhes podem ser obtidos no seguinte endereço:

Birgit Wanting
The Royal School of Librarianship
6 Birketinget, 2300
Copenhagen – S. Dinamarca

- **A QUESTÃO DE REFERÊNCIA NA BIBLIOTECA INFANTIL.** “How do children ask in Danish children’s libraries?” foi uma pesquisa efetuada na Dinamarca sobre como as crianças, de acordo com sua idade e sexo, fazem perguntas nas bibliotecas. Trata-se da coleta de dados com perguntas sobre autor, título, assunto, formato, ilustrações, cor, gosto literário etc. Este estudo comprovou como a classificação (DK-5) auxilia a criança no encontro da informação. Maiores

- **PROTEÇÃO ÀS BIBLIOTECAS.** O presidente da FEBAB, Antonio Gabriel, enviou telegrama de agradecimento e incentivo ao Senador Gastão Mueller (MT): em notícia divulgada, no Jornal Folha de São Paulo, dia 12 de setembro p.p., o referido Senador apresentou projeto de lei que, se aprovado, não permitirá a extinção ou demolição de nenhum teatro ou biblioteca pública, sem que sejam garantidos os recursos para a construção de novas unidades no gênero.

CONGRESSOS

- **CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS.** Promovido pela Coordenadoria de Conservação e Restauração de Livros e Documentos do Estado de São Paulo (CORLIDOSP), em 30 de julho de 1979, realizou-se o 1º Encontro Brasileiro de Conservação e Restauração de Livros e Documentos em São Paulo. Os trabalhos apresentados trataram de temas como: avaliação das necessidades para preservação de bibliotecas e arquivos; normas e procedimentos para conservação de livros e documentos; formação de recursos humanos na área do restauro, a nível técnico e superior.

- **PLANEJAMENTO DE REDES NACIONAIS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO.** Realizou-se de 30 de julho a 2 de agosto de 1979, em Brasília, o Seminário sobre Planejamento de Redes Nacionais de Informação e Documentação. Promovido pela Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o British Council, o evento teve a participação de bibliotecários de todo o país, bem como colegas ingleses. Os temas para discussão foram: objetivos dos sistemas e redes de informação e documentação.



tendências na editoração primária e secundária e o papel das bibliotecas e centros de documentação; bancos de dados bibliográficos e o papel da tecnologia; acesso à documentação; perspectiva do usuário; planejamento, política e coordenação; recursos humanos, educação e treinamento.

- **LEITURA.** Com o temário geral – “Integração a favor da emergência de leitores críticos: a biblioteca, o livro didático, a pedagogia da leitura, a alfabetização” – realizou-se de 15 de setembro a 10 de outubro de 1979, o 2º Congresso de Leitura. Promovido pela Faculdade de Educação da UNICAMP e Associação Campineira de Bibliotecários, o evento que teve lugar no Centro de Convivência de Campinas apresentou os seguintes objetivos: “estabelecer estratégias viáveis para a incrementação do hábito de leitura junto à população; fornecer aos professores de 1º e 2º graus algumas propostas para a melhoria do ensino da leitura; refletir sobre aspectos relacionados com a utilização de livros e materiais didáticos; trocar experiências voltadas à pedagogia da leitura”. No dia 24, foi organizada uma mesa redonda com a participação de Antonio Gabriel, Cecília Armentano e Vania L. Carvalho. o tema foi: “Estudo comparativo das atribuições dos Conselhos Regionais e Associações de Classe.”

- **SEMANA DE ESTUDOS DE BIBLIOTECONOMIA.** O diretório acadêmico “Adelpha de Figueiredo”, da Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, promoveu a 8ª Semana de Estudos de

Biblioteconomia “Maria Antonia Ribas Pinke Belfort de Mattos”, de 24 a 28 de setembro de 1979. O evento apresentou o seguinte programa: “A biblioteca Pública no Brasil”, palestra a cargo de Emir José Suaiden, diretor adjunto do Instituto Nacional do Livro; “Automação dos serviços de Divisão de Informação e Documentação Científicas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares”, por Terezine Arantes Ferraz, diretora da Divisão de Informação e Documentação do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares; “Introdução à micrografia”, e “A microforma na biblioteca e centros de documentação”, por Frederic Litto, docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; “O bibliotecário e o processo de geração, e transmissão de conhecimentos”, por Antonio Miranda, assessor de planejamento bibliotecário da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

- **EDUCAÇÃO E TREINAMENTO PARA SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO.** A comissão para Educação e Treinamento da Federação Internacional de Documentação (FID) organizou, de 11 a 12 de outubro, um seminário, cujo tema central foi “Educação e Treinamento para serviços de informação em administração e Indústria nos países desenvolvidos e em desenvolvimento: necessidades, experiências e novas orientações”. Maiores informações podem ser obtidas através de:

Miss Judith A. Werdel
Secretary
FID/ET c/o National Research
Council



National Academy of Sciences
2101 Constitution Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20418
Estados Unidos

O Tema Central será "A
TRANSFERÊNCIA DA INFORMAÇÃO"
com os sub-temas:

- ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DO BRASIL – ENEBD. Com o intuito de promover maior integração dos estudantes brasileiros de biblioteconomia e documentação, bem como oferecer compreensão sócio-científico-cultural, realizar-se-á de 23 a 27 de janeiro de 1980 o 5º ENEBD. O local será no Campus da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa.

1. Mecanismos de Transferência da Informação
2. Política de Transferência da Informação
3. Sistemas de Informação
4. Transferência de Tecnologia

A Sede do Congresso será no Centro de Convenções da Bahia.

As inscrições já se acham abertas, e as taxas são as seguintes:

- EURIM. De 23 a 26 de março de 1980, realizar-se-á em Bruxelas o 4º EURIM, Conferência Européia sobre Inovações no domínio das Publicações Primárias: impacto sobre produtores e usuários. Promovido pela ASLIB e com a colaboração da Association Nationale de la Recherche Technique e Bibliothèque Royale de Belgique. Temas: nova tecnologia: interação produtor / usuário; novos conceitos, utilizando-se das velhas teorias; aspectos sociais e econômicos da inovação. seus efeitos nos produtores e usuários; cooperação entre os produtores, intermediários e usuários; a literatura escassa.

Até 30.12.79 – Sócio de Associação de bibliotecários Cr\$ 2.500,00
Não sócio Cr\$ 3.000,00
Estudante Cr\$ 800,00

Até 30.07.80 – Sócio de Associação de Bibliotecários Cr\$ 3.000,00
Não sócio Cr\$ 3.500,00
Estudante Cr\$ 1.000,00

Depois de
30.07.80 – Sócio de Associação de Bibliotecários Cr\$ 3.500,00
Não sócio Cr\$ 4.000,00
Estudante Cr\$ 1.500,00

- 1º CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. Promovido pela FEBAB, será realizado de 21 a 26 de setembro de 1980, em Salvador na Bahia; sob a presidência de Noreth Calmon de Cerqueira Ribeiro, o 1º Congresso Latino Americano de Biblioteconomia e Documentação

A inscrição com NOME e ENDEREÇOS (profissional e residencial) podem ser enviadas à

SECRETARIA EXECUTIVA DO
1º CLABD

Avenida Antonio Carlos Magalhães, s/n
PETROBRAS – SEN – BA
40.000 – SALVADOR – BA



CURSOS

- **LITERATURA INFANTIL.** De outubro a novembro de 1979, realizou-se o Curso de Atualização para Professores de 1º e 2º graus, bibliotecários e alunos, e comunicadores em geral para a área de Literatura Infantil. Sob o título "Em Busca do Jovem Leitor", o referido curso foi patrocinado pelo Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura de São Paulo, e pelo CELIJU: Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil. Por especialistas, foram focalizados os seguintes temas:
 - Conceituações, funções e breve histórico da literatura infantil — Lucia Pimentel S. Goes, escritora e presidente do CELIJU;
 - Criação Literária e valores ideológicos-análise estilística — Nelly Novaes Coelho, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP;
 - Literatura e Sociedade — Fúlvia Roemberg, psicóloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas;
 - Produção do Livro para Crianças — Critério seletivos para a edição — Cecília Reggiani Lopes, jornalista e editora profissional;
 - Formação do Leitor na Nossa Realidade — Maria Emília Bueno de Aguiar, educadora e diretora do Programa Escola-Biblioteca;
 - Biblioteca Infanto-Juvenil Ativada — Neusa Dias de Macedo, professora de biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da USP;
 - Poesia: o livro X meios de comunicação de massa — Maria Antonieta Antunes Cunha, professora de literatura infantil da Universidade Federal de Minas Gerais.
- **TREINAMENTO SOBRE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA À INDÚSTRIA.** O INFO-TEC, primeira organização no México especializada em proporcionar serviços de informação e assistência técnica, fundada em 1971, no Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT), promoveu o 3º curso de Treinamento para América Latina sobre Serviços de Informação e Assistência Técnica para a Indústria. Realizado de 26-11 a 7-12-1979, o referido curso teve como objetivo oferecer aos participantes conhecimentos formais e práticos sobre conceito, função, organização, operação e desenvolvimento dos serviços de informação e assistência técnica para indústrias.

Projeto OEA, coordenado pela Dra. Nice Figueiredo do Depto. de Biblioteconomia da UnB, estão lançados os seguintes cursos para 1980:

Curso de Metodologia do Ensino em Biblioteconomia

Profa. Joy Moll — Rutgers University

A. Período: 21 janeiro — 01 fevereiro



Local: Faculdade de Biblioteconomia e Documentação - Universidade Federal Rio Grande do Sul

Coordenadora: Profa. Lourdes G. Fagundes da Silva

Endereço: Rua Jacinto Gomes, 540 - 4º andar - 90.000 Porto Alegre, - RS.

B. Período: 4-15 de fevereiro

Local: Curso de Biblioteconomia - Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho - UNESP

Coordenadora: Profa. Leila Magalhães Z. Mercadante

Endereço: Av. Vicente Ferreira, 1278 17.500 Marília, SP

C. Período: 25 fevereiro - 7 março

Local: Curso de Mestrado em Biblioteconomia - Universidade Federal de Paraíba

Coordenadora: Profa. Júlia Van Damme

Endereço: Campus Universitário 58.000 João Pessoa - PB

Curso de Planejamento Bibliotecário

Profa. Myriam Gusmão Martins

A. Período: 14-25 de janeiro

Local: Departamento de Biblioteconomia - Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo

Coordenadora: Profa. Neusa Dias Macedo

Endereço: Cidade Universitária Armando Sales Oliveira - Caixa Postal, 8191 - 01.000 São Paulo - SP.

B. Período: 4-15 de fevereiro

Local: Departamento de Biblioteconomia - Universidade Federal do Paraná

Coordenadora: Profa Maria Dorothea Barbosa

Endereço: Rua General Carneiro, 460 Ed. D. Pedro I, 7º andar - Caixa Postal, 1331 - 80.000 Curitiba - PR

C. Período: 3-14 de março

Local: Departamento de Biblioteconomia - Universidade de Brasília

Coordenadora: Profa. Nice Menezes de Figueiredo

Endereço: Campus Universitário - Asa Norte - 70.910 Brasília, D.F.

Seminário sobre Estudo de Usuário

Período: 3-7 de março

Local: Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia - IBICT

Coordenadora: Profa. Laura Maia de Figueiredo

Endereço: Av. Churchil, 129 Sl. 201/2, CASTELO - 20.221 Rio de Janeiro - RJ.

Seminário sobre Estudo de Currículo

Período: 24-28 de março

Local: Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

Coordenadora: ABEED (Profa. Regina Célia Montenegro de Lima)

PUBLICAÇÕES

- O IBICT colocou à disposição para compra a Bibliografia Brasileira de

Matemática, 1970/77, v. 7 e Siglas de Entidades Brasileiras, 1979, custando, respectivamente, Cr\$ 300,00 e



Cr\$ 400,00. Os interessados podem enviar os pedidos ao IBICT, av. General Justo, 171, 3º andar, 20021, Rio de Janeiro, RJ, acompanhados do vale postal (agência central RJ), ordem de pagamento ou cheque pagável na praça do Rio, ou ainda, através de ordem de crédito no Banco do Brasil (agência Centro, RJ conta 1842-2).

- **SOBRE LITERATURA INFANTIL E A CRIANÇA.** Vários periódicos nacionais e estrangeiros dedicaram números especiais à criança e à literatura infantil:
 - CORREIO DA UNESCO, Rio de Janeiro, v. 7, n.5, maio 1979.
 - LETRAS DE HOJE, Porto Alegre, v.12, n.36, jun. 1979.
 - LIBRARY TRENDS, Spring 1979 (a sair).
 - REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, Brasília, v.62, n.141, jan./abr. 1977.
- **DISSERTAÇÕES DE MESTRADO.** O curso de Mestrado em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas informa que estão em andamento várias dissertações. Entre elas mencionamos a de Terezinha Neves Freitas — Bibliotecas Infanto — Juvenis: estratégias e prática de ensino.

• INFORMATIVOS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS.

1. SÃO PAULO

Bibliotecas Públicas

O Departamento de Bibliotecas Públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo está editando o *Biblioteca Pública*

ca Informativo. Iniciado em março de 1979, o periódico tem o objetivo de divulgar mensalmente “diferentes serviços que as bibliotecas do Referido Departamento vêm prestando nas áreas de complementação educacional e artístico cultural”.

Endereço:

Prefeitura Municipal de São Paulo
Secretaria Municipal de Cultura
Departamento de Bibliotecas Públicas
Av. São Luis, 281
São Paulo — SP

Bibliotecas Infanto-Juvenis

Para crianças e jovens “divulgarem o que têm para dizer”, o Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis pública há 42 anos “A Voz da Infância”. O referido órgãos contam reportagens, entrevistas, desenhos, histórias, composições, pesquisas de interesse geral organizadas por e para crianças e jovens.

Endereço:

Prefeitura Municipal de São Paulo
Secretaria Municipal de Cultura.
Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis
R. General Jardim, 485
São Paulo — SP

2. SÃO BERNARDO DO CAMPO

Bibliotecas Públicas

A Biblioteca Pública “Malba Tahan” da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São Bernardo do Campo vem editando bimestralmente *O Informativo Malba Tahan*. Este órgão divulgativo



tem o intuito de despertar nos usuários da referida Biblioteca o interesse pela leitura e redação.

Endereço:

Biblioteca "Malba Tahan"
Av. Senador Vergueiro, 5054
Rudge Ramos — SP

Nota: A Redação da RBBB espera receber boletins informativos publicados pelas bibliotecas brasileiras para a devida divulgação.

BIBLI — Um esforço para a divulgação da literatura infantil brasileira

Informações sobre a literatura infantil sempre foram raras, tanto para o público em geral quanto para pessoas diretamente envolvidas no processo de educação infantil: professores, orientadores educacionais, bibliotecários, etc.

Visando a preencher esta lacuna, a Secção de Bibliografia e Documentação de Literatura Infantil da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, unidade ligada ao Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Secretaria Municipal de Cultura, lançou o *BIBLI* — Boletim Informativo Bibliográfico de Literatura Infantil, publicação que aparece trimestralmente e contém o levantamento da produção literária nacional dirigida à criança.

Além de relacionar as obras publicadas, o *BIBLI* procura indicar a faixa etária a que se destinam bem como comen-

tá-las segundo critérios isolados de seus redatores: Edmir Perrotti e Lily M.K.A. Goulart de Andrade. Informa, também, onde as obras poderão ser encontradas, apresentando, no final, uma relação de livrarias com endereço, horário de atendimento, telefone, ao lado de uma relação de endereços das bibliotecas infantis existentes na cidade de São Paulo.

Há ainda uma secção denominada "Retrospectiva", onde são comentadas obras que foram lançadas antes do aparecimento do *BIBLI* e que, segundo seus realizadores, devem ser objeto de divulgação pelo excelente nível apresentado. Esta é a secção seletiva do boletim.

Sua distribuição é gratuita. As pessoas interessadas em recebê-lo regularmente devem tão somente enviar pedido por carta à SECÇÃO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE LITERATURA INFANTIL-BIBLIOTECA INFANTIL MONTEIRO LOBATO — Rua General Jardim, 485 — CEP 01223 — São Paulo - SP ou ainda telefonar para 256.41.22. São atendidos todos os pedidos, sejam pessoais ou de instituições, de São Paulo ou de outros Estados, além dos pedidos vindos do exterior. O *BIBLI* pretende criar um circuito completo de informações sobre literatura infantil. A receptividade que seus mentores encontraram quando do lançamento do número zero e do número um animou-os a caminhar nessa direção.

EDMIR PERROTI
Pesquisador da Biblioteca Infantil
Monteiro Lobato, SP.



- **SEMANA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS E DOCUMENTAÇÃO DE MARÍLIA.** Na UNESP, Campus de Marília, realizou-se, de 15 a 18 de outubro de 1979, uma semana de estudos, sob a responsabilidade de Leila Zerlotti Mercadante, coordenadora do Curso de Biblioteconomia dessa Faculdade. Inclui a seguinte programação:

1. *Educação*: Encontro Regional de Supervisão de Ensino;
2. *Filosofia*: IV Jornada de Filosofia;
3. *Ciências Sociais*: curso de extensão universitária. "Capitalismo e Frente de Expansão";
4. *Biblioteconomia*: curso de extensão universitária "Planejamento de Serviço de Informação e Paineis": "O Ensino da Biblioteconomia".

No Curso de Extensão Universitária foram abordados os seguintes temas:

- Planejamento bibliotecário - Antonio Miranda, assessor de planejamento bibliotecário da CAPES;
- Disseminação Seletiva da Informação - Milton Nocetti, S.D.I. da EMBRAPA;
- Indexação - Jandira Batista de Assunção, professora do Departamento de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes/USP;
- Catalogação: ISBD - Tereza da Silva Freitas Oliveira, professora do Curso de Biblioteconomia da UNESP;
- Introdução aos Sistemas Micrográficos, Carlos Guido Baratella, da Kodak do Brasil.

No Painel foram discutidos os seguintes tópicos:

- "Laboratório de Biblioteconomia", coordenação dos Professores do Curso de Biblioteconomia de Marília - UNESP e do Departamento de Biblioteconomia da ECA/USP;
- "O Ensino de Biblioteconomia no Estado de São Paulo", coordenado pela Professora Inês Maria Fonseca Litto, do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.

ARQUIVOS. O 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, realizou-se de 14 a 19 de outubro de 1979, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. As sessões foram as seguintes: a utilização dos arquivos na administração; a utilização dos arquivos como fonte primária da história; a utilização dos arquivos na ciência e tecnologia; a utilização popular dos arquivos; a integração dos arquivos nos centros de informação. Além destas sessões, aconteceram: o 2º Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil; Seminário O Arquivo Médico no Contexto Hospitalar; 2º Seminário Brasileiro de Preservação e Restauração de Documentos; e o Curso de Microfilmagem de Desenhos Técnicos.

V ASSEMBLÉIA E REUNIÃO ANUAL DA FEBAB - APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

Integrada no Programa Geral do X CBBD, realizado em Curitiba, em julho



pp. teve lugar a V Assembléia Geral e a 41.a Reunião Anual da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.

A 1.a e 2.a Sessões, dia 21, às 9 e 14 h, respectivamente, realizaram-se no Salão de Convenções do Hotel D'el Rey, sob a presidência de Antonio Gabriel.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Todos os Membros da Diretoria relataram suas atividades perante a Assembléia, destacando-se as prestações de contas do tesoureiro da FEBAB Pedro Luiz Martinelli e relatórios de Neusa Dias de Macedo e Maria Angélica R. Quemel, pela Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. Foi apresentado o Balanço até 30 de junho de 1979, tendo sido indicada uma Comissão de tomada de Contas constituída pelas Presidentes de Associações Maria Esther Ramos (São Paulo), Vânia Lando de Carvalho (Campinas) e Isabel (Espírito Santo) para verificar a documentação apresentada.

A bibliotecária da FEBAB, Julce Cornelsen, relatando suas atividades, referiu-se à falta de espaço na sede para acomodar todo o acervo constituído, em parte, por material alheio à Biblioteconomia. Foi aprovado pela Assembléia que fossem conservados apenas documentos referentes a movimentos associativos e que as restantes obras de valor histórico e corrente sejam enviadas para a Associação Paulista de Bibliotecários.

O Observador Legislativo Anibal Rodrigues Coelho, comunicou seu afastamento do cargo em virtude de atualmente existir na Câmara dos Deputados um elemento oficialmente credenciado, Prof. Antonio Agenor Briquet de Lemos,

como representante dos bibliotecários.

Seguiu-se o relato verbal das atividades desenvolvidas durante o ano, pelos Presidentes ou representantes das Associações presentes:

1 Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo

A Presidente, Maria Esther Ramos, salientou os trabalhos desenvolvidos para que seus membros obtivessem das autoridades municipais o regime de dedicação exclusiva, concedido pelo ex-Prefeito Olavo Setúbal, e a participação ativa no Conselho das Associações de classe do Município de São Paulo.

2 Associação Campineira de Bibliotecários

A Presidente Vânia Lando de Carvalho destacou a realização do 1º Congresso de Leitura e Conferências de Bibliotecários (1º COLE-COBI), cujo sucesso ultrapassou todas as expectativas, entusiasmando seus promotores à instalação de um Centro de Leitura, com a participação da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (UNICAMP). Paralelamente ao 1º COLE-COBI realizaram-se outras atividades culturais incluindo uma FEIRA DE LIVROS que contou com a colaboração da Câmara Brasileira do Livro.

A Presidente da A.C.B., solicitando a colaboração de todos os colegas, comunicou que o IV Encontro de Bibliotecas Públicas e Escolares do Estado de São Paulo e o V Encontro de Bibliotecas Públicas do Interior do Estado de São Paulo, serão realizados em 1980 (provavelmente em março), em Campinas.



3 Associação de Bibliotecários do Espírito Santo

Recém-instalada (abril p.p.) por sugestão e incentivo de Antonio Gabriel, a ABES preparou-se em fazer a divulgação e sensibilizar os profissionais do Estado, apresentando um programa de realizações para o 2.o semestre de 1979. Como o exercício ilegal da profissão é constante em sua área geográfica, tem enviado relatórios ao CRB-7 pedindo intervenção do Conselho nos casos citados. Está organizando Grupos de Trabalho, já tendo criado o Departamento de Cursos e de Publicação do Boletim.

4 Associação Riograndense de Bibliotecários

Sua representante relatou a realização de dois cursos (Arquivologia e Catalogação) que despertaram grande interesse. Publica regularmente um Boletim, realiza reuniões mensais durante as quais, convidados estranhos à associação, relatam trabalhos. Além de um painel sobre a Reforma da Lei 4084, foi feita a Reforma do Estatutos e planejado um Curso com várias turmas. Na próxima jornada sul-riograndense, será especialmente estudada a participação de bibliotecários do interior do Estado. Trabalho de divulgação da ARB tem sido desenvolvido junto aos alunos do curso de biblioteconomia.

5 Associação Profissional de Bibliotecários Catarinenses

Elza Simas, relatando as atividades de sua associação, comunicou que, lamentavelmente, em Santa Catarina não existe no Estado o cargo de bibliotecário e por isso pediu a colaboração da Associação

de Escolas de Biblioteconomia com o Grupo de Trabalho criado para atuar em todo o Estado. Comunicou a realização dos Encontros Catarinenses e os estudos para a instalação de novos Grupos de Trabalho.

6 Associação dos Profissionais Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro

A Presidente, Dalva Estela Moreira Pereira, relatou as dificuldades enfrentadas pela ABERJ na constituição de uma Diretoria e de Grupos de Trabalho realmente ativos, destacando as atividades desenvolvidas por alguns dos G.T. A associação, que completou trinta anos de intensa vida profissional, está atualmente enfrentando entre outros, o problema da falta de sede. Durante a Semana Nacional da Biblioteca realizou palestras, encontros e cursos, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, e trabalhos técnicos e de divulgação em bibliotecas infantis e de escolas de 1º e 2º graus além do I Encontro de Escritores do Rio de Janeiro.

7 Associação Paulista de Bibliotecários

A Presidente, Mercedes Della Fuente, relatou a boa situação financeira da APB e as importantes promoções realizadas: participação ativa no Encontro de São Bernardo, na IV Assembléia Geral da FEBAB, palestras por professores estrangeiros, cursos sobre Editoração, Técnicas Administrativas, Processamento de Dados e Programação, alguns em cooperação com a Associação de Bibliotecários São-carlenses. Referiu-se às tentativas feitas no sentido de que seja reconhecido o pesquisador-bibliotecário na área de sanitarismo. A APB colocou em atividade, de novo,



o Banco de Empregos, mantém Bolsa de Estudos em Inglês e criou um Fundo Editorial com publicações diversas. Participou ativamente dos debates sobre a Reforma da Lei 4084, programou visitas às Escolas de Biblioteconomia para aumentar o quadro social e mantém em atividade regular oito Grupos de Trabalho com dois sub-grupos.

8 Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia

Antonio Edilberto Costa Santiago, representando a Presidente, relatou as atividades desenvolvidas pela APBEB nas Semanas Nacionais da Biblioteca e do Livro, especialmente dedicadas às crianças. Como a Diretoria tem tido dificuldades quanto à aprovação dos Estatutos, o representante ouviu sugestões dos presentes para solução do problema. Seis grupos de trabalho desenvolvem atividades em suas respectivas áreas.

9 Associação Bibliotecária do Paraná

Com a responsabilidade da organização do X CBBB, a ABP, através de sua Presidente Yara Soeli Bassani Veiga, destacou as atividades desenvolvidas pelos membros da Associação que não mediram esforços para a concretização do evento. Relatou as atividades dos três grupos de Trabalho - Tecnológico, Biomédico e Agrícola. Informou sobre a instalação do Grupo de Bibliotecas Públicas e Escolares.

10 Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal

O relato da ABDF, feito pelo Presi-

dente Antonio Miranda, com a devida ênfase, destacou importantes atividades; a instalação da sede própria, fruto do 8º CBBB e a ótima situação financeira da entidade; a publicação dos Anais do Congresso na Revista da ABDF, com a colaboração da Universidade Federal de Goiás; garantia de continuidade da publicação da Revista; concessão de verbas por senadores e deputados; realização de cursos por profissionais estrangeiros e nacionais; convênios firmados com a CAPES; modificação do Boletim Informativo. Além dos Grupos de Trabalho a ABDF tem uma Comissão de Publicações oficiais (esta não filiada à FEBAB). Pelo Decreto nº 1532 a ABDF foi considerada de Utilidade Pública (revogado o documento anterior).

Os trabalhos foram encerrados às 18 horas.

A 3.a e 4.a sessões, tiveram início, no dia 22, às 8 h, no mesmo local, ainda sob a Previdência de Antonio Gabriel, dando continuidade ao relato de atividades das associações.

11 Associação de Bibliotecários São-carlenses

Dalva Therezinha Lia de Souza, representante da Presidente em exercício, leu o relatório das promoções da Semana da Biblioteca incluindo palestras em escolas, concursos de redação entre escolares, ornamentação de vitrines e exposições de raridades bibliográficas, terminando com a realização de Sessão Solene na Câmara Municipal (a Semana é oficializada no Município) durante a qual a Bibliotecária Lenyria Fraccarolli fez uma palestra e entregou prêmios aos alunos vencedores do Concurso. A ABS também promoveu cursos



de atualização, em convênio com o SENAC : com a APB, e publicou trabalhos de seus associados. Por razões financeiras, a publicação do Boletim Informativo é irregular.

12 Associação de Bibliotecários de Minas Gerais

Na ausência da Presidente, foi relatora a 1.ª Secretária, Maria Cristina Jardim de Miranda. Discorreu sobre as campanhas desenvolvidas para sensibilizar os empresários para o problema das bibliotecas e sobre o atendimento técnico a bibliotecas infantis, publicou um bibliografia sobre atendimento técnico a bibliotecas e uma sobre Folclore está sendo levantada. De grande importância reveste-se a instalação de um Grupo de Trabalho pela varolização e Divulgação Profissional cujo relatório merece destaque especial.

13 Associação Profissional dos Bibliotecários de Mato Grosso do Sul

Maria Marta Giacometti, representante da última associação a ser criada, relatou algumas das atividades que vêm sendo desenvolvidas em levantamentos bibliográficos sobre autores matogrossenses.

A APBMS está atuando no campo da fiscalização profissional, preocupando — se com problemas criados pelo cargo de auxiliar de biblioteca.

14 Associação Profissional dos Bibliotecários da Paraíba

A Presidente, Edna Maria Torreão Brito, assumiu recentemente. Propôs que o XI CBBBD fosse realizado na Paraíba, comunicando que as autoridades estaduais e profissionais concordaram em dar toda a colaboração. A proposta foi aceita pela Assembléia. Referiu-se ao Convênio assinado entre a Universidade Federal e o Governo de Estado para implantação de um Sistema de Bibliotecas Públicas com a colaboração dos mestrandos da Universidade e do I.N.L. Está em desenvolvimento uma pesquisa sobre mercado de trabalho em João Pessoa.

15 Associação Paraense de Bibliotecários

A representante Vanja M. de Carvalho leu o relatório da Diretoria que programou Cursos e Campanhas de divulgação. Os Grupos de Trabalho de Bibliotecas Públicas e de Ciências Sociais são os atuantes.

As demais associações não se fizeram representar.

BIBLIOTECÁRIO DO ANO

Durante a V Assembléia e 41.ª Reunião da FEBAB os Presidentes de Associações votaram na escolha do BIBLIOTECÁRIO DO ANO. Foram apresentados dois nomes tendo sido escolhida,



muito merecidamente, Yara Soeli Bessani Veiga, Presidente da ABPr e Presidente da Comissão Organizadora do X CBBB.

O Presidente Antonio Gabriel esclareceu que cada Associação poderia eleger anualmente o profissional que, em seu Estado, mereça esse destaque pelos trabalhos desenvolvidos em favor da classe.

* Extraído do Jornal da FEBAB, São Paulo, V.2 nº 2, Jul., 1979.

SOBRE O 10º CONGRESSO

Prezados Colegas,

Chegamos ao término do nosso 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e 3º Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras.

Dissecamos o Tema Central — Biblioteconomia Brasileira: avaliação crítica e perspectivas — e outros assuntos de interesse da Biblioteconomia através de:

113 trabalhos apresentados em:

2 sessões solenes

4 sessões plenárias

17 sessões de estudos de vários assuntos especializados.

3 painéis sobre o ISBD, Censura, Bibliotecas Públicas.

1 Mesa Redonda sobre restauração

13 reuniões administrativas de órgãos, Associações, Comissão, Grupos, tais como INL, IBICT/CDU, IBICT/CBC, FEBAB, ABEED'BIREME

17 Cursos sobre os mais variados assuntos com um total de 850 alunos

24 Atas/relatórios

9 lançamentos de livros, catálogos, diretórios, bibliografias, índices

9 stands e 3 pontos de contacto.

- Criação de uma biblioteca — a Biblioteca Estadual de Agricultura do Paraná
- Inauguração de uma biblioteca — a Biblioteca Infantil Miguel de Cervantes
- Preenchimento de 3 questionários diferentes, propiciando dados para realização de teses de mestrado
- Lançamento dos Anais do Congresso em livro e em microfichas — tiragem de 2500 exemplares
- Divulgação diária de notícias através dos meios de comunicação social: jornais, rádios, TVs
- E os contatos pessoais? Se colocarmos a matemática para funcionar chegaremos a números assustadores
- Atingimos, através de 1507 congressistas, todos os Estados da União e alguns países do mundo.

Essa avalanche de informações gerou propostas, resoluções e recomendações inúmeras, cerca de 89, votadas e aprovadas ou nas próprias sessões onde apareceram ou através de plebiscito realizado entre os Congressistas e que, agora ratificadas, caso não haja nenhuma manifestação em contrário, serão publicadas proximamente e enviadas a todos os Congressistas e a quem de direito.

Todo congresso é uma meta que se atinge. Todo esforço que se fez para aqui chegar, trazendo contribuição ou para daqui sair com idéias renovadas, é fruto do Congresso.

Concluimos, portanto, que a meta a que se propuseram a ASSOCIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA DO PARANÁ e os BIBLIOTECÁRIOS PARANAENSES foi cumprida a contento, pelo que os profissionais brasileiros mui carinhosamente agradecem.



E como síntese das idéias aqui ventiladas, apresentamos a seguinte declaração.

Os bibliotecários brasileiros, reunidos em Curitiba por ocasião do 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, inspirados pelo tema "Biblioteconomia brasileira: avaliação crítica e perspectivas", analisaram o estado de seu campo de atuação no país e ofereceram para o seu desenvolvimento.

O exame dos trabalhos apresentados e das discussões e recomendações que suscitaram, reflete uma fundamental preocupação da classe com dois temas principais: a formação profissional e a provisão de serviços eficazes para os usuários.

Com relação à formação do bibliotecário, foram duas as principais abordagens avaliativas. Uma diz respeito ao estágio do aluno de biblioteconomia e documentação, quer como preocupação do ensino, propondo maneiras de torná-lo mais eficaz, quer como preocupação com a ocupação do mercado de trabalho por pessoas ainda não habilitadas. A outra, diz respeito à formação do bibliotecário, insistindo na capacitação do futuro profissional para atividade de pesquisa. A pesquisa em biblioteconomia foi reiteradamente abordada como instrumento indispensável de avaliação para tomada de decisões e para justificação de projetos. Foi, ainda, destacada a sua importância na geração de novos conhecimentos, dos quais depende o desenvolvimento da profissão no país.

Com relação ao reconhecimento do usuário como um componente-chave dos sistemas de informação que constituem as bibliotecas, as proposições sugerem a necessidade de se ter a completa satisfação do usuário como a diretriz determinante para as fases do projeto, implementação, desenvolvimento e avaliação dos serviços.

As perspectivas para o campo estão

refletidas, portanto, na crença de que a raiz dos melhoramentos a serem buscados está no estabelecimento de programas regulares de pesquisa, na medida do possível integrados, gerando maior compreensão das variáveis envolvidas e oferecendo subsídios confiáveis; e na crença, também, de que serviços bibliotecários mais eficazes somente advirão de atitude favorável à cooperação e integração dos mesmos, num esforço coletivo que exige o comprometimento de cada profissional, qualquer que seja sua área de atuação.

Anibal Coelho, relator

3º SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS

CONCLUSÕES

O plenário do 3º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras, reunido em Curitiba de 22 a 27 de julho de 1979, e constituído de 251 editores, bibliotecários e documentalistas, representantes dos órgãos editores e bibliotecas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, federais, estaduais e municipais;

Considerando a necessidade e a conveniência de definir-se uma política editorial para as publicações oficiais brasileiras que enfatize a racionalização e normalização de seus custos apresentação, distribuição, guarda e disseminação;

Considerando que a qualidade gráfica e editorial dessas publicações deve ser preservada e compatibilizada com os interesses do usuário e com os recursos disponíveis;

Considerando a legislação vigente de proteção aos direitos autorais;

Considerando que ao usuário deve ser assegurado o acesso à informação;



Considerando os trabalhos levados ao Plenário pela Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras, especialmente aqueles concernentes ao Catálogo de Publicações Oficiais Brasileiras e ao Manual de Normas Mínimas de Editoração para Publicações Oficiais;

Considerando as contribuições apresentadas por conferencistas, grupos de estudo e trabalhos isolados;

RESOLVE

1. Recomendar

1.1 À Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras:

1.1.1, quanto à incidência dos direitos autorais sobre publicações oficiais, que encaminhe ao Conselho Nacional de Direito Autoral exposição acerca de omissões da Lei nº 5.988, de 14/12/73 com respeito àquelas publicações, de modo a suscitar o exame da possibilidade de serem sanadas através de normas expedidas pelo Conselho;

1.1.2 quanto à normalização das publicações oficiais, que dê continuidade a estudos que aperfeiçoem o projeto de Manual de Normas Mínimas de Editoração para Publicações Oficiais, distribuído aos participantes do Seminário de forma a:

a) harmonizar as divergências técnicas constatadas pelo grupo de estudo que examinou o projeto no Seminário;

b) ampliar o círculo de debates e contribuições em torno do projeto, através de subsídios que sejam enviados à Comissão, por escrito, no prazo de 90 dias;

c) incorporar aos estudos de aperfeiçoamento as sugestões encaminhadas ao Seminário;

d) obter parecer de órgãos e entidades especializados acerca do projeto;

e) incluir capítulo especificamente destinado aos jornais oficiais;

1.1.3 quanto ao planejamento de programas editoriais e de acesso à informação oficial, que:

a) crie subcomissão para acrescentar, ao projeto de Manual de Normas Mínimas de Editoração para Publicações Oficiais, parte destinada a definir normas mínimas de "projeto gráfico";

b) crie subcomissão para estudar a comercialização das publicações oficiais através de um fundo específico;

c) diligencie a publicação de edições subsequentes do Catálogo de Publicações Oficiais Brasileiras, retrospectivo e acumulado, bem como sua distribuição às bibliotecas universitárias do País, a par de outros órgãos disseminadores;

1.1.4 quanto a procedimentos e exigências postais, que submeta à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos exposição em que seja solicitado o exame da possibilidade de classificar, na categoria 1, as tarifas postais correspondentes a encartes sem fins comerciais;

1.2 Aos editores de publicações oficiais:

1.2.1 quanto à incidência dos direitos autorais sobre publicações oficiais, que apliquem a Lei nº 5.988/73;

1.2.2 quanto ao planejamento de progra-



mas editoriais de acesso à informação oficial, que:

- a) promovam a divulgação sistemática de suas publicações, na medida em que sejam editadas;
- b) observem a legislação vigente visando à distribuição de atribuições relativas à produção de publicações por pessoal qualificado;
- c) enfatizem critérios técnicos-científicos nas diretrizes de sua produção editorial;
- d) adotem medidas de desburocratização das rotinas pertinentes à distribuição de publicações oficiais;
- e) proponham a comercialização de parte da tiragem de suas publicações, com o fim de atingir público usuário interessado;
- f) adotem medidas objetivando a redução dos custos de impressão;

2. Sugerir:

2.1 À Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras – CPOB:

2.1.1 quanto à incidência dos direitos autorais sobre publicações oficiais, que submeta ao exame das autoridades competentes proposta de alteração da Lei nº 5.988/73, com o fim de suprimir a expressão “salvo convenção em contrário” no art. 36, revogar o art. 46, e excluir as publicações oficiais do disposto no art. 93;

2.1.2 quanto ao Catálogo de Publicações Oficiais Brasileiras, que:

- a) seja acrescentado ao título do Catálogo elemento que esclareça de bibliografia das publicações editadas no âmbito federal;

- b) o endereço dos editores seja listado como anexo ao corpo da obra;
- c) seja indicada a separação por tipo de material (livros e periódicos), dentro de cada órgão;
- d) inclua índice de assuntos;
- e) seja dado destaque gráfico na entrada dos órgãos;
- f) estude a possibilidade de adotar ordenação alfabética de entrada de autores para as edições subsequentes;
- g) estude a possibilidade de editar o Catálogo também em fichas;
- h) seja incluída, nos casos de coedição, a indicação do distribuidor;

2.1.3 quanto ao planejamento de programas editoriais e de acesso a informação oficial, que:

- a) estimule, no âmbito de cada órgão público; a definição de atribuições específicas relativas à coordenação das respectivas políticas editoriais, com vistas ao planejamento, à racionalização e à normalização de suas publicações, bem como a definição e implantação de procedimento que assegurem disseminação sistemática das informações concernentes às atividades-fins do órgão de modo a compor o Sistema Nacional de Informações – NATIS e evitar superposições e paralelismos;
- b) pondere, aos órgãos editores, sobre a conveniência de definirem uma política de distribuição para suas publicações e o estabelecimento de uma rede de bibliotecas depositárias, nos âmbitos federal, estadual e municipal, divulgando as bibliotecas



integrantes dessa rede nas próprias publicações;

- c) incentive os órgãos de documentação e informação a divulgarem os recursos de que dispõe e os serviços que podem prestar ao pesquisador, facilitando-lhe o acesso à informação;
- d) enfatize, junto aos serviços de arquivo, a conveniência de facilitar-se ao pesquisador o acesso a documentos técnico-científicos inéditos;
- e) gestione junto ao Departamento de Imprensa Nacional, a edição de uma consolidação das normas vigentes sobre matéria de publicação nos Diários Oficiais;

2.1.4 quanto aos cabeçalhos uniformes para órgãos e entidades oficiais, que:

- a) incentive os bibliotecários a se organizarem em grupos de trabalho destinados à elaboração de cabeçalhos uniformes dos órgãos federais, estaduais e municipais;
- b) incentive as associações estaduais de bibliotecários a coordenarem os grupos que elaborarão os cabeçalhos uniforme;
- c) recomende o encaminhamento dos cabeçalhos uniformizados à subcomissão de processos técnicos da CPOB, para exame.

3 Aprovar:

3.1 moação de agradecimento à Comissão de Apoio ao 3º Seminário, designada pelo 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, pela constante cooperação e desmedida eficiência;

3.2 moção de apoio à Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras no sentido de gestionar, junto às associações estaduais de bibliotecários, a possibilidade de organizarem grupos de estudos sobre as publicações oficiais estaduais, nos moldes adotados pela CPOB;

3.3 o resultado da eleição dos membros da CPOB para o período compreendido entre novembro de 1979 a novembro de 1981:

- número de volantes: 170
- votos em branco
- votos nulos: 2
- membros eleitos:

Leyla Castello Branco Rangel (SF) —

126 votos

Antonio Agenor Briquet de Lemos —

(UnB) — 118 votos

Octaviano Nogueira (DIN) — 109 votos

Ubaldo Dantas Machado (EMBRAPA)

— 86 votos

Juracy Feitosa Rocha (UnB) — 80 votos

Antonia Motta de Castro Memória
Ribeiro (CD) — 71 votos

Suplentes:

Davina Mota Teixeira (SEPLAN) — 68
votos.

Nilza Teixeira Soares (CD) — 67 votos

Catária Knychala (INL) — 54 votos

Vera Amália Amarante Macedo (UnB) —

52 votos

Carlos Augusto de Oliveira Lima (BNH)

— 44 votos.

Therezinha das Graças Alves Constantino (MINTER) — 35 votos

* Extraído do ABPR-INF, Curitiba, 5 (2/3):
abr./set., 1979.



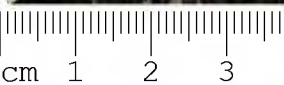
ANAIS DO 10º CBBB

Podem ser adquiridos na ABPR, ao preço de Cr\$ 300,00 (2 v) os Anais do 10º Congresso. EM MICROFICHA — Cr\$ 150,00 os dois volumes.

NOTA: No 1º nº de 1980 será publicado artigo de Relinda Kohler e Maria Efigênia Ramos May: *Congressos de Biblioteconomia: avaliação e perspectivas.*



Carro-Biblioteca nº
1 - Faculdade de Bi-
blioteconomia e Co-
municação UFRGS



Digitalizado
gentilmente por:



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA O LIVRO INFANTIL E JUVENIL *

A Organização Internacional para o Livro Infantil e Juvenil – (IBBY) foi fundada em Zurique em 1953. Promove o entendimento internacional através dos livros para crianças. Procura assegurar a estas publicações, níveis artístico e literário elevados, bem como sua ampla distribuição. Promove a fundação de bibliotecas públicas e escolares, nacionais e internacionais, a educação permanente daqueles que se ocupam com crianças e literatura infantil, a publicação de livros criativos e estimulantes e o uso da literatura infantil na educação.

É composta de Seções Nacionais que representam numerosos países. Estas Seções são formadas por instituições e organismos públicos, engajados na promoção de bons livros infantis. Nos países onde não existe a Seção Nacional, os interessados aderem à IBBY como membros individuais. Em uma nação ou região geográfica, grupos chamados “Amigos da IBBY” podem organizar-se com a finalidade de dar publicidade e apoiar as atividades da organização, promovendo seus objetivos.

* Extraído do folheto IBBY (International Board on Books for Young People, Helsinki, 1978). Tradução de Laila G. Spinelli.



As seções Nacionais elegem um Comitê Executivo nos Congressos bienais da IBBY. Este Comitê serve de órgão coordenador das Seções Nacionais, reúne informação, organiza a difusão da mensagem da IBBY aos países onde não há a Seção, estimula o estabelecimento de novas Seções Nacionais, prepara os congressos bienais e atua como conselheiro de editores, instituições e outras pessoas ativas no campo da literatura infantil e juvenil.

O tipo de organização adotada pela IBBY permite que as Seções Nacionais operem a nível nacional ou internacional; e suas atividades cobrem um vasto campo. Em alguns países a Seção Nacional da IBBY é o único promotor oficial dos livros para crianças; em outros as Seções colaboram com vários outros organismos a nível internacional. Não importa como estejam constituídas, todas as Seções Nacionais compartilham de um profundo interesse pelas crianças e jovens e pelos livros que lêem.

A IBBY é financiada pelas contribuições de seus membros. A fundação Jella Lepman foi estabelecida em 1973, em honra à fundadora da IBBY, para recolher doações que financiam as atividades da organização.

A IBBY tem relações de informação e consulta com a UNESCO, estreitas relações com a UNICEF e é também membro do Comitê Internacional do Livro (International Book Committee). Estimula o intercâmbio comercial entre editores a fim de que a melhor literatura infantil de cada país possa ser traduzida para o maior número possível de línguas. Estimula o desenvolvimento da literatura infantil nos países em que a produção é fraca. Promove a edição de livros infantis que permitem à criança manter-se em contacto com seu próprio patrimônio,

sua língua e seus costumes, bem como aqueles que ensinam a língua, os costumes e o patrimônio das crianças de outros países. Educa e recorda àqueles engajados no trabalho com livros infantis a necessidade de propiciar em suas obras uma visão humanitária da vida.

O Dia Internacional do Livro Infantil é uma das mais conhecidas atividades da IBBY. É comemorado todos os anos, no mundo inteiro, no dia 2 de Abril, data do nascimento de Hans Christian Andersen. Cada Seção Nacional tem a oportunidade de patrocinar, internacionalmente, o Dia Internacional do Livro Infantil, sugerindo temas, atividades e matérias às outras Seções e aos especialistas de Literatura Infantil, não filiados à IBBY. Esta comemoração vem demonstrando crescente importância como uma ocasião propícia para difundir os objetivos da IBBY.

Cada dois anos, a IBBY concede a medalha Hans Christian Andersen a um autor vivo e a um ilustrador, cuja obra completa signifique importante contribuição à literatura infantil. Ao mesmo tempo, é apresentada a lista de honra Hans Christian Andersen, de livros relevantes para crianças, de publicação recente nos países membros da IBBY, de maneira a chamar a atenção para os melhores livros infantis e juvenis.

O prêmio Hans Christian Andersen é apresentado no Congresso bienal da IBBY. Várias Seções Nacionais têm patrocinado estes congressos em diferentes partes do mundo. Cada um deles focaliza um aspecto específico da literatura infantil e o explora por meio de monografias e grupos de discussão. Durante os congressos bienais, reúne-se a Assembléia Geral da IBBY, onde cada Seção Nacional tem a oportunidade de fornecer relatório de atividades.



A IBBY participa da publicação da revista BOOKBIRD, periódico trimestral de crítica, resenha e notícias acerca de literatura infantil. BOOKBIRD assegura um lugar de valor incalculável para o exame periódico do que de melhor se produz em livros infantis, além de oferecer informação acerca de edições internacionais e artigos de conhecidos autores, artistas, bibliotecários e educadores, dedicados à literatura infanto-juvenil.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL:

SEÇÃO BRASILEIRA DO IBBY

A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil deseja congregiar todos aqueles que se interessam pela literatura para crianças e jovens em nosso País. São seus objetivos:

- incrementar a produção do livro infantil e juvenil;
- divulgar e promover o livro infantil e juvenil;
- promover estudos e pesquisas sob todos os seus aspectos com o fim de favorecer a educação da criança;
- estimular seus autores e ilustradores mediante a instituição de prêmios, bolsas de estudo ou cursos de especialização;
- estimular a ampliação da rede de bibliotecas infantis e juvenis;

- colaborar na execução de programas bibliotécnicos e na organização de serviços de informação bibliográfica e documentária referentes à literatura infantil e juvenil.

Existindo legalmente desde 23 de maio de 1968, a FNLIJ teve sua criação diretamente inspirada pelo International Board on Books for Young People (IBBY). Carmem Bravo Villasante, de seu comitê executivo, escreveu ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais convidando-o a enviar um representante ao congresso da entidade, que naquele ano (1964) se realizaria em Madrid, com vistas à posterior organização de uma seção brasileira daquele órgão consultivo da UNESCO. Assim, a FNLIJ nasceu ligada ao IBBY, incorporando aos seus objetivos o daquela entidade: fazer dos livros para crianças um instrumento de maior compreensão entre os homens. Instituída como entidade jurídica por treze associações que forma seu conselho superior, e vivendo da contribuição financeira de algumas editoras de visão mais ampla, a FNLIJ deu seus primeiros passos. Em março de 1969 publicava o primeiro número do *Boletim Informativo*, que assim definia seus objetivos no artigo de abertura. "Nossa intenção é procurar, através de uma publicação bimestral, colocar em contato permanente todos os que, no País, estão preocupados com o problema da literatura infantil, informando e recebendo informações, construindo assim um pequeno elo de comunicação entre escritores, ilustradores, professores, editores, todos enfim que estão empenhados na tarefa de produzir livros para crianças".



ATIVIDADES

Indicação e seleção de livros infantis e juvenis para prêmios e exposições no Brasil e exterior; organização de exposições, concursos seminários, congressos, cursos de extensão, levantamentos bibliográficos e mostras de livros infanto-juvenis; trouxe personalidades como François Faucher e Geneviève Patte: criou uma biblioteca infantil em convênio com a Casa de Rui Barbosa. *Edita o Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.*

Projetos em andamento: *Dicionário de Autores Brasileiros de Literatura Infantil e Juvenil.* Suplemento da *Bibliografia Analítica da Literatura Infantil e Juvenil* publicada no Brasil no período 1975/76.

ENDEREÇO: Diretora Executiva – Laura Constância Austragésilo de Athayde Sandroni.
Rua da Imprensa, 16 – 10a.
s/1.014 – Rio de Janeiro.

CENTRO DE ESTUDOS DE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

O Centro de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil é uma entidade particular, sem fins lucrativos, que congrega autores, educadores, bibliotecários, críticos, editores, pais, enfim todos aqueles que se interessam por literatura infantil e juvenil.

O CELIJU nasceu de um encontro entre a escritora Odette de Barros Mott e a bibliotecária Idaty Brandão Onaga que vinham sentindo a falta de contato dos interessados com o livro infantil. Tiveram, então, a idéia de criar um grupo que viesse sanar esta falha. Em 17 de janeiro de 1973 houve a primeira reunião, realizada no auditório da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, à qual compareceram inúmeros interessados. Por unanimidade foi fundado o Grupo de Estudos de Literatura Infantil e Juvenil que mais tarde recebeu a denominação de Centro – CELIJU.

Em 25 de agosto de 1975 foram registrados seus Estatutos e o centro declarado de utilidade pública estadual pela lei 1.301, de 2 de maio de 1977 e municipal pela lei 15.619 de 4 de janeiro de 1979. Foi registrado no Conselho Nacional de Serviço Social conforme processo 237.033/77.

O CELIJU tem por finalidade:

1 – Trabalhar pela efetivação da disciplina Literatura Infantil e Juvenil.

Se consultarmos os professores do Fundamental e do 2º grau, sentiremos quase unânime a queixa de que seus alunos não se interessam pela leitura. Os apelos dos “media” são insuperáveis e a vida dos dias de hoje desvia o aluno do livro. A queixa dos professores sugere que esses profissionais se sentem incapazes diante do problema. A formação que recebe o aluno universitário, as teorias estudadas durante o curso superior, não parecem formá-lo e prepará-lo adequadamente no que se refere à literatura a ser proposta a seus alunos de 1º e 2º graus. É indiscutível que para os alunos destes níveis, a obra literária deve ter características específicas; que sua abordagem deve ser também especial; que o próprio objetivo da leitura é específico.



Tais pontos devem ser apreciados num curso que pretenda orientar o futuro professor de Comunicação e Expressão; também são necessários nos cursos de Biblioteconomia e Pedagogia. Infelizmente, a disciplina que discute essas questões — a Literatura Infantil e Juvenil — quase não aparece nos “currículo” dos referidos cursos em nível de graduação.

Alguns Estados estão em melhor situação que outros quanto a este problema. Em São Paulo apenas alguns cursos rápidos se organizam sem o apoio sistemático das autoridades educacionais.

Assim o Celiju, cujo objetivo é o estudo e desenvolvimento da Literatura Infantil e Juvenil, sente-se no dever de batalhar pela criação da Cadeira de Literatura Infantil nos cursos acima referidos para que os profissionais possam ter o suficiente preparo para atuarem nesse campo.

2 — Promover palestras, conferências, debates, exposições sobre o Leitor e o Livro para crianças e jovens.

Essas atividades acima relacionadas visam à formação do hábito de leitura, pois não existem verdadeiros incentivos a esse hábito na nossa realidade. Em muitos lares o livro é objeto decorativo ou inexistente. É quase um objeto de luxo, o que dificulta sua aquisição pela maioria. Os nossos professores dos diversos graus não recebem os meios para promoção e incentivo da leitura.

CURSOS — Desde 1974 o CELIJU, através de seus membros, escritores, professores, bibliotecários, ilustradores, tem atendido às solicitações para conferências, palestras, entrevistas, mesas redondas em colégios, bibliotecas, não só na cidade de S. Paulo, como em diversas cidades do interior e de outros estados, sempre dando ênfase à importância do livro infantil e

contribuindo para maior divulgação do autor nacional.

Em 1977, a convite da Câmara Brasileira do Livro e patrocínio da Secretaria de Cultura, Ciências e Tecnologia de S. Paulo, o CELIJU participou da Semana do Escritor em diversas cidades do interior do Estado.

Também desde sua fundação o CELIJU tem participado com estandes e presença de seus associados a feiras, Salão da Criança, Ruas de Lazer, Expo-Estadantil, participação comunitária para desenvolvimento da criança, feiras de livros em colégios, em S. Paulo, e em algumas cidades do País.

CURSOS — Dentro desse objetivo o CELIJU organizou em 1976 dois cursos de Literatura Infantil: O primeiro, “O Panorama da Literatura Infantil e Juvenil”, contou com o patrocínio da Colmeia e suas aulas foram dadas por professores universitários. O segundo foi um curso rápido, patrocinado pela Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de S. Paulo, na Escola Estadual de 1º e 2º graus “Professor Jácomo Stavale”.

3 — Trabalhar pelo estabelecimento de intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras.

O CELIJU, desde sua fundação tem recebido apoio e tem mantido um estreito relacionamento com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. A seu convite o CELIJU participou do XIV Congresso de Literatura Infantil e Juvenil patrocinado pelo IBBY, na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião coordenava tese brasileira “O Público Leitor e seu Acesso ao Livro”, a Prof. Dra. Nelly Novaes Coelho.

A entidade participou em 1976, como convidada especial do 1º Congresso Ibero-Americano de Literatura In-



fantil e Juvenil, no qual foi apresentado tema "As Obras dos Escritores do CELIJU e sua correspondência às faixas etárias do desenvolvimento da criança e do jovem". Esse trabalho exposto pela escritora Lúcia Pimentel de Sampaio Góes foi votado para publicação.

A convite da Câmara Brasileira do Livro, participou ainda ao lado de outras entidades, em 1976, da IV Bienal do Livro. O Seminário teve como tema: "Hábitos de Leitura e Biblioteca".

Em 1978, na V Bienal do Livro participou como organizador, juntamente com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, do Seminário Latino Americano de Literatura Infantil e Juvenil, cujo tema foi "Realismo no livro para crianças e jovens da América Latina". Este Seminário foi de suma importância porque propiciou o conhecimento da realidade social dos diversos países da América Latina. Compareceram representantes da Argentina, Bolívia, El Salvador, Venezuela e brasileiros de vários Estados. Na qualidade de observadores estavam presentes membros de Entidades Internacionais: como: UNESCO, IRA (International Reading Association), CERLAL (Centro de Promoção do Livro na América Latina e Caribe) e IBBY (Organização Internacional para o Livro Infantil e Juvenil).

4 - Promover a divulgação de autores e livros infantis e juvenis.

Além das atividades acima mencionadas, palestras, feiras, o CELIJU, desde 1975, tem publicado catálogos de livros infantis e juvenis, em colaboração com a Secretaria de Cultura do Estado, com classificação por níveis de desenvolvimento, destinados a pais e professores, com ampla distribuição por todo o Brasil.

5 - Instituir e participar de concur-

sos para incentivo e descoberta de novos autores.

A 28 de maio de 1975 o CELIJU encaminhou ao titular da Secretaria de Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de S. Paulo, dr. José Mindlin, ofício sugerindo o seguinte:

1º Desdobramento do Prêmio Governador do Estado, destinado um à Literatura Infantil e outro à Literatura Juvenil.

2º Solicitação para que o julgamento dos trabalhos apresentados fosse feito por um júri composto por especialistas em Literatura Infantil e Juvenil.

3º Proteção à produção dos livros infantis e juvenis através de porcentagens equivalentes às da produção de livros estrangeiros no país.

O CELIJU participou de juris de seleção de livros infantis e juvenis:

- Em 1975 e 1976, do Concurso "João de Barro" em Belo Horizonte, MG.

- Em 1977, do "Prêmio Monteiro Lobato de Literatura Infantil e Juvenil", da Secretaria de Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de S. Paulo. Neste concurso já houve a premiação distinta de livros infantil e juvenil, proposta pelo CELIJU.

6 - Manter contactos permanentes com editores, livreiros e distribuidores para colaborar no aprimoramento gráfico do livro.

Em 1977 o CELIJU deu sua colaboração na seleção dos livros da coleção PINJU da Editora Pioneira.

Ainda no mesmo ano 1977 colaborou na organização das antologias "DE MARRÊ DE X" e "TRANZAS, PAQUERAS E MOTOCAS", publicadas pela Editora Vértice.

- Uma das mais importantes realizações do CELIJU foi a criação da Bi-



blioteca CELIJU em Araçariguama, localidade situada próximo de S. Paulo, onde não havia qualquer acesso ao livro, sequer uma banca de jornal ou revista. Este empreendimento só foi possível pelo esforço da presidente do CELIJU, Odette de Barros Mott. A repercussão foi a mais favorável na comunidade local, pois as crianças e jovens, conquistados pela biblioteca, levaram seus pais a frequentá-la assiduamente. No momento a Biblioteca conta com um acervo de 2.000 livros e uma média mensal de 500 consultas. Neste ano de 1979, a Biblioteca CELIJU foi cadastrada no Conselho Regional de Bibliotecas.

No corrente ano – ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA – O CELIJU, além das palestras, mesas redondas, conferências e entrevistas realizadas por seus associados, e da publicação de um Catálogo especial contendo as resoluções do Seminário de Literatura Infantil e Juvenil, realizou e programou o seguinte:

1 – Participou, coordenando o debate entre crianças alemãs e brasileiras, da Exposição de Livros alemães na Biblioteca Infantil Monteiro Lobato.

2 – Tomou parte, juntamente com o SESC e a Câmara Brasileira do Livro, de um concurso para cartazes, relativos ao Ano Internacional da Criança, organizado pelo Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Secretaria de Cultura da Prefeitura de S. Paulo.

3 – Organizou em outubro de 1979 uma exposição – “O LIVRO INFANTIL E SUA PRODUÇÃO”, na qual os livros ficaram à disposição dos visitantes para manuseio e foram expostos cartazes relativos à produção do livro e sua história. Essa exposição realizou-se na 2a. Quinzena de outubro, na Galeria Itaú, à Av.

Brasil, 1.151. Para essa exposição o Celiju conta não só com a colaboração do Banco Itaú, como da Comissão Municipal de Cultura, através de seu Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenil, da Câmara Brasileiro do Livro, do Museu de Arte de S. Paulo, das Editoras Ática, Melhoramentos, Nobel, e participação de diversas outras editoras, especializadas no ramo, como Brasiliense, Pioneira, Duas Cidades e outras.

Essa exposição constou de livros cedidos pelas editoras, que ficaram ao alcance das crianças, de painéis sobre a história do livro através dos séculos; de painéis demonstrativos da produção do livro e de diversas artes finais dos livros infantis que estão sendo produzidos ultimamente no país. Constaram também da apresentação edições raras de livros infantis.

Além das atividades citadas, foram estabelecidos contatos com o Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis de S. Paulo e de colégios para visitaçao e entrevistas das crianças com os autores. Monitores foram colocados à disposição dos interessados para esclarecimentos e interpretação dos painéis. Estiveram presentes também contadores de histórias e realizou-se um espetáculo de teatrinho infantil.

4 – O CELIJU, com o patrocínio do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Secretaria Municipal de Cultura, organizou um Curso de atualização de Literatura Infantil abordando os aspectos fundamentais da disciplina. Contou com a colaboração dos professores Nelly Novaes Coelho, Fulvia Rosemberg, Maria Antonieta A. Cunha, Maria Emilia Bueno de Aguiar, Neusa Dias Macedo, Cecilia Reggiani Lopes e Lucia Pimentel de Sampaio Góes.



O CELIJU não esmorecer nessa sua luta pelo livro infantil e juvenil e sua relação estreita com a criança. Entre suas aspirações, além da criação da Cadeira de Literatura Infantil e Juvenil, espera ver a Biblioteca CELIJU de Araçariguama se multiplicando em diversos bairros da periferia e cidades.

O CELIJU pretende em escala crescente converter-se num verdadeiro Centro de Estudos possibilitando pesquisas na área da literatura infantil.

O CELIJU sonha, ainda, com sua sede própria onde poderiam ser consultados seus livros e documentos.

As reuniões do CELIJU se realizam numa das salas cedidas graciosamente pela Câmara Brasileira do Livro, à av. Ipiranga, 1.267, 10º andar, na última segunda-feira de cada mês, às 15 horas. Para essas reuniões são convidados todos os interessados no livro para crianças e jovens, seja qual for sua área de interesse. Somente com o apoio de muitos o CELIJU poderá cumprir seus objetivos.

Lúcia Pimentel de Sampaio Góes
Presidente

Correspondência: Av. Paulista, 1776, 20º,
s/6 - CEP 01310 - CAPITAL SP

LA JOIE PAR LES LIVRES E A BIBLIOTECA INFANTIL DE CLAMART *

La Joie par les Livres é uma organização francesa de pesquisa e informação que se dedica ao desenvolvimento do relacionamento entre a criança e o livro. Iniciou-se como entidade particular, mas a partir de 1972 passou a pertencer ao Serviço de Leitura Pública da Escola Superior de Bibliotecários de Paris. Seu Centro de Documentação está aberto a todos aqueles que se interessam pelos livros infantis (bibliotecários, educadores, pais, estudantes pesquisadores, etc.) que aí encontram livros infantis, juvenis, obras e revistas especializadas no assunto em francês e outros idiomas, catálogos de livros, fichários sobre bibliotecas e sobre pedagogia.

Para incentivar o desenvolvimento das bibliotecas infantis na França *La Joie par les Livres* organizou uma biblioteca modelo em Clamart, nos arredores de Paris. Particularmente original é a atraente arquitetura de seu prédio construído especialmente para dar oportunidade à criança de desenvolver variadas atividades num ambiente descontraído e alegre. Procura favorecer a iniciativa das crianças, levando-as a assumir pequenas tarefas e a participar na confecção de um jornal

* Extraído do *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 9 (37):1-32, jan./mar. 1977.



mural e na escolha de novos títulos. Entre outras atividades oferece oportunidades para discussão sobre livros num clube de leitura, promove exposições, palestras, ensino o uso de material audio-visual e dispõe de uma pequena impressora para que os jovens frequentadores adquiram conhecimentos elementares das artes gráficas.

Desde sua inauguração a biblioteca colabora com as escolas da comunidade; no início do ano letivo as classes visitam

a biblioteca para que as crianças aprendam o caminho e conheçam os diversos recursos e atividades variadas que lá poderão encontrar.

A Biblioteca trabalha também com a Escola Normal local no intuito de fazer com que as futuras professoras possam ter idéias dos serviços que a Biblioteca infantil oferece. Ela é também responsável pelo treinamento de bibliotecários que pretendem se dedicar ao trabalho com crianças.



NÃO DEIXEM DE COMPARECER:

III SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL

— evento da VI Bienal Internacional do Livro —

TEMA: O Livro Infantil e Juvenil e as Linguagens Contemporâneas
(O Livro, os Meios de Comunicação e a Escola)

Data e local: de 18 a 22 de agosto de 1980,
no 3º andar do Pavilhão da Bienal / Parque Ibirapuera (Museu de Arte Contemporânea).

Patrocínio: Secretaria da Cultura do Estado e Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Promoção: Câmara Brasileira do Livro, Fundação Bienal de São Paulo, Instituto Nacional do Livro, com a colaboração: CELIJU, FNLIJ, ABLIJ, FEBAB, SNEL, ECA/USP, Fundação Carlos Chagas.

Organização: Palestra, Comunicações, Mesas-Redondas e Grupos de Trabalho

Comissão Organizadora: Mário Fittipaldi, José Gorayeb e Marina Vera Muniz
- Secretária Executiva.

Comissão Coordenadora: Fúlvia Rosemberg, Laura Sandroni, Lúcia Pimentel de Sampaio Góes, Maria Antonieta A. Cunha e Neusa Dias de Macedo.

Inscrição: Aberta a todos os interessados.

Certificados de Frequência: fornecidos pela Câmara Brasileira do Livro aos inscritos que participarem de 75% das sessões.



BENNE, Mae. Educational and recreational services of the public library for children. *Library Quarterly*, Chicago, 48 (4):499-510, 1978.*

Sob os auspícios da Council on Library Resources Inc., A Autora recebeu bolsa de pesquisa durante os anos de 76 e 77 e se empenhou em identificar o papel e a função da biblioteca central infantil na rede de bibliotecas metropolitanas dos Estados Unidos. Neste artigo focaliza os principais pontos desse estudo.

Fazendo um retrospecto das mudanças havidas nos serviços bibliotecários infanto-juvenis, constata que ocorreram poucas mudanças nos últimos 10 anos. Antes de mostrar quais foram essas mudanças, faz notar que é difícil separar serviços e programas em categorias educacionais e recreacionais. O que é educação para uns, pode ser recreação para outros. Antes, os bibliotecários infanto-juvenis ao planejar programas especiais para trazer a criança a uma experiência de leitura procuravam

* Trata-se mais de uma tradução livre do que uma Resenha. Serviu de texto para o Curso de Atualização "Em Busca do Jovem Leitor", ao discutir-se o tema "Biblioteca Infanto-Juvenil Ativada", em 14/10/79, na B. Infanto-Juvenil "Monteiro Lobato".



prover a melhor coleção possível como fundamento para seus serviços. A atenção era focalizada na qualidade literária dos livros, no seu editor, autor e ilustrador; a seleção levava em conta mais os valores estéticos dos livros do que os psicológicos, enquanto que os bibliotecários de serviços para adultos atentavam mais para a comunidade como guia para o desenvolvimento das coleções. Por conseguinte, da ligação entre usuário e suas necessidades resultaria o melhor uso da biblioteca. Publicidade era o meio comum empregado para trazer juntos usuários e materiais.

Na última década, mudanças têm sido feitas em relação:

- 1 a certos serviços e grupos de leitores caracterizados por idades:
 - a) crianças bem novas (um ano e meio a três anos) e seus pais;
 - b) a criança que frequenta o 1º grau;
- 2 no relacionamento da biblioteca com a comunidade;
- 3 ao impacto da avaliação de serviços;
- 4 ao estabelecimento de prioridades de programas, com implicações dessas mudanças no desenvolvimento das coleções e modelos de pessoal.

Depois da 2ª Guerra Mundial, questionamentos foram feitos sobre a Hora do Conto, sobre o uso da biblioteca servindo crianças que ainda não liam, sobre a pertinência da inclusão de jogos e outras atividades não relacionadas com leitura na biblioteca infantil. Várias pesquisas foram realizadas sobre educação nos primeiros anos da infância e sobre a contribuição do papel dos pais no processo de aprendizagem. Todos esses elementos levam a Autora a focalizar os

seguintes pontos:

PAIS

Até pouco tempo, os pais eram vistos apenas como usuários potenciais. Depois da criança, a atenção era voltada ao professor de 1º grau. Tanto esse elemento, como o bibliotecário não mediam esforços para compensar as defasagens do lar no tocante ao desenvolvimento intelectual das crianças. As pesquisas mostraram que os pais eram os primeiros professores e, por isso, necessitavam de assistência para desempenhar esse papel.

Hoje em dia, leva-se em conta que deve mudar não somente o relacionamento da biblioteca para com os pais, mas também para com todas as pessoas que tenham responsabilidades pessoais ou profissionais para com a criança. Três pontos devem ser considerados:

- 1 os pais devem ser vistos como um *aliado* a ser assistido;
- 2 os objetivos dos serviços e programas da biblioteca devem ser comunicados aos pais, se se quiser medir a efetividade desses programas;
- 3 materiais designados para programas especiais e habilidades próprias do bibliotecário devem ser compartilhados com os pais, se uma ação contínua de relacionamento queira ser atingida.

Entre os exemplos de contribuição aos pais, há bibliotecas que permitem aos adultos participarem dos programas infantis ou que promovem aos pais um rol de atividades com suporte de materiais numa Seção especial, incluindo, ainda, sugestões para atividades em casa. Outros programas para os pais focalizam habilidades e necessidades informacionais para que eles



possam prover um ambiente de estímulo à criança mais do que fazer propaganda de materiais de biblioteca.

BRINQUEDOS

Decorrentes de mudanças sociais, várias agências têm sido criadas para tomar conta da criança enquanto os pais trabalham fora. Os serviços bibliotecários para criança introduzidos nessas agências constituem responsabilidade comunitária e ótima oportunidade de conagração entre a biblioteca pública e tais agências. Para isso, é importante que haja comum acordo para um estabelecimento de objetivos e desenvolvimento de serviços.

Antes, estas agências não eram propriamente ignoradas mas vistas mais como uma audiência para ser servida do que como uma colaboradora com as quais pudessem ser planejados trabalhos comuns. Apareciam sempre em último plano por motivos óbvios de que ocasionariam mais trabalhos ao bibliotecário, pois o levaria a sair de sua rotina.

Desse contacto com outras agências, como, por exemplo, as creches, nasceu a idéia de se incluir o brinquedo como material adicional na biblioteca. Com isso, aumentou-se a eficácia dos programas em decurso e estenderam-se os serviços bibliotecários às crianças de 8 meses a 3 anos que são deixadas em creches, escolas maternas, etc.

Naturalmente, o bibliotecário deverá receber instrução especializada nas técnicas de introduzir brinquedos às crianças, habilitando-o, também, a ensinar estas técnicas a adultos a fim de que eles se compenetrem da importância do desenvolvimento verbal e habilidades intelectuais da criança.

A experiência tem sido válida, chamando-se atenção para versatilidade da

biblioteca e criatividade dos bibliotecários. Agora, pergunta-se como poderia ser justificado o brinquedo como nova forma de material bibliotecário?

O brinquedo é material educacional facilmente aceito pela criança e dá-se ensejo aos pais de testarem os brinquedos antes de sua compra. Uma outra justificativa é a publicidade favorável à biblioteca pela utilização desse material nos programas de crianças bem novas.

É notado que não existe um consenso na efetividade do brinquedo como recurso educacional, sendo que alguns psicólogos acreditam que "o que pode estar faltando em nossas comunidades não são brinquedos nas bibliotecas. . . mas meio cultural onde pais possam aprender necessidades de estímulos para crianças". Aham que programas e serviços que reforçam a interação criança e adulto prometem ser mais efetivos no alcance de benefícios clamados pelos advogados dos brinquedos.

HORA DO CONTO E PROGRAMAS ESPECIAIS

Vários fatores de ordem sócio-econômico-educacional têm sido evidenciados como causas de declínio da frequência à biblioteca pública: crianças colocadas em casas maternas; mudanças nos métodos de ensino exigindo do escolar participação ativa no processo de aprendizagem; preferência por outros meios de comunicação de massa.

Explicando melhor: para maioria das famílias onde pai e mãe trabalham fora, o fim-de-semana é o período mais conveniente para uso de bibliotecas, e estas não têm tido possibilidade de oferecer uma linha completa de programas e serviços para esse período. A Escola está a



exigir muito dos alunos, nas diversas áreas, de modo que ela passa a ser também um criador de informações precisando se interagir muito com os materiais instrucionais. Se a biblioteca pública não está apta a oferecer materiais e suporte pedagógico de que necessita o estudante, ele deixa de frequentá-la. Programas que ofereçam uma variedade de atividades ou envolvam o aprendizado de uma habilidade atrairiam mais as crianças maiores do que a tradicional "Hora do Conto". Talvez seu interesse em atividades diversas e criativas também seja causado pela passividade de assistência a programas de televisão. Todas essas questões são abertas a conjecturas.

Por isso, a fim de conseguir mais audiência, muitas bibliotecas têm incorporado, num único programa, variado número de atividades. Por exemplo: uma história contada, aliada a um filme ou a uma apresentação de teatrinho de fantoches, seguida de uma seção de canto ou de modelagem, inspirada na história ou no filme.

Na verdade, esse tipo de programa exige não só recursos como talentos por parte do bibliotecário. É nessa hora que se pode envolver a comunidade cooperando com a biblioteca, ou seja, pedindo auxílio de voluntários que tenham habilidades ou especialidades numa dessas atividades.

O declínio de audiência às Horas do Conto tem levado a reflexão, se é por culpa da televisão ou porque existem outros programas mais atraentes na biblioteca. Uma sugestão é feita para atrair as crianças mais velhas para essa tradicional atividade ensinando a ela a técnica de contar histórias. Pela literatura existente sobre esse assunto, ficou evidente que se deve dar mais atenção à forma de apresentação da Hora do Conto, e uma obra é indicada para isso: BAKER &

GREENE, *Storetelling: art & technique*, New York, Bowker, 1977.

Para programas especiais, sugeriu-se que à volta de um tema que atraísse diversas faixas etárias se programasse uma variedade de atividades, com opção de escolha por parte do usuário. Por exemplo, enfocando um tema como "herança de um grupo étnico", seriam programados filmes, histórias, atividades artísticas, exposições, etc. Pode-se articular esse programa com áreas de estudo do curriculum escolar, provendo assim oportunidade para estender aprendizagem à comunidade. Outros eventos especiais, que incluem uma peça teatral, número de dança ou mímica, juntos a uma palestra de escritor infantil serão um chamariz para a biblioteca, bem como chamarão atenção da comunidade para a biblioteca como instrumento de educação e cultura.

É preciso que se tenha em mente bem claros os objetivos ou necessidades da comunidade ao determinar-se os melhores objetivos e altas prioridades. Há bibliotecas que no afã de atrair as crianças têm gasto muito dinheiro em bizarras práticas de propaganda ao invés de tentar outras opções. Um exemplo disso é o uso de helicópteros nos parques das bibliotecas.

AValiação de Serviço

Medidas presentemente usadas para avaliar a eficiência dos programas, muitas vezes determinam quais são os programas que devem ser oferecidos. Em resposta à pressão para que haja um número mais expressivo de audiência, as bibliotecas têm atentado para programas que apelem para um largo espectro de faixas etárias. Filmes e representações de fantoches atraem mais participantes, sendo que nas comunidades onde haja pouca oportunidade para crianças se reunirem este tipo de



atividade é de real necessidade. No entanto, há outros pontos a considerar.

Na realidade, a biblioteca é o local próprio onde crianças podem ouvir contar histórias, ler um livro para recreação, receber assistência individual ou ser cercada de um ambiente de aprendizagem voluntária.

Sem objetivos claramente definidos, não é muito fácil determinar o que deve ser medido num determinado programa. Vários autores (Amato, Emans, Ziegler) concluíram que nenhuma atividade parece ter tido efeito no alcance da leitura, como por exemplo, a hora do conto e as dramatizações, mas ambas apresentaram indicações da existência de uma atitude mais positiva na ida à biblioteca.

Relacionar resultados mensuráveis com os objetivos já é obsoleto. Sugere-se que nos estudos de usuários pergunte-se a ele como obteve a informação e se ela o ajudou. Fazer perguntas também aos pais e professores e a todos os participantes do processo da leitura e atividades relacionadas à criança, podem servir de começo para medir a eficiência do programa.

COLEÇÕES

Provavelmente, hoje, elas refletirão as necessidades da comunidade em maior extensão do que no passado em virtude de haver disponibilidade de materiais.

Dependendo da maior força das bibliotecas escolares, as coleções para crianças na idade escolar nas bibliotecas públicas deverão ser reforçadas nos materiais recreacionais ou que atendem a interesses especiais, enquanto a coleção para adultos servirá como fonte educacional adicional.

A biblioteca pública tem de atentar para as comunidades onde é crítica, a

necessidade de materiais atraentes e de leitura mais fácil, e comunidade carente de serviços de instrução. Deve lembrar também que para criança mais nova os materiais mais adequados são os educativos, não se esquecendo que os pais requerem consideração toda especial.

As políticas atuais de alocação de verbas e duplicação de materiais devem ser examinadas à luz da importância dos programas, sendo que coleções especiais para pais e crianças de 1 ano e meio a três anos não devem ser esquecidas. Além de coleções separadas para esses usuários, "conjunto de materiais" (tipo pacotes culturais) devem ser preparados para empréstimos aos pais ou pessoas que tomam conta de crianças. Sugere-se que, de acordo com um tema, se organize um conjunto contendo um livro, um brinquedo, um disco, um fantoche acompanhado de instruções para uso.

Vários outros materiais devem ser considerados e vistos como possíveis de serem emprestados: jogos, "relia", posters, reproduções, etc. Nas listas de materiais recomendados para seleção, as anotações sugerem como eles devem ser utilizados.

Para suporte de programas variados, aliados à hora do conto, muitos materiais são necessários. Fantoques, programas escritos ou em videotape são constantemente requisitados por classes que visitam a biblioteca, bem como materiais e instruções para atividades artísticas são fontes necessárias de aquisição como o são os livros, os filmes e os discos. Muitos desses materiais têm de ser criados na própria biblioteca e requerem recursos humanos mais variados. Para atingir isso, alocações orçamentárias e desdobramento do pessoal existente devem ser feitos.



DOIS PROBLEMAS CRÍTICOS

Antes de se poder integrar os serviços educativos e recreacionais para crianças no todo da biblioteca e de causar impacto na comunidade, dois problemas devem ser considerados:

- 1 a função do programa infantil dentro da biblioteca;
- 2 o relacionamento adequado com a comunidade.

A preparação dos programas infantis tem sido incidental e pequena. A preocupação maior das associações profissionais tem sido com a propaganda de materiais. Pouca atenção tem sido dada a discussões à volta de um determinado programa em relação aos serviços da biblioteca. Os bibliotecários infanto-juvenis têm sido encorajados a desenvolver habilidades para atividades de grupos e em representações artísticas, em detrimento da assistência individual da criança.

Hoje, a função do programa nos serviços para crianças ultrapassou ao propósito inicial de trazer a criança para uma experiência de leitura. Ele tornou-se um *fim em si mesmo*, e do mesmo modo que o livro ou outro material, o programa contém o mesmo potencial para uma experiência válida. Deste ponto de vista, a alocação de fundos para programas é tão necessária para o serviço da biblioteca como para materiais na coleção. No entanto, o valor de cada programa deve ser julgado pela sua compatibilidade com os objetivos da biblioteca. Estes pontos não têm sido bem discutidos na literatura e nem os administradores têm considerado o programa como um componente essencial do serviço bibliotecário.

O trazer a criança para uma experiência de leitura permanece indubitavelmente como o forte pilar dos serviços

bibliotecários para com a criança, mas a importância deste objetivo pode não ser a mesma para a criança. Nem toda criança que participa de um programa ou usa um serviço de biblioteca vai, necessariamente, engajar-se numa experiência literária, mas pode ser despertada para o mundo das idéias, da imaginação e da expressão criativa. Um determinado programa pode levá-la a um pedido de informação, pode enriquecer sua experiência de leitura ou pode ser a experiência em si. Nessa hora, ela pode tornar-se um usuário da biblioteca, se houver encorajamento por parte do bibliotecário.

Se um intercâmbio de trabalho deve ser alcançado entre a biblioteca e outras agências comunitárias, o bibliotecário deve deixar de lado o papel cômodo de professor ou orientador. Essas agências não podem ser vistas como competidoras mas como oportunidade de cooperação no encontro mais efetivo das necessidades da criança. O público poderia ser melhor servido se, por exemplo, o Departamento de Divertimentos Públicos pudesse usar a biblioteca para suas atividades artísticas e, em contraposição, a biblioteca treinaria pessoas para contar histórias nos programas de ar livre para verão.

Para ir de encontro às necessidades das crianças e de seus pais em nível comunitário, um diferente padrão de medida deveria ser instrumentalizado para avaliar serviços do que aqueles do passado, um padrão de medida que fosse além da experiência de leitura.

NEUSA DIAS DE MACEDO

Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da USP



atividade é de real necessidade. No entanto, há outros pontos a considerar:

Na realidade, a biblioteca é o local próprio onde crianças podem ouvir contar histórias, ler um livro para recreação, receber assistência individual ou ser cercada de um ambiente de aprendizagem voluntária.

Sem objetivos claramente definidos, não é muito fácil determinar o que deve ser medido num determinado programa. Vários autores (Amato, Emans, Ziegler) concluíram que nenhuma atividade parece ter tido efeito no alcance da leitura, como por exemplo, a hora do conto e as dramatizações, mas ambas apresentaram indicações da existência de uma atitude mais positiva na ida à biblioteca.

Relacionar resultados mensuráveis com os objetivos já é obsoleto. Sugere-se que nos estudos de usuários pergunte-se a ele como obteve a informação e se ela o ajudou. Fazer perguntas também aos pais e professores e a todos os participantes do processo da leitura e atividades relacionadas à criança, podem servir de começo para medir a eficiência do programa.

COLEÇÕES

Provavelmente, hoje, elas refletirão as necessidades da comunidade em maior extensão do que no passado em virtude de haver disponibilidade de materiais.

Dependendo da maior força das bibliotecas escolares, as coleções para crianças na idade escolar nas bibliotecas públicas deverão ser reforçadas nos materiais recreacionais ou que atentem a interesses especiais, enquanto a coleção para adultos servirá como fonte educacional adicional.

A biblioteca pública tem de atentar para as comunidades onde é crítica, a

necessidade de materiais atraentes e de leitura mais fácil, e comunidade carente de serviços de instrução. Deve lembrar também que para criança mais nova os materiais mais adequados são os educativos, não se esquecendo que os pais requerem consideração toda especial.

As políticas atuais de alocação de verbas e duplicação de materiais devem ser examinadas à luz da importância dos programas, sendo que coleções especiais para pais e crianças de 1 ano e meio a três anos não devem ser esquecidas. Além de coleções separadas para esses usuários, "conjunto de materiais" (tipo pacotes culturais) devem ser preparados para empréstimos aos pais ou pessoas que tomam conta de crianças. Sugere-se que, de acordo com um tema, se organize um conjunto contendo um livro, um brinquedo, um disco, um fantoche acompanhado de instruções para uso.

Vários outros materiais devem ser considerados e vistos como possíveis de serem emprestados: jogos, "relia", posters, reproduções, etc. Nas listas de materiais recomendados para seleção, as anotações sugerem como eles devem ser utilizados.

Para suporte de programas variados, aliados à hora do conto, muitos materiais são necessários. Fantoques, programas escritos ou em videotape são constantemente requisitados por classes que visitam a biblioteca, bem como materiais e instruções para atividades artísticas são fontes necessárias de aquisição como o são os livros, os filmes e os discos. Muitos desses materiais têm de ser criados na própria biblioteca e requerem recursos humanos mais variados. Para atingir isso, alocações orçamentárias e desdobramento do pessoal existente devem ser feitos.



DOIS PROBLEMAS CRÍTICOS

Antes de se poder integrar os serviços educativos e recreacionais para crianças no todo da biblioteca e de causar impacto na comunidade, dois problemas devem ser considerados:

- 1 a função do programa infantil dentro da biblioteca;
- 2 o relacionamento adequado com a comunidade.

A preparação dos programas infantis tem sido incidental e pequena. A preocupação maior das associações profissionais tem sido com a propaganda de materiais. Pouca atenção tem sido dada a discussões à volta de um determinado programa em relação aos serviços da biblioteca. Os bibliotecários infanto-juvenis têm sido encorajados a desenvolver habilidades para atividades de grupos e em representações artísticas, em detrimento da assistência individual da criança.

Hoje, a função do programa nos serviços para crianças ultrapassou ao propósito inicial de trazer a criança para uma experiência de leitura. Ele tornou-se um *fim em si mesmo*, e do mesmo modo que o livro ou outro material, o programa contém o mesmo potencial para uma experiência válida. Deste ponto de vista, a alocação de fundos para programas é tão necessária para o serviço da biblioteca como para materiais na coleção. No entanto, o valor de cada programa deve ser julgado pela sua compatibilidade com os objetivos da biblioteca. Estes pontos não têm sido bem discutidos na literatura e nem os administradores têm considerado o programa como um componente essencial do serviço bibliotecário.

O trazer a criança para uma experiência de leitura permanece indubitavelmente como o forte pilar dos serviços

bibliotecários para com a criança, mas a importância deste objetivo pode não ser a mesma para a criança. Nem toda criança que participa de um programa ou usa um serviço de biblioteca vai, necessariamente, engajar-se numa experiência literária, mas pode ser despertada para o mundo das idéias, da imaginação e da expressão criativa. Um determinado programa pode levá-la a um pedido de informação, pode enriquecer sua experiência de leitura ou pode ser a experiência em si. Nessa hora, ela pode tornar-se um usuário da biblioteca, se houver encorajamento por parte do bibliotecário.

Se um intercâmbio de trabalho deve ser alcançado entre a biblioteca e outras agências comunitárias, o bibliotecário deve deixar de lado o papel cômodo de professor ou orientador. Essas agências não podem ser vistas como competidoras mas como oportunidade de cooperação no encontro mais efetivo das necessidades da criança. O público poderia ser melhor servido se, por exemplo, o Departamento de Divertimentos Públicos pudesse usar a biblioteca para suas atividades artísticas e, em contraposição, a biblioteca treinaria pessoas para contar histórias nos programas de ar livre para verão.

Para ir de encontro às necessidades das crianças e de seus pais em nível comunitário, um diferente padrão de medida deveria ser instrumentalizado para avaliar serviços do que aqueles do passado, um padrão de medida que fosse além da experiência de leitura.

NEUSA DIAS DE MACEDO

Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da USP



PATTE, Geneviève. *Laissez-le lire! les enfants et les bibliothèques.* Paris, Les Editions Ouvrières, 1978. (Coll. Enfance Heureuse)

O livro pode constituir-se em importante ponto de encontro entre a criança e o adulto, permitindo à aquela, de certo modo, ultrapassar os limites de sua própria infância. É possível, através da biblioteca, ingressar no mundo dos adultos, ser tomado como adulto sem, entretanto, afastar-se da magia e da riqueza do mundo infantil.

Geneviève Patte descobriu o universo da literatura infantil na década de 50 ao entrar em contacto com a *Heure Joyeuse*, a biblioteca infantil modelo fundada em 1924, em Paris, pelo *Book Committee of Children's Libraries*. Pôde ali constatar, em meio à um profundo respeito pela pessoa da criança, uma atmosfera de interesse, entusiasmo e pleno aproveitamento por parte dos pequenos usuários. Foi este seu ponto de partida em direção ao estágio na Biblioteca Pública de Nova York, e ao germe da biblioteca infantil que implantou e dirigiu em Clamart, grande complexo habitacional operário francês. Afinal, um trilhar de agudas observações, vivência e experiências que acabaram por fazer com que viesse ela a ocupar um lugar ímpar, hoje, na França e, mesmo além de suas fronteiras, como a grande especialista no que concerne ao binômio criança-livro.

Terá a biblioteca, *a priori*, um lugar na vida da criança, especialmente daquela pertencente à família de baixa renda e, portanto, carente de recursos e solicitações de ordem cultural? Uma infinidade de informações, sem nenhuma hierarquia, podem lhe ser "despejadas" no dia a dia, incluindo-se as recebidas no âmbito escolar.

Mas, terão sido precedidas de uma verdadeira curiosidade, de uma fome real de conhecimentos que se tenha expresso anteriormente? Resultam em assimilação verdadeira? E as bases necessárias para dominar aquelas informações? O que parece evidenciar-se é que a criança por si só sem meios para manifestar corretamente sua curiosidade, sem saber discernir o que lhe convém para se desenvolver, aquela sua curiosidade acaba por contentar-se com uma informação superficial e se atrofia. Isto a despeito da ação de pais e mestres (que, aliás, aparecem sempre às crianças como os únicos detentores do saber e da verdade). Ora, para corrigir tal ordem de coisas é preciso que a biblioteca e o livro infantil passem a tomar parte ativa no campo — antes monopólio da escola e da família — o da transmissão da informação. Isto sem que se negue a importância do rádio, da televisão, do cinema, do teatro, da publicidade visual etc. (vistos, aliás, pela própria Autora como "incitações inestimáveis que reforçam, em alguns casos, o desejo de ir sempre mais adiante no conhecimento..." (p.28).

Partindo, pois, da indagação sobre qual seria o papel da biblioteca na vida da criança para levá-las a uma leitura pessoal e aproveitável, (cap.1) a Autora propõe-se a atravessar a "floresta dos livros" (cap.2), abordando o problema da escolha, da política de seleção à qual a criança deve estar associada. "Ousar eliminar" é a palavra de ordem para a qual bem poucos bibliotecários estão preparados. A biblioteca infantil não tem que ser grande, mas sim especializada, visando sempre ao público a que se destina. Na verdade, os pequenos leitores são bastante conscientes. Eles se sentem no direito de recusar os livros propostos



pelos adultos quando aqueles não vêm de encontro à sua imaginação, à sua afetividade, às suas indagações e inquietações.

Para bem caminhar através da "floresta" é preciso que as crianças se orientem no uso da biblioteca. O livre-acesso é muito importante para que o menino ou a menina descubram o prazer de manipular e folhear grande número de livros. Daí já se torna natural a passagem ao uso fácil e eficaz dos catálogos e de toda a engrenagem da consulta e empréstimo.

A que servem as bibliotecas infantis é o que indaga Geneviève Patte a si própria ao iniciar o Cap. 3, que versa sobre a "animação", isto é, toda a dinâmica do uso, da ligação com a escola e das formas de lazer que elas podem oferecer. Serão casas vivas, onde as crianças não vão de passagem nem para ver um espetáculo ocasional, mas onde viverão intensamente prolongados momentos, tendo mesmo, responsabilidades a cumprir. Exposições, apresentações, audiovisuais, contactos com especialistas e autores devem ser utilizados, tanto quanto recursos como "a dança dos livros" (apresentações orais de livros mais interessantes ou novos); a "hora do conto" (a propósito de livro ou não, mas atraindo a atenção para o gosto literário) ou as "leituras coletivas", unindo as crianças em trabalho de benéfica aproximação social. A organização de clubes de leitura, elaboração de jornaizinhos, desenhos feitos em conjunto, marionetes e outras formas de teatro completam as formas de lazer que a biblioteca infantil pode oferecer ao seu frequentador.

As condições de funcionamento são abordadas no Cap. 4: localização, pessoal e a indispensável cooperação das escolas. Locais apropriados são necessários: que

seja uma zona calma e haja uma arquitetura flexível na qual se tenha pensado seriamente em todas as necessidades de uma biblioteca destinada à criança. E o corpo de funcionários não pode prescindir daquela vocação que se requer igualmente dos professores primários: saber lidar com crianças. O bibliotecário será um "embaixador do mundo adulto" com um grau de especialização que lhe possibilite conhecer a literatura infantil e seus meios de difusão.

No capítulo final é retomada a idéia inicial da obra: a biblioteca como lugar de troca, de comunicação, de abertura sobre o mundo adulto, sendo convite perene para o desenvolvimento da criança, uma forma de facilitar o encontro com o "universo". Para tanto é preciso que tenha uma organização ágil, especializada e aberta, possibilitando à criança ter seu desempenho com toda a liberdade, por entre livros e documentos de toda espécie, proporcionando-lhe informação, experiência, deleite e lazer, e com isso estará permitindo seu crescimento afetivo, sensitivo e intelectual.

Geneviève Patte, a par de suas considerações, conselhos, indicações e transmissão de experiências concretas por ela vividas ou verificadas em bibliotecas infantis em diferentes países, nos oferece ainda uma considerável e substanciosa série de 10 anexos: 1. Alguns elementos da história das bibliotecas infantis na França; 2. Os diferentes tipos de bibliotecas infantis, inclusive as escolares, na França, com detalhes de condições de inscrição, de frequência e de empréstimo em algumas delas; 3. Alguns conselhos práticos para a implantação de bibliotecas para crianças; 4. Onde encontrar documentação sobre literatura infantil na França; 5. Manifestações, organismos, centros de documentação nacionais e inter-



nacionais; 6. Formação profissional para trabalhar com literatura e com bibliotecas infantis; 7. Informações correntes sobre livro infantil e juvenil (coleções, periódicos, listas bibliográficas); 8. A *Joie par les Livres* e os grupos de leitura; 9. A *Joie par les Livres* (organização compreendendo a biblioteca infantil de Clamart, centro de documentação, publicações, grupos de leitura, formação de bibliotecários para crianças); 10. Bibliografia (obras sobre literatura infantil divididas por modalidades bibliográficas, finalizando por uma pequena, mas utilíssima, relação de obras que possam ajudar a reflexão dos bibliotecários especializados na área).

Trata-se, sem dúvida, de um livro definitivo. O que se pretender fazer seriamente daqui por diante, em matéria de implantação e funcionamento de bibliotecas infantis não poderá prescindir de sua consulta, como norte seguro e eficaz; do contrário, provavelmente, poderemos ter muitas bibliotecas infantis, mas não, seguramente, leitores infantis que delas possam fazer integralmente um trampolim para sua evolução, para seu desenvolvimento em direção ao mundo real e ao mundo imaginário, um, tão necessário ao homem, quanto o outro.

HELOÍSA LIBERALI BELLOTTO

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

WILSON, Pauline. *Children's services in a time of change.* *School Library Journal*, 25 (6): 23-6, Feb. 1979

Professora da Escola de Biblioteconomia

nomia e Ciência da Informação da Universidade de Tennessee, Knoxville, a Autora chama a atenção dos bibliotecários, professores e associações de classe ligados às bibliotecas infanto-juvenis americanas, para seis itens:

- 1 necessidade de uma nítida definição e articulação do papel do bibliotecário infanto-juvenil;
- 2 determinação clara dos objetivos dos serviços bibliotecários para crianças;
- 3 estabelecimento do valor e do papel dos serviços bibliotecários nas bibliotecas infanto-juvenis e dos respectivos bibliotecários;
- 4 necessidade de corrigir a imagem do bibliotecário infanto-juvenil;
- 5 determinação da formação adequada para esses bibliotecários a fim de habilitá-los a bom desempenho;
- 6 compreensão mais perfeita sobre a boa formação bibliotecária, o motivo de sua importância e como pode ser conseguida.

Nos Estados Unidos os bibliotecários são criticados por perderem muito tempo com literatura infantil, preocupando-se em analisar e criticar livros, homenagear escritores e ilustradores, gastando imensas verbas com encontros, jantares e festas para promover o livro infantil, esquecendo-se da avaliação dos serviços a fim de justificar seus orçamentos. No entanto, é claro que existem pessoas cujo centro de atenção, profissionalmente falando, é o livro: os autores, editores, críticos literários e, em plenitude, os bibliotecários. As pessoas, cujo centro de atenção é a criança, são os pais, os professores. . .

Porém, a tarefa de avaliar a literatura infantil caberia aos autores, ilustradores.



editores e críticos literários. Ao bibliotecário infanto-juvenil cabe contribuir para o desenvolvimento da criança através dos serviços que lhe são oferecidos, dos programas [da biblioteca, como a hora do conto, tudo dentro de um clima informal, não coercitivo, bem diferente do ambiente da escola, por exemplo. Justamente a contribuição da biblioteca está nessa diferenciação.

Por conseguinte, importa definir, de uma vez por todas, o papel do bibliotecário infanto-juvenil e estabelecer um equilíbrio na sua atuação como serviço à criança e serviço aos materiais infantis. Esse serviço à criança precisa ser bem definido: observar *como* a criança aprende e *como* se desenvolve, fazendo um relacionamento crítico desse aprendizado e desse desenvolvimento com os serviços prestados pela biblioteca. Observar se o hábito de ler está se desenvolvendo nas crianças. Consultar estudos sobre o usuário e comparar com as evidências do seu caso, com os objetivos da sua biblioteca e o papel desempenhado por ela, não esquecendo das mudanças sociais ocorridas nesse contexto.

Constantemente deve ser feita avaliação dos programas e do valor que estão tendo para o usuário, a fim de que não seja dada ênfase exagerada a programas que não se justifiquem. É preciso não parar na avaliação, seleção e celebração da literatura infantil, mas registrar e analisar seus efeitos.

Outro ponto questionado é a vocação e a competência do bibliotecário infanto-juvenil. Em termos gerais, parece que está faltando certa habilidade para analisar a situação em suas partes componentes. Na verdade, estão faltando conhecimentos especializados de administração, para definir objetivos, medir e avaliar

serviços bibliotecários, bem como preparar e justificar orçamentos.

A Escola deveria dar esses conhecimentos; mas, por outro lado, o bibliotecário também deveria procurar fazer cursos de especialização e seminários nesse campo.

O que se evidencia é que os bibliotecários infanto-juvenis têm procurado se firmar mais na área de literatura infantil do que na aquisição de conhecimentos específicos de análise administrativa. As Associações ligadas às bibliotecas infanto-juvenis deveriam promover cursos nesse sentido.

Nos Estados Unidos, a síndrome da super-atenção à literatura infantil começa na própria Escola. Por questões de maior facilidade e motivação de estudo, os alunos escolhem a biblioteca infanto-juvenil como especialização. Por influência de seus orientadores, organizam seu currículo principalmente em torno dessa matéria, abandonando os cursos que os preparariam para analisar e resolver problemas bibliotecários.

A Escola é muito criticada, mas não se tem consciência da maneira de se conseguir a qualidade na formação dos bibliotecários. O currículo não é suficiente, a menos que ele fosse capaz de satisfazer a todas as ansiedades, responder a todas as incertezas do profissional e criar todas as circunstâncias que pudessem aparecer em todos os tipos de bibliotecas. A Escola é apenas uma preparação para a experiência e não seu sucedâneo.

Não há necessidade de perder-se um semestre ministrando aulas de história da literatura infantil, narração de histórias e orientação de leitura. Esses itens poderiam ser reunidos numa única disciplina.

Determinadas as soluções para os problemas específicos das bibliotecas infan-



to-juvenis, o passo seguinte é implementá-las. No entanto, a responsabilidade inicial é das Escolas. Se a chave de todos os problemas é a compreensão do que seja formar bibliotecários qualificados, a primeira condição requerida é a própria qualidade do corpo docente. Professores não podem ensinar o que sabem. Nenhuma metodologia de ensino pode substituir a falta substancial de conhecimento. Daí a importância da pesquisa e da produção científica dos professores. Discussões, pesquisas, textos sobre os programas das bibliotecas infanto-juvenis devem ser levados a efeito, a fim de que se chegue a um consenso.

Transpondo o problema para a nossa realidade, verifica-se que enquanto os bibliotecários americanos são criticados por se preocuparem demasiadamente com a literatura infantil, no Brasil nada se faz nesse sentido (salva as honrosas exceções). A literatura infantil, as disciplinas optativas, os cursos de especialização e os estudos sobre a criança como leitor são raros em nosso contexto. Neste ano, em que se comemora o Ano Internacional da Criança, pergunta-se: O que foi feito para atrair as atenções para a biblioteca infanto-juvenil? A consciência de cada bibliotecário poderá responder a esta interrogação!

NEUSA DIAS DE MACEDO

Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP

MEIRELES, Cecília. *Problemas de literatura infantil*. 2.ed. São Paulo, Summus, 1979. 117p. (Novas Buscas em Educação)

Professora, escritora e poetisa, a au-

tora do presente trabalho dedicou-se por muito tempo ao magistério primário; foi redatora de seções de jornais diários, seções estas que focalizavam problemas de ensino e o folclore infantil. Sua preocupação constante foi com a criança (aqui subentende-se o adolescente) que deve ser respeitada em seus anseios, angústias e personalidade. Este respeito deve existir por parte dos que fazem literatura infantil, assim como devem compreender e aceitar as preferências literárias que a criança tenha.

Tendo em vista esta linha de pensamento, Cecília Meireles apresentou "Problemas de Literatura Infantil". Resultante da reunião de três conferências proferidas pela autora em 1949 e ampliadas para publicação em 1951, o volume é composto por várias seções. Estas seções são agrupadas, agora, em três grandes assuntos: Literatura Infantil, Livro Infantil e Biblioteca Infantil.

No primeiro, a autora delimita o campo da literatura infantil dentro da literatura geral; aborda aspectos do folclore infantil; oferece uma visão da literatura infantil desde outras épocas até nosso século; coloca o porquê da crise da literatura infantil atual. Didaticamente, apresenta quatro casos em que se faz literatura infantil; "redação escrita das tradições orais ou o que constitui a disciplina do folclore; livros que escritos para uma determinada criança, passaram depois para o uso geral; livros não escritos para crianças, mas que vieram a cair em suas mãos e dos quais se fizeram adaptações e reduções (...); obras escritas especialmente para a infância" (p. 69-70 e 78)

O segundo grupo, Livro Infantil, traz seções dedicadas à história do livro infantil; critérios para a criação de livros infantis; conteúdo moral, didático e re-



criativo do livro infantil; exemplos de livros clássicos.

Alguns critérios para a organização de livros infantis em bibliotecas infantis são sugeridos no último grupo, de acordo com o tamanho do livro, altura da estante, classificação, ilustrações e desenhos. A autora aspira à "organização mundial de uma biblioteca infantil" (p.15), onde, havendo unificação da cultura, as crianças se entenderiam melhor e os adultos, talvez, não se hostilizassem.

Redigido com sensibilidade de poetisa, conhecimento de educadora pesquisadora e tato de jornalista, a obra traz panorama geral dos aspectos, problemas e crises pelos quais passa a literatura infantil. Para o iniciante neste campo, oferece linhas a serem desenvolvidas e para o pesquisador sugere novo panorama e forma de ação. É obra para os que acreditem que "a literatura infantil, em lugar de ser o que se escreve para as crianças, seria o que as crianças lêem com agrado" (p.77)

LAILA GEBARA SPINELLI

Prefeitura Municipal de São Paulo, Departamento de Bibliotecas Públicas, Biblioteca Circulante

MILANESI, L.A. *O Paraíso via Embratel: o processo de integração de uma cidade do interior paulista na sociedade de consumo.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 224p. (Col. Estudos Brasileiros, 32)

É fato conhecido que a TV modificou hábitos e costumes das populações urbanas e seus agregados periféricos. A

proposta da obra de Luiz Augusto Milanese, bacharel em Biblioteconomia e docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo, é analisar essa mudança através do levantamento de elementos constitutivos da cultura popular de Ibitinga, no Estado de S. Paulo.

Partindo da pesquisa sistemática da imprensa periódica ibitinguense, o autor apresenta o resultado de suas investigações, levadas a efeito de 1969 a 1975, sobre as causas e os fatores do processo de transformação gradual de cada aspecto estudado. Informações complementares foram obtidas por respostas fornecidas pelos habitantes da cidade a questionários e entrevistas, assim como por depoimentos de antigos moradores.

Na década de 20, a cidade, de economia eminentemente rural, foi apresentada com a "maria fumaça" que, através da estrada de ferro, começou a encurtar as distâncias: "a Estação era a porta para um mundo distante e desconhecido para a maioria dos ibitinguenses" (p.33). Num período relativamente curto, a sociedade local foi testemunha de grandes modificações em todos os setores. O aperfeiçoamento tecnológico dos meios de comunicação e a sua popularização provocaram o surgimento da cultura de massa, distinguindo-se esta da cultura erudita e da cultura popular anteriormente existentes (p.28). Em decorrência desse fato, no estudo em pauta foram caracterizadas três etapas distintas na vida da cidade: antes do rádio, o rádio a partir de 1930 e a televisão a partir de 1965.

O rádio surgiu como o primeiro elemento desagregador da cultura popular espontânea, na medida em que pôde "nivelar as expectativas populares, tentando, assim, fazer com que a produção industrial pudesse enquadrar-se nos anseios



de um número maior possível de pessoas" (p.89). De fato, a publicidade determinou que a cidade passasse a consumir, em maior quantidade, a produção externa, introduzindo os novos valores e os novos produtos. Como consequência, as iniciativas locais sofreram um processo de retração. Além disso, a cultura erudita e a educação passaram a constituir atividades dicotomizadas, pois a primeira permanecia como um elemento à parte, enquanto que a segunda visava à obtenção do diploma. Verificou-se mesmo uma certa relutância por parte das pessoas consideradas cultas com referência à aceitação do rádio e, depois, da televisão como veiculadores da informação. A força gerada por esses dois emissores, contudo, prevaleceu, e com eles foi ativada "a informação média entre o estabelecido tradicionalmente pelo povo e a erudição" (p. 192). A televisão, por sua vez, alterou em tal profundidade a vida dos habitantes de Ibitinga que, quando inquiridos sobre o que fariam se não houvesse mais televisão, tiveram eles uma reação de espanto e perplexidade.

Para levar a cabo a sua pesquisa, o autor procedeu à análise de vários setores (reuniões públicas e sociais, apresentações de circos, filme, bandas, orquestras, influência da moda, festas religiosas, costumes e princípios domésticos, entre outros) – baseando-se principalmente na imprensa local, um dos fatores de manifestação cultural – no decorrer de 57 anos, a fim de avaliar em que medida os novos elementos introduzidos a partir do rádio se transformavam em produtos de consumo, também veiculados, mais tarde, através da TV. Dessa forma, a população acostumada a uma vida simples e pacata, cujo elo principal com as cidades maiores era o trem de ferro, viu-se pouco a pouco diretamente ligada aos acontecimentos

de outros pontos do país e do exterior através do rádio e, posteriormente, através do rádio de pilha e da TV, num processo crescente de atuação.

Vale a pena salientar a relevância que o autor empresta ao fator leitura, principalmente no tópico "A Leitura Possível". Inicialmente, situa-se a leitura como instrumento de estudo e "pesquisa", característica esta que vem-se acentuando em especial com relação à Biblioteca Pública local (p.147). A biblioteca "deixa de ser uma coleção de romances e obras edificantes, como era comum no passado, e passa a ter a função de suprir as necessidades da escola" (p.148). O seu prestígio aumentou, pois passou a contribuir para o "fornecimento do diploma", fato muito mais significativo. Apesar disso, não se verificou um apoio mais decisivo oriundo dos setores responsáveis pela sua ampliação e manutenção. Na verdade, foi caracterizada como "uma ajuda ao povo. Ou seja, uma espécie de INPS da cultura" (p.149). O livro, como conferidor de 'status', demonstrando conhecimento, saber mais, é relegado em função da educação, prioridade básica como, por exemplo, a rede de esgotos; como cultura, é considerado um luxo. Concorre, ainda, o livro, com o rádio e a televisão, os quais, sobrepujando-o quanto à quantidade, informam e formam a população, inibindo as aspirações de leitura. Ressalta Milanese que o período inicial de expansão da TV foi inibidor da leitura, menos aquela obrigatória imposta pela Escola Pública (p.150).

Como o autor menciona, no prefácio, Paulo Emílio Salles Gomes (orientador da dissertação de mestrado que deu origem ao presente trabalho) dizia conhecer Ibitinga através da leitura dos manuscritos. E essa mesma sensação é transmitida ao leitor, que passa a conviver com Ibi-



tinga do passado e do presente. conhecimento esse que pode ser extrapolado para qualquer outra cidade de São Paulo e muitas do Brasil.

Escrito com clareza, o livro prende o interesse do leitor pela descrição viva dos fatos narrados. Cabe menção especial a boa divisão dos capítulos e sub-te-

mas, bem como a bibliografia não pretensiosa, mas com bom rastreamento de obras brasileiras.

DIVA ANDRADE

Bibliotecária do Dep. Ciências Sociais
Fac. Fil. Letras e Ciências Humanas USP



Levantamento Bibliográfico 1

LEITURA E LITERATURA INFANTIL ** BIBLIOGRAFIA NACIONAL

LAILA GEBARA SPINELLI *

AGUIAR, Vera Teixeira de. A literatura infanto-juvenil no Rio Grande do Sul: das origens à realização. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 12 (36): 23-35, jun. 1979.

ALMEIDA, Madalena de C.C. *Algumas considerações sobre "leitura"*. Santo André, 1976. 5p.

ALVES, Luis Antonio. Literatura infantil: o desafio à criação. *Educação*, Brasília, (6): 32-9, jul./dez./ 1972.

* Bibliotecária da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Seção Circulante.

** Refere-se a levantamento bibliográfico não exaustivo nos acervos das bibliotecas da Escola de Comunicações e Artes/USP, Fundação Carlos Chagas e Instituto de Psicologia da USP e compulsões no *Children's Literature Abstracts*, Suplemento da *Bibliografia de Literatura Infantil da Biblioteca Infanto-Juvenil em Língua Portuguesa e BIBLI*



- AMARAL, Maria Lúcia. *Criança é criança; Literatura infantil e seus problemas*. Petrópolis, Vozes, 1974. 118p.
- _____. Do livro aos quadrinhos. *Educação*, Brasília, (18): 2-10, out./dez. 1975.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. A educação do ser poético. *Arte e Educação*, Rio de Janeiro, 3 (15): 16, out. 1974.
- _____. Literatura infantil. In: _____. *Obra completa: crônica/cofissões de Minas/cadernos de notas*. s.n.t. p. 596-7.
- ANDRADE, Olímpio de Souza. A solução: arar e semear o chão da infância. In: _____. *O livro brasileiro*. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978. cap. 9, p.119-29.
- ANSELMO, Zilda Alves. *História em quadrinhos*. Petrópolis, Vozes, 1976. 180p.
- AUGRAS, Monique. Cultura popular e literatura infantil. *Arte e Educação*, Rio de Janeiro, 3 (15): 11, out. 1974.
- _____. Mitos brasileiros em literatura infantil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 62 (141): 27-35, jan./abr. 1977.
- BARBOSA, D. Literatura infantil. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 67 (3): 74-5, abr. 1973.
- _____. Sobre literatura infantil. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 68 (3): 35-40, abr. 1974.
- BARRETO, Elisa. Bibliotecas infantis. *Arte e Educação*, Rio de Janeiro, 3 (15): , out. 1974.
- BARROS, Déa Portanova. Literatura infanto-juvenil: publicações gaúchas de autores não gaúchos. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 12 (36): 35-45, jun. 1979.
- BIBLI: bibliografia de literatura infantil. São Paulo, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, 1979, 1-
- BIBLIOGRAFIA básica de literatura para a infância. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 62 (141): 85-9, jan./abr. 1977.
- BRANDÃO, Jacyntho José Lins. Velhas histórias em quadrinhos: subsídios para uma pré-história dos quadrinhos. *Revista de Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, 71 (2): 41-50, mar. 1977.
- BUENO, Nancy. *A biblioteca escolar e a formação do hábito de leitura: uma experiência*. Santo André. 1976. 9p.
- CAGNIN, Antonio Luiz. *Os quadrinhos*. São Paulo, Ática, 1975. 238p.
- CAVALCANTI, Ionaldo de Andrade. *O mundo dos quadrinhos*. São Paulo, Símbolo, 1977. 254p.
- CALVI, Gian. Características e problemas da ilustração em livros infantis. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*



gicos, Brasília, 62 (141): 37-41, jan./abr. 1977.

Criação e produção do livro infantil. In: SEMINÁRIO DE LITERATURA INFANTIL, São Paulo, 1972. *Anais*. Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 1973. 7p.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 24 (9): 803-9, set. 1972.

CARVALHO, Barbara Vasconcelos. Literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 24 (9): 803-9, set. 1972.

Literatura infantil, uma frustração no Brasil. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 5 (22): 12-3, abr./jun. 1973.

CENTRO DE ESTUDOS DE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL. *Catálogo do CELIJU para 1979: guia leitura para pais e professores*. São Paulo, 1979. 18p.

CIRNE, Moacyr. A crítica e os críticos em quadrinhos. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 68 (4): 59-63, maio 1973.

Quadrinhos. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 68 (5): 67-8, jun./jul. 1974.

Quadrinhos: balanço crítico. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 70 (1): 61, jan./fev. 1976.

Semiologia e especificidade dos quadrinhos. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 68 (10): 31-8, dez. 1974.

COELHO, Lauro Machado. Os livros especiais para a juventude. *Revista do Ensino*, Porto Alegre, (25): 32-3, maio/jul. 1977.

COELHO, Nelly Novaes. O acesso ao livro no contexto cultural brasileiro. In: CONGRESSO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA O LIVRO INFANTIL E JUVENIL, 14, Rio de Janeiro, 1975. *Anais*. Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 1975. 5p.

O ensino da literatura. Rio de Janeiro, José Olímpio; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1973.

A literatura infantil e juvenil: problema de indústria ou de educação. *Educação*, Brasília (8): 33-9, abr./jun. 1973.

CORTEZ, J. *Mestres da Ilustração. a técnica da ilustração, capas e cartazes*. São Paulo, Hemus, 1970. 245p.

COTRIM, Álvaro. Era uma vez um Tico-Tico. *Cultura*, Brasília, 4 (15): 82-103, out./dez. 1974.

CRAVEIRO, Jurandir. A criança e os livros: direitos de uma minoria oprimida. *Leia Livros*, São Paulo, 1 (9): 16, jan. 1979. Entrevista com Peter Weidhass, diretor da Feira do Livro em Frankfurt, sobre a literatura infantil na América Latina.



- CUNHA, Antonio Carlos da. Maratona escolar: incentivo ao hábito de ler e escrever. *Educação, Brasília*, (23): 2-7, jan./mar. 1977.
- CUNHA, Maria Antonieta A. *Como ensinar literatura infantil para colégios normais*. São Paulo, Distribuidora Cultural Brasileira, 1974. 166p.
- Uma lacuna no ensino da literatura. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*. Rio de Janeiro, 8 (34): 11-2, abr./jun. 1976.
- A poesia, essa desprestigiada. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 9 (39): 11-3, jul./set. 1977.
- DEBATE: a criança, a palavra e a imagem. (Com a participação de Artur Távola, Isabel Maria, Aluizio Magalhães, Flávia Lobo, Augusto Rodrigues, Regina Yolanda) *Arte e Educação*, Rio de Janeiro, (15): - , out. 1974.
- DIETRICH, Mirna. Literatura infantil: histórico das principais editoras riograndenses. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 12 (36): 46-55, jun. 1979.
- DORNELLES, Leny W. Bibliotecas escolares: o desafio necessário ou à espera da boa luta. *Boletim Mensal SNEI*, Rio de Janeiro, (27): 2-4, nov. 1977.
- A motivação da criança para a leitura. In: SIMPÓSIO SOBRE HÁBITOS DE LEITURA. Rio de Janeiro, IBECC. 1975. 15p.
- ÉBOLI, Terezinha. Atualidades em literatura infantil. *Educação, Brasília*, (23): 28-34, jan./mar. 1977.
- EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. São Paulo, n.24, ago. 1971. número especial.
- EHRART, Ivany. História infantil e história de crianças. *Educação, Brasília* (6): 71-7, jul./dez. 1972.
- A FEIRA da criatividade. *Educação, Brasília*, 5 (22): 66-73, out./dez. 1976.
- FERNANDES, Anchieta. A presença do quadrinho socialista. *Revista de Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, 71 (8): 645-51, out. 1977.
- Tio Patinhas & capitalismo. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 68 (9): 67-9, nov. 1974.
- FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro. Sobre o ensino de literatura infanto-juvenil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 12 (36): 74-82, jun. 1979.
- & ZILBERMAN, Regina. *Érico Veríssimo e a literatura infantil*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Estadual do Livro, 1978.
- FONTES, Amerindio de Barros. Que lêem nossas crianças? *Educação, Brasília*, (16): 74-80, abr./jun. 1975.
- FRACCAROLI, Lenyra Camargo. *Como despertar na infância o prazer pela leitura, tornando-a um hábito*. São Paulo, Associação Paulista de Biblio-



tecários, Grupos de Trabalhos em Bibliotecas Públicas. 1975. 17p.

FRAGA, M.T. *Literatura/ensino: uma problemática*. São Paulo, Faculdade de Educação da USP, 1974. 3v. Tese.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Análise dos temas e modelos culturais veiculados por livros infanto-juvenis brasileiros*. São Paulo, 1979. 9v.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. *Bibliografia analítica da literatura infantil e juvenil publicada no Brasil: 1969-1974*. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1977. 384p.

_____. *Sugestões de um acervo básico para uma biblioteca infanto-juvenil*. s.n.t. /folheto/

GALVÃO, W.N. O herói com mil máscaras. *Isto É*, São Paulo, 3: 47, 132-4, jul. 1976.

GIACOMO, Arnaldo M. de. Obstáculos com que se defronta o desenvolvimento da literatura infantil para superar seus altos custos. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 6 (27): 1-32, jul./set. 1974.

GOES, Lucia Pimentel de Sampaio. Bibliotecas infantis em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 62 (141): 97-102, jan./abr. 1977.

GUARDIANO, P.B. et alii. Os quadrinhos de Maurício de Souza: alienação?

Resumos, São Paulo, 28: 701, jul. 1976.

LACAU, Maria Hortênsia. A literatura infantil na era da violência. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 8 (33): 12-3, jan./mar. 1976.

LARA, Antonio. *O mundo das histórias em quadrinhos*. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes/USP, 1971. 51p.

LEITE, Dante Moreira. A influência da literatura na formação da criança. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 9 (37): 5-10, jan./mar. 1977.

LEONARDOS, Stella. Poesia para crianças. *Educação*, Brasília, (7): 30-8, jan./mar. 1973.

LESSA, Orígenes. Minha experiência com a literatura infantil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 62 (141): 91-5, jan./abr. 1977.

_____. A narrativa para criança. *Educação*, Brasília, (19): 49-56, jan./mar. 1976.

LETRAS DE HOJE, Porto Alegre, v. 12, n.36, jun. 1979. Número especial.

LITERATURA INFANTIL, um equívoco? — Mesa redonda com Ana M. Machado, Leny W. Dornelles, Gian Calvi e Eliane Ganem. *Leia Livros*, São Paulo, 1 (0): 18-9, abr. 1978.

LOBATO, José Bento Monteiro. A criança é a humanidade de amanhã. In: _____.



- Conferências, artigos e crônicas.* s.n.t. p. 249-56.
- Os livros fundamentais. In: ----- *A onda verde.* s.n.t. p.83-8.
- LOBO, Flávia Silveira. Afinal que língua é esta? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília*, 62 (141): 43-51, jan./abr. 1977.
- Discussão em torno do texto. In: SEMINÁRIO DE LITERATURA INFANTIL, São Paulo, 1972. *Anais.* Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 1973.
- LOPES, Moacir C. *A situação do escritor e do livro no Brasil.* Rio de Janeiro, Cátedra, 1978. p. 220-37.
- LOURENÇO FILHO, Manoel B. Como aperfeiçoar a literatura infantil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 3 (7): 146-69, set. 1974.
- MACEDO, Neusa Dias de. *Hábitos de leitura e pesquisa.* São Paulo, 1975. 11p. Trab. apres. ao 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Brasília, 1975.
- MALHEIROS, Eglê. O conto fantástico infantil. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 8 (34): 13-4, abr./jun. 1975. Condensação comentada de um estudo de Gote Klinberg.
- Problemas de tradução do livro infantil. *Boletim Mensal SNEL*, Rio de Janeiro, (28): 4-5, dez. 1977.
- MANSUR, Gilberto. *Atualidade de Monteiro Lobato.* S.n.t. 8p.
- MARINS, Francisco. A literatura infantil na formação do hábito de ler. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 8 (34): 5-10, abr./jun. 1976.
- MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar.* São Paulo, HUCITEC, 1978. 82p.
- Tio Patinhas no centro do universo. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 27 (9): 943-8, set. 1975.
- MATTOS, Rosa M.D. Literatura infantil. *Revista do Ensino*, Porto Alegre, 20 (146): 25-30, mar. 1973.
- MAZZETTI, Maria. Ele não gosta de ler. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 5 (21): 7-8, ago. 1973.
- Visão da moderna literatura infantil. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 4 (19): 4-7, set. 1972.
- MEDINA, C.A. de & ALMEIDA, M.L. Rodrigues de. *Hábitos de leitura: uma abordagem cronológica.* Rio de Janeiro, CRAPES: Brasília, INEP, 1976.
- MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil.* 2. ed. São Paulo. Summus, 1979, 117p.



- MIRANDA, José Fernando. *Estória infantil em sala de aula: semiótica de personagens*. Porto Alegre, Sulina, ? 195p. Tese.
- MOYA, Álvaro de. *Shazam*. São Paulo, Perspectiva, 1970. 340p.
- PFROMM NETTO, Samuel et alii. *O livro na educação*. Rio de Janeiro, Primor, Instituto Nacional do Livro, 1974. 256p.
- PINTO, Zélio Alves. A arte que, usada do modo certo, traz muitos lucros. *Indústria e Produtividade*, São Paulo, 9 (6): 43-5, jun. 1976.
- Quadrinhos vencem o tempo na arte da comunicação. *Indústria e Produtividade*, São Paulo, 9 (5): 42-4, maio 1976.
- Sub-produto faz fortuna do adulto e alegria da criança. *Indústria e Produtividade*, São Paulo, 9 (7): 44-5, jul. 1976.
- PIRES, Nise. *Crianças, jovens e literatura*. Rio de Janeiro, 1976. 474p. Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Avançados em Educação/FGV. Dissertação de Mestrado em Educação.
- Hábitos e níveis de leitura: metodologia para pesquisa. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 8 (33): 14-21, jan./mar. 1976.
- REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, Brasília, v.62, n. 141, jan./abr. 1977. Número especial.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. *Pesquisa sobre interesses e hábitos de leitura entre alunos de 2º grau de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1975. 100p.
- ROSEMBERG, Fúlvia. O adulto, a criança e a literatura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 62 (141): 7-15, jan./abr. 1977.
- Análise de conteúdo em livros para crianças e jovens. *Suplemento Bibliográfico dos Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.2, jun. 1976.
- Análise de conteúdo em literatura infanto-juvenil: reflexões sobre a escolha de amostra. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, 8 (35): 16-20, jul./set. 1976.
- A mulher na literatura infanto-juvenil: revisão e perspectivas. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 7 (32): 5-9, out./dez. 1975.
- & SPINELLI, Laila G. Recent catalogues, bibliographies and studies about children literature — Brazil. *Phaedrus*, Madison, 3 (2): 25-7, 1976.
- RUSSOMANO, Moema. Cecília Meireles e o mundo poético infantil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 12 (36): 90-110, jun. 1979.
- SANDRONI, Laura Constancia A.A. Perspectivas do livro para crianças e



- jovens. *Boletim Mensal SNEL*, Rio de Janeiro, (27): 2, nov. 1977.
- SÃO PAULO (Cidade) Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis. *Bibliografia de literatura infantil em língua portuguesa*; suplemento 1955-1976. São Paulo, 1977. 71p. A bibliografia inicial é de responsabilidade de Lenyra C. Fraccaroli, ver BIBLI.
- SCHREIBER, Maria R. *As minorias étnicas na literatura infanto-juvenil brasileira*. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais., 1975. 20p.
- SILVA, Maria Cecília Mattoso Ramos A. da. Atividades de leitura lúdico educativas. *Resumos*, São Paulo, 31: 128, jul. 1979.
- . Literatura infantil e educação. *Resumos*, São Paulo, 31: 121, jul. 1979.
- SIQUEIRA, Diana Carvalho de. O livro infanto-juvenil em sala de aula. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 8 (36): 15-6, out./dez. 1976.
- SOARES, L.E. Super-heróis: o poder elevado ao quadrinho. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 70 (1): 33-40, jan./fev. 1976.
- TARNAPOLSKY, Célia. *Primeiro cantinho de leitura*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1973. 42p.
- VARELLA, Noêmia. A cidade dos bichos /caleidoscópio imaginário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 62 (141): 61-4, jan./abr. 1977.
- VIEIRA, G.A. Literatura para crianças: um teste para você. *Revista do Ensino*, Porto Alegre, 19 (141): 37-41, jun. 1972.
- VIEIRA, Isabel M. de C. Contos de fadas – estrutura simbólica. *Artes e Educação*, Rio de Janeiro, 3 (15): 10, out. 1974.
- . O interesse das crianças. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 62 (141): 53-8, jan./abr. 1977.
- WAGNER, Elísia da Silva. Literatura infantil na sala de aula. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 12 (36): 56-73, jun. 1979.
- WERNECK, Regina Yolanda. *Educar é criar uma experiência em currículo de 1º grau*. Rio de Janeiro, Primor, Instituto Estadual do Livro, 1977. 128p.
- . Experiência de literatura na escola. *Educação*, Brasília, (20): 65-71, abr./jun. 1976.
- . Ilustração do livro infantil brasileiro. *Boletim Informativo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 4 (17): 6-7, mar. 1972.
- . Ilustrações de livros infantis. In: SEMINÁRIO DE LITERATURA INFANTIL, São Paulo, 1972. Rio de Janeiro, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 1973.



----- O livro e a expressão da criança. *Boletim Informativo da Fundação, Nacional do Livro Infantil e Juvenil*, Rio de Janeiro, 9 (39): 4-10, jjul./set. 1977.

----- & MOREIRA, Vera Lucia. *Linguagem e criatividade na escola de 1º grau*. Rio de Janeiro, Primor, 1976.

----- O livro infantil brasileiro: bi-bliografia de ilustradores. São Paulo, Melhoramentos, Instituto Nacional do Livro, 1977. 151 p.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil: transitoriedade do leitor e do gênero. Letras de Hoje*, Porto Alegre, 12 (36): 7-22, jun. 1979.



CADERNOS DE PESQUISA:

REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO PUBLICADA
PELA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS DEZ, 1979 Nº 31

NÚMERO ORGANIZADO POR FÚLVIA ROSEMBERG

CARTA DO EDITOR	2
APRESENTAÇÃO	Fúlvia Rosemberg 3
O MENOR AINDA MINIMIZADO PELA LEI BRASILEIRA	José Gregori 4
A CRIANÇA – COMO OBJETO NA PESQUISA PSICOLÓGICA	Melany 6
	S. Copit e M.H.S. Patto
A CRIANÇA COMO OBJETO DA MEDICINA	Marisa C. Lobo da Costa 10
IMPLICAÇÕES ÉTICAS PROVENIENTES DA UTILIZAÇÃO DE CRIANÇAS COMO SUJEITO DE PESQUISA : MESA-REDONDA	17
ALGUNS ASPECTOS DA AUDIÊNCIA INFANTIL AOS MEIOS DE COMUNI- CAÇÃO	Grupo de Mídia de São Paulo 34
EU CONSUMO, TU ME CONSOMES	Fúlvia Rosemberg 41
PENSANDO O BRINQUEDO	Mirna Pinsky 49
A CRIANÇA ESCRAVA NA LITERATURA DE VIAGENS	Maria Lúcia de Barros Mott 57
A CRIANÇA (NEGRA) E A EDUCAÇÃO	Maria do Carmo Luiz, Maria Nazaré Salvador e Henrique Cunha Júnior 69
A CRIANÇA E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO	Mayumi Souza Lima 73
PROPOSTAS EDUCACIONAIS DAS INSTITUIÇÕES DE MENORES CARENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO	Walter E. Garcia 81
SEXUALIDADE INFANTIL E PRÁTICAS REPRESSIVAS	Carmen Lúcia de M. Barroso e Maria Cristina A. Bruschini 86
MENINOS TRABALHADORES	Zahidé Machado Neto 95
RESENHAS	102
NOTAS E COMENTÁRIOS	105



BIBLIOTECAS INFANTO-JUVENIS

THEREZA DIÁCOLI QUADRELLI *

FONTES CONSULTADAS:

LISA – Library and Information Science Abstracts

LL – Library Literature

ISA – Information Science Abstracts

BBD – Bibliografia Brasileira de Documentação

BS – Bulletin Signalétique: Part 101 Science de l'Information – Documentation

LC – Library of Congress Subject Catalog

ACOST HOYOS, Luis Eduardo. *Bibliotecas populares parroquiales para America Latina*. Medellin, Arquidiócesis de Medellín, Instituto de Comunicación Social; Washington, Catholic Library Association, 1967. 100p.

ADRIANZEN TRELE, Blanca. *Bibliotecas infantiles y escolares*. Lima, Librería D. Miranda, 1949. 147p.

* Chefe-Substituta da Secção de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Divisão de Biblioteca e Documentação da Coordenadoria de Atividades Culturais da Universidade de São Paulo



- ALTMAYER, Odile. Une expérience nouvelle pour les adolescents. *Bulletin des Bibliothèques de France*, 22 (3): 141-52, 1977.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. COMMITTEE ON OUTREACH PROGRAMS FOR YOUNG ADULTS. *Look, listen, explain: developing library services for young adults*. Chicago, The Association, 1975. 24p.
- AMMANATO, A. Work with children by the Italian library for the blind at Monza. *International Library Review*, 9 (2): 205-7, 1977.
- BAGSHAW, M.G. Children's literature and libraries around the world. *International Library Review*, 1 (1): 119-29, 1969.
- BAKER, Philip. Exemplary media programs. *School Library Journal*, 23 (9): 23-7, 1977.
- BARNES, Melvyn P. & RAY, Sheila. *Youth library work: exploratory essays*. London, C. Bingley, 1976. 113p.
- BASKIN, Barbara Holland & HARRIS, Karen H. *The special child in the library*. Chicago, A.L.A., 1976. 119p.
- BAUDIN, Guy. Origines et développement des bibliothèques publiques pour la jeunesse. *Médiathèques Publiques* (42): 5-12, 1977.
- BIEL, A.C. ed. Young adult services in the public library. *Library Trends*, 17 (2): 115-220, 1968.
- BREDSORFF, Aase. Library services for children. *Scandinavian Public Library Quarterly*, 7 (2): 48-52, 1974.
- BREDSORFF, Aase. The Danish standards for bookstocks and accessions II. Children's departments. *Scandinavian Public Library Quarterly*, 2 (2): 87-101, 1969.
- BROCK, C. Some aspects of play: theory and its implications for children's library services. *Southeastern Librarian*, 19: 141-9, Fall, 1969.
- BRODERICK, Dorothy M. *Introduction to children's work in public libraries*. New York, H.W. Wilson, 1965. 176p.
- BRODERICK, Dorothy M. *Library work with children*. New York, H.W. Wilson, 1977. 197p.
- BUENAVENTURA, Emma. *Manual para la organización de bibliotecas escolares*. Washington, Unión Panamericana, 1960. 57p.
- BURGESS, F. Children's in America. *SLA News* (84): 57, 1968.
- BURKE, John Gordon & SHIELDS, Gerald R. *Children's library service: school or public?* Metuchen, N.J., Scarecrow Press, 1974. 131p.
- BUTLER, Joan. Changes and changes. *Library Association Record*, 79 (4): 193, 1977.
- BYBERG, Lis. Library service to children in Norway. *New Library World*, 77 (907): 16-7, 1976.



- BEEHAN, A.L. Coming of age: library services for children and young adults in Western Australia. *Library Journal*, 98 (20): 3427-31, 1973.
- CENTRO DE BIBLIOTECONOMIA. *Bibliotecas infantis*. Rio de Janeiro, 1966. 38p.
- CLARKE, B. Library programs for children. *Ontario Library Review*, 56: 144-9, S', 1972.
- COHN, Emma & OLSSON, Brita. *Library service to young adults*. Published by the Public Libraries Section of IFLA. Copenhagen, Biblioteksuntalen, 1968. 166p.
- COLTY MIRALPEIX, N. El prestamo en las bibliotecas infantiles y juveniles. *Biblioteconomia*, 25 (67/68): 44-8, 1968.
- COLWELL, Eileen. At the beginning. - *Signal* (13): 30-7, 1974.
- COOK, Patricia. Children's libraries in Australia. *Australian Library Journal*, 22 (5): 181-3, 1973.
- CURRIE, Dorothy H. *How to organize a children's library*. Dobbs Ferry, N.Y., Oceana Publications, 1965. 184p.
- CHEATHAM, B.M. SLJ news roundup: major events, trends, and problems affecting school and children's and young adult library service which have made news in 1973. *Library Journal*, 98 (22): 3669-74, 1973.
- CHEATHAM, Bertha M. SLJ'S 1977 news roundup. *School Library Journal*, 24 (4): 17-23, 1977.
- CHEESEMAN, M. Library services to young people and children in correctional facilities. *Library Trends*, 26 (1): 125-37, 1977.
- CHILDREN and crisis. *Library Association Record*, 78 (4): 159-69, 1976.
- THE CHILDREN'S library future: report from the Committee on the objectives of the children's library of the future. *Scandinavian Public Library Quarterly*, 3 (3/4): 155-67, 1970.
- CHILDREN'S public libraries and school libraries served by public libraries: survey summary of a questionnaire. *Library and Information Bulletin*, 1 (5): 155-73, 1968.
- CHILDREN'S libraries of the future: report on objectives for future children's libraries. *Bogens Verden*, 52 (5): 361-7, 1970.
- CHOW, Timothy A. Report on library provision of children and young people. *Journal of the Hong Kong Library Association* (4): 14-22, 1977.
- DANIELS, Mariettá. *Bibliotecas infantiles y escolares: una bibliografía*. Washington, Biblioteca Comemorativa de Colon, Departamento de Asuntos Culturales, Unión Panamericana, 1966. 20p.
- DRESCHER, J.A. What's the picture? The library administrator and children's service. *Illinois Libraries*, 58: 784-6, Dec., 1976.



- DYER, E.R. *Cooperation in/library service to children*. Metuchen, N.J., Scarecrow Press, 1978. 152p.
- EDWARDS, Margaret A. *The fair garden and the swarm of beasts: the library and the young adult*. New York, Hawthorn Books, 1974. 194p.
- ELLIS, Alec. *Library services for young people in England and Wales: 1830-1970*. 1. ed. Oxford, New York, Pergamon Press, 1971. 198p.
- ELLIS, Alec. Public library services for children in England and Wales during the Edwardian period. *Library Association Record*, 71 (8): 232-6, 1969.
- FENWICK, Sara Innis. *Library services for children in New Zealand schools and public libraries: a report to the New Zealand Library Association*. Wellington, New Zealand Council for Education Research and New Zealand Library Association, 1975. 48p.
- FENWICK, Sara Innis. Library service to children and young people. *Library Trends*, 25 (1): 329-60, 1976.
- FLEET, Anne. *Children's libraries*. London, Deutsch, 1973. 160p.
- GAGLIARDO, Ruth. *Kansas library service for children and youth*, prepared for the Education Committee, Governor Carlson's Statewide Planning Committee for the Mid-century White House Conference on Children and Youth - 1950. 49p.
- GATES, Doris. *Helping children discover books*. Chicago, Science Research Association, 1956. 48p.
- GERHARDT, L.N. Public library services to children and YA'S and auto-interview. *Library Journal*, 101 (1): 109-111, 1976.
- GREGOT, L.C. Bibliotecas Infantis do Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Rio Grande do Sul. *Boletim da Divisão de Orientação Técnica e Intercambio do SESC* (8): 40-50, 1967.
- GRIGOR'EVA, E. & CHERNOVA, A. Aspects of library service to young people. *Bibliotekar* (4): 31-4, 1969.
- GROSS, Elizabeth Henry. *Children's service in public libraries: organization and administration, a study by Elizabeth Henry Gross, with the collaboration of Gene Inyart Namovicz*. Chicago, American Library Association, 1963. 124p.
- GROSS, Elizabeth Henry. *Public library service to children*. Dobbs Ferry, N.Y., Oceana Publications, 1967. 152p.
- HARROD, Leonard Montague. *Library word with children, with special reference to developing countries*. London, Deutsch, 1969. 216p.
- HEEKS, Peggy. *Administration of children's libraries*. London, Library Association, 1967. 63p.
- HENNE, Frances; BROOKS, Alice & ERSTED, Ruth. *Youth, communi-*



- cation and libraries. Chicago, American Library Association, 1949. 233p.
- HENNE, Frances. *The library world and the publishing of children's books*. New York, R.R. Bowker Co., 1967. 30p.
- HILL, Janet. *Children are people: the librarian in the community*. Longon, Hamilton, 1973. 163p.
- HILL, Joan. Work with children. *South African Libraries*, 36 (2): 56-65, 1968.
- IIUME, Hazel. *I went, I saw, I listed and now: report of the 1972 Albert Mainerd overseas scholarship tour*. Blacktown, N.S. W., Blacktown Municipal Council, 1973. 106p.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. *Public libraries section*. Subsection on library work with children: library service to children, v.2. Lund, Biblioteksttjänst, 1966. 92p.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION. Sub-section on Library work with children. *Professional literature on library work with children*. The Hague, Bureau Book and Youth, N.B.L.C., 1972. 56p.
- ISAKSSON, Britt. A children's library in three levels. *Scandinavian Public Library Quarterly*, 5 (4): 88-91, 1972.
- JOLLIFE, H. *Public library extension activities*. 2. ed. London, Library Association, 1968. p.231-66.
- JONES, Heather & LYNNE, Medlock. Children's libraries in Scandinavia: a first impression. *Library Review*, 22 (5): 251-4, 1970.
- KARLSSON, Karin & BERGMAN, Annelie. Library activities for children: a Swedish example. *Scandinavian Public Library Quarterly*, 9 (3/4): 81-4, 1976.
- KEIDANN, T. & FORESTA, M.T. *Bibliotecas infanto-juvenis*. Porto Alegre, Departamento de Educação e Cultura da Universidade do Rio Grande do Sul, Associação Riograndense de Bibliotecários, 1968. 13f. Trab. apres. à 1ª Jornada Sul-Riograndense de Biblioteconomia e Documentação.
- KONYVES-TOTH, L. Youth library services in public libraries: an international survey. *International Library Review*, 4 (3): 303-11, 1972.
- KINGSPURY, Mary E. Gools for children's services in public libraries. *School Library Journal*, 24 (5): 19-21, 1978.
- KRUMBACK, Lis. Children's library children in focus-children's centre. *Scandinavian Public Library Quarterly*, 5 (4): 92-100, 1972.
- LATREILLE-HUVELIN, F. Des bibliothèques publiques pour enfants. *Biblio-contact*, Canadá, 2 (4): 2-5, 1977.
- LATREILLE-HUVELIN, F. La nouvelle bibliothèque pour jeunes de St. Leonard. *Documentation et Bibliothèque*, 21 (1): 49-52, 1975.



- LEPMAN, Jella. *Mission for the children; winning friends for the International Youth Library in U.S.A.* München, Internationale Jugendbibliothek, 1948, 97p.
- LIESENER, J.W. & CHISHILM, M.E. Youth as a special client group *Advances in Librarianship*, 3 15-27, 1972.
- LIBRARY and reading services for children. *SLA News* (140): 301-21, 1977.
- LIMA, Maria Leticia de Andrade. A biblioteca infantil como centro de educação da comunidade. Salvador, 1959. 9p. Trab. após. ao 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.
- LITTON, Gaston L. *Bibliotecas infantiles.* Buenos Aires, Bowker Editores Argentina, 1973. 225p.
- LOMAN, Anna. Examples from Lund. *Scandinavian Public Library Quarterly*, 5 (4): 101-4, 1972.
- LONG, Harriet Geneva. *Rich the treasure; public library service to children.* Chicago, American Library Association, 1953. 78p.
- LONG, Harriet Geneva. *Wider horizons in library service to boys and girl.* Genesio, N.Y., State University College, 1962. 17p.
- MCCOLVIN, Lionel Roy. *Public library services for children.* Paris, Unesco, 1957. 103p.
- MCCOLVIN, Lionel Roy. *Servicios para niños en las bibliotecas publicas.* Paris, Unesco, 1957. 114p.
- MACKINNEY, Eleanor R. *The good seed; library planning for urban disadvantaged children, ages three to seven.* Kalamazoo, Dept. of Librarianship, Western Michigan University, 1970. 30p.
- MAHAR, Mary Helen. Evaluation of media services to children and young people in schools. *Library Trends*, 22 (3): 377-86, 1974.
- MARSHALL, M.R. The children's librarian and the handicapped child. *International Library Review*, 9 (2): 183-96, 1977.
- MARSHALL, Margaret Richardson. *Libraries and literature for teenagers.* London, Deutsch, 1975. 300p.
- MATHISEN, Karin. What will adults be like a generation from now? *Scandinavian Public Library Quarterly*, 9 (3/4): 85-91, 1976.
- MATTHEWS, G.M. The institutionalized child's need for library service. *Library Trends*, 26 (3): 371-87, 1978.
- MEHN, Alma ed. Children's services. *Illinois Libraries*, 55 (1): 2-58, 1973.
- METCALFE, M.J. Helping hearing impaired students. *School Library Journal*, 25: 27-9, Ja. 1979.
- MILLER, W. Preschoolers' attitudes toward libraries: can they be measu-



- red? *American Libraries*, 7 (3): 151-3, 1976.
- MOLLA, Parvin. Introducing public libraries to school children. *Eastern Librarian*, 3 (1): 17-29, 1968.
- MUNN, Vella C. Special report: a children's learning fair. *Wilson Library Bulletin*, 52 (2): 122-3, 1977.
- NEW YORK LIBRARY ASSOCIATION. COMMITTEE ON STANDARDS FOR CHILDREN'S SERVICES. *Standards for children's services in public libraries of New York State*; to evaluate the present to guide the future. New York, Library Association, 1967. 23p.
- ORSINI, L.K. Reference service to children: past, present, and future. *Advances in Librarianship*, 1: 1959-70, 1970.
- OVERWIEN, Wille. Have children and young people been overlooked in planning the libraries of tomorrow. *Buch und Bibliothek*, 26 (6): 490-4, 1974.
- PATTE, G. La bibliothèque pour enfants de Clamart. *Bulletin des Bibliothèques de France*, 17 (11): 495-9, 1972.
- PATTE, G. Children's libraries in France. *International Library Review*, 6 (4): 435-48, 1974.
- PHINAZEE, A.L. The early childhood library specialist program. *Journal of Education for Librarianship*, 16 (3): 183-8, 1976.
- PINCHES, Stella. *Library work with young people*. London, Bingley, 1966. 70p.
- POLETTE, Nancy & HAMLIN, Marjorie. *Reading guidance in a media age*. Metuchen, N.J., Scarecrow Press, 1975. 267p.
- PREISMAN, Sophia. *Make no small plans: a guide to information about young Canada*. Ottawa, Canadian Library Association, 1964. 1v.
- RACZ-NAGY, A. Biblioteca para niños en Hungría. *Boletín de la Unesco para las Bibliotecas*, 28 (4): 206-212, 1974.
- RASMUSSEN, Bente. Should Tanganyika library service maintain separate children's libraries? *Someni* (3): 29-32, 1968.
- RAY, C. Tendencias de las bibliotecas para niños. *Boletín de la Unesco para las Bibliotecas*, 28 (4): 201-25, 1974.
- REDDY, I. Beyond the city: library service to children in rural and dispersed communities. *International Library Review*, 7 (3): 293-300, 1975.
- RIDDLE, Margaret Selman. *Bookmark, the library self; a book about the library for young boys and girls*. New York, Exposition Press, 1955.
- RISKALLA, E. Situação atual das bibliotecas infantis do Departamento Regional do SESC do Paraná. *Boletim da Divisão de Orientação Técnica e*



Intercambio do SESC (8): 37-9, 1967.

Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, 1970. 52p.

ROSTRUP, Sus. New forms of activities in the Danish children's libraries. *Scandinavian Public Library Quarterly*, 5 (4): 82-7, 1972.

TAVARES, Denise F. *Funções comunitárias das bibliotecas Infanto-juvenis*. Seminário de Arquitetura de Bibliotecas Populares e Infanto-Juvenis. Arcozelo, I.N.L., 1968. 19f.

ROVIRA, T.M. Las diversas secciones y foundos bibliograficos de una biblioteca infantil. *Biblioteconomia*, 24 (65/66): 47-51, 1967.

TAYLOR, Margaret Stewart & LIEBODD, Kathryn. *Libraries are for children; a teaching guide and manual for library skills*. New York, Fordham Publ. Co., 1965. 16p.

RUMI, Maria. *Il fanciullo e le biblioteche*. Bologna, G. Malipiero, 1959. 222p.

TRASK, M. Selective and inclusive library service to the children. *Australian Library Journal*, 19 (8): 275-81, 1970.

RUSSO, L.G.M. & RICCI, Z.M. A Divisão de Bibliotecas Infanto Juvenis e Cinema Educativo Municipal de São Paulo, sua história e seus trabalhos. *FEBAB* 10 (1/2): 12-20, 1964.

TUCKER, Nicholas. Children's libraries. *Where* (94): 207-9, 1974.

SALZLER, L. What can a library offer the gifted and talented child? *Public Libraries*, 17: 18-9, Summer, 1978.

WARUCKE, Ruth. Library services to children in the mosaic of administration. *A.L.A. Bulletin*, 61 (11): 1324-7, 1967.

SHAPIRO, L.L. Libraries for tomorrow's children: a gim fairy tale. *Library Journal*, 101 (1): 101-6, 1976.

VAN DYCKE, F.Z. International activities in the field of children's libraries. *International Library Review*, 3 (4): 469-84, 1971.

SMITH, P.L. Beyond the city: library service to children in the Northwest Territories, Canada. *International Library Review*, 7 (3): 301-12, 1975.

VAN DYCKE, F.Z. Library services to children in Latin America. *International Library Review*, 1 (4): 437-44, 1969.

SUMMERS, F. William. Waht you mant the future to be. . . children's services and library administrators. *School Library Journal*, 24 (2): 80-2, 1977.

WENTROTH, M.A. Public library service to children in Oklahoma. *International Library Review*, 7 (3): 285-92, 1975.

TAVARES, Denise F. *As bibliotecas infanto-juvenis de hoje*. Salvador,

WINNICK, P. Concept and dues: new public library services to children



and young adults. *Pacific Northwest Library Association Quarterly*, 31 (1): 150-5, 1967.

services to children. *Library Trends*, 28 (3): 361-76, 1974.

WINNICK, P. Young people in libraries. *Catholic Library World*, 39 (11): 129-32, 1967.

WINNICK, P. Evaluation of public library

Services for children and young adults in public libraries. *Library Trends*, 28 (3): 361-76, 1974.

The purpose of this study was to determine the extent to which public libraries in the United States are providing services for children and young adults. The study was conducted in 1974 and 1975. The results of the study are presented in this report.

THE STUDY was conducted by the National Library of Medicine, National Institutes of Health, Department of Health, Education and Welfare.

Background information and needs for children and adolescents. By Linda Fennell, Alice Fennell, Susan Fennell, and David Fennell. *Library Trends*, 28 (3): 361-76, 1974.

This study is based on library use records of children and adolescents. The study was conducted in 1974 and 1975. The results of the study are presented in this report.





Teen-ager fiction and racial segregation, by
Fúlvia Rosemberg, p. 155-66.

The contents of 168 Brazilian recreation books were studied in order to find out and to compare the forms of racial segregation peculiar to language (both literary and pictorial) in fiction and in mass media for teen-agers, through the characters evaluation

CDU 087.5 Teen-ager. Children literature. Fiction. Mass media. Characters. Racial segregation.

Ideological reproduction and books for children and adolescents, by Edmir Perrotti, Mirna Pinsky, Márcia Cruz e Cecília Raggiani Lopes, p. 167-76.

This study is based on twenty-one stories of Brazilian authors written for children and adolescents. The critics came to the conclusion that these stories have a common ideological basis. This ideological substract reveals the adult's dominance upon the child. The discourse of these stories shows their engagement with the prevailing social and economical order and this fact seems to be the reason of their poor literary quality.



CDU 087.5 Brazilian children literature. Ideological values.

Free access to read: a new policy of opportunities, by Márcia Cruz, p. 177-84

Reading is a skill submitted to various stages of evolution. The reading of a book may occur at various levels of interpretation. The author suggests that the gap between the age of the reader and what should be his correspondent capacity of reading, represents a considerable barrier to the popularization and adequate use of libraries. Criteria are proposed and economical and social advantages are discussed.

CDU 028 Reading. Reading habits. Children libraries. Levels and age.

"What do children know about children's books?", by Fanny Abramovich, p. 185-90

Eight children from six to eleven years old were asked to convey their preferences regarding the books they have read.

CDU 087.5 Children literature. Survey.

Reading and recreational activities, by Maria Cecília Mattoso Ramos Alves da Silva, p. 191-98

Considerations are made about some

typical Brazilian primary school tasks that accompanying reading. With the objective to approach more the reader to the book and to develop reflexive thinking, recreational activities are propose. A classification of the reading games is introduced, and some of them are presented as an ilustration.

CDU 028:371.695 Elementary school, Brazil. Reading games. Recreational activities.

Three books in a village, by Célia Berrettini, p. 199-202

Through examples of famous masterpieces (written by Cervantes, Molière, Flaubert and Eça de Queiroz), the influence of literary works on the own characters of those books is emphasized and often felt in the realm of fantasy. On the other hand, a short story by Monteiro Lobato included in the chapter entitled. *The Life in Oblivion* shows the lack of culture in a fictitious village of the State of São Paulo where there were only three books available for all the people. It was a sample of the precarious cultural life of the country shortly after the turn of this century.

CDU 82 Masterpieces. Literature. Libraries, influence. Monteiro Lobato. Short-story Culture-lack.

The Public Library and its social demand in Brazil, by Antônio Agenor Briquet de Lemos, p. 203-10

The Brazilian public library is still



isolated as an institution from the majority of the community. It remains undefined between the adoption of a supposed universal model and the actual conditions prevailing in a dependent country. It does not seem valid to believe that an effective library development will occur without defining first the functions that libraries will have in the process to overcome dependence.

CDU 027.52 Public Libraries. Community. Brazil.

Present situation of special libraries for young people, by Ivette Zietlow Duro, p. 211-22.

Special libraries for young people in Brazil are scarce, although in the 70's they have been considerably developed mainly in certain regions. Their functions, besides encouraging and helping reading itself, included recreation in such a way that they become socialization centers and a complement to family life and school activities. Multimedia are part of the collection and are very much used. Attempts of greater library activity in the community and the extension of its services to non-readers have been verified.

CDU 027.625 Children libraries. Non-book materials. Brazil.

Two remarkable experiences in children libraries; one in Clamart, other in São Paulo, by Lily Margareth Kolb Araujo Goulart de Andrade, p. 223-26

Considerations about the Petit Clamart Library comparing it to the São Paulo network of children libraries.

CDU 027.625(44) e 027.625(81) Children libraries. Petit Clamart. São Paulo

Public Libraries in a Japanese community, by Elza Yukie Maeda, p. 227-30

Considerable efforts are made for Education in Japan. Children are encouraged very early to participate in the cultural life of the country. They area also stimulated to group activities in order to develop the spirit of cooperation and the sense of responsibility.

CDU 027.625 (52) Public libraries. Children. Education. Japan.

The school library and the basic education in São Paulo, by Tereza da Silva Freitas Oliveira, p. 231-38

The school library as an important unit in the pedagogic support of the educational system in São Paulo. Integration of the librarian in the teaching programs. Proposals for better results and interrelationship in the teaching and learning process.

CDU 027.8: 372 School libraries. Elementary school. High school. São Paulo.



School and Library Program (PEB): a library project in São Paulo, by Maria Elizabeth Mendonça, p. 239-52.

The School Library Activities Division of the Education Department of the Municipality of São Paulo is developing in 181 schools of its network the School and Library Program and Research as part of the Library Project; with a staff composed of elementary school teachers specially trained for this purpose. The nº 1 Program intends to improve the reading abilities of the students, stimulating their critical capacity and arousing their interest in books. To attain these objectives, standards for books

to analysis and selection are defined. and the activities of a special program of directed reading by cards are settled. A model of an evaluation card and diagram of the results obtained are attached. The nº 2 Project intends to give the students adequate techniques for the wide use of library resources. The phases and activities, as well as manpower and materials used in the development of this Project, are listed. Reference books needed for the initial phase of building book collections are suggested and the standards of control and evaluation are given.

CDU 027.8: 372 Elementary School. School libraries. Reading abilities. Research in library.



ÍNDICE

COLABORADORES

ABRAMOVICH, Fanny, 185-90
ANDRADE, Lily M. Kolb Araújo Goulart, 223-6
ASSUNÇÃO, Jandira Baptista, 39-50
ATIENZA, Célia Andreotti, 109-18
BELINKY, Tatiana, 269-72
BERRETTINI, Célia, 199-202
BRITO, Marluce Maria Moraes, 67-88
BURSTEIN, Sara, 257-8
CARVALHO, Maria Edna de Souza, 67-88
COSTA, Eunice R. Ribeiro, 51-66
CRUZ, Márcia, 177-84
CUNHA, Maria Luísa Monteiro da, 7-14
DURO, Yvette Zietlow, 211-22
FERNANDES, Maria Angela Dortas, 67-88
FERREIRA, José Rincon, 67-88
FONSECA, Edson Nery da, 29-38
FRACCAROLI, Lenyra Camargo, 253-56
GOES, Lúcia Pimentel de Sampaio, 298-302
HAMAR, Alfredo Américo, 23-8, 97-100
IMPERATRIZ, Inês Maria, 127, 305
LEMONS, Antônio Agenor Briquet de, 101-8, 203-10
LOPES, Cecília Reggiani, 167-76
MAEDA, Elza Yukie, 227-30
MARIANI, Regina, 266-69
MENDONÇA, Maria Elizabeth, 239-52
MIRANDA, Antônio, 89-96
OLIVEIRA, Tereza da Silva Freitas, 231-8
PAIXÃO, Leonor Moraes Mendes da, 67-88
PENNA, Maria Nazareth de Castro, 259-62
PERROTTI, Edmir, 167-76
PINSKY, Mirna, 167-76
POBLACIÓN, Dinah Aguiar, 15-22
QUADRELLI, Thereza Diacoli, 137-40, 329-38
RAMOS, Aurora Costa, 67-88
ROCHA, Ruth, 262-66
ROSEMBERG, Fúlvia, 155-66
SALTORI, Marisa Karam, 257-8
SAMPAIO, Julita Chagas, 67-88
SILVA, Maria Cecília Mattoso Ramos Alves da, 31-8
SILVA, Marília Torres da, 67-88
SPINELLI, Laila Gebara, 119-26, 253-6, 273, 295, 315-6.

* As páginas 2 a 148, pertencem aos fascículos 1 e 2; as páginas 149 a 366, pertencem aos fascículos 3 e 4.



ASSUNTOS

ADOLESCENTES

Ver Literatura infanto-juvenil

ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA, 23-8

ATIVIDADES RECREACIONAIS e leitura, 191-98

AUDIOVISUAL

Ver Recursos audiovisuais

AUTOMAÇÃO

bibliotecas, 15-22, 137

dados bibliográficos, 7-14, 23-8

ISBD, 7-14, 15-22, 141-40

BIBLIOGRAFIA

como ciência, 29-38

textual, 29-38

BIBLIOMETRIA, 29-38

BIBLIOTECAS

automação, 15-22

de empresas, 89-96

escolares, 231-38, 239-52

infanto-juvenis, 177-84, 211-22, 223-26, 227-30

públicas, 177-84, 203-10

CATALOGAÇÃO

automação/ISBD, 15-22

CATALOGAÇÃO COOPERATIVA, 67-88

CATALOGAÇÃO NA FONTE, 67-88

CATÁLOGO COLETIVO, 67-88

"CITATION INDEXES", 29-38

COMUNIDADE

e biblioteca pública no Brasil, 203-10

CRIANÇAS

Ver também Bibliotecas infanto-juvenis

Educação no Japão

Literatura infanto-juvenil

DICIONÁRIOS

Introdução ao estudo de, 39-50

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

em bibliotecas de empresas, 89-96

EDUCAÇÃO

bibliotecas escolares, 231-38, 239-52

ensino de 1º e 2º graus, 231-38

no Japão, 227-30

ENSINO

bibliotecas escolares, 231-38, 239-52

de 1º e 2º graus, 231-38

HÁBITO DE LEITURA, 177-84

ÍNDICES DE CITAÇÃO, 29-38

INFORMAÇÃO

análise da, 23-8

disseminação da, 23-8, 89-96

qualidade da, 23-8

INFORMÁTICA, 39-50

ISBD, automação, 15-22

JAPÃO

educação de crianças, 227-30



JOGOS E LEITURA, 191-98
JORNAIS, recortes, 51-66
LEITURA
 habilidade de, 239-52
 hábitos de, 177-84
 jogos e, 191-98
LEXICOGRAFIA e Thesaurus, 39-50
LITERATURA
 brasileira, 155-66, 199-202
 infanto-juvenil, 155-66, 167-76, 185-90
 influência da, 199-202
 mundial, 199-202
MULTIMEIOS, 211-22, 231-8
NÍVEIS E IDADES
 e hábitos de leitura, 177-84
PERSONAGENS
 influência da literatura nos, 199-202
 segregação racial, na literatura infanto-juvenil, 155-66
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, 29-38
PESQUISA EM BIBLIOTECA, 239-52
PETIT CLAMART, 223-26
RECORTES DE JORNAIS, 51-66
RECURSOS AUDIOVISUAIS
 na biblioteca infanto-juvenil, 211-22
REDES DE INFORMAÇÃO, 67-88
SÃO PAULO
 bibliotecas escolares, 231-38
 bibliotecas infanto-juvenis, 211-22, 223-26, 259-64
 programa Escola-Biblioteca, 239-50
SEGREGAÇÃO RACIAL
 na literatura infanto-juvenil, 155-66
TERMINOLOGIA
 padronização, 23-8
THESAURI, 39-50
 de vias urbanas, 51-66
TREINAMENTO DE USUÁRIO
 em bibliotecas de empresa, 89-96
USUÁRIO
 bibliotecas de empresa, treinamento de, 89-96
VALORES IDEOLÓGICOS
 na literatura infanto-juvenil, 167-76
VIAS URBANAS
 Thesaurus de, 51-66

RESENHAS

Autores e Resenhadores

ANDRADE, Diva, res. 316-18
BAMBERGER, R., 133-4
BELLOTTO, Heolisa Liberalli, res. 311-13
BENNE, Mae, 305-10
BRUNELLI, Leda Maria, res. 127-9
EASTLICK, J.T., 136



GARFIELD, E., 134
 HICKS, W.B., 127-9
 HORCH, Rosemarie Erika, res. 129-30
 IMPERATRIZ, Inês Maria de M., res. 133-4
 JAFFE, J., 135
 JOSEY, E.J., 135
 MACEDO, Neusa Dias de, res. 305-10, 313-15
 MEIRELES, Cecília, 315-16
 MILANESI, Luiz Augusto, 316-18
 MITCHELL, B.J., 135
 NASCIMENTO, Cláudia Lúcia A. do, res. 130-1
 NORTON, F.J., 129-30
 PATTE, Geneviève, 311-13
 QUINLIN, W.J., 127-9
 RUBIN, R.J., 136, 137
 SÃO PAULO (Estado) Departamento de Artes e Ciências Humanas. Divisão de Bibliotecas, 130-1
 SOUZA, Maria Christina Silva, res. 127-9, 134-6
 SPINELLI, Laila Gebara, res. 315-16
 STUEART, R.D., 136
 TANIS, N.E., 135
 TILLIN, A.M., 127-9
 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Grupo de Integração do Sistema de Bibliotecas, 131-2
 URATSUKA, Josefa Naoco, res. 131-2
 WILSON, Pauline, 313-15

Obras Resenhadas

Títulos

A bibliotherapy sourcebook, 135
 Children's services in a time of change, 313-15
 Citation indexing: its theory and application in science, technology and humanities, 134
 Como incentivar o hábito da leitura, 133-4
 Cost analysis of library functions: a total system approach, 135
 A descriptive catalogue of printing in Spain and Portugal, 1501-129-30
 Educational and recreational services of the public library for children, 305-10
 Guia das bibliotecas do Estado de São Paulo, 130-1
 Guia das bibliotecas da Universidade de São Paulo, 131-2
 The information society: issues and answers, 135
 Laissez-le lire! les enfants et les bibliothèques, 311-13
 Library management, 136
 Managing multimedia libraries, 127-9
 O Paraíso via Embratel, 316-18
 Problemas de literatura infantil, 315-16
 Standards for cataloging nonprint materials, 127-9
 Using bibliotherapy: a guide to the theory and techniques, 136



ABRAMOVICH, Fanny. O que é que a criança sabe dos livros escritos para ela. *R. bras. Biblioteconomia. e Doc.*, 12(3/4):185-90 jul./dez. 1979.

Preferências e desgostos de oito crianças de 6 a 11 anos em relação aos livros que leram.

Literatura infanto-juvenil.

CDU 027.625 (44)
027.625 (81)

ANDRADE, Lily Margareth Kolb Araújo Goulart de. Duas experiências marcantes em bibliotecas infantis: uma em Clamart, outra em São Paulo. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(3/4): 223-261, jul./dez. 1979.

Considerações a respeito da Biblioteca "La Joie par les Livres" de Petit Clamart estabelecendo paralelos com a Rede de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Prefeitura do Município de São Paulo.

Bibliotecas infanto-juvenis. Petit Clamart. São Paulo.

CDU 801.32

ASSUNÇÃO, Jandira Baptista. Lexicografia: uma introdução ao estudo de dicionários. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(1/2): 39-50, jan./jun. 1979.

Estudo dos dicionários como objetos manufaturados e como discurso pedagógico. Tipologia segundo os objetivos de cada tipo e quanto à natureza, densidade e alcance do léxico. Estrutura do artigo de dicionário. Problemas relativos a definições: fazer corresponder a uma unidade lexical "n" signos, ao interior de "n" discursos. Comparação entre Dicionário e Thesaurus. Do ponto de vista da Informática, o thesaurus tem objetivos próprios, diferentes dos thesauri de língua, que diferem dos dicionários apenas quanto à abrangência do léxico.

V. Verso



ABRAMOWICZ, Tadeusz. O que é que a ciência sabe dos livros antigos
para de A. obra: Bibliotecologia e (Lac), 133(4): 181-90, jul./dez.

Professores e pesquisadores de nível superior de 11 anos em tempo

CDU 017.52 (44)
017.52 (81)

ANDRADE, Lúcia Margarida Knip. Aspecto Global de Uma experiência
com o uso de bibliotecas infantis; uma experiência com o uso de
bibliotecas infantis. São Paulo: A. obra: Bibliotecologia e (Lac), 133(4): 237-26, jul./dez.

Considerações a respeito da Biblioteca "A Jovem por ler Livro"
de Petrópolis, estabelecendo parâmetros com a Rede de Bibliotecas
Infantis Juvenis da Prefeitura de Petrópolis de São Paulo.

Bibliotecas infantis juvenis, Petrópolis, São Paulo.

CDU 801.11

Mas o *Thesaurus* de Roget (1852), apesar de ser dicionário de língua, apresenta certas peculiaridades: as lexias são arranjadas por categorias e o objetivo é mostrar o relacionamento entre idéia/palavra; em Informática, o *thesaurus* é um instrumento de controle terminológico, cuja finalidade é precisar assunto/descriptor. Conclui-se que estudos teóricos sobre a construção e manutenção dos *thesauri* só podem ser desenvolvidos se baseados na teoria semântica, ou seja, nas relações entre os planos de "conteúdo e expressão".

Lexicografia. Dicionários. *Thesauri*. Informática.



BERRETTINI, Célia. Uma cidade com apenas três livros. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(3/4): 199-202, jul./dez. 1979.

Através de exemplos de obras-primas (escritas por Cervantes, Molière, Flaubert e Eça de Queiroz), ressalta-se a influência da literatura nos próprios personagens dos romances; o que os leva a um mundo de fantasia. Por outro lado, um conto de Monteiro Lobato, inserido em "A Vida em Oblivion", enfoca a cultura precária de uma cidade fictícia do Estado de São Paulo, onde havia apenas três livros disponíveis para toda a população no início deste século.

Literatura mundial. Literatura, influência.

CDU 025.49:625.712

COSTA, Eunice R. Ribeiro. Thesaurus de vias urbanas. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(1/2): 51-66, jan./jun. 1979.

Thesaurus de vias urbanas destinado a ser aplicado a um conjunto de documentos especializados sob a forma de recortes de jornais. Expõe na parte I a técnica empregada no seu estabelecimento e na parte II apresenta o thesaurus.

Thesauri. Vias urbanas. Recortes de jornais.

CDU 028

CRUZ, Márcia. Livre acesso à leitura: uma nova política de oportunidades de leitura. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(3/4): 177-84, jul./dez. 1979.

Análise da evolução do processo de leitura e dos vários níveis em que ela pode ocorrer. O não reconhecimento da defasagem entre a faixa etária do leitor e seu estágio de leitura é apreciado como elemento que prejudica a popularização das bibliotecas. O critério proposto possibilita o melhor aproveitamento dos recursos existentes e favorece a consecução dos seus objetivos. Apresenta também vantagens econômicas e sociais.

Leitura. Hábito de leitura. Bibliotecas infanto-juvenis. Bibliotecas públicas. Níveis e idade.



CUNHA, Maria Luísa Monteiro da. ISBD: origem e aceitação. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(1/2): 7-14 jan./jun. 1979.

A Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD) é o resultado de uma série de atividades levadas a efeito em cumprimento às Resoluções da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (Paris, 1961). O texto-base da ISBD foi o documento preparado por Michel Gorman para a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (Copenhague, 1969). Nessa Reunião foi criado um Grupo de Trabalho secretariado por Gorman e que teve a incumbência de elaborar a ISBD para monografias. A sigla ISBD começou a ser usada a partir da edição preliminar (1971). A ISBD foi concebida para servir como instrumento de comunicação internacional de infor-

V. Verso

CDU 027.625

DURO, Yvette Zietlow. Dimensão atual da biblioteca infanto-juvenil. *R. bras. Biblioteconomia e Doc.* 12(3/4): 211-22, jul./dez. 1979.

O número de bibliotecas infantis no Brasil é pouco significativo, embora na década de 70 fosse verificado maior desenvolvimento em algumas regiões. As funções dessas bibliotecas, além de incentivo e apoio à leitura, são inúmeras, principalmente as recreativas, tornando-se centros de socialização e de formação para a criança e o adolescente, completando a vida familiar e a atividade na escola. Os multimeios fazem parte integrante do acervo e são amplamente utilizados. Tentativas de maior integração das bibliotecas junto à comunidade e de extensão dos serviços aos não-leitores vêm sendo verificadas.

Bibliotecas infanto-juvenis. Recursos audiovisuais.



mação bibliográfica. Seus principais objetivos são: permitir a permuta de dados oriundos de fontes diversas; facilitar sua interpretação malgrado as barreiras lingüísticas; auxiliar a conversão dos dados bibliográficos em forma legível a máquina. Além da ISBD para monografias, ISBDs especializadas foram e continuam a ser publicadas para determinação de categorias de materiais (publicações seriadas, multimeios, música, livros raros, mapas), bem como uma de caráter geral, a ISBD(G).

ISBD. Automação, dados bibliográficos.



FERREIRA, José Rincon et alii. Redes nacionais de informação, catalogação na fonte e outras experiências. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(1/2): 67-88, jan./jun. 1979.

Os catálogos coletivos e a catalogação cooperativa surgidos na década de 1940 constituíram as primeiras tentativas para o estabelecimento de uma rede nacional de bibliotecas. A criação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), em 1942, foi a maior experiência bibliotecária brasileira nos seus 64 anos de existência. Em decorrência dele e dos seus resultados surgiram a Catalogação Legível por Computador (CALCO) e, até mesmo, a catalogação na fonte. Dado

V. Verso

CDU 01:31

001.891:82.06

FONSECA, Edson Nery da. A bibliografia como ciência: da crítica textual à bibliometria. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(1/2): 29-38, jan./jun. 1979.

- A busca de informações bibliográficas, embora importante como etapa inicial de qualquer estudo ou investigação que pretenda ser realmente original, não pode confundir-se com a pesquisa bibliográfica. A bibliografia consagrou-se como ciência pelas pesquisas literárias do inglês Alfred William Pollard em torno dos "Shakespeare Folios and Quartos" (1909). Em 1917, os também ingleses F. J. Cole e N. B. Eales aplicaram a estatística na análise de uma bibliografia de ana-

V. Verso



ao reduzido número de bibliotecários no País e ao grande número de publicações, em paralelo aos estudos de planejamento de redes nacionais de informação ou a um próprio reestudo de viabilidades para implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), torna-se imprescindível estimular a criação de centrais de catalogação na fonte, em diversos pontos do País.

Catalogação cooperativa. Catalogação na fonte. Catálogo coletivo. Redes de informação.

tomia comparada, fundando a bibliometria. As pesquisas bibliométricas reafirmaram a natureza científica da bibliografia, considerada pelo sociólogo Victor Zoltowski como ciência concreta, cujo objetivo é recensear o universo dos livros em sua totalidade, tal como procede a demografia ao recensear a população. Analisando a "Bibliographie de la France", Zoltowski lançou, em 1955, as bases de uma bibliometria macrobibliográfica. Com o advento dos índices de citações (Science Citation Index em 1963 e Social Sciences Citation Index dez anos depois), surgiu a bibliometria microbibliográfica. O possível e desejável aparecimento de um índice de citações em Humanidades permitirá a reconstituição das cadeias de citações imaginadas por Henri Lefebvre. E com essa reconstituição, muitas retificações poderão ocorrer na história das idéias.

Bibliografia textual. Pesquisa bibliográfica. Bibliometria. Índices de citação.



HAMAR, Alfredo Américo. Qualidade e análise da informação na automação. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(1/2): 23-8, jan./jun. 1979.

Existe grande vantagem no processamento integrado da informação bibliográfica e temática, a qual necessita da uniformização no processamento dos vários tipos de documentos através da padronização dos registros em formulários e dos manuais de instrução. Para isso, as atividades de organização, administração e disseminação de informações devem estar interligadas. Da comparação entre o sistema de automação e o processamento parcial e global, evidencia-se a prioridade

V. Verso

CDU 027.52

LEMONS, Antônio Agenor Briquet de. A biblioteca pública em face da demanda social brasileira. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(3/4): 203-10, jul./dez. 1979.

A Biblioteca pública permanece sendo uma instituição afastada dos setores que compõe a maioria da nossa sociedade, perdida entre o sonho de copiar um suposto modelo universal e as condições objetivas de um país dependente. Não parece válido supor que se possa atingir um eficiente desenvolvimento bibliotecário sem que antes se definam as funções que as bibliotecas desempenharão no processo de superação da dependência.

Bibliotecas públicas. Comunidade. Brasil.

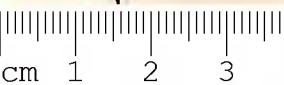
CDU 027.625 (52)

MAEDA, Elza Yukie. Bibliotecas públicas numa comunidade japonesa. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(3/4): 227-30, jul./dez. 1979.

Grande é o investimento em Educação no Japão, incentivando-se a criança a tomar parte, desde cedo, na vida cultural do país. Estimula-se também a participação na vida em grupo a fim de desenvolver espírito de cooperação e senso de responsabilidade.

Bibliotecas infanto-juvenis. Crianças. Educação. Japão.

355



da análise da informação como principal suporte de entrada para o sistema. São necessários diferentes níveis de análise da informação e uma boa equipe de especialistas para esse procedimento. A situação da análise do conhecimento gerado no Brasil deve ser avaliada.

Informação. Terminologia. Automação. Análise bibliográfica.



MENDONÇA, Maria Elizabeth. Programa Escola-Biblioteca (PEB): um projeto em andamento no município de São Paulo. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(3/4): 239-52, jul./dez. 1979.

O setor de Atividades Escola-Biblioteca da Secretaria de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo desenvolve em 181 escolas de sua rede o "Programa Escola-Biblioteca" e o "Projeto Pesquisa em Biblioteca", com uma equipe de professores de 1º Grau, especialmente treinados para esse objetivo. O "Programa Escola-Biblioteca" pretende aperfeiçoar as habilidades de leitura dos estudantes, estimulando a capacidade de crítica e despertando o interesse por livros. Para atingir a esses objetivos, define os padrões para análise

V. Verso

CDU 027.2:025.5 (81)

MIRANDA, Antonio. Informação na empresa: o papel da biblioteca. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(1/2): 89-96, jan./jun. 1979.

Ao lado dos recursos humanos, materiais e financeiros, um quarto elemento se junta à moderna empresa para garantir atualização do pessoal, gerar conhecimentos próprios e melhor produtividade: a informação. Papel educacional da biblioteca de empresa se evidencia quando ela se integra nos programas de capacitação de pessoal a fim de que sejam usados com eficiência seus recursos e serviços para melhor absorção da informação. Os recursos informativos devem ser contemplados com percentuais constantes como "investimento de capital".

V. Verso



e seleção de livros e estabelece as atividades de um programa especial de leitura dirigida por fichas. Apresenta, em anexo, ficha-modelo de avaliação e um gráfico dos resultados obtidos. O "Projeto Pesquisa em Biblioteca" visa a dar aos estudantes técnicas adequadas para usar, de modo amplo, os recursos de uma biblioteca. Relaciona as fases, as atividades bem como os recursos humanos e materiais usados no desenvolvimento do Projeto. Sugere obras de referência necessária à fase de implantação do acervo e fornece os padrões de controle e avaliação.

Ensino. Bibliotecas escolares. Leitura. Pesquisa em biblioteca. São Paulo.

Além dos serviços básicos, a biblioteca para atingir suas finalidades deve prover: comutação bibliográfica, serviço de alerta, disseminação seletiva da informação, treinamento de usuário, bem como integrar-se em redes e sistemas.

Informação. Bibliotecas de empresa. Disseminação da informação. Treinamento do usuário.



OLIVEIRA, Tereza da Silva Freitas. A biblioteca escolar no regimento comum das escolas de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(3/4): 231-38, jul./dez. 1979.

A biblioteca escolar como unidade integrante do núcleo de Apoio Técnico Pedagógico no Regimento das Escolas de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo. Integração do bibliotecário nos planejamentos e programações escolares. O relacionamento que se almeja no processo de ensino-aprendizagem.

Bibliotecas escolares. Ensino de 1º e 2º graus. São Paulo.

PERROTTI, Edmir et alii. Reprodução ideológica e livro infanto-juvenil. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(3/4): 167-76, jul./dez. 1979.

O estudo de 21 obras de ficção de autores brasileiros, destinados ao público infanto-juvenil, publicados no período compreendido entre outubro de 1976 e setembro de 1977, revelou, segundo os autores do trabalho, a existência de um processo de reprodução ideológica que visa a manutenção da relação de poder desigual existente em nossa sociedade entre o adulto e a criança. O discurso dessas publicações está comprometido com a ordem dominante — a do adulto. Sua vinculação à indústria cultural, além de concorrer para o baixo nível literário observado, leva-o a confirmar tal ordem da qual a própria indústria cultural é uma expressão,

Literatura infanto-juvenil brasileira. Valores ideológicos.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. As ISBDs e os elementos de intercomunicação nos sistemas automatizados objetivando o controle bibliográfico universal. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(1/2): 15-22, jan./jun. 1979.

Desde a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação realizada em 1961 até à publicação da 2a. edição do Código de Catalogação Anglo-Americano em 1978, sucederam-se importantes eventos que são descritos aqui em sequência cronológica. É evidente a inter-relação entre o aparecimento das várias ISBDs (Descrição Bibliográfica Internacional Padronizada) com os movimentos da FID, FIAB e CIA, programas UNISIST e NATIS e a presença de moderna tecnologia da computação.

ISBDs. Catalogação. Automação, bibliotecas.



ROSEMBERG Fúlvia. Discriminações étnico-raciais na literatura infanto-juvenil brasileira. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(3/4): 155-66 .jul./dez. 1979

O conteúdo de 168 livros brasileiros de recreação foi estudado com a finalidade de detectar e de comparar as formas de discriminações étnico-raciais peculiares à linguagem (literária e pictórica) nas obras infanto-juvenis (ou dos meios de comunicação de massa), através da atribuição de valor ou prestígio ao personagem.

Literatura infanto-juvenil. Segregação racial. Personagens.

CDU 028:371.695

SILVA, Maria Cecília Mattoso Ramos Alves da. Leitura e atividades lúdicas. *R. bras. Bibliotecon. e Doc.*, 12(3/4): 191-98 .jul./dez. 1979.

A partir das considerações sobre tipos de tarefas que, na escola brasileira, acompanham a leitura de textos, é proposto o desenvolvimento de atividades lúdicas decorrentes do ato de ler, com o objetivo de aproximar o leitor do livro e de desenvolver operações características do pensamento reflexivo. É apresentada a classificação dos jogos e leitura e, a título de ilustração, são descritos alguns jogos de cada classe.

Leitura. Atividades recreacionais. Jogos e leitura.



ROSENBERG, F. (1972) *Journal of the American Statistical Association*, 67(341): 122-125, July/Aug. 1972

O trabalho de 1972 trata da análise de dados de uma pesquisa de opinião pública sobre a opinião de voto no Brasil em 1964. O trabalho é dividido em duas partes: a primeira trata da análise de dados de uma pesquisa de opinião pública sobre a opinião de voto no Brasil em 1964. A segunda trata da análise de dados de uma pesquisa de opinião pública sobre a opinião de voto no Brasil em 1964.

Estados Unidos (Brasil). Estatísticas. Anuário Estatístico.

III. V. A. (1972) *Journal of the American Statistical Association*, 67(341): 122-125, July/Aug. 1972

A parte das estatísticas sobre a opinião de voto no Brasil em 1964. O trabalho é dividido em duas partes: a primeira trata da análise de dados de uma pesquisa de opinião pública sobre a opinião de voto no Brasil em 1964. A segunda trata da análise de dados de uma pesquisa de opinião pública sobre a opinião de voto no Brasil em 1964.

Estados Unidos (Brasil). Estatísticas. Anuário Estatístico.





DE ADÃO A JOSÉ · DE JOSÉ AOS PROFETAS · O NOVO TESTAMENTO

A BIBLIA DAS CRIANÇAS

ILUSTRADA POR
piet worm



Digitalizado
gentilmente por



A BIBLIA DAS CRIANÇAS é um texto adaptado pelo arquiteto holandês Piet Worm, para o público infantil, onde é contada a vida dos personagens do Velho e Novo Testamento. Os fatos não se apresentam numa seqüência cronológica rígida, já que o intuito do adaptador foi o de oferecer algumas passagens mais significativas vividas pelos personagens bíblicos, num texto não convencional. Ela irá despertar o interesse da criança e também do adulto. Pais, educadores, religiosos encontrarão ali um rico manancial de conhecimentos que poderá ser contado como estória, servindo também de estímulo para a leitura.

Em linguagem muito acessível e didática, a tradução foi feita pela Dra. Yolanda Lhullier dos Santos, professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Edições feitas em diversos países tiveram a mais ampla repercussão. Plaza & Yanes apresentou-a em língua castelhana, cedendo os direitos à EBRAESP EDITORIAL, que a lançará em português, no mercado brasileiro, em três volumes, no formato de 14x21, num lindo estojo decorado.

As ilustrações dotadas de muita imaginação complementam o texto em letras cursivas, em cada uma das páginas. Nos desenhos predomina o dourado o que dá à obra uma roupagem de verdadeiro manuscrito medieval.

Um presente dos mais completos, cuja consulta poderá se dar quantas vezes for preciso, seja pela riqueza do conteúdo narrativo como pelas esplêndidas ilustrações.

É uma obra recomendável a todas as bibliotecas públicas infanto-juvenis e escolares, como leitura didática ou como obra de consulta e lazer.

*Pedidos para EBRAESP EDITORIAL. Rua Joaquim Floriano, 488 - 6º andar.
Fone: 280-99-35. 04534 - SP.*

Telex: 11-30702 POIE.BR.



GUIA AOS COLABORADORES

1 – INFORMAÇÕES – INSTRUÇÕES

1.1 – *Finalidade da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. A RBBD é órgão oficial de Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e tem e finalidade precípua de publicar trabalhos sobre biblioteconomia, documentação e área afim, e registrar a legislação nacional corrente de área em vista à atualização profissional.

1.2 – Tipos de Colaboração

1.2.1 – A 1ª Seção da RBBD é constituída de ARTIGOS ORIGINAIS, ENSAIOS, COMUNICAÇÕES TÉCNICAS, REVISÕES E TRADUÇÕES.

1.2.2 – Outras Seções:

1.2.2.1 – **LEGISLAÇÃO:** referenciação (leis, decretos, portarias, etc.), seguida de ementa e resumo. Sempre que necessário e espécie legislativa será publicada na íntegra e comentários serão feitos. O erro será por descritores;

1.2.2.2 – **REPORTAGENS E ENTREVISTAS:** pessoas e fatos em evidência de interesse ao fascículo em foco;

1.2.2.3 – **NOTICIÁRIO:** notícias diversas sobre as associações estaduais e regionais, conselhos, grupos de trabalho, organismos nacionais e internacionais, congressos, cursos, etc;

1.2.2.4 – **RESENHAS:** livros, artigos relevantes, teses, publicados nos últimos 5 anos, conforme normas próprias de RBBD.

1.2.2.5 – **LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS:** assuntos de interesse da área, conforme NB - 66/1978.

Escolha da matéria dos fascículos

Sempre que possível a matéria dos itens 1.2.1, 1.2.2.3, 1.2.2.4 e 1.2.2.5 será encomendada pelo Editor e haverá uma coerência na escolha dos temas. Cerca de 30% da matéria (1.2.1 e 1.2.2.3) estarão sob a responsabilidade de um Estado ou região, através do respectivo Correspondente

2 – REGULAMENTO

2.1 – ARTIGOS ORIGINAIS, ENSAIOS, COMUNICAÇÕES TÉCNICAS, REVISÕES, TRADUÇÕES

Devem ser entregues em duas vias (um original e uma cópia) endereçados ao Editor Neusa Dias de Macedo, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), Rua Avanhendeve, 40, conj. 110, S.Paulo, CEP 01306.

2.1.2 – A matéria deve ser inédita e destinar-se exclusivamente à RBBD, não sendo permitida publicação simultânea em outro periódico.

Casos especiais serão resolvidos pelo Conselho Editorial.

2.1.3 – Os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade dos autores;

2.1.4 – Os trabalhos recebidos são submetidos à apreciação de pelo menos dois Relatores do Conselho Editorial, dentro da especialidade destes. Caberá ao Conselho decidir sobre sua publicação.

2.1.5 – Os trabalhos não aceitos ficarão à disposição dos autores, pelo prazo de um ano.

2.1.6 – Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da RBBD, vedada tanto a reprodução, mesmo que parcial, como a tradução para outro idioma, sem a devida autorização do Editor ouvido antes o Conselho Editorial.

2.1.7 – O parecer do Conselho Editorial, sob anonimato, será comunicado aos autores. Ao Conselho é reservado o direito de devolver os originais quando se fizer necessária alguma correção ou modificações de ordem temática e/ou formal.

2.1.7.1 – A RBBD se reserva o direito de proceder modificações de ordem puramente formal, ortográfica e gramatical realizado por Revisores especializados, no texto dos artigos que porventura exigirem tais correções, antes de serem encaminhados à publicação. De tais modificações ("copidescagem") será dada ciência ao autor.



2.1.8 — Os autores recebem somente a primeira prova para correção.

2.1.9 — As colaborações a cada fascículo obedecerão: 1) à programação encomendada pelo Editor-Responsável; 2) à data de entrega da matéria adicional;

2.1.10 — A cada trabalho serão reservadas 30 separatas, entregues ao autor ou primeiro autor.

2.2 — TRADUÇÕES

Devem ser submetidas à apreciação do responsável pelas Traduções, ouvido, se for o caso, o Conselho Editorial. Cópia da autorização do autor original deve ser encaminhado ao Editor, junto com a tradução.

2.3 — REPORTAGENS, NOTICIÁRIO, RESENHAS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICOS.

O planejamento editorial destas Seções, para cada fascículo, é feito em conjunto com o Editor, mas a coleta e organização da matéria é da responsabilidade do respectivo encarregado de cada Seção.

3 — NORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos devem:

3.1 — limitar-se a 20 páginas datilografadas para os artigos originais; 5 páginas para comunicações técnicas e 60 para ensaios e/ou revisões e traduções;

3.2 — Ser datilografados, em espaço duplo, numa só face das folhas tamanho ofício, mantendo margens laterais de aproximadamente 3 cm. Todas as páginas devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, no canto superior direito;

3.3 — ser escritos em língua portuguesa;

3.4 — conter somente nomenclaturas, abreviaturas e siglas oficiais ou consagradas pelo uso. Inovações poderão ser empregadas, desde que devidamente explicitadas;

3.5 — conter dois resumos, datilografados em folhas separadas, um em português e outro em inglês. No máximo constituído de 300 palavras, devem expressar os pontos relevantes ao artigo, e serem acompanhados de Descritores que traduzam as facetas temáticas do conteúdo. Obedecer as recomendações da NB-88/ABNT. A Comissão de Redação, sempre que for neces-

sário, é reservado o direito de fazer modificações para fins de indexação.

3.6 — apresentar à parte uma página de rosto, na qual constará:

- a) símbolo de classificação bibliográfica (CDU);
- b) título do artigo (a subtítulo, se necessário) seguido de um asterisco;
- c) autor ou autoras, seguidos de dois asteriscos;
- d) data, de apresentação do artigo à Redação.

No rodapé da página devem ser apresentadas informações sobre o trabalho e credenciais do autor(as).

Exemplo

ANTES QUE AS MÁQUINAS CHEGEM**

D. J. Simpson**

Do artigo "Before the machines come", publicado em *Aslib Proceedings* 20 (1): 21-33, 1968. Traduzido pelo Prof. Edirado José Wansa Dias, da Escola de Biblioteconomia da UFMG;

** Bibliotecário e Diretor do Media Resources of The Open University Library, Inglaterra.

3.7 — apresentar as tabelas, quando for o caso, seguindo as "Normas de Apresentação Tabular" estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatística (V. *Revista Brasileira de Estatística*, 24:42-60, jan./jun. 1963). Devem ser numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e encabeçadas por um título;

3.8 — apresentar as ilustrações numeradas consecutivamente, em algarismos arábicos, e suficientemente claras para permitir sua eventual redução. Os desenhos devem ser feitos a tinta nanquim preta e as letras traçadas com normógrafo ou letras decalcáveis (tipo letreset).

3.9 — devem ser feitas as citações de texto, por uma chamada numérica, que corresponderá às respectivas referências bibliográficas. Estas devem ser apresentadas no fim do texto, em ordem alfabético-numérica. As chamadas no texto, são numeradas em função desta numeração prévia, não seguindo, portanto, ordem consecutiva.

Comunicações pessoais, entrevistas, trabalhos inéditos ou em andamento, poderão ser citados quando necessário, mas apenas serão citados no texto ou em nota de rodapé. Se um manuscrito estiver em via da publicação, poderá ser incluído na lista de referências bibliográficas, com indicação do título do periódico, ano e outros dados disponíveis.



3.10 — As legendas das ilustrações e tabelas devam vir todas datilografadas em folha à parte, com indicações entre parênteses que permitam relacioná-las às tabelas ou ilustrações (fotos ou desenhos) respectivos.

3.11 — seguir as normas da referência bibliográfica, pela ABNT: NB-66/1978. Os títulos dos periódicos devem ser apresentados por completo e seguidos do local de publicação. À Comissão de Redação é reservada o direito de uniformizar o eparato bibliográfico dos artigos, quando se fizer necessário.

Exemplos:

1 — Livros:

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 2.ed. [Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969. 502p. (Biblioteca de Administração Pública, 14).

2 — Traduções

FOSKETT, Douglas John. *Serviço de informação em bibliotecas*. [Information services in libraries] Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo, Polígono, 1969, 160 p.

3 — Parte da obra:

AZEVEDO, Fernando de. A escola e a literatura. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Sul Americana, 1955, v. 1, t.1, p. 129-53.

4 — Artigos de periódico:

CAMARGO, Nelly da. Comunicação: uma nova perspectiva no campo das ciências do comportamento. *Revista da Escola de Comunicações Culturais USP*. São Paulo 1(1):152-8, 1968.

3.12 — seguir, sempre que for possível, as normas da ABNT: NB-69, para a numeração progressiva do artigo;

3.13 — usar notas de rodapé, através de asteriscos, somente quando indispensáveis;

3.14 — apresentar os agradecimentos a pessoas ou instituições, quando necessário, no fim do artigo, logo após o resumo em inglês.

3.15 — conter nome, endereço do autor e data de entrega do original.





Pede-se acusar o recebimento a fim de não ser interrompida a remessa

Please acknowledge the receipt, so that the remittance may not be interrupted

Recebemos a Rev. Bras. Bibliotec. Doc. V. 12, nº 3/4 jul. dez. 1979

Nome/Name:

Endereço/Address:

Data/Date:

(a)



COMPOSIÇÃO

COMGRAF - Composições Gráficas S/C Ltda.

Rua Alvarenga, 1237 - 2º and. - conj. 23 - Tel.: 813.4182 - (SP)

IMPRESSÃO

Editora Gráfica Cairú Ltda

Av. Dr. Vital Brasil, 907 - Tel.: 210.8579 - (SP)



Digitalizado
gentilmente por:





Digitalizado
gentilmente por:



A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação é indexada por: Information Science Abstracts (ISA), Library and Information Science Abstracts (LISA) e Library Literature (LL).

**REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA
E DOCUMENTAÇÃO**

(Federação Brasileira de Associações de
Bibliotecários)

São Paulo, 1, 1973 – 10, 1977; N. Ser. 11,
1978 –

Cont./ de BOLETIM da FEDERAÇÃO BRA-
SILEIRA de ASSOCIAÇÕES de BIBLIOTE-
CÁRIOS, 1, 1960/26 (5/6), 1972.

1973/77, 1 – 10

1978, 11 (1-4)

1979, 12 (1-4)

CDU 02:061.25(81)(05)

COMPOSIÇÃO

COMGRAF - Composições Gráficas S/C Ltda.

Rua Alvarenga, 1237 - 2º conj. 23 - Tel.: 813.4182 - (SP)

IMPRESSÃO

Editora Gráfica Cairu Ltda.

Av. Dr. Vital Brasil, 907 - Tel.: 210.8579 - (SP)



Digitalizado
gentilmente por:



